UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

UGO URBANO CASARES RIVETTI

A longa jornada: Raymond Williams, a política e o socialismo

Versão Corrigida

São Paulo

2021

UGO URBANO CASARES RIVETTI

A longa jornada: Raymond Williams, a política e o socialismo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Musse

Versão Corrigida

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de
Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R624l Rivetti, Ugo Urbano Casares
A longa jornada: Raymond Williams, a política e o
socialismo / Ugo Urbano Casares Rivetti; orientador
Ricardo Musse - São Paulo, 2021.
163 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Raymond Williams. 2. Política britânica. 3. Nova
esquerda. 4. Labour Party. 5. Marxismo inglês.
I. Musse, Ricardo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Ugo Urbano Casares Rivetti

Data da defesa: 17/05/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ricardo Musse

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16/08/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

RIVETTI, Ugo Urbano Casares. **A longa jornada:** Raymond Williams, a política e o socialismo. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À Jssica, com amor

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Ricardo Musse, pela contribuição inestimável no desenvolvimento da pesquisa e na composição deste texto, assim como pela parceria de mais de uma década.

Ao Prof. Daniel G. Williams, da Swansea University – figura-chave no esforço (graças também a suas contribuições, global) de divulgação da obra de Raymond Williams –, por ter viabilizado minha ida ao País de Gales e pelas sugestões para a redação do texto. Agradeço também ao Richard Burton Archives, da Swansea University, por conceder acesso ao acervo de Williams, e ao “Estate of Raymond Williams”, por ter gentilmente autorizado a reprodução de parte do material consultado. Agradeço, em particular, aos funcionários do RBA por todo auxílio prestado, sem o qual a pesquisa no acervo de Williams não teria sido tão proveitosa.

Aos professores Renato Ortiz, Francisco Alambert e Luiz Carlos Jackson, membros da banca julgadora da tese, cujas arguições deram o caminho para os ajustes finais no texto e para reflexões e trabalhos de pesquisa futuros. Devo uma referência especial ao Luiz, pela amizade e colaboração em aulas, congressos e artigos. Também agradeço aos professores Fernando Antonio Pinheiro Filho e Daniel Puglia, pelas críticas e sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP e do Grupo de Pesquisa em Teorias do Autoritarismo (GPTA), concentro meu agradecimento na pessoa de Anouch Kurkdjian, querida amiga que acompanhou de perto todos os momentos desta pesquisa, sempre com o cuidado e a generosidade que lhe são característicos.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e, em particular, a Evania Guilhon e Gustavo Mascarenhas, da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), pela concessão das bolsas de doutorado e doutorado-sanduíche no exterior e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a minha família e, em especial, a minha mãe, Mari, e a minha irmã, Lara, pelo apoio incondicional. Também a meu pai, Paulo (1951-2015), cuja presença se faz sentir todos os dias. E à Jéssica, prova da grandeza da vida.

RESUMO

RIVETTI, Ugo Urbano Casares. **A longa jornada**: Raymond Williams, a política e o socialismo. 2021. 163 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta tese pretende oferecer uma análise da trajetória e da obra de Raymond Williams do ponto de vista de sua atuação política. Isso significa, por um lado, acompanhar a sua atividade como militante e intelectual socialista – desde o primeiro contato com a política trabalhista em sua aldeia natal, passando pelo envolvimento com o projeto da Nova Esquerda e as polêmicas em torno do estatuto teórico do marxismo inglês, até as intervenções de Williams na cena política da Grã-Bretanha dos anos 1980. Por outro lado, significa definir em que medida seus textos carregam as marcas dos debates que dominaram a cena política da esquerda inglesa da segunda metade do século XX, com destaque para as crises dos anos 1950, as idas e vindas do Partido Trabalhista nos anos 1960 e 1970 e o domínio conservador sob o governo de Margaret Thatcher nos anos 1980. Para tanto, procurou-se desenvolver uma análise que fosse capaz de articular o conteúdo das obras aos principais momentos da história política e intelectual do campo da esquerda na Grã-Bretanha. Com base nessa abordagem, verificou-se que Williams não só teve uma atuação destacada nos experimentos políticos mais importantes levados a cabo pela esquerda inglesa na segunda metade do século XX, como projetou sua teoria tendo em vista, também, os principais desafios políticos que se impunham à sua época.

Palavras-chave: Raymond Williams. Política britânica. Nova esquerda. Labour Party.

Marxismo inglês.

ABSTRACT

RIVETTI, Ugo Urbano Casares. **The Long Journey**: Raymond Williams, Politics and Socialism. 2021. 163 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This thesis intends to offer an analysis of Raymond Williams' path and work from the point of view of his political activity. This means, on one hand, to follow his practice as a militant and intellectual socialist – since the first contact with Labour politics at his home village, through the engagement with the New Left project and the disputes concerning the theoretical status of English Marxism, to Williams' interventions on Britain's political scenario in the 1980s. On the other hand, it means to specify in which ways his texts bear the signs of the debates that prevailed on the English left's political scene in the second half of the 20th century, particularly the crisis of the 1950s, the comings and goings of the Labour Party in the 1960s and 1970s and the conservative dominance under the Thatcher administration in the 1980s. Therefore, our intention was to undertake an analysis that would be capable of connecting the works' content with the main moments of the political and intellectual history of the left in Britain. Based on this approach, we can conclude that Williams not only played a key part at the most important political experiments undertaken by the English left in the second half of the 20th century but designed his theory also considering the main political challenges that impacted his time.

Keywords: Raymond Williams. British politics. New Left. Labour Party. English Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TUDO MUDA	17
1.1 “UM HOMEM À ESPERA”	17
1.2 NADA SERÁ COMO ANTES	26
1.3 ABRINDO A TRILHA	32
1.4 FOGO AMIGO	38
2 À SOMBRA DO DESENCANTO	43
2.1 DESTINO COMUM	43
2.2 AS ESQUERDAS NA ENCRUZILHADA	49
2.3 DE QUAL LADO VOCÊ ESTÁ?	62
2.4 À PROCURA DE UM NOVO CONSENSO	70
3 "A LINGUAGEM MUDA, MAS A VOZ PERMANECE A MESMA"	86
3.1 UM PAÍS E SUAS PECULIARIEDADES	87
3.2 O PESO DA TRADIÇÃO	91
3.3 A CLASSE, O POVO, O SOCIALISMO	94
3.4 NOVOS TEMPOS, NOVOS PROBLEMAS	100
3.5 REENCONTRO COM O MARXISMO	105
4 UM SOCIALISMO PARA O SÉCULO XXI	114
4.1 QUE FAZER?	114
4.2 SOCIALISMO E DEMOCRACIA	119
4.3 SOCIALISMO E MEIO AMBIENTE	129
4.4 RETORNO A GALES	137

INTRODUÇÃO

Quando Raymond Williams morreu – precoce e subitamente, vítima de um infarto fulminante, em 26 de janeiro de 1988, aos 66 anos –, pipocaram homenagens nos principais jornais e revistas da Grã-Bretanha, assinadas por figuras de proa do cenário intelectual do país. Em todas elas, a celebração de um dos principais pensadores e críticos da segunda metade do século XX dividiu espaço com a reverência a uma das lideranças mais importantes da esquerda britânica e mundial. Robin Blackburn, então editor da *New Left Review* e um dos expoentes da segunda geração da Nova Esquerda, definiu Williams como “a voz mais influente, consistente e radical” da esquerda britânica e “crítico mais acurado” da cultura nacional.¹ Para Patrick Parrinder, na *London Review of Books*, qualquer retorno à obra de Williams teria de confrontar “seu compromisso com a luta política e cultural por uma democracia ampliada”.² Na *New Statesman*, Stuart Hall (1932-2014) destacou o caráter articulado do projeto intelectual e da própria vida de seu contemporâneo da Nova Esquerda:

Sua obra intelectual e sua política eram, assim, vividas e pensadas como partes conectadas do mesmo projeto. Como Francis Mulhern destacou, Williams não era um “acadêmico de esquerda”. Ele era um intelectual socialista, o que é diferente. O seu compromisso com o socialismo era tão firme quanto não-sectário: mas ele recusava ser capturado por qualquer tendência. Não havia a usual clivagem entre pensamento e sentimento, ideia e vida, que caracteriza tantas obras intelectuais “politizadas”. A sua prática era a do “diálogo” – com outras tradições, posições, outros modos de ver e sentir, como uma “resposta afiada a uma ortodoxia particular” –, porque “a sociedade do diálogo” era o seu modo de imaginar como o socialismo seria.³

Consideradas em retrospecto, as apreciações acerca do legado de Williams que se seguiram à sua morte destoam, em sua ênfase predominante, das análises posteriores. O que

¹ Robin Blackburn, “Raymond Williams and the Politics of a New Left”, *New Left Review* I/168, March-April 1988, p. 12. Seguindo levantamento feito por Blackburn, podemos enumerar, entre as homenagens publicadas por ocasião da morte de Williams, os textos de Terry Eagleton e Frank Kermode no *The Independent*; de Francis Mulhern e Bill Webb no *The Guardian*; de Blake Morrison em *The Observer*; de Tony Benn no *The Morning Star*; de Anthony Arblaster em *Tribune*; de Anthony Barnett em *The Listener*; de Fred Inglis no *Times Higher Educational Supplement*; de Stuart Hall na *New Statesman*; de Edward Said e E.P. Thompson em *The Nation*; e de Patrick Parrinder na *London Review of Books*. Todas as passagens citadas ao longo desta tese extraídas de textos em inglês foram por nós traduzidas.

² Patrick Parrinder, “Diary: On Raymond Williams”, *London Review of Books*, 12 February 1988, p. 25. Disponível em: <<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v10/n04/patrick-parrinder/diary>>; acessado em: 3 mar. 2021.

³ Stuart Hall, “Only Connect: the life of Raymond Williams”, *New Statesman*, 5 February 1988, pp. 20-21. Disponível em: <<https://www.newstatesman.com/society/2008/02/work-life-williams-english>>; acessado em: 1 mar. 2021.

não deveria causar surpresa ou motivar demonstrações indignadas de censura. Afinal, beneficiada pelo distanciamento temporal, a fortuna crítica de Williams pode se dedicar, por um lado, a análises menos comprometidas e apaixonadas do legado do autor – e, em muitos casos, a um enfrentamento mais direto de suas limitações. Por outro, crescentemente inscrita nas condições do trabalho acadêmico, pode se concentrar de forma mais aprofundada em seções particulares de sua contribuição. Tudo isso representou ganhos inequívocos.

Mas talvez algo tenha se perdido nas últimas décadas, ao longo das quais a obra de Williams se sobrepôs à sua pessoa. Pois, ao final desse longo percurso, o que nos resta do “intelectual socialista” aludido por Hall? Em outras palavras, as análises publicadas quando de sua morte contêm uma vantagem que as distingue. Escritas por contemporâneos e herdeiros de Williams no próprio contexto histórico conformado, em parte, por suas intervenções, elas colocam em primeiro plano não apenas a conexão entre as dimensões política e teórica do empreendimento williamsiano (o que foi bastante explorado pela bibliografia), mas também as duas almas que habitavam o escritor: a do intelectual e acadêmico que formou gerações de estudantes, autor de uma obra que ajudou a alterar o panorama da cena intelectual inglesa, e a do militante político que desempenhou um papel crucial na renovação teórica do pensamento socialista e da tradição marxista, protagonista de alguns dos experimentos políticos mais importantes e originais da história da Grã-Bretanha na segunda metade do século XX. Em outras palavras, sob o choque produzido por seu desaparecimento repentino, Williams foi objeto de homenagens e análises que – em parte, graças à natureza tão específica de textos desse tipo – destacavam a sua atuação política e intelectual tal como ela se dera no plano mais concreto e historicamente específico possível: de um teórico e militante cuja história se desenrolou em espaços e na interação com pessoas e organizações únicos.

Essa dimensão mais concreta e historicamente localizada da trajetória política e da fatura da obra de Williams é o que esta tese pretende recuperar. Tendo em vista, sobretudo, as ênfases dadas pela bibliografia, optamos por assumir o ponto de vista da atuação política de Williams como fio condutor do esforço para acompanhar o itinerário de sua trajetória e os principais momentos de sua obra. Aqui, atuação política possui duas dimensões. Por um lado, trata-se das intervenções, em artigos e livros, nos debates que dominaram o campo da esquerda britânica a partir do final da década de 1950, abarcando desde os exemplos mais explícitos até os mais camuflados. Por outro, as ações mais concretas do militante socialista engajado em iniciativas e organizações políticas.

Esse enfoque foi influenciado e beneficiado não só pelo patrimônio analítico consolidado pela bibliografia, como também pelo contexto no qual esta pesquisa foi realizada.

Esta tese foi precedida por uma dissertação de mestrado na qual se procurou analisar um período da obra de Williams – entre *Cultura e sociedade* (1958) e *O campo e a cidade* (1973) – com o intuito de definir em que medida a sua obra conteria uma teoria acerca do longo processo histórico de formação do capitalismo como sistema dominante na modernidade.⁴ Concluída a pesquisa, e uma vez tomada a decisão de dar continuidade aos estudos sobre Williams, vimonos impelidos não só a abordar a obra do autor de forma mais abrangente, mas também a oferecer uma análise mais atenta à sua trajetória pessoal e que fosse capaz de estimar o peso dessa trajetória na construção de sua obra. A análise da atuação política de Williams surge, *sob esse ponto de vista*, como meio para dar conta desse desafio, uma vez que, como procuramos mostrar ao longo da exposição que segue, a política – componente elementar da trajetória de Williams – sempre foi uma de suas preocupações centrais, inclusive nos textos aparentemente mais distantes dos debates e polêmicas nos quais ele se envolveu.

Mas esta pesquisa também foi beneficiada (e, de fato, viabilizada) por um conjunto de circunstâncias que foram decisivas na definição de nosso enfoque e objetivo. Imediatamente após a morte de Williams, sua mulher, Joy (1918-1991) – cuja contribuição ao trabalho intelectual do marido foi decisiva – iniciou esforços para organizar seus documentos e para a publicação de uma biografia. Após a negativa de Terry Eagleton (primeiro nome sondado para a tarefa), Joy convidou Dai Smith, então professor no Departamento de História da University of Wales em Cardiff.⁵ Smith não só escreveu a biografia como também conduziu as negociações que levaram à doação do acervo de Williams ao Richard Burton Archives, da Swansea University.⁶ Conforme acordado, após a publicação da biografia em 2008,⁷ toda a documentação foi transferida àquela instituição, onde foi catalogada e disponibilizada para consulta pública. Com isso, estavam dadas as condições para toda uma leva de novas pesquisas que vieram a explorar aspectos menos conhecidos da vida do autor, de sua trajetória e da composição de sua obra, por meio da análise de diários, correspondências, cadernos de pesquisa, planos de livros, ementas de cursos, esboços de textos, recortes de artigos, entrevistas e resenhas,

⁴ Cf. Ugo Urbano Casares Rivetti, *Crítica e modernidade em Raymond Williams*, Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

⁵ Fundada em 1893, a University of Wales foi desmembrada em 2007, dando origem a diversas universidades autônomas, baseadas nos *campi* da antiga instituição espalhados pelo País de Gales (Cardiff, Swansea, Aberystwyth, Bangor, Newport e Lampeter).

⁶ Conforme relatado por Dai Smith ao autor em 7 de março de 2019.

⁷ Cf. Dai Smith, *Raymond Williams: A Warrior's Tale*, Cardigan, Parthian Books, 2008.

atas de reuniões etc. Assim, seria possível explorar aspectos que só eram acessíveis, antes, a alguns daqueles que privaram da convivência com Williams.⁸

Esta tese nutre a pretensão de se incluir no rol dessas investigações que partem da análise dos bastidores e andaimes da obra de Williams ao acompanhar de forma mais minuciosa a trajetória política do autor e ao procurar definir como a política incidiu na construção de sua obra. Para tanto, privilegiou-se um material pouco considerado pela bibliografia até o momento – artigos e textos projetados como intervenções mais diretas e explícitas nas disputas políticas. Também procuramos abordar a obra crítico-teórica de Williams a partir desse ponto de vista, isto é, com vistas a determinar em que medida até mesmo seus estudos de maior fôlego também podem ser lidos como instrumentos mobilizados pelo autor para se posicionar na cena política de sua época. Paralelamente, foi dada especial atenção ao exame de documentos que lançam luz sobre a militância política mais concreta de Williams – como atas de reuniões, panfletos e boletins internos de grupos e organizações por ele integrados e falas em convenções e encontros políticos.

A tese cobre o arco da vida política e intelectual de Williams, tomando como ponto de partida, no primeiro capítulo, sua infância no seio de uma família de orientação política trabalhista e de uma comunidade de trabalhadores socialistas bastante engajados politicamente. Em seguida, examinamos sua atração pelo Partido Comunista da Grã-Bretanha, cimentada no Left Book Club e no Clube Socialista de Cambridge, e posterior afastamento da agremiação no contexto da Segunda Guerra Mundial. O capítulo se encerra com a reconstrução da situação de isolamento (pessoal, profissional e político) vivida por Williams entre o final dos anos 1940 e meados da década seguinte, quando ele se viu acolhido por um dos grupos que deu origem à Nova Esquerda, movimento projetado como parte de um esforço de renovação do pensamento e da prática socialistas na Grã-Bretanha, no interior do qual Williams foi reconhecido, desde o início, como uma das principais referências intelectuais.

O capítulo 2 focaliza o período da trajetória de Williams que se estende da configuração da Nova Esquerda, na segunda metade dos anos 1950, até o naufrágio do projeto da Convenção Nacional da Esquerda em 1970. Esses anos foram marcados, em um primeiro momento, pela crise que se instalou no interior do grupo da Nova Esquerda, cujas principais

⁸ Entre as pesquisas sobre Williams que privilegiaram o material depositado no Richard Burton Archives, merecem destaque: no País de Gales, os trabalhos de Daniel G. Williams, da Swansea University, e de pesquisadores vinculados ao Centre for Research into the English Literature and Language of Wales (CREW), da mesma universidade, como Clare E. Davies e Daniel R. Gerke; no Japão, os trabalhos de Shintaro Kono (Hitotsubashi University) e Takashi Onuki (Kwansei Gakuin University); e, no Brasil, as pesquisas de Alexandro Henrique Paixão e seus orientandos na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

implicações foram a ascensão de uma nova geração (liderada por Perry Anderson) à direção da *New Left Review* e a dispersão dos membros da primeira formação, os quais passaram a se dedicar à carreira universitária (dentre os quais, o próprio Williams). Do ponto de vista da cena mais geral da política de esquerda, essa década foi marcada pelos debates em torno do caminho em direção a posições mais reformistas tomado pelo Partido Trabalhista. Em parte como resposta ao desvio tomado por aquela que era a mais importante força política da esquerda britânica, um grupo de intelectuais socialistas, encabeçados por Williams, E.P. Thompson e Stuart Hall, se reuniu no projeto do May Day Manifesto, cuja primeira versão foi publicada em 1967. Por meio da análise de material de arquivo, acompanhamos o processo ao longo do qual o texto do Manifesto foi construído e como se deu a organização da Convenção Nacional da Esquerda, pensada por seus organizadores como a culminação do esforço político inaugurado com aquele documento.

O terceiro capítulo examina a posição de Williams no quadro das polêmicas entre as duas formações da Nova Esquerda britânica, nas décadas de 1960 e 1970. Alimentada por diferenças variadas (sobretudo políticas e geracionais), essa disputa assumiu uma forma eminentemente teórica, abarcando não só debates sobre o passado e o futuro do marxismo na Grã-Bretanha, mas também contendas em torno das especificidades históricas da formação social britânica – particularmente, da estrutura de classes, do proletariado e do socialismo locais. Foi ao longo desses anos, e também como resultado daqueles embates, que Williams acabou reforçando teóricamente suas posições, sobretudo ao desenvolver seu contato com a literatura marxista – esforço que culminou na publicação de *Marxismo e literatura* (1977).

Finalmente, no capítulo 4, analisamos a atuação política de Williams no período marcado pelas políticas do governo de Margaret Thatcher, eleito em 1979. Comprovando seu antissectarismo político e teórico, Williams reagiu à crise das esquerdas que se instalou naquele momento apostando nos movimentos políticos encabeçados por novos sujeitos políticos e concentrados em pautas antes pouco privilegiadas, com destaque para os movimentos negro, feminista e ambientalista. Os textos dessa época também revelam um Williams ainda fiel ao projeto político de uma democracia educada e participativa, fundada em processos decisórios descentralizados, delineado no final dos anos 1950. O capítulo se encerra com uma análise das relações do escritor com seu País de Gales natal, desde a redação, ao longo dos anos 1940 e 1950, de seu primeiro romance, *Border Country* (1960), até sua atuação mais diretamente política nas fileiras do nacionalismo galês nos anos 1970 e 1980.

Ao final da tese, pretendemos ter demonstrado de que modos a política esteve presente na trajetória de Williams e está impressa nos momentos mais importantes de sua obra. Segundo

nos parece, essa consiste em uma das formas (das muitas possíveis) de recolocar o autor nos solos histórico, nacional e geográfico tão específicos nos quais ele desenvolveu seu pensamento e exerceu sua militância. Pretendemos, com isso, apresentar um estudo da obra e da trajetória de Williams o mais fiel possível a sua própria abordagem, acima de tudo materialista, porque interessada em apreender as práticas culturais e a vida social em sua dimensão mais concreta.

1 TUDO MUDA

A opção por abordar a obra e a trajetória de Williams à luz dos debates políticos e intelectuais de seu tempo leva-nos a tomar o final dos anos 1950 como um marco. Pois foi nesse momento – mais precisamente, com a publicação de *Cultura e sociedade* (1958) e *The Long Revolution* (1961) – que Williams conquistou a estatura pública e intelectual que ele conservaria e ampliaria ao longo de sua vida e a partir da qual passou a se afirmar como referência política e teórica da esquerda britânica.

Contudo, como veremos neste primeiro capítulo, o lugar central que a política ocupou na vida de Williams remonta à infância e juventude em seu País de Gales natal. Por isso, acompanharemos, a seguir, o caminho que Williams percorreu até a consagração pública no final dos anos 1950, com ênfase especial nos principais momentos de seu amadurecimento político: a infância no seio de uma família de orientação trabalhista e o primeiro contato com a teoria e o pensamento socialistas, no contexto de sua filiação ao comunismo na juventude. Em seguida, reconstruímos a inserção de Williams na primeira formação da Nova Esquerda e como seus escritos da segunda metade dos anos 1950 e início da década seguinte se inscrevem no movimento mais amplo de renovação política e teórica da esquerda britânica conduzido pelos grupos reunidos em torno das revistas *The New Reasoner* e *Universities and Left Review*. Por fim, procuramos mostrar como o pensamento de Williams foi impactado pelo contato com o movimento inaugurado por esses dois grupos e pelo clima intelectual mais geral no qual eles intervieram.

1.1 “Um homem à espera”

Raymond Henry Williams nasceu em 31 agosto de 1921 em Pandy, um vilarejo localizado na fronteira do País de Gales com a Inglaterra. Embora a referência ao vilarejo galês possa sugerir a imagem de uma região distante dos grandes centros urbanos, enquadrada por uma paisagem dominada pela natureza e pontilhada por camponeses e pequenos proprietários cujas vidas seriam dedicadas exclusivamente à exploração da terra, esse é um retrato bastante parcial e que deixa muito de fora.

Como enfatizou Williams na extensa entrevista concedida à *New Left Review* no final dos anos 1970 – um dos documentos mais relevantes quando se pretende acessar detalhes de

sua infância e juventude⁹ –, embora aquela região se caracterizasse por uma organização econômica baseada em pequenas propriedades rurais, nela, a visão dos campos e das montanhas dividia espaço com a estrada de ferro e os trabalhadores ali empregados – dentre os quais seu pai, Henry Joseph Williams (1896-1958). Nas reminiscências do próprio Williams:

Sou de Pandy, um vilarejo predominantemente agrícola de características muito comuns à realidade social do País de Gales: as fazendas são pequenas unidades familiares. Meu pai começou a trabalhar ainda garoto em uma fazenda. Mas pelo vale chegou a linha de trem, e aos 15 anos ele conseguiu um trabalho como carregador na ferrovia, onde ficou até ir para o exército durante a Primeira Guerra Mundial. Quando retornou, virou assistente de sinaleiro e, depois, sinaleiro. Ou seja, cresci em uma situação bastante específica – um padrão social distintamente rural, de pequenas fazendas, entrelaçado a outro tipo de estrutura social a que os trabalhadores da ferrovia pertenciam. Eles eram assalariados sindicalizados, *com uma percepção de um sistema social muito mais amplo que se estendia além do vilarejo ao qual estavam ligados*. Contudo, ao mesmo tempo, estavam amarrados à localidade imediata, com suas fazendas familiares particulares.¹⁰

Para o Williams do final dos anos 1970, portanto, o que distinguia os “trabalhadores da ferrovia” de seu vilarejo natal era a capacidade de atinar para uma realidade que não aquela por eles vivida concreta e imediatamente – “que se estendia além do vilarejo ao qual estavam ligados”; um modo de ver concentrado em questões mais amplas e que diziam respeito não só aos destinos daquela comunidade. Uma perspectiva moldada pela política – mais especificamente, uma política socialista direcionada pelo Partido Trabalhista (já naquele momento, a principal força de esquerda no País de Gales e na Inglaterra), cujas demandas tomavam parte importante do tempo e da energia dos pais de Williams.¹¹

Os ferroviários eram um elemento modernizador que, por exemplo, buscava introduzir água encanada e outras amenidades sociais. Eles liam muito. Também falavam sem cessar. É aqui que sua outra dimensão social, bastante externa àquela localidade, foi decisiva. Caracteristicamente, devido aos sinaleiros terem longos períodos de inatividade entre os trens, eles conversavam por telefone por horas uns com os outros – em postos tão distantes quando Swindon ou Crewe [respectivamente, sudoeste e noroeste da Inglaterra]. Eles não deveriam fazê-lo, evidentemente, mas faziam-no por todo o tempo. Dessa forma, recebiam diretamente notícias do sul industrial de Gales, e traziam a política moderna para o vilarejo.¹²

⁹ Publicada posteriormente no livro *A política e as letras*, em 1979. Vale ressaltar a necessidade de recorrer a esse documento com uma dose extra de cuidado, atentando para aquilo que diz mais sobre o Williams do final dos anos 1970 (e como ele então via diferentes momentos de sua biografia) do que sobre os momentos iniciais de sua trajetória intelectual e política tal como eles foram vividos – ainda que a pretensão de acessar a experiência concreta, efetiva, desses momentos talvez nunca deixe de ser isso, mera pretensão.

¹⁰ Raymond Williams, *A política e as letras: entrevistas da New Left Review* [1979], São Paulo, Editora Unesp, 2013, p. 5, grifos nossos.

¹¹ Ainda que de modos bastante distintos. Enquanto seu pai chegou a “secretário da subdivisão local”, a sua mãe (Gwen) estava reservada “a situação clássica da mulher no Partido Trabalhista. Ela faz o chá, endereça os envelopes e os entrega, mas não tem muita atividade política”. *Idem*, p. 11.

¹² *Idem*, p. 8.

Apesar da enorme penetração do trabalhismo em sua vida social e familiar,¹³ não demorou para que Williams começasse a trilhar um caminho próprio e algo divergente, vindo a se aproximar do comunismo, por intermédio, sobretudo, do Left Book Club, ao qual se associou em 1937. Nas palavras de seu fundador, Victor Gollancz (1893-1967), o maior objetivo do Left Club, instituído em maio de 1936, consistia em – sobretudo por meio da publicação e distribuição de livros – “ajudar na luta terrivelmente urgente pela paz mundial, por uma melhor ordem social e econômica e contra o fascismo”.¹⁴ Além da atividade editorial, o Left Club contava com uma revista (*Left News*), “contendo não apenas notícias sobre as publicações e atividades do Clube, mas também artigos políticos e resenhas de livros”¹⁵ e uma ampla rede de grupos de discussão espalhados por todo o país. Em seu auge, em 1939, o Left Club exibia números impressionantes (58 mil filiados e 1,2 mil grupos de discussão), ilustrativos de sua importância nos meios de esquerda e na cultura britânica do entre-guerra.¹⁶ Foi por intermédio dessa rede de livros e pessoas que Williams teve seu primeiro contato com o pensamento socialista – sobretudo, a literatura chancelada por Moscou, notadamente o último Engels e Plekhanov.¹⁷ Iniciação que representou para o jovem Williams uma primeira ruptura com a geração de seus pais:

A política tradicional local e parlamentar no movimento trabalhista era vista [por Williams e sua geração] como parte de um mundo enfadonho e estreito, pelo qual não tínhamos qualquer simpatia. Para nós, as ações internacionais eram muito mais envolventes e interessantes. Era lá que as questões centrais estavam sendo decididas. O Left Book Club representava essencialmente a inserção dessas perspectivas e conflitos mais amplos no movimento trabalhista.¹⁸

Ao lado da política, a dedicação disciplinada aos estudos marcou profundamente a infância e juventude de Williams. Filho único, ele era cobrado a todo momento e de forma

¹³ À guisa de ilustração, vale reproduzir uma passagem da entrevista à NLR: “Em 1929, lembro-me da euforia em casa quando o Partido Trabalhista ganhou as eleições. Meu pai encabeçava o braço do partido em nosso vilarejo, e recebemos os resultados com festa”. *Idem, ibidem*.

¹⁴ *Apud* Betty Reid, “The Left Book Club in the Thirties”, em John Clark et al., *Culture and Crisis in Britain in the Thirties*, London, Lawrence and Wishart, 1979, p. 194.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁶ *Idem*, p. 195.

¹⁷ “[...] foi graças ao clube que li sobre imperialismo e colonialismo. Era a época da guerra na Abissínia. Estávamos também bastante conscientes da Revolução Chinesa, já que havíamos lido *Estrela vermelha sobre a China*, de Edgar Snow [1905-1972, jornalista norte-americano]; e, evidentemente, também estávamos conscientes da Guerra Civil Espanhola. Entre os palestrantes convidados, lembro-me de ter ficado particularmente impressionado com Konni Zilliacus [1894-1967, político trabalhista], que naquele momento ainda trabalhava para a Liga das Nações. Ele me pareceu a primeira pessoa cosmopolita que eu jamais conhecera”. Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 16.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

rigorosa por seus pais. Foi o único menino de seu vilarejo admitido, com a maior nota no exame de ingresso, na escola secundária, vindo a conquistar o segundo lugar em sua turma ao final do primeiro ano (resultado recebido com certa frustração em sua casa). No depoimento à *New Left Review*, Williams concorda com a afirmação dos entrevistadores de que a escola secundária que ele frequentou “era vista no vilarejo, e pela sua família, como uma extensão natural de sua vida”.¹⁹

Essa trajetória educacional pavimentou o caminho de Williams em direção à Universidade de Cambridge, onde ingressou em outubro de 1939. Se permeou o ambiente no qual Williams nasceu e cresceu, a política passou a desempenhar uma função ainda mais central a partir desse momento. Conforme relatado no final dos anos 1970, Cambridge surgiu ao recém-admitido Williams como um mundo estranho, como que feito para membros de uma classe que não a sua. O que tornou possível a sua integração naquele ambiente foi o Clube Socialista, “um lar longe de casa”,²⁰ ao qual Williams se associou no mesmo mês em que iniciou os estudos na Faculdade de Inglês e em torno do qual toda a sua vida na universidade passou a girar. Não que ele tenha encontrado ali jovens com a mesma origem de classe que a sua – o padrão era, de fato, o mesmo do resto da universidade. Mas todos ali compartilhavam a mesma filiação política, fonte de vínculos que produziam uma identidade específica.²¹ Isso fica mais claro quando Williams contrasta, ainda na entrevista à *New Left Review*, a política universitária de esquerda em seus anos de estudante e professor:

Primeiro, a esquerda estudantil nos anos 1930 estava organizada em uma frente muito mais ampla. Incluía pessoas que nos anos 1960 seriam cinéfilos ou estariam dirigindo revistas literárias, mas que, mesmo sendo socialistas, não estariam na mesma organização. [...] a diferença que mais me marcou foi assumir, com base em minha experiência dos anos 1930, que havendo novamente um crescimento da atividade política, novamente teríamos o mesmo tipo de engajamento de pessoas com os mais diversos pontos de vista, com uma organização e conjunto de projetos em comum. [...] o movimento dos anos 1930, por ser tão mais bem organizado e associativo, e menos autocentrado, estava em condições de olhar para fora de um modo que o tornou, mesmo sem discutir a questão dos números, uma presença geral mais integrada.²²

¹⁹ *Idem*, p. 13.

²⁰ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, pp. 23-4.

²¹ “Creio estar correto em dizer que encontrei apenas uma outra pessoa de uma família da classe trabalhadora em Cambridge, um estudante maduro, com cerca de trinta anos, que já havia sido um trabalhador manual. Não me lembro de outros, embora possam ter existido, obviamente, pois a porcentagem na universidade havia se mantido constante em um patamar bastante baixo, desde a década de 1920. Mas não encontrei ninguém. A grande maioria das pessoas que encontrei no Clube Socialista era, quanto à educação e à família, bem parecida com a sociedade de Cambridge”. *Idem*, pp. 24-5.

²² *Idem*, pp. 34-5.

O ingresso no clube – de tendências comunistas em sua direção política e orientação teórica (mais do que Marx, o último Engels era a principal referência), apesar da diversidade das correntes representadas internamente –, movimento alinhado à iniciação política de Williams em Pandy, desembocou em sua filiação, em dezembro de 1939, ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, onde Williams concentrou suas atividades na redação de textos e panfletos.²³ Embora o seu vínculo formal com a agremiação tenha durado relativamente pouco tempo (até 1941), o afastamento em relação ao partido não significou, ainda segundo seu relato à *New Left Review*, o abandono do comunismo. O fato é que Williams percebeu, sobretudo a partir do segundo ano de seus estudos universitários, que o arcabouço teórico referendado pelo partido não fornecia base suficiente para que ele enfrentasse o desafio de compreender os problemas da cultura (seu maior interesse já naquele momento), o que apareceu a Williams em sua incapacidade de debater à altura com seus professores do curso de Inglês, todos eles alinhados, alguns mais outros menos, ao modelo de crítica literária (abertamente anti-marxista) que dominava o cenário intelectual inglês da época.²⁴ A necessidade de melhor se preparar para os debates que dominavam a Faculdade de Inglês conduziu Williams a uma imersão radical no trabalho acadêmico, sobretudo quando de seu retorno a Cambridge em 1945, após combater na Segunda Guerra Mundial.²⁵

A mesma pressão por enfrentar à altura a influência teórica e política exercida pela crítica literária de Cambridge se fez sentir no projeto de *Politics and Letters*, revista criada por Williams em 1947 em parceria com Wolf Mankowitz e Clifford Collins (dois colegas da Faculdade de Inglês), por eles vislumbrada como “uma revista crítica voltada a uma união

²³ Sobre as atividades de Williams no partido, vale citar uma passagem da entrevista: “Éramos colocados em determinado grupo de acordo com o assunto que estávamos lendo: lá discutíamos os problemas intelectuais relacionados ao tópico. O nosso grupo era chamado o Grupo dos Escritores, por estarmos na Faculdade de Inglês. Com essa competência, éramos frequentemente requisitados para trabalhos urgentes de propaganda. [...] Como profissionais das palavras, estávamos frequentemente envolvidos na redação de textos sobre assuntos que não conhecíamos muito bem. Os panfletos eram publicados pela cúpula, sem assinatura”. *Idem*, p. 27.

²⁴ “[...] muito de minha imagem própria era relacionada à ideia de que eu podia lidar com a atividade acadêmica. Naquele momento, ficou claro para mim que, na realidade, não podia”. Williams, *op. cit.*, p. 36. Sobre a crítica literária e cultural dominante nos meios universitários ingleses da época, cf. o primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado: Rivetti, *op. cit.*, pp. 19-44.

²⁵ Após ser recrutado em julho de 1941, Williams recebeu treinamento como operador de rádio nos Royal Corps of Signals de Prestatyn (costa norte do País de Gales), vindo a se tornar, dois anos depois, oficial da Royal Artillery, comissionado no 21º Regimento Antitanque da Divisão Blindada da Guarda em Somerset (sudoeste da Inglaterra). Posteriormente, participou de momentos decisivos da guerra no front ocidental, como a invasão da Normandia e a libertação de Bruxelas, em junho e setembro de 1944, respectivamente, além da Operação Ardenes, no ano seguinte. Foi liberado em outubro de 1945, quando retornou a Cambridge. Essas informações foram colhidas em um documento datilografado, depositado no acervo de Williams mantido pelo Richard Burton Archives, da Swansea University (WWE/2/1/18, [“Miscellaneous”], Raymond Williams Collection, Richard Burton Archives, Swansea University, Wales – daqui em diante, Williams Collection).

aproximada entre a política radical da esquerda e a crítica literária inspirada em Leavis”.²⁶ Como se pode depreender do relato de Williams, o afastamento em relação ao Partido Comunista e o engajamento no projeto da nova revista estão interligados não apenas pela necessidade de recorrer a influências teóricas mais robustas do que aquelas fornecidas pela teoria socialista avalizada pelo Partido, mas também porque integram o deslocamento de Williams em direção a uma nova forma de atuação política:

naquele momento o meu comprometimento era com uma nova política cultural. Mankowitz, Collins e eu achávamos que os intelectuais literários comunistas não entendiam muito do que fazíamos. Sentimos que poderíamos ser mais abertos e críticos do que o PC com relação às controvérsias da época. Mas, politicamente, mantínhamo-nos bastante radicais. [...] Sei que é muito difícil explicar, mas houve momentos em que estávamos convencidos de sermos os elementos mais radicais em nossa cultura. Estávamos certos disso. Sabíamos estar à esquerda do Partido Trabalhista, e considerávamos o Partido Comunista irrelevante devido aos erros intelectuais que havia cometido.²⁷

Essa política cultural se alinhava à política socialista, por exemplo, em sua defesa do “financiamento de instituições para a educação e a cultura popular que poderiam resistir às campanhas políticas da imprensa burguesa, que já ganhavam terreno”.²⁸ E se aproximava da crítica literária e cultural exercida em Cambridge – sobretudo pelo grupo da revista *Scrutiny*, encabeçado por F.R. Leavis (1895-1978) – no “radicalismo cultural” encampado por essa vertente, crítico “ao academicismo, à Bloomsbury, à cultura literária metropolitana, à imprensa comercial e à publicidade”.²⁹

Politics and Letters foi encerrada em 1948, em razão, principalmente, de dificuldades materiais. Williams, contudo, se desligou da revista um ano antes, em decorrência de desavenças pessoais com Mankowitz e Collins.³⁰ Voltando-se a esses acontecimentos trinta anos depois, Williams concluiria que *Politics and Letters* estava destinada ao fracasso desde o início, dado seu lugar incerto e instável na cena intelectual inglesa, a partir do qual seus editores

²⁶ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 53. Ao buscar esse lugar, a revista pretendia se afirmar como uma publicação aberta a diversas leituras e correntes: “Estávamos determinados a manter um periódico aberto. Por exemplo adotamos o princípio – não que tenhamos sempre o seguido – de críticas antagônicas. Éramos contrários a críticas favoráveis a nós, que pensávamos serem características de revistas londrinas. [...] a nossa prática geral era a de uma reação contra a imprensa do partido e contra a *Scrutiny*, que estava se tornando um periódico bastante fechado, ecoando estranhamente nos periódicos de partidos, com suas diretrizes e graus de iniciação em um círculo interno”. *Idem*, p. 58.

²⁷ *Idem*, pp. 53-4.

²⁸ *Idem*, p. 62.

²⁹ *Idem*, pp. 54-5.

³⁰ Discordâncias em parte favorecidas pela relação menos próxima de Williams com seus dois colaboradores: “Mankowitz realizou o trabalho mais duro na editoração. Ele e Collins eram amigos antigos – havia sempre uma relação ligeiramente assimétrica, com eles indo ao escritório no final de semana, planejando a revista e escrevendo juntos, enquanto eu aparecia com menos frequência”. *Idem, ibidem*.

pretendiam conciliar uma política socialista ao instrumental teórico-analítico da crítica literária dominante na época: “ainda partilhávamos uma ilusão com a posição que era exatamente a que atacávamos. Achávamos que poderíamos fazê-la simplesmente por meio do argumento literário, pelo discurso cultural”.³¹ Segundo o relato de Williams à *New Left Review*, o fim da parceria com Mankowitz e Collins, seguido do fechamento de *Politics and Letters*, lançou-o em uma crise pessoal que perdurou por anos e que, segundo ele, foi enfrentada pela imersão quase que completa no trabalho.

Por um tempo, eu estava em tal estado de fadiga e de recuo que parei de ler jornais ou ouvir as notícias. Naquele momento, afora continuando com o ensino na educação para adultos, senti que eu só poderia sair desse nó de uma forma não colaborativa. Recuei para fazer meu próprio trabalho. Nos dez anos que se seguiram, escrevi num isolamento quase completo.³²

Essa crise foi ao mesmo tempo reforçada e atenuada pelo fato de Williams ter exercido ao longo desses anos (entre a segunda metade dos anos 1940 e o início da década de 1960) a função de tutor na educação de adultos. Reforçada porque manteve Williams em uma posição profissionalmente marginalizada.³³ Mas também atenuada, na medida em que a atuação na educação de adultos permitiu a Williams manter um intenso ritmo de trabalho e com um grau de autonomia que dificilmente seria alcançado, ao menos naquela época, em algum posto universitário. De fato, esse período foi marcado não apenas pelo desempenho das obrigações inerentes à atividade de tutor – como a organização de cursos, além do desempenho de tarefas burocráticas –, como também por uma produção intelectual extraordinária que resultou na publicação de seus três primeiros livros: *Reading and Criticism* (1950), *Drama from Ibsen to Eliot* (1952) e *Drama em cena* (1954).³⁴

A educação de adultos não foi apenas o meio no qual Williams atuou até sua admissão como docente em Cambridge, em 1961, como também forneceu o grosso do público leitor de

³¹ *Idem*, pp. 63-4.

³² *Idem*, p. 66.

³³ “Em 1946, os tutores não gozavam da mesma estabilidade, instalações e oportunidades de progressão que os docentes da universidade. Mas, por volta de 1961, a assimilação estava avançada, embora tenha sido apenas em 1960 que Williams assegurou uma forma de promoção. Isso refletia e reforçava a marginalização da educação de adultos patrocinada pela universidade. Seus críticos acreditavam que aquele trabalho ‘não era de qualidade universitária’”. John McIlroy, “Border Country: Raymond Williams in adult education”, em John McIlroy & Sallie Westwood (ed.), *Border Country. Raymond Williams in Adult Education*, Leicester, National Institute of Adult Continuing Education, 1993, p. 275.

³⁴ Williams também publicou nesses anos *Preface to Film* (1954), em parceria com Michael Orrom (1920-1997), crítico de cinema que frequentou Cambridge na mesma época.

Politics and Letters, o que se explica pelo contexto histórico mais amplo.³⁵ Após a devastação produzida pela Segunda Guerra, a intervenção estatal e o planejamento centralizado assumiram importância central no plano dos esforços para a reconstrução da Grã-Bretanha e da Europa. Embora o projeto de um Estado de Bem-Estar Social fosse uma bandeira empunhada por diversos setores da esquerda britânica desde os anos 1930, é sintomático que a sua concretização tenha se dado justamente sob a liderança do governo trabalhista eleito no bojo da vitória sobre o Eixo, em 1945.³⁶ Nesse sentido, a vitória trabalhista nas primeiras eleições gerais após o fim da guerra e o esforço concentrado para o estabelecimento das bases do Estado de Bem-Estar Social na Grã-Bretanha figuram entre os efeitos mais gerais produzido por aquela experiência. Outro componente desse novo clima foi o projeto de educação de adultos:

Para as gerações de radicais amadurecendo na atmosfera do front popular, a vitória sobre o fascismo [...] e a vitória sobre os conservadores cumpriram a promessa dos anos de guerra. A necessidade de redistribuição substancial de capital em todas as suas formas era avassaladora, e a educação de adultos apresentava um meio óbvio pelo qual essa mudança, agora em movimento, poderia ser levada adiante.³⁷

Foi no interior desse projeto que Williams concentrou sua atuação profissional e intelectual entre 1946 e 1961, como tutor na Oxford Delegacy for Extra-Mural Studies, primeiro em Sussex e, a partir de 1952, em Hastings. Para alguém que não estava interessado em seguir a carreira acadêmica universitária e que precisava de um salário,³⁸ aquela surgia como a melhor alternativa. Além disso, a educação de adultos orientava-se por um projeto político em alguma medida afinado com muitos dos ideais que Williams já cultivava naquela época:

A ideologia da educação de adultos na qual Williams ingressou era fortemente social-democrata. Colocada em um quadro de crença otimista na habilidade da educação para estimular reforma social controlada e gradual, o seu objetivo inicial era municiar a classe trabalhadora com uma educação liberal rigorosa, centrada nas ciências sociais.

³⁵ “Quase todos os tutores da WEA [Worker’s Educational Association] eram socialistas de uma cor ou de outra. E estávamos todos envolvidos na educação de adultos. Assim, encarávamos os periódicos como vinculados a essa formação bastante promissora por meio de conexões do movimento trabalhista. Se havia um grupo ao qual *Politics and Letters* se referia, esse grupo era composto por tutores da educação de adultos e seus alunos”. *Idem*, p. 57

³⁶ Nas palavras de Fred Inglis, biógrafo de Williams: “Os jovens heróis da Inglaterra trabalhista [...] foram criticamente influenciados pela curiosa formação social de uma nação em guerra”. Fred Inglis, *Raymond Williams*, London, Routledge, 1998, p. 160.

³⁷ Stephen Woodhams, *History in the Making: Raymond Williams, Edward Thompson and Radical Intellectuals, 1936-1956*, London, Merlin Press, 2001, p. 74.

³⁸ Necessidade tornada ainda mais urgente pela situação doméstica. Williams e sua futura mulher, Joy Dalling, se conheceram em 1939, em Cambridge (para onde a London School of Economics, onde ela estudava, foi evacuada durante a guerra). Eles se casaram em junho de 1942 e tiveram três filhos: Merryn (n. 1944), Ederyn (n. 1946) e Madawc (n. 1950). Cf. Dai Smith, *Raymond Williams: A Warrior’s Tale*, Cardigan, Parthian Books, 2008.

[...] No coração da abordagem liberal estava a concepção de diálogo entre tutor e estudantes, intelecto treinado e experiência.³⁹

De um modo mais geral, a experiência na educação de adultos gerou um impacto decisivo na conformação do tipo de intervenção intelectual e política levada a cabo por Williams ao longo de toda a sua carreira. Pois foi nesse trabalho que ele se viu obrigado a pensar seus textos e aulas no confronto direto com um público mais amplo do que aquele presente nos bancos das universidades.⁴⁰ Não há como não reconhecer na preocupação com a clareza que emana de seus textos uma das reverberações dessa primeira experiência docente.

A crise pessoal na qual Williams se viu envolto ao longo dos anos 1950 começou a desanuviar por volta de 1956. Isso se deu, sobretudo, por seu contato, por intermédio do historiador, professor em Oxford e intelectual socialista G.D.H. Cole (1889-1959), com o grupo então envolvido na montagem de uma nova publicação, a *Universities and Left Review*. Como veremos a seguir, a ULR constituiu um dos embriões do movimento de renovação teórica e política da esquerda britânica que viria a ser conhecido como Nova Esquerda. Por hora, vale destacar o que esse dado nos diz sobre a crise vivenciada por Williams desde o fim de *Politics and Letters*. Por um lado, essa foi uma crise fundada nas mesmas contradições que condenaram a revista, entre filiações políticas e teóricas conflitantes. Nesse sentido, a crise vivida por Williams nos anos 1950 foi a de alguém que não sabia por qual caminho seguir – se o caminho ditado por sua filiação política e intelectual ao socialismo ou se aquele orientado pelos princípios teóricos e analíticos impostos pela crítica literária, sua área de atuação profissional. Por outro lado, tratou-se de uma crise detonada pela ausência de conexões políticas, sobretudo em vista de seu distanciamento em relação ao Partido Comunista.

1956 também foi o ano em que Williams concluiu a escrita de *Cultura e sociedade*, livro que se tornaria um dos marcos da Nova Esquerda. Em um intervalo de alguns anos, o tutor na educação de adultos mergulhado em uma rotina de trabalho intensa (e cada vez mais maçante) se aproximou de um grupo de intelectuais socialistas que estava prestes a revirar o cenário intelectual e político da esquerda britânica, publicou um livro que se tornou uma referência

³⁹ McIlroy, *op. cit.*, p. 272.

⁴⁰ “Recepção ativa, a resposta viva que a comunicação real suscitava, na educação de adultos e na vida, dependiam da criação de ‘uma comunidade de experiência’ e de igualdade humana e intelectual. Foi essa meta que Williams se impôs. Nesse contexto, os estudantes, é bom lembrar, estavam geralmente distantes dos quadros proletários que alguns imaginam com apreço, e que Williams desejava ensinar. Williams não estava pregando para convertidos; ele tinha de argumentar por meio de questões básicas. De fato, a conexão entre suas aulas e suas obras está demonstrada pelos meios pelos quais seus livros influenciaram muitos daqueles cujas preocupações não estavam pautadas pelo discurso acadêmico ou por uma cultura de esquerda compartilhada”. John McIlroy, “The Unknown Raymond Williams”, em John McIlroy & Sallie Westwood (ed.), *Border Country. Raymond Williams in Adult Education*, Leicester, National Institute of Adult Continuing Education, 1993, p. 6.

imediate para o movimento encabeçado por essa nova geração e foi, com isso, elevado à posição de uma referência intelectual e política. Tendo em vista esse contraste entre antes e depois – da publicação de *Cultura e sociedade* e da emergência da Nova Esquerda –, o percurso de Raymond Williams ao longo dos anos 1950 pode ser tomado, em retrospecto (e segundo um recorte bastante enviesado), como preâmbulo da história que ele protagonizaria no futuro:

Ele trabalhava fanaticamente. Fanaticamente ele buscava explicação histórica para a estrutura de sentimento na qual sua geração estava presa. Fanaticamente ele se agarrava firmemente a sua posição, embora sabendo, ou ao menos sentindo, que não podia recuar nem avançar em relação a ela. As mudanças sísmicas do final de 1956 alteraram tudo isso e converteram o fanático em alguém que poderia ser visto agora, na verdade, como Eric Hobsbawm, lembrando os anos 1940, caracterizou-o: “um homem à espera”.⁴¹

1.2 Nada será como antes

A dificuldade em definir a Nova Esquerda decorre de duas de suas características: a diversidade interna – o que inviabilizou, inclusive, a formulação de um programa político e teórico que pudesse ser abraçado por todos os seus membros – e o fato de que a Nova Esquerda surgiu não apenas fora do Partido Trabalhista (então, a principal força política da esquerda britânica), mas também porque teve como um de seus principais impulsos o plano de oferecer novos modelos de organização, menos centralizados e burocratizados – e, segundo os pressupostos assumidos por seus integrantes, mais democráticos. Em certa medida, se a rejeição às formas mais rígidas e hierarquizadas de organização (cujo principal modelo era dado, na época, pelo centralismo democrático dos partidos comunistas) permitiu à Nova Esquerda se diferenciar dos modelos de ação política então em voga, também contribuiu decisivamente para o seu enfraquecimento como movimento e veículo de um projeto político. Daí a recorrência dos mais diversos qualificativos – grupo, corrente, movimento, rede – entre as análises que pretenderam definir a Nova Esquerda.⁴²

A ideia da Nova Esquerda como um “movimento” foi sempre mais uma visão e uma aspiração do que uma realidade substancial. O conceito de “movimento” foi adotado com vistas a diferenciar essa nova prática política daquela dos partidos políticos convencionalmente burocráticos, seja das variedades comunista ortodoxa ou

⁴¹ Smith, *op. cit.*, p. 490.

⁴² Michael Kenny, *The First New Left. British Intellectuals After Stalin*, London, Lawrence & Wishart, 1995, p. 32.

trabalhista. A ideia era de que um movimento era fluído, aberto, participativo e inclusivo, intimamente em contato com comunidades vivas em modos que os partidos tinham deixado de ser em sua maioria.⁴³

O projeto encarnado na Nova Esquerda começou a ganhar corpo pelas mãos de dois grupos, reunidos em torno das revistas *The New Reasoner* e *Universities and Left Review* (cuja fusão deu origem, em dezembro de 1959, à *New Left Review*). Dois empreendimentos intelectuais e políticos que apareceram no quadro das crises que chacoalharam de cima a baixo aquelas que se mantinham até então como as “tradições dominantes da esquerda na Grã-Bretanha”.⁴⁴ Por um lado, o comunismo fiel à ortodoxia soviética, abalado pela revelação dos crimes de Stalin e pela invasão de Budapeste pelo Exército Vermelho; por outro, a social-democracia gravitando em torno do Partido Trabalhista, desmoralizada pela derradeira manifestação das ambições imperialistas do Estado britânico em Suez. Foi nesse quadro de crise (e em reação a ele) que começaram a se delinear no final dos anos 1950 os primeiros esforços dirigidos à renovação teórica e política da esquerda na Grã-Bretanha.

Em 14 de fevereiro de 1956, teve início o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No último dia do encontro, durante uma sessão fechada às delegações estrangeiras, Nikita Krushev (1894-1971), primeiro-secretário do Comitê Central do Partido de 1953 a 1964, denunciou os crimes de Stalin. Em março, Budapeste foi tomada por manifestações – estimuladas pela reabilitação de Lázsló Rajk (1909-1949), líder húngaro detido, torturado e executado a mando de Stalin –, prontamente esmagadas pelas tropas soviéticas.

No desenrolar desses acontecimentos tornou-se evidente o alinhamento da liderança do Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB, na sigla em inglês) à autoridade soviética, seja na condenação das manifestações de Budapeste como “contra-revolucionárias”,⁴⁵ ou na interdição de qualquer debate interno acerca da história e do legado do stalinismo.⁴⁶ Foi nesse quadro que

⁴³ Michael Rustin, “The New Left as a Social Movement”, em Robin Archer, *Out of Apathy: Voices of the New Left Thirty Years On: papers based on a conference organized by the Oxford University Socialist Discussion Group*, London, Verso, 1989, p. 120.

⁴⁴ Rustin, *op. cit.*, pp. 4-5.

⁴⁵ Francis Beckett, *Enemy Within: The Rise and Fall of the British Communist Party*, Rendlesham, Woodbridge, Suffolk, Merlin Press, 1998, p. 133.

⁴⁶ No relato de John Saville, um dos muitos membros do partido assombrados por aqueles acontecimentos: “Os pontos principais do discurso secreto [de Krushev] logo se tornaram conhecidos, ao menos para aqueles que liam além do *Daily Worker* [jornal oficial do partido] de Londres”. John Saville, “Edward Thompson, the Communist Party and 1956”, *The Socialist Register*, 1994, p. 21.

um grupo de militantes comunistas – encabeçados por John Saville (1916-2009) e E. P. Thompson (1924-1993) – se organizaram para estabelecer, em meados de julho de 1956, uma publicação interna ao partido, *The Reasoner*, projetada como parte do esforço para colocar em questão um modelo de organização interna que lhes parecia excessivamente burocratizado e hierarquizado e, portanto, pouco democrático.⁴⁷ Se a indisposição das lideranças partidárias em abrir espaço para o debate tinha a sua expressão mais eloquente na ausência de qualquer discussão nas páginas do *Daily Worker*, o jornal oficial, nada mais desafiador do que criar um novo fórum no qual esses debates pudessem ter lugar.

Para aqueles comunistas, a crise em meio a qual o partido se via envolto só poderia ser superada se se enfrentasse o “problema dos direitos dos membros, sua frustração em terem negado o acesso a voz efetiva e a subordinação desses à prática do centralismo democrático”.⁴⁸ No entanto, à medida que as iniciativas pela renovação das práticas internas ao partido não só não progrediam como passaram a ser ferrenhamente combatidas pelas lideranças, não restou a eles outra alternativa que a desfiliação. Como o desligamento formal do partido não significava o abandono do projeto de reforma do movimento comunista, decidiu-se pela manutenção da revista, rebatizada como *The New Reasoner*.⁴⁹

No editorial do primeiro número da revista (publicado no verão de 1957), já era declarada a disposição daquele grupo de se contrapor ao stalinismo. Para os membros da revista, a “ortodoxia estatal do marxismo-leninismo-stalinismo” (ao lado do “trotskismo dogmático”) constituiria uma redução do marxismo, gestada ao longo de “quarenta anos de emergências desesperadas, guerras e conflitos facciosos”. Ortodoxias cuja presença no contexto britânico teria tido efeitos especialmente perversos, uma vez que a reação a elas “fortaleceu a predisposição tradicionalmente pragmática e antiteórica do movimento operário britânico, estreitou sua perspectiva internacionalista e diminuiu suas perspectivas revolucionárias”.⁵⁰

Atentos ao plano mais geral da política e da ideologia do movimento comunista da época, o grupo da NR acreditava que qualquer avanço de uma pauta socialista dependeria, em primeiro lugar, da superação do “impasse internacional”, produto da Guerra Fria, no qual teriam se enredado tanto a direita como a esquerda e que se manifestava no diagnóstico – compartilhado por ambas as faixas do espectro político e cristalizado na tese dos dois campos

⁴⁷ Cf. Woodhams, *op. cit.*, p. 128-130.

⁴⁸ *Idem*, cit., p. 132.

⁴⁹ *Idem*, p. 51.

⁵⁰ “Editorial”, *The New Reasoner*, Summer 1957, number 1.

–, de que somente poderia ser possível arriscar qualquer iniciativa depois que o bloco adversário entrasse em colapso.⁵¹

O segundo grupo que deu origem à Nova Esquerda reunia-se em torno da revista *Universities and Left Review* (fundada na primavera de 1957).⁵² Esse grupo era formado, majoritariamente, por “jovens acadêmicos e estudantes de pós-graduação ligados à Oxford University que queriam reunir política radical e análise cultural como um antídoto à estreiteza intelectual do que era representado como o espírito que presidia o Fabianismo na esquerda”.⁵³ Para esse grupo, 1956 foi o ano da crise desencadeada pela invasão franco-britânica de Suez, evento que colocou em primeiro plano o enfraquecimento das potências europeias e os efeitos desastrosos das suas ambições imperialistas sobre os povos das nações colonizadas.⁵⁴

Em termos mais propriamente teóricos, esse grupo se distinguia pelo projeto de desenvolver uma “análise revisionista da nova sociedade”, isto é, uma abordagem que recusasse o “determinismo econômico marxista” de modo a compreender a fase contemporânea do capitalismo a partir da dimensão da cultura.⁵⁵ Foi nesses mesmos termos que o grupo definiu a política defendida por sua revista: “Seu compromisso com um socialismo mais amplo e mais contemporâneo, assim como sua ênfase em uma análise revigorada e realista das condições contemporâneas, forneceram as orientações dentro das quais seus escritores trabalharam”.⁵⁶ No interior desse projeto vigorava uma relação necessária entre a tarefa de elaborar uma aproximação renovada da realidade e o privilegiamento do estudo dos problemas da cultura:

Em sua preocupação pela restauração de um sentido de comunidade genuíno na vida política britânica, esses pensadores – incluindo Charles Taylor, Stuart Hall, Norman Birnbaum, Raymond Williams e Rod Prince – tentaram uma avaliação mais concreta da ética necessária para o avanço socialista. Esse projeto moveu-se então para ainda mais longe do marxismo ortodoxo. A atenção era colocada na reprodução dos valores dominantes na sociedade, [...], e como esses podem ser deslocados e substituídos por uma cultura política participativa e um novo senso de comunidade.⁵⁷

⁵¹ “Beyond the bomb”, *The New Reasoner*, n. 4, Spring 1958, p. 1.

⁵² Cf. Smith, *op. cit.*, p. 438.

⁵³ Stefan Collini, *Absent Minds. Intellectuals in Britain*, Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 171. Como assinala Dennis Dworkin, os principais espaços em Oxford nos quais esse grupo se formou foram as aulas de G.D.H. Cole, nas quais seus membros entraram em contato com textos de pensadores europeus que compartilhavam as mesmas preocupações, e o Clube Socialista de Oxford, em cujas sessões foram discutidos, entre outros textos, dois capítulos de *Cultura e sociedade*, de Williams. Dennis Dworkin, *Cultural Marxism in Postwar Britain. History, the New Left, and the Origins of Cultural Studies*, Durham and London, Duke University Press, 1997, p. 55.

⁵⁴ A crise foi detonada pela nacionalização do Canal de Suez, uma posseção conjunta de França e Reino Unido, conduzida pelo governo egípcio liderado por Gamal Abdel Nasser, em julho de 1956.

⁵⁵ *Idem*, pp. 58-61.

⁵⁶ Kenny, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁷ *Idem*, p. 74-5.

Portanto, embora ambos os grupos se aproximassem em sua defesa de novos métodos de ação e organização política, ainda assim havia diferenças importantes entre eles, que explicam, em larga medida, tanto as tensões que emergiram logo após a sua fusão no final de 1959, como a sua dissolução pouco mais de dois anos depois. Para além das diferenças mais evidentes de recorte geracional (os membros da ULR eram, via de regra, mais novos), havia uma diferença decisiva quanto à formação política. Afinal, a geração da NR se formou nas fileiras do Partido Comunista, daí extraíndo certos valores que a distanciavam, em comportamento e temperamento, da geração mais nova da ULR:

Todas essas figuras [da NR] absorveram, de diferentes modos e em diferentes lugares, a complexa e potente cultura interna do partido [Comunista] [...]. As virtudes de solidariedade, auto-sacrifício e disciplina tinham sido estendidas a um *ethos* comunal vinculante pela hostilidade e marginalização que comunistas individuais experimentaram durante a Guerra Fria.⁵⁸

Assim, os membros da Nova Esquerda oriundos do Partido Comunista compartilhavam certos valores não só pela formação política em comum, mas também pelo contexto muito específico no qual ela se deu, marcado tanto pela experiência da marginalização política (em um cenário no qual o Partido Trabalhista era a força dominante) como pelo risco iminente de eliminação (política e física) representado pela ameaça fascista. Ainda que a geração da ULR, cuja formação se deu, *grosso modo*, dentro dos muros da universidade, também tenha se deparado com a ameaça igualmente feroz do desastre nuclear, esta assumiu um significado distinto, o que explica inclusive o seu apelo entre as classes médias.⁵⁹

De um ponto de vista mais propriamente teórico, ainda havia uma outra diferença relevante, relativa à forma como cada um desses grupos se relacionava com o marxismo:

Os socialistas da *New Reasoner* desejavam rejuvenescer a teoria marxista removendo as distorções stalinistas e desenvolvendo-a em novos e criativos modos. [...] A geração mais nova associada à ULR, por outro lado, reconhecia o marxismo como uma parte crítica de sua herança, mas eles questionavam a sua relevância para compreender as complexidades da sociedade contemporânea.⁶⁰

Essa diferença importa bastante, entre outras razões, porque aponta para a divergência teórica mais geral entre os dois grupos, no interior da qual se inscrevem divergências mais específicas.

⁵⁸ *Idem*, p. 16.

⁵⁹ “Os individualistas estão marchando porque eles sabem que a paz é a própria pré-condição do individualismo; e, à medida que marcham, eles descobrem dentro de si aspirações insuspeitas – novos vínculos sociais, um novo sentido de comunidade potencial, uma intuição quanto à natureza do poder de classe”. E.P. Thompson, “Commitment in Politics”, *Universities and Left Review*, n. 6, Spring 1959, p. 54.

⁶⁰ Dworkin, *op. cit.*, p. 62.

Assim, quando se tem em vista essa diferença mais geral, fica mais claro o sentido das críticas que os membros da ULR dirigiam aos colegas da outra revista, sobretudo a Thompson, criticado por não empreender “um exame rigoroso da mudança social e do contexto em mudança da política britânica” e porque “colocava ênfase insuficiente sobre as cada vez mais diversificadas identidades sociais e políticas dos grupos subalternos no final dos anos 1950”.⁶¹ As críticas de Thompson aos membros da ULR gravitavam em torno desses mesmos pontos, como se pode depreender da leitura de um memorando que circulou entre os membros da *New Left Review* no qual ele expôs suas divergências com o novo diretor da revista, Perry Anderson:

Ele [Thompson] concluiu [o memorando] atacando o internacionalismo esposado por esse agrupamento [que, com Anderson, assumira a direção da revista], que resultou na maciça importação de marxismo continental e em uma atitude fetichista para com a política do “terceiro mundo”. A negação de terreno autóctone como o solo no qual a contribuição britânica a uma política radical, internacionalista teria de ser conquistada, era imperdoável.⁶²

Se Thompson figurava como a liderança teórica incontestável do grupo da NR – sendo, por isso, identificado como alvo privilegiado das críticas da outra seção da Nova Esquerda –, os membros da ULR passaram a reconhecer em Williams o seu principal referencial teórico.⁶³ Como colocou Dai Smith, houve aqui uma verdadeira convergência de interesses. Não só Williams se identificava com o projeto daquele grupo de alunos de Oxford de “superar atitudes políticas estreitas e estruturas que, especialmente na esquerda, não estavam em correspondência com a ‘estrutura de sentimento’ detectável em estilos de vida contemporâneos e na cultura mais ampla”.⁶⁴ Também aquele grupo reconhecia Williams, apesar da diferença geracional, “como uma figura relativamente mais experiente [*senior*],⁶⁵ mas em alguma medida menos oficial do que os outros socialistas acadêmicos que se dirigiam a eles por escrito e pessoalmente”.⁶⁶ Estabeleceu-se assim uma aproximação tornada possível por afinidades teóricas e políticas, o que talvez tenha compensado a distância imposta pelo fosso geracional.⁶⁷

⁶¹ Kenny, *op. cit.*, p. 75.

⁶² *Idem*, p. 31.

⁶³ Cf. Kenny, *op. cit.*, p. 75. Aproximação intermediada em um primeiro momento, como mostra Woodhams, por G.D.H. Cole, “mentor político da Sociedade Socialista [de Oxford], a partir da qual a ULR nasceu”. Woodhams, *op. cit.*, p. 99.

⁶⁴ Smith, *op. cit.*, p. 399. Como diz Smith em outra passagem: “Ele [Williams] não apenas entregou extratos de capítulos à ULR, como compareceu voluntariamente a encontros em Oxford e em Londres que se deram em torno de um intenso momento de confiança muito mais do que por causa de expectativas de qualquer movimento enraizado”. *Idem*, p. 445.

⁶⁵ Vale notar que o termo *senior* pode significar tanto mais velho como superior.

⁶⁶ Smith, *op. cit.*, pp. 445-6.

⁶⁷ Aspecto no qual, como argumenta Smith, ele também se diferenciava de Thompson: “Quando muito, o exuberante Thompson, um magistral polemista e fraseador, era mais a figura ‘conhecida’ nessa época, do que o reservado e autocontido Williams”. *Idem*, p. 411.

Em contraste com o projeto da NR – enraizado nos debates no interior do marxismo –, Williams e o grupo da ULR se aproximavam por compartilharem um projeto comum de desenvolver um diagnóstico que fosse capaz de enfrentar um novo estado de coisas (ou, ao menos, algo que eles viam como novo). Em outras palavras, “foi a Nova Esquerda mais jovem que perseguiu mais de perto o tema da cultura e da sociedade britânica contemporânea, enquanto a *New Reasoner* estava mais preocupada com as questões incessantes da teoria e política marxistas”.⁶⁸

Portanto, Williams ocupa uma posição intermediária entre os grupos formativos da Nova Esquerda – mais próximo dos comunistas da NR em sua formação política e intelectual e mais identificado com os jovens da ULR em seu projeto de uma teoria da cultura do capitalismo. Contudo, como uma análise de seus dois primeiros grandes textos – *Cultura e sociedade* (1958) e *The Long Revolution* (1961) – deixa ver, Williams não se manteve acomodado nesse espaço intermediário, uma vez que procurou superar o fosso entre as duas metades da Nova Esquerda ao projetar uma abordagem capaz de dar conta das especificidades da configuração contemporânea da cultura a partir de uma atualização da teoria marxista.

1.3 Abrindo a trilha

Cultura e sociedade ocupa um lugar especial na obra de Williams não apenas por marcar uma primeira tentativa de superar as limitações da tradição da crítica cultural e literária conservadora, mas também por encerrar uma “primeira tentativa sistemática de articular tanto os limites como as possibilidades da teoria marxista”.⁶⁹ Em outras palavras, não se tratava, para Williams, de optar entre uma ou outra das tradições confrontadas, mas de identificar suas limitações segundo a tarefa de compreender as questões teóricas e políticas que então se impunham. Além disso, o tipo de diálogo que Williams estabeleceu com o marxismo nesse primeiro momento foi influenciado decisivamente pela articulação do projeto de crítica das tradições da crítica cultural conservadora e do marxismo com o plano de elaborar uma abordagem teórico-analítica alternativa.

Em primeiro lugar, atentar para a articulação desses dois projetos ajuda a entender por que Williams se aproximou do marxismo a partir da discussão do problema da cultura, o que

⁶⁸ Woodhams, *op. cit.*, p. 165.

⁶⁹ John Higgins, *Raymond Williams. Literature, Marxism and Cultural Materialism*, London and New York, Routledge, 1999, p. 101.

supunha, entre outras coisas, verificar em que medida seria possível distinguir uma teoria da cultura propriamente marxista. Partindo desse ponto, Williams chegou à seguinte questão: como a cultura (e, nela, a arte) e o social se relacionam, ou, para empregar os termos consagrados pelo debate marxista da época, de que modo se dá a relação entre base e superestrutura.

Williams localiza um primeiro esboço daquilo que poderia ser qualificado como uma teoria da cultura em Marx justamente na conhecida passagem da introdução à *Crítica da economia política* (1859) em que é apresentada a distinção entre a “estrutura econômica da sociedade” e a “superestrutura política e jurídica” que se forma sobre ela. Vale a pena citar a passagem de Marx na íntegra, tal como reproduzida por Williams, com vistas a reter mais claramente, em seguida, a especificidade da sua leitura. Diz Marx:

Na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se erige uma superestrutura política e jurídica e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, e sim, pelo contrário, seu ser social que determina sua consciência. [...] Quando a base econômica muda, toda a imensa superestrutura construída se transforma, mais ou menos rapidamente. *Ao considerarmos essas transformações, devemos distinguir entre as transformações materiais das condições econômicas de produção que podem ser determinadas com a precisão da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas – em suma, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para solucioná-lo.*⁷⁰

Para Williams, a sentença final da passagem resume o ponto mais importante do argumento de Marx. Pois não se trata de supor uma relação de sucessão temporal ou de determinação unilateral entre as relações e os processos ali distinguidos, mas de reter a singularidade de cada um desses conjuntos e como essa singularidade impõe a exigência de uma análise específica das mudanças que se processam em cada um deles – ou, nas palavras de Williams, importa fixar “a palavra de Marx de que as mudanças nessa última [na superestrutura] são necessariamente sujeitas a um modo de investigação diferente e menos preciso”.⁷¹ Portanto, a própria formulação de Marx já admitiria a pertinência de estudos interessados especificamente nos problemas da cultura.

⁷⁰ Apud Raymond Williams, *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell* [1958], Petrópolis, RJ, Vozes, 2011, p. 291, grifos nossos.

⁷¹ *Idem*, p. 291.

Segundo Williams, Marx oferece, na passagem acima reproduzida, antes de tudo uma analogia, valendo-se de duas imagens (“base” e “superestrutura”). Analogia que, dirá Williams, foi convertida, ao longo da história do marxismo, em uma descrição literal do funcionamento da vida social, de modo que, de imagens, “base” e “superestrutura” foram convertidas em verdadeiros conceitos. Dessa distorção da formulação original de Marx resultaria uma teoria fraca – justamente porque apoiada no que era, originalmente, uma mera analogia – e que, embora se reivindique herdeira de Marx, careceria daquela ênfase que, para Williams, constitui a verdadeira singularidade da abordagem marxista original: “qualquer fórmula em termos de níveis, como em termos da estrutura e superestrutura, faz menos do que justiça aos fatores de movimento cuja percepção é a essência do marxismo”.⁷² Esses limites seriam especialmente evidentes no caso britânico, na medida em que, como argumenta Williams, as obras dos marxistas locais – sobretudo a geração dos anos 1930 – foram influenciadas, de um lado, pela tradição radical de inspiração romântica e, do outro, pelos desdobramentos políticos e ideológicos produzidos pelo combate ao fascismo nos anos 1940. Muito pouco dessas contribuições decorreria da influência teórica de Marx e de qualquer engajamento sério e demorado com a sua obra. De certo modo, Williams via o preenchimento dessa lacuna como uma das tarefas urgentes da sua geração.⁷³

Avançando mais algumas casas em seu acerto de contas com essa variedade de marxismo, Williams dirá que “qualquer tentativa válida de uma teoria marxista da cultura” deveria atentar, por um lado, às especificidades dos processos e relações que se inscrevem na rubrica “superestrutura” e, por outro, às transformações e mudanças que têm lugar na vida social e que devem ser o objeto de investigação privilegiado daquela teoria.⁷⁴ Contudo, como destaca Williams, isso não basta. Pois não está em questão aqui o retorno a uma suposta teoria original primeva. Porque não só as potencialidades, mas também as limitações de Marx devem ser assinaladas, de modo a que a crítica se desdobre em uma ampliação do escopo da perspectiva marxista.

A dificuldade, no entanto, encontra-se nos termos da formulação original de Marx: se aceitarmos “estrutura” e “superestrutura” não como os termos de uma analogia sugestiva, mas sim como descrições da realidade, os erros se seguem naturalmente. Mesmo que os termos sejam vistos como os de uma analogia, eles ainda precisam de correção, como tentei sugerir.⁷⁵

⁷² *Idem*, p. 293.

⁷³ *Idem*, pp. 294-5. Para uma consideração mais detida da geração de marxistas ingleses dos anos 1930, cf. Rivetti, *op. cit.*, pp. 34-44.

⁷⁴ *Idem*, p. 292.

⁷⁵ *Idem*, p. 307.

Daí a preferência de Williams pelos termos “ser” e “consciência social” e sua tese de que uma abordagem marxista da cultura deve assumir como referência não o par base-superestrutura, mas “aquilo que é manifesto: o modo de vida como um todo”.⁷⁶ Alternativa que implica em tomar a vida social em sua totalidade, atentando para o modo como todos os processos interagem entre si (independentemente de sua inscrição em supostos níveis): “Pois ainda que o elemento econômico seja determinante, ele determina todo um modo de vida, e é a esse modo de vida, e não unicamente ao sistema econômico, que a literatura [ou qualquer outro componente da superestrutura, depreende-se] tem de ser relacionada”.⁷⁷ Essa última citação merece ser lida com atenção, pois revela a natureza da revisão teórica proposta por Williams, na medida em que não se trata aqui de recusar a existência de um processo de determinação operando no interior da vida social. Trata-se, isso sim, de destacar o caráter mediado do processo de determinação, no sentido de que o que comumente se inclui na superestrutura (literatura, arte, religião, política) é determinado pelo “modo de vida” como um todo, o qual, por sua vez, é determinado pelas forças econômicas.

A abordagem delineada por Williams em *Cultura e sociedade* foi desenvolvida em *The Long Revolution*. Williams reconstitui nesse texto a história das concepções sobre a arte, desde Platão e Aristóteles, passando pelo Renascimento e pelo Romantismo, até chegar às teorias psicanalíticas do século XX. Concepções que, apesar de todas as diferenças, se assemelham na admissão de uma “presumida oposição entre dois tipos de coisas distintos” – arte e realidade –, seja concebendo a arte como imitação da realidade ou como criação que fornece uma forma de transcendência (ou, visto de outro modo, evasão) da realidade.⁷⁸ Reiterando e desenvolvendo o argumento apresentado em *Cultura e sociedade*, Williams se opõe ao recurso a essa dualidade, cujas impropriedades estariam definitivamente demonstradas pelos avanços na compreensão dos modos de percepção.

⁷⁶ *Idem*, p. 306.

⁷⁷ *Idem*, p. 306. Essa posição será apresentada de forma mais sistemática em *The Long Revolution*: “A arte está ali, como uma atividade, com a produção, a comercialização, a política, a criação de famílias. Para estudar as relações adequadamente, devemos estudá-las ativamente, vendo todas as atividades como formas particulares e contemporâneas de energia humana. [...] Não é uma questão de relacionar a arte à sociedade, mas de estudar todas as atividades e suas inter-relações, sem qualquer concessão de prioridade a qualquer uma delas que nós possamos desejar abstrair. Se acreditamos, frequentemente, que uma atividade particular veio radicalmente alterar toda a organização, ainda não podemos dizer que é a essa atividade que todas as outras devem ser relacionadas; nós podemos apenas estudar os modos variados pelos quais, dentro da organização em mudança, as atividades particulares e suas inter-relações foram afetadas”. Raymond Williams, *The Long Revolution* [1961], Peterborough, Ont., Broadview Press, 2001, pp. 61-2.

⁷⁸ *Idem*, p. 35.

Os novos fatos sobre a percepção tornam impossível para nós supor que haja qualquer realidade experimentada pelo homem na qual as próprias observações e interpretações do homem não entrem. Portanto, as suposições do realismo ingênuo – ver as coisas como elas realmente são, bastante à parte de nossas reações a elas – se tornam impossíveis. No entanto, da mesma forma, os fatos da percepção de nenhuma forma nos conduzem a uma forma tardia de idealismo; eles não exigem de nós supor que não haja nenhum tipo de realidade fora da mente humana; eles apontam, isso sim, para a insistência de que toda experiência humana é uma interpretação da realidade não-humana. Mas isso, mais uma vez, não é a dualidade de sujeito e objeto – a suposição sobre a qual quase todas as teorias da arte se baseiam. Temos de pensar, ao contrário, na experiência humana como tanto objetiva e subjetiva, em um processo inseparável.⁷⁹

Tem-se aqui não só uma reiteração, mas um verdadeiro desenvolvimento do argumento exposto em *Cultura e sociedade*, na medida em que Williams pretende delinear os contornos de uma perspectiva original não só ao se opor às concepções deterministas, mecanicistas e dualistas, mas também ao remeter sua crítica ao nível mais fundamental da relação (mediada pela percepção) entre indivíduo e sociedade.

Segundo Williams, a questão da relação indivíduo-sociedade é central porque está no cerne do problema da cultura, definida por ele como processo (e produto) da interação “entre padrões aprendidos e criados na mente e padrões comunicados e tornados ativos em relações, convenções e instituições”.⁸⁰ Assim como com relação ao par base-superestrutura, argumenta Williams, não faz sentido estabelecer uma cisão entre indivíduo e sociedade. Afinal,

O processo contínuo de nossa organização humana é, ele próprio, uma ação e um ajustamento contínuos em relação a tudo o que não é humano, e o fato central dessa ação e desse ajustamento é um processo de aprendizado e comunicação que se desenvolveu através de variação contínua e do esforço de transmitir a variação.⁸¹

Em outras palavras, indivíduo e sociedade não constituem elementos imiscíveis, dado que ambos são produtos dos mesmos processos de aprendizado e comunicação. Ademais, não faz sentido pensar um indivíduo que exista fora da sociedade, na medida em que “as diferenças conscientes entre os indivíduos emergem no processo social”.⁸²

⁷⁹ *Idem*, p. 36.

⁸⁰ *Idem*, p. 89.

⁸¹ *Idem*, p. 117.

⁸² *Idem*, p. 100. O que supõe combater as noções dominantes de indivíduo e sociedade, gestadas no quadro de um processo que teve início com a Reforma Protestante e que atingiu o seu ponto máximo na sociedade industrial moderna: “Assim, podemos traçar nosso conceito do ‘individual’ àquele complexo de mudança que analisamos em seus aspectos separáveis como a Renascença, a Reforma, os começos da economia capitalista. Em essência, trata-se da abstração do individual do complexo de relações pelas quais ele tinha sido até então normalmente definido. A contraparte desse processo foi a abstração similar de ‘sociedade’, que indicara anteriormente uma relação efetiva – ‘a sociedade de seus membros’ –, mas que, no final do século XVI, começou a desenvolver o sentido moderno mais geral do ‘sistema de vida comum’ – sociedade como uma coisa em si mesma”. *Idem*, p. 93.

O projeto teórico que fornece uma das linhas de continuidade a ligar *Cultura e sociedade* e *The Long Revolution* se apoia na oposição de Williams àquilo que poderia ser designado como um marxismo ortodoxo – as vertentes que, para além de todas as possíveis divergências políticas e teóricas, compartilham a adesão a uma compreensão determinista e mecanicista da vida social e da história. Contra o dualismo dos esquemas base-superestrutura e arte-realidade, Williams propõe uma nova perspectiva que assume como referência maior a totalidade da vida social, isto é, o “modo de vida” no interior do qual o que as abordagens concorrentes representavam como elementos localizados em níveis distintos surgem como práticas posicionadas no mesmo nível, na medida em que todas elas seriam, antes de tudo, práticas materiais.

Apesar de já marcar um ponto de ruptura com as tradições da crítica cultural conservadora e do marxismo ortodoxo, o projeto delineado nesses textos da virada dos anos 1950 para os 1960 contém um traço que viria a ser reconhecido como importante limitação pelo Williams de duas décadas depois. Trata-se de uma característica cujo principal sintoma é o recurso frequente a uma escrita que assume um tom excessivamente genérico, em alguns momentos, demasiadamente abstrato e pouco preciso.

Como veremos a seguir, a crítica desse tom perpassou parte importante da recepção ao projeto de Williams. Sobretudo nos meios de esquerda, com destaque para a crítica elaborada por E.P. Thompson – talvez o exemplar mais importante dessa bibliografia, não só pelos vínculos entre os autores e pela posição ocupada por Thompson no universo da esquerda britânica, mas, sobretudo, pelo escopo de sua análise. Mais do que qualquer outro leitor, Thompson foi especialmente bem sucedido em jogar luz sobre as conexões entre o tom abstrato empregado por Williams e o conteúdo de suas teses, notadamente a ênfase na totalidade social e no modo de vida, o que o teria levado a perder de vista as singularidades das (e as diferenças entre as) práticas materiais que formam a totalidade da vida social.⁸³

⁸³ O que, para John Higgins, impõe limitações à própria aplicação da abordagem de Williams como instrumento de análise: “Se a unidade do processo social é, de fato, ‘indissolúvel’, então nenhuma análise causal dela é possível, o fluxo do processo social nunca pode ser apreendido ou articulado”. Higgins, *op. cit.*, p. 123.

1.4 Fogo amigo

A resenha de Thompson merece destaque, ademais, porque consiste no primeiro registro de contato entre os dois autores (segundo Dai Smith, até então “eles não tinham se conhecido ou correspondido”).⁸⁴ Como as divergências entre os grupos que deram origem à Nova Esquerda permitem antecipar, esse primeiro contato não foi marcado pela coincidência de interesses ou pela declaração de afinidades. Mesmo antes da publicação de *The Long Revolution*, Williams e Thompson se viam afastados por divergências mais profundas, relativas à história da militância comunista na Grã-Bretanha. Tanto por seu alinhamento ao grupo da ULR como por ter se afastado do comunismo antes de 1956, Williams era visto pelos proscritos do CPGB de forma bastante depreciativa (e injusta) como um “daqueles que deixaram o Partido para cultivar seus próprios jardins”.⁸⁵ Como o próprio Williams declarou posteriormente, para ele, muito da crítica de Thompson a *The Long Revolution* revela as marcas de um cenário conflagrado, no qual se destacava “uma inabilidade da esquerda para sustentar diferenças teóricas e apresentar uma frente comum”.⁸⁶

Até mesmo a decisão de publicar uma resenha de *The Long Revolution* na *New Left Review* envolveu discussões que ilustram como aqueles dois grupos tendiam a se afastar política e teoricamente em questões centrais e a tal ponto que a própria manutenção dos seus vínculos – que ganharam expressão formal em dezembro de 1959, com a fundação da revista – parecia em jogo. Quanto a isso, o relato do próprio Thompson diz tudo:

quando *The Long Revolution* de Raymond Williams saiu, Stuart Hall, como editor da *New Left Review*, me encarregou de escrever uma resenha sobre ele. Depois de ler o livro, pedi para ser dispensado da tarefa, dado que me parecia que minhas diferenças teóricas com Williams eram tão acentuadas que expressá-las completamente poderia comprometer as relações políticas da Nova Esquerda.⁸⁷

Felizmente, Thompson não deu seguimento a essa decisão, vindo a redigir um longo e denso comentário crítico publicado em duas partes, naquele mesmo ano, na *New Left Review*. Como aponta o autor logo de saída, ele estava interessado em examinar um paradoxo: qual seja, entre a “influência [de Williams] como um crítico socialista” – inicialmente, por intermédio do grupo da ULR e, em seguida, com a publicação de *Cultura e sociedade* e de *The Long*

⁸⁴ Smith, *op. cit.*, p. 411.

⁸⁵ *Apud* Smith, *op. cit.*, p. 410.

⁸⁶ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 129.

⁸⁷ *Apud* Kenny, *op. cit.*, p. 81.

Revolution – e o “seu próprio afastamento parcial da tradição intelectual socialista”.⁸⁸ Ao jogar luz sobre esse aparente paradoxo, Thompson pretendia testar a hipótese de que a influência de Williams talvez somente pudesse ser explicada justamente por seu afastamento em relação à tradição do pensamento socialista.

Segundo seu argumento, esse afastamento integra um contexto mais amplo e que diz muito sobre a tradição da qual Williams então procurava se afastar. Afinal,

[...] a principal tradição socialista intelectual neste país estava tão contaminada que Williams não poderia esperar de modo nenhum contestar com uma reação a menos que se dissociasse dela. As loucuras do *proletcult*, o estridente e cru reducionismo de classe que passava por marxismo em alguns círculos, a mistura de retórica quantitativa e casuísmo culpado que acompanhavam apologistas do Zhdanovismo – tudo isso parecia ter corroído até mesmo o vocabulário do socialismo. Com uma tradição comprometida a suas costas e com um vocabulário quebrado em suas mãos, ele fez a única coisa que lhe restava: assumiu o vocabulário de seus oponentes, seguiu-os até o coração de seus próprios argumentos e combateu-os até um impasse em seus próprios termos. Ele manteve as estradas abertas para os mais jovens e agora eles estão descendo-as mais uma vez. E quando, em 56, ele viu alguns de seus contemporâneos socialistas voltando para o seu lado, seu sorriso deve ter tido uma ponta de ironia.⁸⁹

Portanto, não se trata aqui de qualquer “tradição socialista”, mas de uma vertente bastante específica já criticada por Thompson em artigos publicados na *The New Reasoner* ao longo dos anos 1950, e por Williams em *Cultura e sociedade*: a corrente comunista subordinada às diretrizes de Moscou – ortodoxa em sua teoria e autoritária em suas práticas. Além disso, a passagem acima reproduzida esclarece o aparente paradoxo de que um expoente do pensamento socialista como Williams devesse sua posição ao afastamento em relação àquela tradição: afinal, conforme argumenta Thompson, dada a natureza política e teórica da ortodoxia soviética, somente a manutenção de uma distância segura em relação a ela poderia garantir um pensamento genuinamente socialista.

Contudo, ao mesmo tempo em que se afasta dos referenciais teóricos e analíticos do socialismo, Williams também se aproximaria, em um sentido substantivo, de seus adversários:

Não me refiro apenas àquele tom e àqueles maneirismos de estilo que derivam de [T.S.] Eliot. Mas também que o sr. Williams aceitou, em alguma medida, o modo de ver o problema de seus oponentes, e seguiu-os até suas próprias áreas de interesse, enquanto, ao mesmo tempo, negligenciando outros problemas e abordagens que têm sido as preocupações particulares da tradição socialista.⁹⁰

⁸⁸ E.P. Thompson, “The Long Revolution” (Part I), *New Left Review* I/10, May-June 1961, p. 24.

⁸⁹ *Idem*, p. 27

⁹⁰ *Idem*, p. 28.

Aí está o cerne do comentário de Thompson: trata-se de expor os efeitos, no argumento de Williams, desse duplo movimento, de afastamento e aproximação. E embora ele faça a ressalva de que Williams se valeu do instrumental teórico e analítico de seus adversários justamente para combatê-los, ainda assim, essa adesão, como bem mostra Thompson, cobrou o seu preço.

Segundo Thompson, a adoção do vocabulário e dos referenciais da crítica cultural inglesa redundou na elaboração de uma abordagem que apaga tanto o contexto histórico como as forças sociais reais em ação em uma determinada época. Uma abordagem desse tipo já se faria presente em *Cultura e sociedade*, notadamente na reconstrução de uma história cujo protagonista não são homens e mulheres reais, mas uma “tradição”. O mesmo teria se dado em *The Long Revolution*, onde Williams não nomeia claramente “as forças sociais precisas e os pensadores particulares” colocados frente a frente no bojo do processo histórico por ele descrito ao longo do livro. Segundo Thompson, o privilegiamento quase que exclusivo da tradição foi o que permitiu a Williams reunir, sob esse conjunto, nomes que assumiram posições não apenas distintas, mas em alguns casos opostas em relação ao que ele qualificou como “longa revolução”.⁹¹ Para Thompson, essa abordagem tão específica repercute no próprio estilo do texto, notadamente no “princípio de seleção que privilegia o impessoal ao pessoal e a construção passiva à ativa”.⁹²

Esse é um viés que também se faz presente no emprego da noção de “modo de vida”, central no argumento de Williams da época: “Nesse ponto, ficamos envolvidos em abstrações que hesitam repetidamente nos precipícios da tautologia”.⁹³ A tautologia aqui referida decorreria da definição de “cultura” como “todo um modo de vida”: pois, assim definida, “cultura” se torna quase que sinônimo de “sociedade”. Para Thompson, a abstração que permeia *The Long Revolution* resultaria, em grande medida, dessa definição particular de cultura:

Julgo difícil conceber uma sociedade separada do complexo de suas relações ou separada de sua organização, e supus que historiadores, sociólogos, antropólogos, de seus diferentes modos, estavam – ou deveriam estar – preocupados exatamente com essas questões de relação entre elementos e princípios de organização. Se o sr. Williams deseja colonizar tudo isso em nome da cultura, não precisamos discutir sobre o nome.⁹⁴

A segunda grande decorrência dos dois movimentos descritos por Williams (de afastamento em relação ao pensamento socialista e de aproximação em relação à crítica

⁹¹ *Idem*, p. 25.

⁹² *Idem*, p. 26.

⁹³ *Idem*, p. 32.

⁹⁴ *Idem*, p. 32.

conservadora) teria sido o desenvolvimento de uma abordagem que perde de vista as lutas e os conflitos que atravessam a história e a vida social e que se manifesta na ênfase que a análise de Williams coloca em “desenvolvimento”, “crescimento”, no surgimento de “novos padrões” – deixando de lado, em contrapartida, “os problemas do poder e do conflito”.⁹⁵ Esse tipo de enquadramento também joga luz sobre aquilo que parece a Thompson o caráter pouco radical da análise (e das posições políticas) de Williams nessa época. Pois é a ênfase nos modos de vida o que leva Williams a privilegiar não as “relações de poder” – aquilo que importa a Thompson –, mas as condições da comunicação: “então o problema central da sociedade hoje não é um de poder, mas de comunicação: devemos simplesmente superar barreiras de elites, grupos de status, linguagem e padrões culturais desagregadores, e expandir para uma cultura comum”.⁹⁶

O afastamento em relação ao marxismo explica, ainda, outro aspecto da ênfase genérica e abstrata de Williams à totalidade social: aquilo que Thompson qualifica como o “pluralismo sociológico” do autor, “pelo qual nenhuma prioridade é dada aos ‘elementos’ na sociedade”.⁹⁷ Ademais, no que diz respeito mais propriamente às posições políticas de Williams, o afastamento em relação ao marxismo permite contextualizar o seu programa de uma “cultura comum” – no que Thompson identifica um dos mais claros sinais da natureza reformista das suas posições.⁹⁸

A aspiração a uma cultura comum no sentido de Raymond Williams (“significados comuns, valores comuns”) é admirável; mas quanto mais essa aspiração é nutrida, mais as divisões reais de interesse e poder em nossa sociedade parecerão absurdas. A tentativa de criar uma cultura comum, como aquela de produzir propriedade comum e construir uma comunidade cooperativa, deve ser satisfeita apenas com sucesso fragmentário enquanto ela é contida dentro da sociedade capitalista.⁹⁹

Para Thompson, a ênfase da análise deve recair não nos “modos de vida”, mas nos “modos de luta”, e deve assumir como referência não fenômenos abstratos como a modernidade ou a “longa revolução”, mas a realidade concreta do capitalismo.

⁹⁵ *Idem*, p. 33.

⁹⁶ E.P. Thompson, “The Long Revolution” (Part II), *New Left Review* I/10, July-August 1961, p. 35.

⁹⁷ *Idem*, p. 38.

⁹⁸ “‘Crescimento’ cultural ou social é um processo muito mais árduo, carregado de muito mais conflito e tensão do que tais formulações admitem; ideias e valores não são produzidos por ‘todo processo democrático’, mas por mentes individuais operando dentro desse processo. Quer partamos de Marx ou de Mill, de Arnold ou de Morris, devemos ver que procedimentos apropriados a instituições democráticas não podem ser tomados em relação à república das ideias. Questões de verdade e valor nunca serão estabelecidos através de algum tipo de voto majoritário em uma condição de sufrágio universal intelectual, assim como não podem ser estabelecidos por decreto ou patrocínio do Partido ou do Estado”. *Idem*, pp. 35-6.

⁹⁹ *Idem*, p. 36.

[...] o modo de produção e as relações produtivas determinam processos culturais em um sentido *histórico*; de que, quando falamos do modo capitalista de produção para o lucro, estamos indicando, ao mesmo tempo, um “núcleo de relações humanas” características – de exploração, dominação e aquisição – que são inseparáveis desse modo, e que encontram expressão simultânea em todos os “sistemas” do sr. Williams. Dentro dos limites da época, há tensões e contradições características, que não podem ser transcendidas a menos que transcendamos a própria época: há uma lógica econômica e uma lógica moral e é fútil discutir a qual damos prioridade, uma vez que elas são expressões diferentes do mesmo “núcleo de relação humana”. Podemos então reabilitar a noção de cultura capitalista ou burguesa de um modo que deve muito a Marx, mas também muito a Weber, Morris, Veblen, Tawney e outros que estudaram seus padrões característicos de aquisição, competitividade e individualismo. Podemos também prosseguir para reabilitar a noção de cultura socialista, novamente no sentido histórico, crescendo do (e sustentando-se pelo) modo de produção cooperativo para uso e um núcleo correspondente de relações produtivas cooperativas. Isso é mais do que uma “cultura comum” uma vez que insiste (o que o sr. Williams enfatiza muito pouco) que não podemos ter tal cultura – a menos como uma aspiração contraposta ao mal privado do capitalismo – a não ser que alcancemos, ao mesmo tempo, o bem comum: apenas desse modo poderão juntar-se sentidos e valores comuns.¹⁰⁰

Como o próprio Williams afirmou no final dos anos 1970, o comentário de Thompson foi “a primeira crítica mais elaborada” a *The Long Revolution* no campo da esquerda.¹⁰¹ Mas a sua importância ultrapassa o conteúdo da resenha. Uma análise retrospectiva permite observar como muito do caminho teórico e intelectual percorrido por Williams a partir dos anos 1960 dialogou (abertamente ou não) com muitas das questões levantadas por Thompson, como: a interação entre as práticas e estruturas sociais; o tipo de condicionamento exercido pelas forças e condições econômicas; os sentidos de “cultura”; o vocabulário e a base teórica da análise e a relação com o pensamento socialista. Isso não significa que Williams tenha desenvolvido seu aporte teórico-interpretativo com os olhos voltados para as críticas de Thompson. Significa, isso sim, que o clima da esquerda britânica no qual a intervenção de Thompson se deu – atravessado por disputas geracionais, políticas e teóricas – se manteve ao longo das décadas seguintes, imprimindo sua influência por grande parte da trajetória intelectual e política de Williams.

¹⁰⁰ *Idem*, pp. 38-9.

¹⁰¹ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 128.

2 À SOMBRA DO DESENCANTO

2.1 Destino comum

As muitas divergências entre os grupos que deram origem à Nova Esquerda – reunidos, a partir de dezembro de 1959, em torno da *New Left Review* – atingiram um ponto sem volta em 1962, ano em que, após o desligamento de muitos dos membros fundadores da revista (oriundos de NR e ULR), uma nova geração assumiu a dianteira do projeto, sob a liderança de Perry Anderson,¹⁰² que assumiu, no mesmo ano, a posição de editor, sucedendo Stuart Hall.¹⁰³ Apesar da dispersão da primeira formação da Nova Esquerda, as trajetórias de seus membros convergiram, a partir desse momento, em um aspecto bastante significativo, na medida em que passaram a ter na universidade um espaço privilegiado de atuação.

Esse é o caso de Thompson. Após nutrir por pouco tempo a ideia de reunir o corpo editorial da *The New Reasoner* e refundar a revista, ele recusou o convite de Saville e Ralph Miliband (1924-1994) para colaborar na editoração da *Socialist Register* (cujo primeiro número foi publicado em abril de 1964),¹⁰⁴ optando, ao invés disso, por concluir seu livro sobre a história da classe operária inglesa.¹⁰⁵ O desalento de Thompson em relação à conjuntura política da época (e ao que se podia vislumbrar a partir dela) vinha acompanhado de um investimento concentrado na atividade acadêmica e no ofício de historiador.¹⁰⁶ Com o sucesso imediato e

¹⁰² Perry Anderson nasceu em Londres, em setembro de 1938. De origens sociais bastante favorecidas (seu pai descendia da *gentry* anglo-irlandesa, enquanto sua mãe pertencia a uma família da classe média alta profissional), frequentou, junto com seu irmão, Benedict, o Eton College (instituição de elite do sistema educacional inglês). Iniciou seus estudos universitários em Oxford em 1956. Para a biografia de Anderson, cf.: Gregory Elliott, *Perry Anderson: the merciless laboratory of history*, Minneapolis, London, University of Minnesota Press, 1998 e Benedict Anderson, *A Life Beyond Borders: a memoir*, London, Verso, 2016.

¹⁰³ Para uma reconstrução mais detalhada do fim da primeira formação da NLR e da ascensão do grupo encabeçado por Anderson, cf. Lin Chun, *The British New Left*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 1993, e Kenny, *op. cit.*

¹⁰⁴ De família de origem polaco-judaica, Miliband nasceu na Bélgica e emigrou com o pai para a Grã-Bretanha com 15 anos, quando os nazistas invadiram seu país. Realizou seus estudos universitários na London School of Economics (interrompidos pela guerra, na qual ele combateu), onde também atuou como docente. Miliband fez parte da primeira formação da Nova Esquerda, como membro oriundo da *The New Reasoner*. Para a biografia de Miliband, cf.: Michael Newman, “Ralph Miliband and the New Left”. In: Paul Wetherly et al (ed.). *Class, Power and the State in Capitalist Society. Essays on Ralph Miliband*, New York, Palgrave Macmillan, 2008, pp. 24-47 e Robin Blackburn, “Ralph Miliband 1924-1994”, *New Left Review* 1/206, July-August 1994, pp. 15-22.

¹⁰⁵ Cf. Scott Hamilton, *The Crisis of Theory. E. P. Thompson, the New Left and postwar British politics*, Manchester and New York, Manchester University Press, 2011, pp. 105-6.

¹⁰⁶ O desalento de Thompson fica explícito em uma comovente carta a Williams do início dos anos 1960. Após agradecer efusivamente pela menção a seu nome nos agradecimentos de *The Long Revolution*, Thompson anota: “Por favor, perdoe esta confissão pessoal. Você deve ter se sentido, por anos, muito mais isolado e aceitou isso com mais autoconfiança. Mas acontece que estive na pior nesses últimos meses, me sentindo desconectado mesmo com a ‘Nova Esquerda’, e sua gentil menção me encorajou a começar de novo a trabalhar em algo. Você sabe como funciona – meu Morris [*Williams Morris: Romantic to Revolutionary* (1955)] está cheio das mais [ilegível]”

estrondoso de *A formação da classe operária inglesa* (publicado em novembro de 1963), Thompson foi convidado a integrar, na condição de *reader* em história social, os quadros da Universidade de Warwick,¹⁰⁷ recém-criada no contexto de expansão do sistema universitário britânico dos anos 1960. Se o convite de Saville e Miliband fora recusado, esse último foi aceito e, com essa decisão, a trajetória de Thompson descreveu um deslocamento bastante significativo:

Thompson começou os anos 1960 como talvez o mais importante líder de um movimento político substancial e ascendente, um movimento em relação ao qual ele entretinha ambições colossais. Em meados dos anos 1960, esse movimento colapsara, e Thompson-o-ativista tornara-se uma figura isolada e amargurada, surpreendentemente alienado até de antigos camaradas próximos como John Saville e Ralph Miliband. No início dos anos 1960, Thompson não entretinha nenhuma ambição acadêmica real, vendo sua pesquisa histórica como combustível para pedagogia política, não como contribuições ao discurso historiográfico. Contudo, pelo meio dos anos 1960, Thompson se encontrava como um dos mais conhecidos jovens historiadores na Grã-Bretanha, o líder de um círculo de jovens estudiosos atraídos pela chama de *A formação da classe operária inglesa*, e o chefe efetivo de um novo departamento acadêmico.¹⁰⁸

Thompson não podia mais se apoiar em sua estatura como liderança política da esquerda para intervir de modo relevante naquela nova conjuntura. Agora, a atuação e o prestígio como intelectual e acadêmico pesavam muito mais. Ilustrando a dimensão dessa mudança, Scott Hamilton lembra que, em um de seus principais textos dos anos 1960 (“As peculiaridades dos ingleses”), Thompson “repetidamente apela à expertise do historiador e à superioridade dos procedimentos históricos. Derrotado e em alguma medida desacreditado como um líder político e estrategista, Thompson lutaria as suas batalhas em um terreno mais favorável”.¹⁰⁹

Não só a trajetória de Stuart Hall, um dos fundadores da ULR e o primeiro editor da NLR, seguiu um percurso bastante semelhante ao de Thompson, como redundou em um engajamento ainda mais entusiasmado com a atividade acadêmica. Logo após se desligar da

imaturidades e digressivo – todo meu material político [ilegível] e efêmero – me engajei por vinte anos em raivosas controvérsias e agora a N[ova] E[squerda] está indo em direções em relação às quais eu, em parte, não simpatizo – fico cada vez mais velho e estagnado em meu trabalho e sem perspectivas de algo novo – e, então, *bang*, seu inesperado encorajamento”. No original: “Please excuse this personal confession. You must have felt for years much more isolated, and accepted this with more self-confidence. But it does happen that I have been right at the bottom those last months, feeling out of tune even with the ‘New Left’, and your kind reference has encouraged me to start working on something again. You know how it is – my Morris is full of the most [ilegível] immaturities and digressive – all my political stuff [ilegível] and ephemeral – I’ve pledged twenty years into angry controversies and now the N[ew]. L[eft]. is going in directions with which I am partly out of sympathy – I get older and stale in my job and no prospect of another – and then, *bang*, your unexpected encouragement”. Carta de Thompson a Williams, 21 de março (sem ano) (WWE/2/1/16/356, Williams Collection).

¹⁰⁷ Cf. Hamilton, *op. cit.*, p. 110.

¹⁰⁸ Hamilton, *op. cit.*, p. 119.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 119.

New Left Review, Hall passou a dar aulas na Universidade de Londres e, em 1964, se integrou ao Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham, a convite de Richard Hoggart (1918-2014),¹¹⁰ decisão que colocou um fim ao que ele próprio definiu como “uma longa hibernação”.¹¹¹ Sucedendo Hoggart na direção do CCCS em 1968, Hall permaneceria nessa posição até 1979, quando assumiu a cadeira de sociologia da Open University. Ao comentar seu desligamento do centro de estudos de Birmingham, o próprio Hall oferece um testemunho vívido de como a vida acadêmica (também em seus aspectos mais triviais) se tornou o segmento central de sua vida a partir dos anos 1960:

eu também sentia que já atravessara com bastante frequência as crises internas de cada ano nos estudos culturais. Novos alunos de graduação chegavam em outubro, novembro; então havia sempre a primeira crise, o mestrado não ia bem, tudo em desordem. Eu tinha visto isso acontecer de novo, de novo e de novo. Eu dizia a mim mesmo: “Você está se tornando um típico acadêmico desencantado, você tem de sair, enquanto a experiência é boa, antes que você seja obrigado a cair nesses antigos hábitos”.¹¹²

Apesar do tom desencantado de seu relato, deve-se notar que o convite da Open University se revelou especialmente atrativo a Hall por oferecer uma oportunidade de liberação das obrigações burocráticas e administrativas com as quais ele tinha de se haver em Birmingham, o que implicava, portanto, não em um afastamento, mas em um ainda maior envolvimento com o trabalho acadêmico. Hall via nesse convite a oportunidade de dar continuidade, e de modo ainda mais intenso, ao trabalho iniciado no Centro de Birmingham e – circunstância rara que só reforçava as suas expectativas – no que lhe parecia “um lugar politicamente pertinente para se estar no ‘período por vir’”.¹¹³

Padrão semelhante pode ser rastreado nas trajetórias de outras figuras de primeiro plano da primeira formação da nova esquerda. Assim, embora Raphael Samuel (1934-1996), um dos editores da ULR, tenha permanecido no comitê editorial da NLR após o desligamento do grupo fundador, “espiritualmente, ele estava em direção a outras coisas. A ‘formação’ de um dos grandes historiadores da cultura dos trabalhadores e da vida popular [...] começara a sério”,¹¹⁴ foi nesse momento que Samuel “primeiro reconheceu a história social da vida operária como sua verdadeira vocação”.¹¹⁵

¹¹⁰ Um dos fundadores e maiores expoentes dos Estudos Culturais, gestados justamente no Centro de Birmingham.

¹¹¹ No original: “a long hibernation”. Carta de Stuart Hall a Williams, 12 de abril de 1965 (WWE/2/1/16/148, Williams Collection).

¹¹² Chen, *op. cit.*, pp. 501-2.

¹¹³ No original: “a politically pertinent place to be in the ‘coming period’”. Carta de Stuart Hall a Williams, 19 de março de 1979 (WWE/2/1/16/148, Williams Collection).

¹¹⁴ Stuart Hall, “Raphael Samuel: 1934-1996”, *New Left Review*, January-February 1997, p. 123.

¹¹⁵ *Idem*, p. 126.

Embora exista um padrão conectando todas essas trajetórias, não nos parece que se deva concluir daí que a dissolução do primeiro grupo reunido em torno da *New Left Review* tenha implicado, para seus componentes, em uma guinada da atividade política para a acadêmica, como se estivessem em questão dois âmbitos de atuação apartados. Afinal, muitos deles já tinham tido envolvimento com atividades propriamente acadêmicas antes do surgimento da revista, seja como tutores na educação de adultos (como Thompson e Williams) ou já como docentes (como Miliband e Saville, na London School of Economics e na Universidade de Hull, respectivamente). Nos parece que a chave para se compreender a experiência comum que atravessou as trajetórias dos membros da primeira formação da Nova Esquerda na primeira metade dos anos 1960 possa ser encontrada na leitura que Miliband oferece do caso de Saville:

o fim da *New Reasoner* significou para ele [Saville] o fim de todo um período de um certo tipo de engajamento. Ele permaneceu profundamente envolvido politicamente, apoiou causas, discursou em encontros, tomou parte em manifestações, dirigiu por anos uma “aula de idioma” [*a ‘speakers’ class’*] para sindicalistas em Hull. Mas ele não se filiou a nenhum agrupamento ou partido particular e não achou que estar politicamente desabrigado fosse desconfortável. Apesar de todos os seus interesses e atividades políticos perenes, ele não estava mais tão absorvido pela política em um sentido mais imediato como ele estivera previamente.¹¹⁶

Esse é o padrão que se pode distinguir nas experiências dos expoentes da primeira geração da Nova Esquerda na primeira metade dos anos 1960: não o de um afastamento da política e subsequente imersão no trabalho acadêmico, mas de construção de um novo “tipo de engajamento” político e de intervenção no debate público – agora mediados pela atuação acadêmica e pela produção intelectual.

É interessante observar como a trajetória de Williams nessa época também se alinha a esse movimento mais geral. No seu caso, duas particularidades se destacam. Em primeiro lugar, a inserção profissional de Williams na universidade se deu já no começo da década, antes mesmo do racha no grupo – mais especificamente, em abril de 1961, quando do convite para lecionar em Cambridge. Além disso, Williams manteve-se vinculado ao comitê da NLR mesmo depois da crise de 1962 e das saídas conflituosas de Thompson e Hall.¹¹⁷

Essas peculiaridades apontam para aspectos importantes da forma como se deu a inserção de Williams no grupo da Nova Esquerda. Por um lado, a atuação profissional precoce no meio universitário ajuda a entender o engajamento mais discreto de Williams no projeto da revista, o que, por sua vez, tem relação com o pequeno protagonismo no desempenho das tarefas editoriais e administrativas – como aponta Stuart Hall, a influência que Williams exercia sobre

¹¹⁶ Ralph Miliband, 1979, p. 27-8.

¹¹⁷ Cf. Fred Inglis, *op. cit.*, p. 185.

os membros do grupo era a de uma referência intelectual que se fazia presente, sobretudo, por meio de seus escritos: embora nunca tenha assumido uma função editorial, Williams foi uma influência para todos, “e sua escrita ajudou a dar ao projeto da Nova Esquerda uma identidade distintiva e original”.¹¹⁸ Outra prova de seu envolvimento mais distante com as atividades da revista pode ser encontrada em uma missiva na qual Thompson oferece a Williams a seguinte recomendação – com o toque de acidez que lhe era usual: “Eu gostaria que você comparecesse algumas vezes às reuniões editoriais da NLR. Todos ficariam animados. As pessoas estão começando a se referir a você com deferência, como se você fosse um dos distintos mortos – parte da ‘tradição...’”.¹¹⁹

Por outro lado, que Williams tenha sido (ao lado de Raphael Samuel e Ralph Miliband) o único membro da primeira formação da Nova Esquerda a se manter na equipe da revista sob a editoria de Anderson, aponta para outro aspecto singular da posição por ele ocupada: qual seja, o papel de mediador que ele exerceu entre os dois grupos que deram origem à revista. Isso explica, em alguma medida, a dificuldade de classificar Williams segundo as principais clivagens entre aqueles dois grupos: afinal, se ele se achava mais próximo do grupo da NR em termos geracionais, estava mais próximo da geração mais nova da ULR do ponto de vista de seus interesses intelectuais.¹²⁰ Na entrevista concedida à NLR no final dos anos 1970, Williams qualificaria de forma mais precisa quais eram os interesses e as preocupações que ele compartilhava com o grupo mais jovem encabeçado por Hall:

questões que não haviam sido muito proeminentes no debate marxista, incluindo discussões sobre os marxistas dissidentes – problemas referentes à cultura popular, a questões de estilo de vida etc. As pessoas do ULR tendiam a tratar os conflitos da época da Guerra Fria como uma fase passada. Elas eram muito mais voltadas ao que acontecia na Grã-Bretanha contemporânea, uma sociedade em rápida transformação naquela época, ao passo que as pessoas vindas do *The New Reasoner* estavam mais cientes da tradição marxista internacional como um todo, mas estavam mais distantes de algumas das transformações extraordinárias que estavam ocorrendo no cenário inglês. [...] Ao mesmo tempo, *sempre notei que eu preferia ver a energia empregada na exploração*

¹¹⁸ Chen, *op. cit.*, p. 498.

¹¹⁹ No original: “I wish you would sometimes come to NLR editorial boards. It would cheer everyone up. People are beginning to refer to you in deferential tones, as if you were one of the distinguished dead – part of ‘the tradition’”. Carta de Thompson a Williams, 12 de dezembro (sem ano) (WWE/2/1/16/356, Williams Collection). Stuart Hall fornece um relato bastante colorido do temperamento de Williams e de como ele se diferenciava, nesse particular, de Thompson: “Raymond era diferente. [...] À medida que se excitava, Edward ficava mais animado, seu cabelo cada vez mais selvagem, até que ele parecia assumir uma expressão profética. Quanto mais excitado Raymond ficava, mais silencioso se tornava. Ele se abandonava a uma espécie de sibilo galês, e era necessário escutá-lo muito cuidadosamente para ouvir o que estava sendo escrupulosamente formulado. Em seu temperamento, eles eram opostos”. Stuart Hall, *Familiar Stranger. A Life Between Two Islands* (with Bill Schwarz), London, Penguin Books, 2018, p. 265.

¹²⁰ Cf. Chen, *op. cit.*, p. 498.

*de mudanças atuais da experiência cultural, do que direcionada à dor da revisão dos argumentos marxistas mais tradicionais.*¹²¹

De fato, a posição intermediária entre os dois grupos e o estilo de atuação de Williams (pouco gregária) explicam, em certa medida, por que foi ele quem acabou por assumir a posição de principal mediador nas disputas entre os dois grupos no começo dos anos 1960. À guisa de ilustração, vale citar um pedido de Thompson, para quem Williams era o mais habilitado a negociar com Anderson, a estrela em ascensão: “Perry ouviria você muito mais prontamente do que qualquer outro. Os seus olhos quase saltaram quando contei que você tinha contribuído para a M[onthly] R[eview],¹²² uma das tendências que ele despreza como ‘velha esquerda’”.¹²³

A singularidade do lugar ocupado por Williams em meio às disputas entre os grupos que formaram a Nova Esquerda importa, ademais, porque permite melhor compreender como a sua atuação política evoluiu ao longo dos anos 1960. Porque, mesmo que ele e seus contemporâneos tenham crescentemente canalizado seus esforços na atividade acadêmica, as questões políticas nunca deixaram de ocupar um lugar de destaque entre as suas preocupações. Mais do que isso, a prioridade atribuída à ação política concreta distingue a primeira formação da Nova Esquerda:

Se há uma ruptura de época na evolução da esquerda ocidental desde 1956, ela ocorre no ponto em que uma seção da intelectualidade de esquerda parou de pensar a si mesma como uma aliada nas lutas populares, ou mesmo como uma vanguarda, ou até mesmo como uma crítica das margens filosóficas, o ponto no qual as pessoas deixaram de se pensar, para usar a fórmula de Miliband, como intelectuais de um movimento emancipatório e passaram a se pensar como intelectuais para esse movimento, ou, para colocá-lo mais fortemente, quando eles passaram a se pensar como o próprio movimento. Essa ruptura coincide, mais ou menos, com a mudança da primeira para a segunda Nova Esquerda.¹²⁴

À guisa de ilustração, basta lembrar o espírito com o qual essas figuras mergulharam na atividade acadêmica. Por exemplo, o ânimo de Hall com o projeto da Open University ou os “sentimentos contraditórios” de Thompson quanto à possibilidade de concorrer a uma posição na Faculdade de História de Cambridge, suscitados, entre outras coisas, pelas esperadas reações

¹²¹ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 368, grifos nossos.

¹²² Ainda em circulação, a *Monthly Review* foi fundada em Nova Iorque em 1949, por Paul Sweezy (1910-2004) e Leo Huberman (1903-1968).

¹²³ No original: “Perry would listen to you much more readily than to anyone else. His eyes nearly popped out when I told him you had contributed to MR, which is one of the tendencies he writes off as ‘old left’”. Carta de Thompson a Williams, 24 de janeiro (sem ano) (WWE/2/1/16/356, Williams Collection).

¹²⁴ Ellen Meiksins Wood, *Democracy Against Capitalism: renewing histocal materialism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 35.

do establishment acadêmico ao “nosso modo de ver as coisas”.¹²⁵ Ou o envolvimento de Miliband com as greves estudantis na LSE na segunda metade dos anos 1960. Daí em diante, todos eles (alguns mais, outros menos) teriam de lidar com o isolamento dentro de suas respectivas faculdades e departamentos, em um ambiente que ainda se mantinha bastante refratário aos projetos intelectuais e políticos por eles abraçados.

Que intelectuais situados à esquerda do espectro político-ideológico tenham encontrado abrigo em um ambiente universitário que ainda lhes suscitava bastante desconfiança é um fenômeno que, no caso em questão, só pode ser compreendido a partir das mudanças que tiveram lugar na Grã-Bretanha no pós-Segunda Guerra Mundial. Mais precisamente, o deslocamento em direção à universidade tem relação com o contexto político que se plasmou naquele momento (primeira metade dos anos 1960), devendo, portanto, também ser compreendido à luz desse contexto. Pois os primeiros anos da década de 1960 testemunharam não apenas a crise no interior da Nova Esquerda, mas também a reversão de uma conjuntura até então mais favorável, marcada por uma crise mais geral da cultura de esquerda – ilustrada pelo enfraquecimento dos clubes de leitura e pela queda na circulação da NLR.¹²⁶ Assim, foi a deterioração da conjuntura política que impeliu os principais nomes da primeira geração da Nova Esquerda para os recessos da universidade e da atividade acadêmica. Impõe-se, portanto, analisar com mais vagar a evolução dessa crise mais ampla.

2.2 As esquerdas na encruzilhada

Para entender o clima político no qual a esquerda britânica se viu envolvida nos anos 1960 é necessário voltar pelo menos dez anos no tempo. Confiante de que a vitória sobre os países do Eixo asseguraria apoio eleitoral suficiente para a formação de um governo de maioria, Churchill (que vinha liderando um governo de coalizão nacional em parceria com os trabalhistas desde 1940) renunciou ao cargo de primeiro-ministro em maio de 1945, forçando a realização de eleições gerais. Contrariando suas expectativas, aquelas eleições, realizadas em julho, deram a vitória aos trabalhistas, cabendo a Clement Attlee (líder do partido desde 1935) a montagem de um novo gabinete. Nos anos seguintes, o governo trabalhista se engajaria em um esforço surpreendente (e bastante bem-sucedido) para levar adiante projetos de

¹²⁵ No original: “our way of seeing things”. Carta de Thompson a Williams, 10 de janeiro de 1964 (WWE/2/1/16/356, Williams Collection).

¹²⁶ Hamilton, *op. cit.*, pp. 99-100.

nacionalização da economia e dos serviços públicos e, desse modo, tornar realidade o programa político que era o coração do estatuto do partido.¹²⁷ Até 1951, o governo nacionalizou o Banco da Inglaterra e os setores de exploração de carvão, aviação civil, transporte, eletricidade, gás e exploração de ferro e aço. Além disso, estabeleceu uma legislação social ambiciosa, com a instituição do National Insurance Act, do National Assistance Act e do National Health Act, pelo qual foi criado o National Health Service (NHS), a joia da coroa do Estado de Bem-Estar Social britânico.¹²⁸ Embora vitoriosos, os trabalhistas saíram das eleições de fevereiro de 1950 com uma maioria parlamentar perigosamente estreita, de apenas seis assentos. Decidido a construir uma base mais ampla, Attlee dissolveu seu gabinete no ano seguinte, mas, nas eleições de outubro de 1951, os conservadores, mais uma vez liderados por Churchill, voltaram ao poder.

De volta à oposição, os trabalhistas se viram envolvidos em uma enrascada. Por um lado, a previsão de um governo conservador incapaz de manter a situação de pleno emprego e as políticas de bem-estar social se revelava cada vez mais infundada. De fato, quando na oposição, os conservadores procuraram se acomodar às políticas do governo Attlee, “comprometendo-se formalmente com a economia mista e o Estado de Bem-Estar”.¹²⁹ Por outro lado (e paradoxalmente), a bem-sucedida política de nacionalização do governo Attlee destituía a oposição trabalhista da bandeira política que o partido vinha defendendo desde os anos 1930. O Partido Trabalhista se via confrontado, assim, com a tarefa de atualizar o seu programa político tendo em vista essa nova conjuntura. Desafio que não foi enfrentado à altura pela direita ou pela esquerda trabalhistas, mas por uma nova corrente de intelectuais:

homens como Anthony Crosland, Douglas Jay, Roy Jenkins e Denis Healey. Os revisionistas estavam estreitamente associados a Hugh Gaitskell e devem ser claramente distinguidos da ala direita tradicional do partido, tal como representada por homens como Herbert Morrison. Porque eles queriam “repensar” as políticas socialistas à luz da mudança social e econômica e não apenas “reaplicar” princípios tradicionais. [...] ao contrário da esquerda e da direita tradicional, eles não viam o programa acabado de 1945-51 como um modelo necessário para futuros governos trabalhistas. Certamente, esse programa representava um valioso primeiro passo. Mas, agora, o mais importante era mudar a direção e não seguir no mesmo caminho.¹³⁰

Dentre esses, o mais importante foi Anthony Crosland (1918-1977), autor daquele que é considerado o texto mais representativo das teses revisionistas no interior do Partido Trabalhista, *The Future of Socialism* (1956). Para Crosland, em linhas muito gerais, o projeto

¹²⁷ Cf. John Bew, *Citizen Clem: A Biography of Attlee*, London, Riverrun, 2017.

¹²⁸ Cf. David Childs, *Britain Since 1945. A Political History*, London and New York, Routledge, 2001, p. 13.

¹²⁹ *Idem*, p. 23.

¹³⁰ Vernon Bogdanor, “The Labour Party in Opposition, 1951-1964”. In: Vernon Bogdanor and Robert Skidelsky, *The Age of Affluence 1951-1964*, London and Basingstoke, Macmillan, 1970, p. 86.

trabalhista de avançar em conquistas sociais dentro do capitalismo deveria passar pela realização de reformas pontuais, o que implicava em eliminar, definitivamente, a via da nacionalização da economia: “Para os revisionistas, o objetivo socialista central era igualdade. [...] E a igualdade poderia ser alcançada por meio de reformas fiscais e educacionais dentro do quadro da economia mista”.¹³¹

Se os revisionistas assumiram a dianteira no debate teórico, deslocamento em sentido semelhante se deu na divisão interna de poder. Após amargar sua segunda derrota seguida em eleições gerais, Attlee renunciou à liderança do partido em dezembro de 1955, que foi então disputado por três candidatos: Hugh Gaitskell, Aneurin Bevan e Herbert Morrison. No final, Bevan e Morrison, os líderes da esquerda e da direita trabalhistas, respectivamente, foram derrotados por Gaitskell, a liderança partidária mais claramente associada aos revisionistas. Fortalecidos com a ascensão de Gaitskell, os revisionistas não demorariam a ganhar proeminência e a influenciar os rumos do partido, como se tornaria claro com o programa referendado no congresso realizado em Blackpool, em 1959.

Morto precoce e repentinamente em janeiro de 1963, Gaitskell foi sucedido na liderança por Harold Wilson (1916-1995), figura cuja ascensão despertou grandes expectativas em amplos setores do partido, especialmente por seu propósito declarado de superar as divergências internas – acirradas de forma inédita pelas investidas revisionistas –, deixando para trás os agressivos esforços de seu antecessor para reformar o estatuto do partido. Não que Wilson se opusesse às propostas dos revisionistas; ele simplesmente não considerava discussões de natureza ideológica como politicamente relevantes. No final, foi o pragmático Wilson quem retirou os trabalhistas do impasse no qual eles se viam enredados desde o fim do governo Attlee, ao conferir ao partido uma nova bandeira política capaz de unificar as principais correntes internas e de tirá-lo da defensiva em seu embate com os conservadores:

O solvente de unidade no Partido Trabalhista foi a “revolução científica”. Se valendo das ideias que tinham sido desenvolvidas sob a liderança de Gaitskell, Wilson fez da lenta marcha do avanço científico e tecnológico a base de seu ataque sobre os conservadores. Não era a desumanidade e a vulgaridade da Sociedade Afluente que Wilson atacava, mas sim o amadorismo responsável pela baixa taxa de crescimento econômico na Grã-Bretanha. O tema do fracasso científico poderia ser usado para lançar uma crítica geral às instituições britânicas. Porque o fracasso poderia ser atribuído à estrutura ultrapassada da indústria britânica e às deficiências do sistema educacional.¹³²

¹³¹ *Idem*, p. 89.

¹³² *Idem*, p. 105.

Como o teor do programa de uma “revolução científica” de Wilson permite antever, as expectativas que a sua ascensão suscitou entre os setores mais à esquerda do partido foram frustradas quando os trabalhistas retornaram ao poder, em outubro de 1964.¹³³ No plano externo, o governo encabeçado por Wilson reforçou a aproximação com os Estados Unidos e deu continuidade ao programa nuclear britânico; internamente, reagiu ao déficit da balança de pagamentos (problema que se arrastava desde o fim da Segunda Guerra) com medidas inflacionárias e recessivas. À medida que o governo trabalhista revelava cada vez mais o seu alinhamento à orientação política dominante no partido, qualquer apoio que ambos ainda contassem entre os membros da Nova Esquerda se esfarelava.

Como examinado anteriormente, um dos principais móveis e forças aglutinadoras da Nova Esquerda foi o projeto de compor uma alternativa teórica e política às duas correntes dominantes no campo da esquerda britânica da época, o comunismo e o trabalhismo. Dadas as especificidades do caso inglês, a relação desse movimento com o Partido Trabalhista sempre foi mais intrincada, uma vez que nenhum grupo de esquerda que pretendesse se constituir como ator relevante poderia ignorar aquela que era a força política com maior penetração no movimento operário e de maior apelo eleitoral. Atestando a centralidade do trabalhismo no cenário britânico, a Nova Esquerda procurou oferecer uma nova alternativa também às correntes internas ao partido, uma vez que a oposição mais previsível à direita tradicional e aos revisionistas não significou o seu alinhamento automático à esquerda trabalhista: pelo contrário, os expoentes da nova esquerda se opunham da mesma forma “à aceitação do capitalismo subentendida por Gaitskell e Crosland e à recusa efetiva da esquerda trabalhista em aceitar que uma nova análise era necessária para a situação pós-guerra”.¹³⁴ Examinaremos a seguir como esses nomes se posicionaram, na primeira metade dos anos 1960, em relação ao Partido Trabalhista e ao governo Wilson, com vistas a melhor compreender e localizar as posições políticas assumidas por Williams nessa conjuntura.

¹³³ As diferenças entre Wilson e Gaitskell eram mais de temperamento e estilo do que de orientação ideológica: “Na verdade, Wilson, o ‘homem da esquerda’, compartilhava muitas das suposições dos revisionistas. Ele via uma sociedade ‘mais justa’ sendo apoiada nos frutos do crescimento econômico. [...] Onde ele talvez se diferenciava era em sua expectativa de que um grau maior de intervenção fosse necessário para assegurar níveis mais altos de crescimento”. Andrew Thorpe, *A History of the British Labour Party*, Basingstoke, Macmillan, 1997, p. 153.

¹³⁴ Madeleine Davis, “‘Labourism’ and the New Left”. In: John Callaghan et al, *Interpreting the Labour Party*, Manchester and New York, Manchester University Press, 2003, p. 41.

De um ponto de vista mais geral, todos os membros da Nova Esquerda concordavam no diagnóstico de que as políticas do governo Wilson não deveriam ser entendidas como reações pontuais e emergenciais a uma conjuntura particular e excepcional, uma vez que se fundariam em uma “ideologia”,¹³⁵ refletindo certos “compromissos ideológicos e políticos anteriores”.¹³⁶ A opção do governo trabalhista inaugurado em 1964 em recorrer às medidas econômicas mais ortodoxas e convencionais e em não romper o alinhamento britânico com a política externa norte-americana só confirmaria princípios anteriores mais profundos. Nas palavras de Ralph Miliband:

Na verdade, seria bastante notável se a performance do governo não fosse marcada, de fato, pela ortodoxia, dado o programa com o qual o Partido Trabalhista disputou a eleição de 1964, sua parca vitória, a situação política e econômica que ele enfrentou quando assumiu o gabinete, as conhecidas tendências de seus membros mais velhos e as pressões conservadoras às quais ele estava sujeito.¹³⁷

Se esse diagnóstico representa um ponto de acordo no interior da Nova Esquerda, o debate em torno das ações a serem tomadas com vistas a superar os impasses criados pela capitulação trabalhista ao reformismo alimentou divergências bastante acentuadas. Quanto a isso, é possível discernir três posicionamentos principais.

Por um lado, Miliband e Saville, então editores da *Socialist Register*, defendiam a “criação e proliferação de grupos de pressão da esquerda trabalhista, [...] *para propósitos limitados e em relação a questões específicas*”;¹³⁸ “agências de clarificação intelectual e pressão política” a serem gestadas no interior do movimento trabalhista, mas fora do partido.¹³⁹ Indo mais longe, Miliband argumentava que a esquerda britânica não deveria continuar alimentando as esperanças de alterar os rumos do Partido Trabalhista – que, para ele, não era e nunca fora um partido socialista. As energias da esquerda britânica deveriam se voltar para o movimento trabalhista, mais precisamente, para a construção (para Miliband, ainda não completada) de um “autêntico movimento socialista na Grã-Bretanha”.¹⁴⁰ (Miliband, 1966, p. 24).

¹³⁵ Stuart Hall, “Crosland Territory”, *New Left Review*, I/2, March-April 1960, p. 2.

¹³⁶ Ralph Miliband, “The Labour Government and Beyond”, *Socialist Register*, vol. 3, 1966, p. 12.

¹³⁷ Ralph Miliband, “What Does the Left Want?”, *Socialist Register*, vol. 2, 1965, p. 185.

¹³⁸ Ralph Miliband; John Saville, “Labour Policy and the Labour Left”, *Socialist Register*, vol.1, 1964, p. 155.

¹³⁹ Miliband, *op. cit.*, 1965, p. 193.

¹⁴⁰ Miliband, *op. cit.*, 1966, p. 24.

De outro lado, Hall e Charles Taylor (ambos oriundos da ULR) argumentavam que a constituição de uma esquerda renovada deveria estar baseada na cultura característica da classe trabalhadora inglesa:

Se o socialismo tem raízes em algum lugar, é no conceito de uma comunidade de iguais, no princípio moral de colaboração e cooperação, no comando planejado de habilidades e recursos de modo que seja possível fazer com que eles sirvam a todas as necessidades da comunidade. Se nós abandonarmos isso, abandonaremos tudo o que o socialismo representa.¹⁴¹

Taylor segue na mesma linha, afirmando que o socialismo não ganha forma em um aglomerado de grupos de pressão, mas em um movimento em defesa de toda a comunidade, bandeira que, segundo ele, deveria orientar todas as políticas defendidas pela esquerda: “O princípio de responsabilidade comunitária é o princípio socialista por trás de todo conceito de bem-estar”.¹⁴² O argumento de Taylor, portanto, exhibe mais claramente como a ênfase na cultura comunitária da classe trabalhadora se distanciava (ao menos naquela conjuntura) da defesa dos grupos de pressão encampada por Miliband e Saville.

Um terceiro posicionamento foi encampado pela *New Left Review*, diferenciando-se das outras duas posições por defender uma ação que corra dentro do Partido Trabalhista. Para os expoentes da segunda formação da Nova Esquerda (notadamente, Perry Anderson, Tom Nairn e Robin Blackburn), a tarefa central da esquerda britânica consistia em encontrar meios para que o Partido Trabalhista conquistasse a opinião pública e, assim, chegasse com mais força às eleições seguintes.¹⁴³

Se afastando dessas três perspectivas principais, Thompson nutria tão poucas expectativas em relação ao Partido Trabalhista que seus escritos dessa época se sobressaem não tanto pelas críticas ao partido e às suas lideranças, mas pelo que comunicam acerca de suas próprias concepções acerca do movimento socialista na Grã-Bretanha e dos desafios com os quais ele então se deparava. Um problema central daquela conjuntura iluminado pelas reflexões de Thompson refere-se ao efeito das políticas de bem-estar social do pós-guerra sobre o movimento socialista britânico. Para Thompson, não era possível confiar em uma resposta simples e unilateral a essa questão. Por um lado, essas políticas não afetavam o programa político do movimento por não avançarem sobre aquela que era, para Thompson, a grande meta

¹⁴¹ Hall, *op. cit.*, 1960, p. 4.

¹⁴² Charles Taylor, “What’s Wrong with Capitalism? – 1”, *New Left Review* I/2, March-April 1960, p. 9. Originário de Montreal, no Canadá, onde nasceu em 1931, Taylor realizou seus estudos universitários (filosofia) em Oxford, nos anos 1950.

¹⁴³ Cf. “Divide and Conquer”, *New Left Review* I/28, p. 1-3, November-December 1964.

do movimento socialista: “uma sociedade de iguais, uma comunidade cooperativa”.¹⁴⁴ Por outro lado, essas mesmas políticas teriam produzido uma situação única que não poderia ser ignorada pelo movimento socialista britânico – mais do que isso, a sua ação só teria alguma eficácia se fosse uma intervenção adequada a essa configuração tão específica. Isso significava, para Thompson, perseguir uma revolução socialista antes de tudo democrática: “Nenhuma revolução socialista é concebível na Grã-Bretanha a não ser que possamos modelar uma imagem nova e humanizada de uma sociedade socialista ao nosso alcance, claramente distinta tanto da experiência comunista e da experiência do monopólio estatal burocrático super-centralizado”.¹⁴⁵ Um tipo de revolução que tem relação direta, para Thompson, com o caminho percorrido pela sociedade inglesa desde o final da Segunda Guerra:

Não é a violência de uma revolução o que determina a sua extensão e consequências, mas a maturidade e atividade do povo. A violência não torna nada mais ‘real’. [...] É possível ansiar por uma revolução pacífica na Grã-Bretanha, com muito mais continuidade na vida social e nas formas institucionais do que poderia parecer possível até mesmo vinte anos atrás, não por que ela será uma semi-revolução, ou por que o capitalismo está ‘evoluindo’ em socialismo; mas porque os avanços de 1942-48 *foram* reais, porque o *potencial* socialista foi alargado, e formas socialistas, embora imperfeitas, amadureceram “dentro” do capitalismo.¹⁴⁶

Em que ponto desse quadro pode ser localizada a posição de Williams? Como seus contemporâneos da Nova Esquerda, ele reconhecia no Partido Trabalhista a principal variável a ser considerada por todos aqueles interessados em compreender “o estado da esquerda na Grã-Bretanha”.¹⁴⁷ Ainda assim, a sua posição guarda algumas singularidades importantes, relativas tanto ao diagnóstico do presente como às ações políticas tidas como prioritárias para aquele momento.

Alguns aspectos importantes dessa posição já podem ser rastreados com mais clareza na conclusão de *Cultura e sociedade*. Propondo uma concepção de classe que não se detenha nos condicionantes econômicos (mas, por óbvio, sem ignorá-los),¹⁴⁸ Williams dirá que a classe

¹⁴⁴ Na continuação dessa passagem, Thompson afirma: “[...] A distinção entre sociedade socialista e capitalista será encontrada não no nível de produtividade, mas nas relações características de produção, no ordenamento de prioridades sociais e em todo o seu modo de vida”. E. P. Thompson, “At the Point of Decay”. In: E. P. Thompson et al (ed.), *Out of Apathy*, London, Stevens & Sons Limited, 1960, p. 3-4.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 13.

¹⁴⁶ E. P. Thompson, “Revolution”. In: E. P. Thompson et al (ed.), *Out of Apathy*, London, Stevens & Sons Limited, 1960, p. 302.

¹⁴⁷ Raymond Williams, “The British Left”, *New Left Review* I/30, March-April 1965, p. 18.

¹⁴⁸ Nesse texto, Williams define a classe nos seguintes termos: “parte de um grupo de pessoas, com circunstâncias semelhantes, que se tornou consciente de sua posição e de sua própria atitude com relação a essa posição. O sentimento de classe é um estilo, e não uma possessão uniforme de todos os indivíduos que poderiam, objetivamente, ser atribuídos àquela classe. [...] É absurdo interpretar indivíduos em termos rígidos de classe,

trabalhadora inglesa é portadora de uma cultura que encerra e comunica todo um modo de vida – cultura e modo de vida que pressupõem, por sua vez, uma certa forma de conceber a sociedade e as relações sociais.¹⁴⁹ Assim, se a cultura da burguesia se apoia em uma apreensão individualista do relacionamento social, segundo a qual a sociedade constituiria “uma área neutra na qual cada indivíduo é livre para buscar seu próprio desenvolvimento e sua própria vantagem como um direito natural”,¹⁵⁰ a cultura da classe trabalhadora encerra

uma ideia que, seja ela chamada de comunismo, socialismo ou cooperação, não considera a sociedade nem como neutra, nem como protetora, mas sim como o meio positivo para todos os tipos de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento individual. O desenvolvimento e a vantagem não são interpretados individualmente, e sim comumente.¹⁵¹

Em consonância com essa ideia de sociedade e de relacionamento social, a cultura da classe trabalhadora inglesa também abriga em si, dirá Williams, uma concepção de comunidade assentada na ideia de solidariedade; isto é, na “ideia de responsabilidade mútua ativa”, que se opõe tanto à “ideia de serviço” encampada pela classe média como à “ideia de oportunidade individual” da burguesia.¹⁵² Esse patrimônio ideológico (condensado na ideia da comunidade fundada na solidariedade e em uma concepção positiva de sociedade) é o que dá sustentação, para Williams, àquela que seria a maior realização da classe trabalhadora inglesa: a “instituição democrática coletiva, [corporificada] seja nos sindicatos, nos movimentos cooperativos ou nos partidos políticos”.¹⁵³

Embora Williams eleja como meta final de seu projeto político a constituição de uma forma alternativa de sociedade que tenha nessa ideia de solidariedade a sua base, para ele, esse outro modelo de sociedade não deve ser uma mera versão estendida da cultura da classe trabalhadora, devendo se constituir, isso sim, como uma “cultura comum”, apta a admitir, no seu interior, tanto a diversidade como a diferença. Para Williams, apenas uma prática política verdadeiramente democrática seria capaz de construir uma cultura desse tipo, apta a abarcar diferentes modos de vida:

Qualquer cultura, em seu processo total, é uma seleção, uma ênfase, um cultivo específico. A distinção de uma cultura em comum é que a seleção é livre e comumente feita e refeita. O cultivo é um processo comum, baseado em uma decisão comum, que

porque a classe é um modo coletivo e não uma pessoa. Ao mesmo tempo, na interpretação das ideias e instituições, podemos falar propriamente em termos de classe”. Williams, *op. cit.*, [1961] 2011, p. 350.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 349.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 350.

¹⁵¹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁵² *Idem*, pp. 352-5.

¹⁵³ *Idem*, p. 351.

então, em si mesmo, compreende as verdadeiras variações da vida e do crescimento. O crescimento natural e o cultivo são partes de um processo mútuo, garantido pelo princípio fundamental da igualdade de ser.¹⁵⁴

É impressionante como Williams assume um novo tom em *The Long Revolution* (mais precisamente, na última parte do livro) ao enunciar seu diagnóstico e projeto político. Se antes era possível refletir sobre a constituição de uma cultura comum fundada nas concepções de sociedade e de comunidade encarnadas no modo de vida da classe trabalhadora inglesa, agora Williams se detém sobre problemas e desafios mais imediatos, que sugerem uma situação mais complexa e talvez menos encorajadora.

Segundo Williams, no final dos anos 1950 teria se consolidado a adesão do movimento trabalhista aos modos de pensamento aos quais ele antes se opunha. Em outras palavras, as instituições da classe trabalhadora teriam sido capturadas pela sociedade que elas pretendiam combater, ao final do que “as próprias aspirações do desafio original ao capitalismo são usadas como meio de fortalecê-lo”.¹⁵⁵ Talvez o exemplo mais significativo e desalentador dessa assimilação fosse dado pelas limitações das políticas de extensão dos serviços sociais e de nacionalização da economia e da indústria, empreendidas desde o final da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, posto que esse sequestro das instituições da classe trabalhadora se deu em paralelo a conquistas sociais efetivas e profundas, só restaria ao movimento operário recorrer a ações defensivas, reativas, de defesa e proteção daquelas conquistas. Para Williams, a armadilha montada pelo consenso político em torno do Estado de Bem-Estar social do pós-guerra parecia ter-se fechado de tal modo que as únicas formas de oposição que restavam seriam “o regateio e a amargura perpétuos da reivindicação salarial e da greve”.¹⁵⁶

Segundo Williams, os sucessivos fracassos eleitorais do Partido Trabalhista na década de 1950 deveriam ser fixados no quadro desse desenvolvimento histórico mais amplo, na medida em que também o partido – enquanto instituição da classe operária – integrou esse processo de assimilação. Com isso, Williams recusa a interpretação, tão em voga naquele momento, segundo a qual as derrotas dos trabalhistas decorreriam do desaparecimento de sua base social, fenômeno esse resultante, por sua vez, das mudanças econômicas então em curso (tese da “desproletarização”).¹⁵⁷ Hipótese por ele recusada tanto porque a natureza mesma daquelas mudanças tornava os seus efeitos muito mais limitados, como porque seria um

¹⁵⁴ *Idem*, p. 361.

¹⁵⁵ Williams, *op. cit.*, [1961] 2001, p. 331.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 332.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 353.

grosseiro equívoco supor uma conexão direta e necessária entre o pertencimento a uma classe e a opção por determinado partido.

Em primeiro lugar, Williams argumenta que as políticas colocadas em prática no pós-guerra não enfrentaram o problema social decisivo, na medida em que as medidas de nacionalização não alteraram o padrão de propriedade dos meios de produção. Na sequência, e desdobrando um argumento apresentado previamente em *Cultura e sociedade*, propõe o desenvolvimento de uma concepção nova e alargada de classe. E isso porque as classes não se definem apenas em termos econômicos, mas também em termos de estilo de vida e comportamento e porque são vivenciadas diferentemente segundo critérios de gênero e de localização geográfica. Ademais (e aqui residiria a impropriedade de se supor uma relação necessária entre classe e voto), a consciência de classe, dirá Williams, não é um dado, mas uma construção tornada possível pela ação política e, portanto, qualquer enfoque adequado das classes deve colocar em primeiro plano o processo político de construção da consciência de classe.

Portanto, os principais desafios colocados à esquerda britânica no começo dos anos 1960 estariam relacionados à captura das instituições e das pautas do movimento operário e ao consequente estreitamento de seu campo de ação a iniciativas reativas e defensivas. Captura que integraria o quadro mais amplo do consenso em torno das políticas de bem-estar social. Conforme assinala Williams, esse consenso se distingue, entre outras coisas, por veicular um certo diagnóstico do presente, segundo o qual a Grã-Bretanha seria “um país com um futuro bastante óbvio: industrialmente avançado, asseguramente democrático e com um nível geral de educação e cultura continuamente ascendente”.¹⁵⁸ Embora não especifique aqui o seu interlocutor, o conteúdo do argumento de Williams não deixa dúvidas de que suas críticas estavam direcionadas às teses revisionistas abrigadas no Partido Trabalhista. Ainda que reconhecendo a importância dos avanços desde o fim da guerra, Williams rejeita a imagem (pressuposta nesse diagnóstico) “de uma boa sociedade se desdobrando naturalmente”,¹⁵⁹ como se as transformações empreendidas nos últimos anos fossem o produto de uma evolução natural.

Mais do que isso, Williams argumenta que as persistentes insatisfações presentes na sociedade britânica da virada dos anos 1950 para os 1960 colocavam em questão os fundamentos desse diagnóstico. Em outras palavras, aquele mal-estar permanente seria sintoma de processos que não teriam se completado e cujo desenvolvimento não seria um percurso

¹⁵⁸ *Idem*, p. 319.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 319-20.

simples. Vivia-se então em uma conjuntura que demandava de qualquer socialista, portanto, compreender o estágio no qual aquelas transformações se encontravam e definir as ações para que elas fossem levadas adiante. Foi isso o que Williams procurou fazer na conclusão a *The Long Revolution*, enfocando as três grandes áreas da vida social nas quais a longa revolução por ele descrita no decorrer do livro se processou.

Rejeitando a “versão de sociedade do capitalismo”¹⁶⁰ – que reduz a economia a um conjunto de consumidores individuais interagindo no mercado –, Williams defende uma perspectiva apoiada em um “sentido de comunidade”;¹⁶¹ capaz de elaborar iniciativas econômicas tendo em vista não os índices de produtividade, mas as reais necessidades dos homens: “se partíssemos não do mercado, mas das necessidades das pessoas, não apenas nós poderíamos compreender essa parte de nossa atividade de trabalho mais claramente, mas também deveríamos ter um meio de julgar a própria atividade econômica ‘ordinária’”.¹⁶² Nesse ponto, Williams formula uma crítica que acerta não só as teses revisionistas, mas também a revolução tecnológica de Wilson:

Finalmente, o capitalismo (e seus apologetas ex-socialistas) enfatiza o declínio no controle por acionistas [...], e o crescimento em importância dos gerentes e técnicos. De fato, a economia, ao passo que não controlada por acionistas ordinários, também não é controlada por gerentes e técnicos, mas por poderosas instituições privadas interligadas que de fato comandam o que alguns políticos trabalhistas ainda chamam melancolicamente “os altos comandos da economia”.¹⁶³

No plano da política britânica, Williams identifica o predomínio de um sistema (eleitoral, partidário e parlamentar) que tende a restringir ao máximo o poder de decisão da população, limitando-a à escolha periódica de seus representantes. Para fazer frente a essa situação, Williams propõe algumas mudanças, como tornar os partidos mais democráticos internamente, reduzir as distorções presentes no sistema eleitoral e estabelecer um intervalo fixo para as eleições. Mudanças que deveriam estar orientadas pelo fim mais amplo de alcançar uma democracia participativa, “na qual os modos e meios de envolver as pessoas mais intimamente no processo do autogoverno pode ser aprendido e estendido”.¹⁶⁴

O verdadeiro processo de decisão democrática é que, com todos os fatos tornados disponíveis, a questão é abertamente discutida e sua resolução abertamente alcançada,

¹⁶⁰ *Idem*, p. 327.

¹⁶¹ *Idem*, p. 325.

¹⁶² *Idem*, p. 326.

¹⁶³ *Idem*, p. 331.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 342-3.

seja por voto majoritário simples ou por uma série de mudanças voluntárias para chegar a um consenso.¹⁶⁵

Por fim, Williams identifica como maior desafio no âmbito da cultura o descompasso colocado por uma expansão que não foi acompanhada pela difusão dos processos e meios de aprendizagem. Situação que só tenderia a ser agravada, segundo ele, pelo fato de as decisões culturais dependerem cada vez mais de grupos restritos de pessoas. Como alternativa, Williams propõe um modelo que libere a produção cultural do controle tanto de grupos financeiros como de burocracias estatais e que, para tanto, estimule a constituição de organizações culturais dirigidas pelos próprios produtores culturais. De um ponto de vista mais geral (e ecoando a posição exposta em *Cultura e sociedade*) Williams defende uma política que vise não o condicionamento dos hábitos culturais da população, mas o oferecimento dos instrumentos e meios para que todos possam usufruir de todo tipo de cultura produzida: “A condição de desenvolvimento cultural deve ser que elementos variados sejam ao menos igualmente disponibilizados e de que coisas novas e não-familiares devam ser oferecidas constantemente por um longo período, se é para que eles tenham uma chance razoável de aceitação”.¹⁶⁶

Para Williams, portanto, a longa revolução ainda tinha um longo caminho pela frente, e o seu avanço passaria necessariamente pelo aprofundamento e extensão dos instrumentos de participação democrática. Processo em que o governo (tal como produzido por um processo participativo de decisão política) desempenharia um papel decisivo, como, por exemplo, no estabelecimento de comissões de empresários e trabalhadores nas fábricas e de organizações de produtores culturais.

The Long Revolution foi publicado em 1961. Como vimos, os anos que se seguiram foram bastante atribulados para o Partido Trabalhista, com a morte de Gaitskell e a ascensão de Wilson em 1963 e a tão aguardada vitória nas eleições de 1964. Em 1965, Williams publicou um artigo na *New Left Review* que se assemelha bastante, em sua forma e estilo, às intervenções de seus contemporâneos examinadas anteriormente. Mas, diferentemente de seus colegas da Nova Esquerda, Williams se detém não tanto nos limites e fragilidades do Partido Trabalhista – que já haviam sido, segundo ele, explorados exaustivamente –, mas nas razões para que aquela

¹⁶⁵ *Idem*, p. 334.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 365.

instituição permanecesse, apesar de tudo, como a força central no campo da esquerda britânica.¹⁶⁷

Segundo Williams, a resistência do Partido Trabalhista decorreria daquele que seria o “principal elemento ideológico no movimento operário britânico”.¹⁶⁸ o caráter moral da sua crítica, o qual refletiria, por sua vez, uma classe mais interessada em preservar as suas próprias instituições do que em conquistar o poder político e transformar a estrutura da sociedade. Segundo Williams, era desse mesmo “elemento ideológico” que os outros dois movimentos (ao lado do próprio Partido Trabalhista) mais importantes no cenário da esquerda britânica na virada dos anos 1950 para os 1960 – a CND e a Nova Esquerda – extrairiam a sua força.¹⁶⁹

Assim, não parece tão surpreendente que, no que diz respeito ao caminho político a ser seguido naquele momento, Williams se aproximasse do posicionamento da NLR, advogando pela continuidade do apoio ao governo Wilson, posto que o Partido Trabalhista ainda lhe parecia “o mais provável agente das mudanças profundamente necessárias na política econômica britânica. Como tal ele é, para qualquer programa de curto prazo, a única escolha para a esquerda”.¹⁷⁰ Esse diagnóstico de Williams se refletiu da forma mais concreta na sua militância por candidatos trabalhistas nas eleições gerais de 1933, 1950, 1955, 1959 e 1974 e em eleições locais em 1939, 1964 e 1966.¹⁷¹

Mas se a resistência do movimento operário e do Partido Trabalhista se apoiavam no caráter defensivo da classe trabalhadora britânica, é na superação mesma dessa característica que se funda, segundo Williams, o caminho para a construção do socialismo na Grã-Bretanha. “Em um sentido, esse tipo de insularidade (de uma ilha, de fato, dentro de uma ilha) deve crescer para além de si mesma, se é para haver socialismo na Grã-Bretanha. O processo dessa transformação é tudo o que importa, politicamente, na Grã-Bretanha”.¹⁷² Nesse sentido que a Nova Esquerda poderia dar a sua maior contribuição política:

¹⁶⁷ As fraquezas apontadas por Williams são, muito resumidamente: a pobreza das teses teóricas decorrente de sua constituição como uma coalizão; o abandono dos princípios políticos resultante da atuação privilegiada nas arenas eleitoral e parlamentar e o pragmatismo e o reformismo decorrentes da perspectiva de poder. Williams, *op. cit.*, 1965, p. 19.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 22.

¹⁶⁹ Assim como a Nova Esquerda, a Campanha para o Desarmamento Nuclear (CND, na sigla em inglês) surgiu em meados dos anos 1950, como uma iniciativa de militantes e intelectuais socialistas que se opunham ao desenvolvimento da bomba atômica – projeto que ganhou bastante tração na Grã-Bretanha da época, com apoio aberto do governo conservador de Harold Macmillan (1957-1963). A CND se consolidou rapidamente, reunindo bastante apoio entre a classe média e nomes de destaque do establishment intelectual, como Bertrand Russell.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 24.

¹⁷¹ Como o próprio Williams deixou registrado em material autobiográfico, depositado em sua coleção (WWE/2/1/18 [“Miscellaneous”], Williams Collection).

¹⁷² Williams, *op. cit.*, 1965, p. 22.

O que ela pode fazer, e o que, nas circunstâncias atuais, só ela pode fazer, é desafiar a ideologia governante do movimento trabalhista e, em particular, o seu apego ao utilitarismo e ao paternalismo. A Nova Esquerda é um grupo de escritores e pensadores políticos essencialmente baseado na tradição da crítica moral do capitalismo industrial que tem sido tão importante no movimento operário britânico. Dessa posição ela é capaz de atacar a ideologia Fabiana que capturou o Partido Trabalhista oficial e também de tomar parte no ataque geral ao dogmatismo na tradição marxista.¹⁷³

2.3 De qual lado você está?

Embora constitua etapa incontornável da análise, a reconstrução dos debates políticos e intelectuais da época não esgota nosso problema. Na medida em que se tem em vista aqui a história protagonizada pelo autor de uma obra, ainda se faz necessário examiná-la em relação a essa conjuntura mais ampla, e isso em dois sentidos: por um lado, verificando em que medida as obras de Williams desse período podem ser lidas à luz dos debates que dividiam a esquerda britânica naquele momento e, mais especificamente, dos dilemas políticos e teóricos colocados pelo governo trabalhista dos anos 1960; por outro, como a leitura da obra de Williams ajuda a compreender as posições por ele assumidas frente a essas questões e a esses desafios. É sob esse duplo enfoque que os textos de Williams do final dos anos 1950 e da primeira metade dos anos 1960 serão considerados nesta seção. Começaremos com a análise da recepção nos meios de esquerda (ou, quando o caso, em revistas e jornais de prestígio na cena cultural inglesa da época) de *Cultura e sociedade* e *The Long Revolution*, as duas obras que colocaram o nome de Williams no primeiro plano da cena política e intelectual britânica.

Como vimos anteriormente, um dos pontos centrais do argumento de Thompson em sua resenha de *The Long Revolution* refere-se ao tom assumido por Williams nesse texto e em *Cultura e sociedade*. Isto é, o tom de uma abordagem que coloca sempre em primeiro plano o mais geral, impessoal e abstrato, seja quando o autor se detém, como em *Cultura e sociedade*, na análise de uma tradição formada por uma “procissão de vozes desencarnadas”,¹⁷⁴ ou, como em *The Long Revolution*, na reconstrução de um processo histórico protagonizado não por homens e mulheres concretos, mas por “‘estruturas de sentimento’ dominantes e subordinadas”.¹⁷⁵

¹⁷³ *Idem*, p. 26.

¹⁷⁴ E. P. Thompson, *op. cit.*, 1961, p. 24.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 29.

Confirmando a pertinência da crítica de Thompson, a censura ao tom excessivamente abstrato de Williams aparece em outras resenhas da época. Tanto de marxistas como Victor Kiernan (em *The New Reasoner*)¹⁷⁶ e Arnold Kettle (no *Daily Worker*),¹⁷⁷ como de um acadêmico como Richard Hoggart (no mais do que acadêmico *Essays in Criticism*)¹⁷⁸ e em veículos mais tradicionais e de orientações políticas menos definidas, como o *Times Literary Supplement*.¹⁷⁹

No entanto, como a análise de Thompson deixa ver, esse aspecto formal não se esgota em si mesmo. A predileção de Williams por um tom mais geral e abstrato reflete um certo modo de ver a história e a sociedade que, por sua vez, evidencia, segundo Thompson, a adesão de Williams às lentes da tradição esmiuçada em *Cultura e sociedade* e, em contraparte, seu distanciamento da “tradição intelectual socialista”.¹⁸⁰ Porque modo de ver que reconstrói a história como um processo que, para além das esperadas idas e vindas mais localizadas e particulares, é progressivo em seus contornos mais gerais: na economia, com a expansão da indústria e do desenvolvimento científico; na política, com a ampliação e o adensamento da democracia; e na cultura, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e dos sistemas de educação. Nas palavras de Thompson: “o que quer que tenha acontecido, a ênfase se demora sobre ‘crescimento’, ‘expansão’, ‘novos padrões’”.¹⁸¹ E, enquanto resultado desse processo (dessa “longa revolução”), a sociedade surge não em suas classes e nas relações de poder e propriedade que as hierarquizam e que estabelecem os termos dos conflitos entre elas, mas

¹⁷⁶ “[...] uma procissão de indivíduos não constitui uma classe. Não nos são mostrados os literati em seu contexto social, como um amontoado de clãs e corporações com funções e ligações específicos e pontos de contato com as outras classes. [...] esses escritores têm, de certa forma, o estilo de inteligências incorpóreas, vozes espirituais dirigindo-se a nós através dos lábios de um intermediário”. V. G. Kiernan, *Culture and Society*, *The New Reasoner*, n. 9, Summer 1959, p. 78.

¹⁷⁷ “O que limita o valor do livro do sr. Williams desde o início é a qualidade abstrata de sua abordagem. Esse é um livro não sobre cultura e sociedade (como seu título promete), mas sobre as *ideias* de cultura e sociedade”. Arnold Kettle, *Daily Worker* 16 October 1958 (WWE/2/1/9/2/6 [“Culture and Society, 1780-1950”, Williams Collection]).

¹⁷⁸ “Não quero parecer sugerir que o sr. Williams deveria ter seguido até responder todas as questões levantadas. Estou sugerindo, isso sim, que os próprios conceitos que ele emprega tão brilhantemente poderiam ter sido colocados contra um pano de fundo mais denso, mais concreto e mais matizado, de modo a fomentar nosso pensamento social do modo mais frutífero”. Richard Hoggart, *An Important Book*, *Essays in Criticism*, April 1959, p. 178 (WWE/2/1/9/2/6 [“Culture and Society, 1780-1950”, Williams Collection]).

¹⁷⁹ “Apesar de seus bons modos impecáveis e excelente precisão, *Cultura e sociedade* é, em alguns momentos, sufocantemente abstrato. Traja a aparência de proliferação lógica de um centro invisível. O sr. Williams está muito envolvido em seu objeto”. *The Times Literary Supplement*, *The Weight of an Abstraction*, Friday September 26 1958 (WWE/2/1/9/2/6 [“Culture and Society, 1780-1950”, Williams Collection]).

¹⁸⁰ Thompson, *op. cit.*, 1961, p. 24. Mais à frente no mesmo texto, Thompson afirma: “Não quero dizer apenas aquele tom e aqueles maneirismos de estilo que derivam de [T.S.] Eliot. É também que Williams aceitou em alguma medida o modo de ver o problema de seus oponentes e seguiu-os até suas próprias áreas de interesse, negligenciando, ao mesmo tempo, outros problemas e abordagens que foram o interesse particular da tradição socialista”. *Idem*, p. 28.

¹⁸¹ *Idem*, p. 29.

como uma “organização geral” mantida e continuamente expandida por processos de comunicação e aprendizagem.

Além disso, essa forma de abordar a história e a sociedade é o que fundamenta, segundo Thompson, a agenda de ação política defendida por Williams nos capítulos finais dos dois livros: uma ação comprometida não com a transformação das relações de poder e propriedade, mas com o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação visando a uma maior coesão social ou, para empregar os termos de Williams, à construção de uma “cultura comum”. Plataforma política que Thompson julga pouco radical:

A aspiração a uma cultura comum no sentido de Raymond Williams (“significados comuns, valores comuns”) é admirável; mas quanto mais essa aspiração é alimentada, mais ultrajantes aparecerão as reais divisões de interesse e poder em nossa sociedade. A tentativa de criar uma cultura comum, como a de produzir propriedade comum e construir uma comunidade cooperativa, deve se contentar apenas com um sucesso fragmentário enquanto estiver contida dentro de uma sociedade capitalista.¹⁸²

Leitores marxistas como Victor Kiernan e Arnold Kettle reconheceram nessa compreensão da história como um processo de expansão e desenvolvimento de estruturas e organizações (no qual, portanto, as lutas e os conflitos desempenham um papel secundário) a principal limitação da abordagem desenvolvida por Williams no projeto desdobrado em *Cultura e sociedade* e *The Long Revolution*.¹⁸³ Certificando a centralidade desse tópico, é nesse ponto que a leitura de Hoggart, um teórico mais afastado do marxismo, se diferencia. Para ele, um dos grandes méritos da empreitada de Williams residiria justamente em abordar a história e a cultura de uma perspectiva não mais condicionada pelos recortes convencionais – e, sobretudo, pelo recorte de classe:

É, de fato, uma prova do poder da análise do sr. Williams que ele nos joga de volta para as fontes mesmas de nossas próprias energias e propósitos – porque, para a sua própria posição, ele confere um significado preciso e uma aplicação: ele oferece uma reafirmação positiva e humana do propósito social, livre das amarras limitantes de classe; ele faz o mesmo ao redefinir a cultura como um modo de vida, livre de nossas estreitas concepções comuns.¹⁸⁴

¹⁸² E. P. Thompson, *op. cit.*, July-August 1961, p. 36.

¹⁸³ Esse mesmo tópico ainda foi assinalado na recepção de *Cultura e sociedade* nos meios de esquerda dos Estados Unidos: “Solidariedade é outra versão da ‘sociedade orgânica’ de Burke; enquanto ela é um aspecto do sentimento da classe trabalhadora, em si mesma ela é insuficiente para iniciar um novo ‘modo de vida’. A solidariedade na qual a indústria moderna organizou os trabalhadores é de um tipo passivo; ela se torna uma unidade voluntária, de tipo ‘cultural’, por assim dizer, somente no curso da luta. [...] Donde, como Rosa Luxemburgo insistiu, é da luta que nasce a ética e a inteligência social dos trabalhadores. Como qualquer outra cultura, aquela da maioria advém apenas ao se tornar uma ameaça a culturas rivais e perigosa”. Harold Rosenberg, *The Threat of Culture*, *The Nation*, 1959, p. 122 (WWE/2/1/9/2/6 [“Culture and Society, 1780-1950], Williams Collection).

¹⁸⁴ Hoggart, *op. cit.*, 1959, p. 179.

Ao destacarem o lugar que as classes e a luta de classes ocupam no enfoque de Williams, essas leituras apontam para um elemento central da crítica de Thompson. Pois, para ele, é na relação de Williams com o materialismo histórico que deve ser buscada a chave para entender a abordagem desenvolvida no projeto concluído com *The Long Revolution*. E é nesse ponto que a crítica de Thompson se revela mais valiosa para nossa proposta de tentar compreender os textos de Williams dessa época em sua relação com os debates na esquerda britânica. Pois não se trata aqui de um autor que então recusasse ou até mesmo ignorasse a “tradição intelectual socialista”. Como assinalado no capítulo anterior, o Williams de *Cultura e sociedade* já identificava o marxismo como a base teórica de uma abordagem renovada da cultura. E como o próprio Thompson destaca em sua resenha, há um descompasso entre a última parte de *The Long Revolution* e o restante do livro, no sentido de que “alguns de seus *insights* na última seção, ‘Britain in the 1960s’, não emergem tanto de seu quadro conceitual declarado como das não declaradas alianças ou premissas tradicionais [...]. De fato, eles [esses *insights*] geralmente contradizem o que veio antes”.¹⁸⁵ Para Thompson, são essas filiações não declaradas que fazem com que o autor de *The Long Revolution* ainda seja, apesar de tudo, um “crítico socialista”.

Mas então, como explicar o desencontro de Williams com o materialismo histórico apontado por Thompson? É na resposta a essa questão que, segundo nos parece, reside a chave para se compreender a trajetória intelectual percorrida por Williams e, mais precisamente, sua primeira clivagem, na virada dos anos 1950 para os 1960.

Embora tenha afirmado na introdução a *The Long Revolution* que o projeto iniciado em *Cultura e sociedade* chegava ali à sua conclusão, o próprio Williams reconheceu que as preocupações que orientaram suas análises naqueles dois livros também informaram o texto da primeira parte de *Tragédia moderna* (1966), por ele qualificada como “um apanhado histórico e crítico das ideias de tragédia”.¹⁸⁶ Dada essa linha de continuidade enunciada pelo próprio Williams, procuraremos examinar, a seguir, o lugar que esse estudo das ideias de tragédia ocupa no desdobramento do projeto teórico iniciado no final dos anos 1950.

¹⁸⁵ Thompson, *op. cit.*, July-August 1961, p. 34.

¹⁸⁶ Raymond Williams, *Tragédia moderna* [1966], São Paulo, Cosac Naify, 2002, p. 25.

Nesse livro, Williams pretende explorar um sentido de tragédia ignorado pela abordagem de uma “longa tradição”,¹⁸⁷ segundo a qual haveria uma incompatibilidade insuperável entre a tragédia, como forma dramática, e o presente histórico. Confrontar essa perspectiva passaria por examinar a tragédia não apenas como forma artística, mas sobretudo como experiência histórica e social e por assumir como ponto de referência da análise não certas ideias fixas de tragédia (como teria feito a “tradição acadêmica”), mas a experiência vivenciada no presente. Foi com isso em vista que Williams dedicou a primeira parte do livro a examinar as relações entre as modernas teorias de tragédia (e a tradição teórica e crítica na qual elas ganharam forma) e a experiência moderna da tragédia.

Segundo Williams, as abordagens tradicionais definem a experiência trágica a partir de concepções de tragédia estranhas ao presente, por exemplo, ao remontarem essa experiência à “crise pessoal no âmbito da crença” ou às “posturas para com Deus ou para com a morte ou para com a vontade individual”.¹⁸⁸ O sentido contemporâneo de tragédia deveria ser buscado, ao contrário, não na experiência individual, mas na social e, o que é mais importante, naquela que é a experiência social característica do presente. Em outras palavras, deve-se assumir como referência não certas ideias convencionais de tragédia, mas a “profunda crise social de guerra e revolução, no meio da qual todos nós temos vivido”.¹⁸⁹ Vale lembrar que, quando começou a trabalhar em *Tragédia moderna*, em 1963, Williams, então com 42 anos de idade, já vivenciara de perto duas guerras (a Segunda Guerra Mundial, na qual combateu, e a Guerra da Coreia, para a qual foi convocado, mas liberado em seguida, após apresentar objeção de consciência) e duas revoluções vitoriosas e de repercussões globais (a Chinesa, em 1949, e a Cubana, em 1959).

Com vistas a reconstruir os vínculos da ideia de tragédia com a revolução – o acontecimento social por excelência do presente –, Williams rejeita as duas concepções mais comuns de revolução – ou como evento épico encerrado no passado, ou como evento trágico mergulhado no caos e na violência. Como alternativa, ele propõe um sentido alternativo, apoiado no “reconhecimento da revolução como uma ação total dos homens que vivem no presente”.¹⁹⁰ Salta aos olhos a semelhança dessa concepção de revolução e a defesa de Thompson, enunciada em sua crítica a *The Long Revolution*, de uma análise que assuma como referência o “processo ativo – que é, ao mesmo tempo, o processo pelo qual os homens fazem a sua história”.¹⁹¹

¹⁸⁷ *Idem*, p. 31.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 89.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 89.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 93.

¹⁹¹ Thompson, *op. cit.*, 1961, p. 33.

Segundo Williams, a cisão entre as ideias de tragédia e revolução remonta ao advento da “consciência liberal”, quando se deu a transição da “concepção de uma natureza humana permanente e de uma ordem social estática que tivesse conexões com uma ordem divina” para uma “concepção alternativa da possibilidade de transformação humana e social”.¹⁹² Quando a ênfase passou a recair não mais na ordem herdada, mas no desenvolvimento, no progresso e na mudança. Segundo Williams, essa nova concepção da ordem social foi atualizada, de formas distintas, pelos dois grandes desdobramentos da consciência liberal: o naturalismo e o romantismo, pelos quais, respectivamente, a história passou a ser tomada como um processo mecânico que só poderia ser descrito em termos de “evolução” e cujo destino estaria fora do alcance dos homens e toda e qualquer mudança passou a ser restringida ao plano individual. Duas concepções distintas do processo e mudança históricos a que corresponderiam dois modelos distintos de ação política: por um lado, a adesão ao “inevitável processo evolucionário” e, por outro, a própria rejeição da política e o recurso à revolta individual e privada.¹⁹³

Reconstruído o percurso analítico de Williams em suas linhas mais gerais, torna-se mais claro em que medida a sua análise das ideias de tragédia se relaciona às preocupações que orientaram a escrita de *Cultura e sociedade* e *The Long Revolution*. Porque apreender a experiência trágica contemporânea passa por reconectá-la à experiência social da revolução. E porque compreender a revolução também como tragédia passa não só por redefini-la, mas também por repensar a natureza do processo histórico e o estatuto da ação política.

À primeira vista, *Tragédia moderna* parece sinalizar um desvio no projeto teórico que vinha sendo desenvolvido por Williams até aquele momento. Como vimos, o seu conceito de “longa revolução” fora criticado justamente por representar a história como um processo excessivamente abstrato e geral – esse seria um conceito até mesmo estranho à acepção mais convencional de revolução, por descrever um processo tão extenso em sua duração e raio de ação. Nada mais distante, portanto, da ideia de revolução como tragédia exposta em *Tragédia moderna*. E da revolução como tragédia, vale ressaltar, em dois sentidos: em suas origens, porque acontecimento produzido em situações de profunda crise e desordem; e em sua ação mesma, porque processo conduzido por homens e mulheres não contra uma ordem social abstrata, mas contra outros homens e mulheres. Como enfatiza Williams, restituir o caráter trágico da revolução implica em recusar duas posições que exerceram forte apelo nas fileiras da esquerda: tanto o “romantismo revolucionário” que enxerga a revolução sob um prisma

¹⁹² Williams, *op. cit.*, [1966] 2002, p. 96.

¹⁹³ *Idem*, p. 102.

laudatório, como evento épico, quanto a “alienação revolucionária” que ignora a humanidade dos inimigos da revolução. Se a reconstrução da história pelo prisma da longa revolução sugeria um processo destituído de luta e conflito, o conceito de revolução agora proposto por Williams não só supõe a luta, como recupera-a em seu aspecto mais concreto e violento.

Williams concluiu *Cultura e sociedade* em 1956 e *The Long Revolution* em 1959 e começou a trabalhar em *Tragédia moderna* em 1963 (o livro seria concluído no ano seguinte).¹⁹⁴ Como vimos, esse intervalo de quatro anos compreendeu, em um primeiro momento, o avanço das fileiras revisionistas no interior do Partido Trabalhista e, finalmente, a adesão das principais correntes trabalhistas à tese da “revolução científica” encampada por Wilson. A grande força política da esquerda na Grã-Bretanha reforçaria, ainda que inadvertidamente, em seu programa teórico, a perspectiva “naturalista” da história como um processo mecânico cujo resultado independe da ação dos homens. Desse ponto de vista, o tom mais político e assertivo de Williams aparece como reação a uma conjuntura na qual o fosso entre a Nova Esquerda e a esquerda trabalhista se alargava cada vez mais.

Mas a reação a essa conjuntura também se revela em um nível mais substantivo do argumento. Segundo Williams, a visão que recusa a revolução como componente da história se apoia em uma “associação [arbitrária] entre valores humanos fundamentais e o sistema social reconhecido”,¹⁹⁵ de modo que qualquer ameaça à ordem social dada surge imediatamente como uma ameaça àqueles valores humanos mais fundamentais. Tomando como ponto de partida a recusa dessa associação, Williams dirá que a revolução não é a crise que deve ser evitada a todo custo, mas o esforço para a resolução da crise. E assim como reconhecer o caráter trágico da revolução não significa reduzi-la à violência, ao caos e à desordem, compreendê-la como o momento de agudização da crise na qual ela teve origem não significa tomá-la como evento isolado. Afinal, argumenta Williams, a revolução só se realizará enquanto tal, isto é, enquanto momento de agudização dos conflitos e de superação das crises, se implicar em uma transformação de fato radical e profunda – se ela significar, e aqui Williams se vale das palavras de Marx, uma “revolução humana geral”.

Não devemos identificar a revolução com violência ou com uma súbita tomada de poder. Mesmo em lugares em que tais acontecimentos ocorrem, a transformação essencial é, na verdade, uma longa revolução. Mas a prova categórica, por meio da qual a revolução pode ser reconhecida, é a mudança na *forma* de atividade de uma sociedade, na sua mais profunda estrutura de relações e sentimentos. [...] De fato, o

¹⁹⁴ Conforme anotado por Williams em registro datilografado mantido em seu arquivo (WWE/2/1/18 [“Miscellaneous”], Williams Collection).

¹⁹⁵ Williams, *op. cit.*, [1966] 2002, p. 95.

que põe à prova uma sociedade pré-revolucionária, ou uma sociedade na qual a revolução ainda está incompleta, é, precisamente, a questão da incorporação. Uma sociedade para a qual a revolução é necessária é uma sociedade na qual a incorporação de todas as pessoas, *como seres humanos completos*, é, na prática, impossível sem que haja uma mudança nas suas formas fundamentais de relação.¹⁹⁶

A referência à “longa revolução” sugere que os vínculos entre *Tragédia moderna* e o projeto teórico concluído com *The Long Revolution* são mais intrincados e ambíguos do que parece à primeira vista. Pois se, de fato, Williams enfatiza agora aspectos do processo histórico que haviam sido deixados de lado no livro anterior, ele ainda assim não estabelece uma relação de oposição entre a revolução enquanto tragédia e a longa revolução. Assim como Marx definira a revolução política como momento da “revolução humana geral”, Williams entende a revolução em sua dimensão trágica como momento da longa revolução. Donde se pode concluir que ele estava interessado em desenvolver (mais do que revisar) o conceito de longa revolução e a concepção de história a ele subjacente apresentados em *The Long Revolution*. Ou, para empregar os termos de Thompson: em explicitar mais claramente as suas “não declaradas alianças ou premissas tradicionais”. Intenção que parece bastante plausível quando se tem em vista o conteúdo das críticas com as quais o livro foi recebido.

De fato, se retornarmos mais uma vez à obra de 1961, veremos como ali já estavam dados os elementos dessa concepção trágica de revolução. Pois Williams já afirmara que a “longa revolução” não é apenas “continuamente estendida e aprofundada pelas ações de milhões, [mas também] oposta de forma contínua e variada por reação explícita e pela pressão de formas e ideias habituais”.¹⁹⁷ Pressões que assumem formas bastante concretas, como ilustra a sua frente política (a revolução democrática), que enfrenta resistências “não apenas pelo peso de outras tradições, mas por violência e fraude”.¹⁹⁸ Se o Williams de *Tragédia moderna* define a revolução como um acontecimento que implica na transformação de toda a ordem humana, o Williams de *The Long Revolution* não fica muito atrás:

Limitar uma sociedade a seus sistemas de decisão e manutenção é, de fato, ridículo. Devemos aprender a vê-la como um reflexo condicionado de várias formas de *sociedade de classe*, na qual a verdadeira natureza da sociedade – uma organização humana para necessidades comuns – foi, de fato, filtrada através dos interesses em *poder e propriedade* que eram naturais aos *grupos dirigentes*. O grande erro do socialismo, em sua revolta contra as *sociedades de classe*, foi ter se limitado, muito geralmente, aos termos de seus oponentes: a propor uma ordem política e econômica, ao invés de uma ordem humana.¹⁹⁹

¹⁹⁶ *Idem*, p. 106.

¹⁹⁷ Williams, *op. cit.*, [1961] 2001, p. 10.

¹⁹⁸ *Idem*, p. x.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 112, grifos nossos.

Essa passagem merece ser destacada não apenas por ilustrar como as influências das filiações não explicitadas de Williams já se faziam presentes na análise de 1961 (como pode ser constatado pelo recurso a noções como “sociedade de classe”, “interesses em poder e propriedade” e “grupos dirigentes”), mas também por esclarecer em que medida ele via a revolução enquanto tragédia como um momento da longa revolução: pois se é imperativo se revoltar contra “as sociedades de classe”, essa revolta só será efetiva se for capaz de superar os limites colocados por aquelas sociedades e mirar não outra “ordem política e econômica”, mas uma nova “ordem humana”.

Thompson concluíra sua resenha de *The Long Revolution* colocando uma pergunta a Williams: no momento crítico, na época em que “os homens se tornam conscientes de que eles estão fazendo história e na qual instituições são destruídas e refeitas. ‘Revolução’ e ‘crescimento’ se tornam termos incompatíveis nesse ponto. Que termos o sr. Williams escolherá?”.²⁰⁰ Ainda que de forma cifrada, Williams deu sua resposta a Thompson em *Tragédia moderna*: o erro estaria, justamente, em pensar “revolução” e “crescimento” como “termos incompatíveis”.

2.4 À procura de um novo consenso

O crescente afastamento do Partido Trabalhista em relação a uma política socialista não eliminava, para Williams, a contradição política fundamental de que essa ainda era a instituição mais importante e politicamente relevante da esquerda britânica. Contradição que se reflete em sua própria militância política nessa época. Pois, embora já dirigisse críticas bastante contundentes às vias políticas e teóricas trilhadas pelo partido e por suas lideranças, Williams não apenas defendeu, em artigo de 1965, a continuidade do apoio ao governo Wilson, como trabalhou para candidaturas trabalhistas em eleições locais em Cambridgeshire (1964) e em Cambridge (1966). Para ele, apesar de tudo, uma atuação política socialista ainda dependia dos instrumentos e dos espaços mantidos pelo Partido Trabalhista.

Mas não demorou para que as divergências com o governo trabalhista atingissem um ponto insuportável. Quando o sindicato nacional dos portuários decretou greve por melhores salários em maio de 1966, o governo Wilson respondeu com uma oposição renhida (valendo-

²⁰⁰ Thompson, *op. cit.*, July-August 1961, p. 39.

se inclusive da falsa acusação de infiltração comunista para deslegitimar a mobilização), estabelecendo, após o encerramento das paralisações, uma política mais rígida para a concessão de aumentos salariais.²⁰¹ Para Williams, a forma como o governo lidou com a greve foi a prova de que qualquer vínculo estratégico com o Partido Trabalhista já não se justificava: “Wilson escolheu atacar os portuários na televisão. Isso foi absolutamente simbólico sobre onde repousavam suas lealdades e me convenceu de que algo precisava ser feito”.²⁰² Mas, como relatado por Williams em uma entrevista concedida em 1968, aquilo só fora a gota d’água de um ano catastrófico:

Nos seis meses após a eleição geral de 1966, com a greve dos marinheiros, as medidas de julho e todo o clima de atitudes, percebia-se que nós não estávamos lidando com um governo de esquerda tímido e precário, mas com um governo que tinha uma concepção de mudança que era diferente de tudo o que pudesse ser chamado de socialista.²⁰³

Em julho do mesmo ano (1966), Williams se desfilou do Partido Trabalhista e começou a organizar, logo no mês seguinte, o projeto que viria a dominar os seus esforços pelos próximos quatro anos e que teria como pontos culminantes a publicação do May Day Manifesto, em 1967, e a realização da Convenção Nacional da Esquerda, em 1969.

Iniciaremos nossa análise desse momento da trajetória de Williams por uma carta de Thompson endereçada a ele e com cópias enviadas para Stuart Hall e Michael Rustin,²⁰⁴ datada de 7 de novembro (do mesmo ano de 1966, como se pode inferir do seu conteúdo). A missiva de Thompson é especialmente interessante por iluminar os momentos iniciais do projeto, na medida em que se detém sobre questões que teriam sido discutidas previamente e, mais especificamente, sobre um “esboço” redigido por Williams, no qual (pelo que se pode concluir a partir das colocações de Thompson) ele não apenas registrou essas discussões, como também

²⁰¹ Cf. Kenneth O. Morgan, *Britain Since 1945. The People's Peace*, Oxford, Oxford University Press, 2001; e Childs, *op.*, *cit.*

²⁰² Principles for which one is prepared to fail. Five years after the May Day Manifesto was published, Peter Hennessy talks to its supporters, *The Times Higher Education Supplement*, 4/5/1973, p. 8 (WWE/2/1/7/2/8, Williams Connection).

²⁰³ Morning Star, *Dilemmas set by Labour Right Wing* (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²⁰⁴ Como se verá na exposição a seguir, Michael Rustin foi um dos protagonistas do projeto que desembocou no May Day Manifesto e na Convenção Nacional da Esquerda. Ele nasceu em 1938 e, desde 1964, lecionava sociologia na University of East London.

apresentou suas próprias posições. Além disso, a carta de Thompson é um documento valioso por revelar como já nessas primeiras conversas estava estabelecido o núcleo do projeto político que seria apresentado no Manifesto e o papel central desempenhado por Williams na sua definição:

[...] a ideia essencial por trás do manifesto (sua [de Williams] própria ideia, aceita pelo grupo) era que ele NÃO deveria declarar essa ou aquela parte de uma posição de esquerda, mas deveria ao menos esboçar uma posição de esquerda geral e inclusiva, na qual as partes isoladas possam ser enquadradas.²⁰⁵

“Ideia essencial” que impunha ao grupo os desafios de envolver (e conciliar) o maior número possível de pontos de vista na elaboração do manifesto (o que aumentava as incertezas de Thompson quanto à conveniência de um texto redigido apenas por Williams) e de compor um documento com escopo suficiente para tratar das questões políticas e econômicas que mobilizavam as mais variadas seções da esquerda britânica naquele momento, entre as quais Thompson destaca: o domínio do “sistema diplomático e militar americano”; “a questão da ‘modernização’”; e “a função do trabalhismo na racionalização do capitalismo”.²⁰⁶

Vale também destacar uma ressalva que Thompson comunica em sua carta e que revela o tipo de desafio que aquele grupo pretendia lançar ao Partido Trabalhista e ao governo Wilson – e, por outro lado, o tipo de desafio que eles próprios teriam de enfrentar. Descrente quanto à viabilidade de publicar ainda naquele ano (1966) um “manifesto da extensão e do detalhamento sugeridos”,²⁰⁷ Thompson propõe duas alternativas: ou um documento mais sucinto, “redigido por um grupo de Cambridge” capaz de dar conta da abrangência pretendida, ou um panfleto escrito por Williams, “tendo a força e o escopo geral de um manifesto”, e que seria o ponto de partida de “uma série planejada de panfletos, que pode ser prevista para 1967, tratando de vários de nossos subtítulos em maior detalhe”.²⁰⁸ No final, os organizadores do Manifesto optaram por um meio termo entre as duas propostas apresentadas por Thompson, decidindo por um documento composto por cinco seções elaboradas separadamente, mas cuja redação final coube a Williams.

²⁰⁵ No original: “the essential idea behind the manifesto (your own idea, and accepted by the meeting) was that it should NOT state only this and that part of a Left position, but should at least outline a general inclusive Left position, into which the isolated parts can be fitted”. Carta de Thompson a Williams, 7 de novembro (WWE/2/1/16/356 [Thompson, EP (University of Leeds, University of Warwick; The New Reasoner)], Williams Collection).

²⁰⁶ Carta de Thompson a Williams, 7 de novembro (WWE/2/1/7/2/8, Williams Collection).

²⁰⁷ Carta de Thompson a Williams, 7 de novembro (WWE/2/1/7/2/8, Williams Collection).

²⁰⁸ Carta de Thompson a Williams, 7 de novembro (WWE/2/1/7/2/8, Williams Collection).

As reservas de Thompson e as alternativas por ele colocadas dizem muito sobre uma tensão inerente à natureza do documento que estava sendo concebido. A tensão própria a um texto que pretendia, ao mesmo tempo, intervir politicamente em um contexto específico e fundamentar as posições ali defendidas em um diagnóstico histórico de fôlego. Em outras palavras, a tensão inerente a um texto que deveria contar não apenas com a força e eloquência de um manifesto, mas também com a sobriedade e profundidade de uma análise de conjuntura. Como veremos a seguir, essa é uma tensão que atravessou todo o projeto do *Manifesto*, embora assumindo formas distintas ao longo dessa história.

Em 28 de abril de 1967, *Tribune*, o jornal oficial do Partido Trabalhista, publicou um artigo em que Williams faz uma síntese dos principais argumentos expostos no documento. Mas, mais importante do que isso, o autor esclarece nesse artigo o contexto histórico mais amplo no qual o projeto do Manifesto se inseria e ao qual ele pretendia responder, e que se caracterizaria pela evolução de “dois movimentos históricos”: por um lado, “uma renovação e um redirecionamento importantes do pensamento socialista” e, por outro, certos “desenvolvimentos no capitalismo e no imperialismo”.²⁰⁹ O Manifesto pretendia se colocar, segundo Williams, no ponto de intersecção desses dois processos:

A análise contida no Manifesto pretende cristalizar o novo pensamento, em resposta a essa nova fase. Ao fazê-lo, ele se propõe a começar a preencher a lacuna que hoje existe entre a crise atual e a compreensão socialista dela. Acreditamos que essa lacuna foi dramatizada pelo desenvolvimento prático e ideológico do presente governo, mas também é uma das principais razões para que as preocupações e desilusões de tantos socialistas não tenham encontrado, até agora, um meio para construir uma esquerda consistente, permanente e poderosa.²¹⁰

Lançado (em circulação restrita) três dias depois do artigo de Williams, no Primeiro de Maio de 1967, o Manifesto afirmava que a situação de impasse e paralisia na qual a esquerda britânica se encontrava resultava, sobretudo, da sua incapacidade para compreender a conjuntura da época e as transformações históricas que conduziram a ela.²¹¹ Era dessa desorientação teórica que decorreria, por um lado, o apoio envergonhado de muitos socialistas britânicos a um partido que há bastante tempo vinha se desviando de uma política socialista e,

²⁰⁹ Raymond Williams, “May Day Manifesto 1967”, *Tribune*, 28 April 1967 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²¹⁰ *Idem*. É difícil não aproximar a imagem do socialista desiludido e incapaz de encontrar uma alternativa às políticas do governo e de seu partido apresentada no Manifesto, ao Williams de meados dos anos 1960, um crítico decidido ao governo de Harold Wilson envolvido em campanhas de candidatos trabalhistas em eleições locais.

²¹¹ O Manifesto contou com 70 signatários, entre os quais destacamos os nomes de: Robin Blackburn, Terry Eagleton, Catherine Hall, Steven Lukes, Ralph Miliband, Henry Miller, Iris Murdoch, Raphael Samuel, John Saville e Dorothy Thompson.

por outro, os obstáculos à construção de caminhos alternativos. Segundo enunciado do Manifesto: “Uma explicação falhou, e estamos em busca de novas explicações e direções”.²¹² Era sobre essa desorientação que o Manifesto pretendia intervir, de modo a oferecer uma nova abordagem do presente capaz de subsidiar uma ação política de fato socialista.

Em consonância com esse objetivo político, a maior parte do texto do Manifesto é dedicada à análise daquelas que seriam as características singulares e definidoras da sociedade britânica dos anos 1960 – características que, como é enfatizado desde o início, não se restringem ao caso britânico. Dessas, a mais importante se refere às mudanças na configuração do capitalismo, pelas quais teria se constituído “um novo tipo de capitalismo”, dominado por grandes corporações cada vez mais internacionalizadas e dirigido por processos de racionalização e planejamento – tanto da produção como do consumo – crescentemente avançados. Sistema no interior do qual, segundo o diagnóstico do Manifesto, o Estado assume um papel central, não apenas na defesa dos interesses das grandes corporações, mas sobretudo na contenção das pressões exercidas a partir do polo do trabalho.²¹³

No entanto, e esse é outro aspecto central do diagnóstico ali exposto, o Manifesto dirá que a situação política e econômica da Grã-Bretanha não pode ser considerada isoladamente, na medida em que integra a nova configuração de um sistema global. Sistema caracterizado por um novo tipo de relação entre centro e periferia (o “novo imperialismo”), em que as relações de exploração não se dão mais por domínio político direto, mas por meios econômicos – inclusive por meio de programas de auxílio econômico e humanitário, mas, sobretudo, pela atuação das grandes companhias internacionais e por agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – e por um aparelho militar dirigido pelos Estados Unidos e cuja legitimidade é constantemente reforçada pela retórica da Guerra Fria. Modalidades de dominação que se complementam e reforçam mutuamente: “O novo colonialismo, dos mercados de bens, das corporações de mineração, das companhias de petróleo e dos sindicatos financeiros, torna-se o novo imperialismo, da presença militar, das forças de pacificação, da manobra política”.²¹⁴

Frente a essa nova conjuntura internacional, a esquerda deveria, antes de tudo, recusar as alternativas políticas colocadas pelo discurso da Guerra Fria, fundando a sua ação em uma política ao mesmo tempo radical e democrática:

²¹² “May Day Manifesto 1967”, p. 1. As passagens da edição de 1967 citadas se referem a uma cópia do manifesto consultada nos arquivos de Williams (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²¹³ *Idem*, pp. 3-4.

²¹⁴ *Idem*, p. 25.

Devemos rejeitar toda cumplicidade com as práticas usuais de ‘Oeste’ e ‘Leste’ e, seja como sindicalistas ou intelectuais, buscar redescobrir uma voz comum que desconsidere as estruturas de poder rivais. [...] Na Europa ocidental e nos Estados Unidos, essa será a voz de todos aqueles que protestam, no limite de seus poderes, contra o envolvimento de seus próprios governos no novo imperialismo. Na Rússia e no Leste europeu, a voz talvez mais abafada – algumas vezes de modos desonestos e por meio de censura opaca – daqueles que estão trabalhando para dismantelar as estruturas obsoletas do autoritarismo.²¹⁵

E assim como no cenário internacional, também a atuação dos socialistas no contexto britânico deveria se pautar por aquele que era o dado histórico e desafio político fundamental: a prevalência de um sistema que preside o funcionamento da economia e a ação do Estado. E na medida em que se trata de confrontar um sistema integrado cujos efeitos se espriam por todas as áreas da vida social, a tarefa política prioritária consiste em, como já fora declarado por Thompson em sua carta de novembro de 1966, construir um movimento político que conecte os movimentos, grupos e campanhas socialistas e radicais que ainda se mantêm desligados uns dos outros. Programa de ação que os signatários do Manifesto viam não apenas como a prioridade do campo socialista, mas também como a principal diferença entre a sua iniciativa e aquela que fora empreendida (inclusive por muitos dos mesmos nomes) no começo daquela década:

O que fracassou, no início dos anos 1960, foi uma reunião, em uma posição geral, dos muitos tipos de resposta e análise política e social, em torno dos quais trabalho local fora feito e posições locais, construídas. A consequência desse fracasso é, hoje, bastante aparente. Enquanto as posições eram fragmentárias, elas podiam ser tomadas, sem um compromisso real, pela simples retórica de uma nova Grã-Bretanha. Agora, quando a retórica se rompe, os fragmentos são jogados de volta sobre nós [...]. E então, o caráter geral da crise, no interior da qual esses fracassos são sintomas, nunca poder ser apreendida, compreendida ou comunicada. O que nós precisamos é de uma descrição dessa crise como um todo, na qual não apenas os erros e ilusões presentes, mas também as urgentes e necessárias transformações, possam ser inteligentemente conectadas.²¹⁶

Embora o Manifesto fosse visto por seus signatários como um primeiro passo em um projeto de renovação da esquerda britânica, é importante notar que um trabalho organizacional coletivo começou a ser realizado antes de sua publicação, inclusive como forma de viabilizar materialmente o lançamento e a impressão do documento. De fato, embora apenas três nomes (Williams, Thompson e Hall) constem como autores do texto, um “comitê organizador” foi constituído em fevereiro de 1967, com vistas a “fazer os preparativos para o lançamento do

²¹⁵ *Idem*, pp. 30-1.

²¹⁶ *Idem*, p. 2.

Manifesto e para elaborar um documento de trabalho fixando propostas alternativas para atividades futuras”. Dada a própria natureza da proposta teórico-política ali defendida, o grupo do Manifesto já podia antecipar, alguns meses antes de sua publicação, a grande questão que eles teriam de enfrentar: o que fazer depois? Um material especialmente revelador quanto às primeiras reações do grupo a esse desafio é um documento elaborado por aquele comitê organizador, intitulado “The Politics of the Manifesto”, no qual se pretendia “primeiro, resumir brevemente as providências em curso e, então, colocar [...] um número de opções para aprofundar os objetivos do Manifesto”.²¹⁷ Assumiremos esse documento como ponto de partida de nossa análise das iniciativas políticas e organizacionais que se seguiram à publicação do Manifesto. Embora não esteja datado, é possível afirmar que esse documento foi elaborado entre fevereiro e o começo de abril de 1967.²¹⁸

A tarefa mais geral e urgente consistia em fomentar uma discussão mais aprofundada e difundida das análises e propostas apresentadas no Manifesto, e, para isso, o comitê incentivava a realização de encontros organizados por quaisquer grupos, organizações ou mesmo indivíduos que se sentissem representados por aquele documento. Para além desse incentivo, o comitê também apresenta propostas mais detalhadas de iniciativas que poderiam ser tomadas por eles próprios com vistas a alcançar esse objetivo mais amplo, como: estabelecer “grupos de trabalho [...] com responsabilidade de produzir panfletos ou relatórios escritos em um número de áreas especiais”; atuar em instituições de educação superior, com vistas a “criar um núcleo de organização radical nas universidades que assumiria inevitavelmente questões mais amplas à medida que se desenvolvesse”; e promover uma “Conferência de Intelectuais Socialistas [...] organizada com um amplo público de estudantes, com seminários e discussões, [e] que poderia ser um estímulo adicional para uma organização estudantil radical em torno dos objetivos do Manifesto”.²¹⁹

Esses seriam os primeiros passos, segundo o comitê, para o enfrentamento do desafio político central de construir um movimento capaz de integrar os grupos, campanhas e movimentos atuando isoladamente até então. Aqui, o documento reitera a conexão central, expressa no Manifesto, entre diagnóstico e programa político: dado o caráter integrado e abrangente do sistema que se impõe desafiar, a reação socialista não deveria se dar de forma fragmentada, mas integrada e abrangente. Isso posto, se o Manifesto procurou desenvolver uma

²¹⁷ “The Politics of the Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²¹⁸ Uma vez que há referência, em sua introdução, a um encontro do grupo realizado em 4 de fevereiro e à intenção de reunir propostas para uma reunião prevista para 8 de abril.

²¹⁹ “The Politics of the Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

análise capaz de dar conta desse sistema e de seus nexos internos, a ação política por ele colocada em movimento deveria ter como meta conectar os indivíduos, movimentos, campanhas e grupos mobilizados em torno das grandes questões sociais da época: “pobreza, privação social, discriminação racial, direitos sindicais, paz e imperialismo [...]”. Interligar esses públicos é, em poucas palavras, a tarefa política do Manifesto”.²²⁰

Embora reconhecesse que a consecução desse objetivo dificilmente seria completada no curto prazo e, por isso, admitisse a conveniência de uma atuação temporária “dentro das estruturas políticas atuais”, o comitê apresenta duas propostas para a construção de um movimento integrado. A primeira delas era a formação de um “Instituto Socialista” que reuniria grupos dedicados à análise de temas específicos e à elaboração de panfletos (dirigidos não só a seus membros, mas a um público mais geral) e que contaria com uma “equipe permanente e em período integral”.²²¹

A segunda proposta, apresentada mais extensa e detalhadamente, refere-se à realização de uma “Convenção Nacional no inverno de 1967-68 que seria a culminação de vários meses de discussão e desenvolvimento do Manifesto”. Segundo a proposta do comitê, essa convenção seria precedida pela formação de grupos de trabalho dedicados à análise dos principais tópicos tratados no *Manifesto*, e que teriam como função, por um lado, desenvolver e aprofundar o diagnóstico ali apresentado por meio da análise dessas questões específicas e, por outro, atrair os grupos e indivíduos mobilizados em torno desses temas. Seria somente a partir dos debates travados no curso da convenção – que teriam como base os relatórios produzidos por aqueles grupos de trabalho – que uma estrutura política mais precisa seria delineada:

Decisões sobre qualquer estrutura organizacional permanente, sobre quais formas de atividades de longo prazo levar adiante, e quanto a inaugurar qualquer forma de movimento independente se dariam durante ou depois dessa Convenção, quando um corpo mais representativo poderia assumir responsabilidade por elas. Antes disso, precisaríamos apenas de uma estrutura *ad hoc* para a preparação de uma Convenção. Seria responsabilidade do grupo do Manifesto existente meramente tornar realidade essa convenção.²²²

²²⁰ “The Politics of the Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²²¹ “The Politics of the Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection). Esses boletins desempenhariam uma função política relevante como “canal de contato entre grupos simpáticos ou afiliados ao Manifesto, pelo qual sua experiência poderia ser compartilhada. Ele também poderia conter artigos mais extensos de tempos em tempos, focalizando principalmente questões de estratégia e aspectos de nossa análise e teoria que são relevantes a isso”. “Organizer’s report” (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²²² “The Politics of the Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

A proposta de realizar uma convenção nesses moldes acabou prevalecendo e, para levar adiante esse projeto, foi constituído um comitê encarregado do planejamento e da organização do encontro, formado pelos seguintes membros: Anthony Arblaster, George Clark,²²³ Adrian Cunningham, Brian Darling,²²⁴ Sean Gervasi,²²⁵ Stuart Hall, John Hoyles, George Irvin,²²⁶ Richard Kuper,²²⁷ Michael Kustow,²²⁸ Stephen Marks, Robin Murray,²²⁹ Paul Mullen, Dipak Nandy,²³⁰ Edward Thompson, Tony Topham,²³¹ Dorothy Wedderburn,²³² Raymond Williams, Edwin Yeats, Stephen Yeo, Michael Rustin (secretário) e Charles Swann²³³ (tesoureiro).²³⁴ Ao mesmo tempo, foram estabelecidos os grupos de trabalho (com seus respectivos coordenadores) encarregados de elaborar o material a ser apresentado e debatido na convenção: “Cultura e Comunicações” (Geoffrey Reeves); “Educação” (David Grant); “Grupo dos economistas” (Robin Murray); “Organização comunitária” (John O’Malley); “Imperialismo” (Brian Darling); “as Universidades” (Stephen Marks); “Internacional” (Edward Thompson); “Estratégia política” (George Erving).²³⁵ Entre as atribuições dos grupos de trabalho constava também a tarefa de manter unidos e mobilizados os grupos filiados ao Manifesto.²³⁶

Se o Manifesto fora visto por seus signatários como o ponto de partida de um projeto de renovação teórica e política das esquerdas na Grã-Bretanha, a Convenção foi por eles tomada, desde o início, como o ponto culminante desse projeto:

Como uma culminação desse período de discussão seguindo o lançamento do Manifesto, foi decidido reunir uma Convenção Nacional, na primavera de 1968. Pretende-se que essa reunião, realizada em dois ou mais dias, deveria ser amplamente representativa de opinião radical e socialista e oferecer um fórum para discussão e formulação de discussões que hoje falta na esquerda.²³⁷

²²³ George Clark, 41 anos, um dos fundadores da Campaign for Nuclear Disarmament (CND).

²²⁴ Brian Darling, sociólogo.

²²⁵ Sean Gervasi, 34 anos, economista norte-americano e professor em Oxford.

²²⁶ George Irvin, 27 anos, economista formado em Oxford.

²²⁷ Richard Kuper, 22 anos, militante da International Socialism e estudante de pós-graduação na London School of Economics.

²²⁸ Michael Kustow, 28 anos, produtor teatral e escritor.

²²⁹ Robin Murray, 27 anos, formado em história em Oxford.

²³⁰ Dipak Nandy, 31 anos, professor de literatura na University of Leicester e militante da Campaign Against Racial Discrimination.

²³¹ Tony Topham, 38 anos, economista e um dos fundadores do Institute for Worker’s Control (IWC), em 1968.

²³² Dorothy Wedderburn, 42 anos, socióloga formada em Cambridge e docente no Imperial College of London.

²³³ Charles Swann, 24 anos, crítico literário formado em Cambridge.

²³⁴ “May Day Manifesto, Bulletin n. 1, Summer 1967”, p. 3 (WWE/2/1/6/1/13/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²³⁵ “May Day Manifesto, Bulletin n. 1, Summer 1967”, p. 4 (WWE/2/1/6/1/13/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²³⁶ “A May Day Convention” (WWE/2/1/6/1/13/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²³⁷ “May Day Manifesto, Bulletin n. 1, Summer 1967”, p. 5 (WWE/2/1/6/1/13/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

A Convenção desempenharia um papel central, mais precisamente, na medida em que tornaria possível, segundo as expectativas de seus organizadores, o salto do círculo mais restrito do grupo do Manifesto para uma articulação mais ampla de movimentos e organizações. Foi expressamente com esse objetivo que a proposta de organizar uma convenção foi eleita como a tarefa prioritária para o período que se seguiria à publicação do Manifesto.²³⁸

Refletindo as dificuldades envolvidas na organização de um encontro dessa natureza, a Convenção, prevista inicialmente para ocorrer entre o final de 1967 e o começo de 1968, acabou sendo realizada mais de um ano depois, nos dias 25, 26 e 27 de abril de 1969, em Londres. O primeiro dia do encontro foi dedicado às reuniões finais das comissões; no segundo, os representantes desses grupos apresentaram seus relatórios, material que foi, em seguida, debatido por toda a Convenção; por fim, no terceiro dia, todos se reuniram para debater modelos de organização e as ações a serem empreendidas após o encerramento do encontro. Um aspecto importante da dinâmica dos debates – e que diz bastante sobre o tipo de movimento que os membros do grupo do Manifesto tinham em mente – diz respeito à orientação de que não seriam feitas distinções “entre delegados e participantes individuais no que se refere à fala ou direitos de voto”, assim como o direito de fala dos delegados não seria condicionado pelo tamanho das organizações por eles representadas.²³⁹

Segundo relato do *Guardian*, a Convenção reuniu “mais de 600 delegados de cem diferentes organizações e campanhas de esquerda”,²⁴⁰ dentre os quais, representantes de sindicatos e de conselhos comerciais, do Partido Comunista e da Liga da Juventude Comunista, do Partido Trabalhista e dos Jovens Socialistas do Partido Trabalhista, dos Socialistas Internacionais, de organizações comunitárias e de moradores, de universidades e escolas, de movimentos pela paz e de organizações espanholas, italianas, indianas e sul-africanas.²⁴¹ Tendo em vista o espírito que presidira a convocação da Convenção, a diversidade das correntes e organizações ali representadas já poderia ser contabilizada como uma importante conquista. Como afirmou Williams, encarregado de presidir os trabalhos, em seu discurso na abertura do encontro:

as diferentes partes desse movimento não estão geralmente em contato umas com as outras, nunca estiveram em contato umas com as outras. [...] nosso problema político

²³⁸ Cf. “A May Day Convention” (WWE/2/1/6/1/13/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²³⁹ Cf. “Convention Documents” (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴⁰ “Division of the Left avoid tearing themselves apart”, *The Guardian*, 28/04/1969 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴¹ Cf. “Organizations and Delegates” (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

[é]: conectar as questões; mas, o que é mais importante, conectar as pessoas que atuam sobre elas. [...] Se simplesmente oferecer a ocasião para esse tipo de encontro, a Convenção terá sido um sucesso limitado.²⁴²

No entanto, as muitas divergências que afastavam os grupos e correntes ali representados não só se fizeram presentes ao longo dos debates como também inviabilizaram o avanço em direção a decisões mais concretas e ousadas, descortinando os limites a que a Convenção e o projeto político que animara a sua concepção estavam sujeitos. Assim, das oito comissões encarregadas de elaborar os relatórios a serem debatidos nas sessões conjuntas da Convenção, três delas não apresentaram seus pareceres finais, seja porque não tinham se reunido até aquele momento (comissão econômica), por não terem chegado a posições comuns (comissão sobre democracia e Estado) ou simplesmente por não terem nada a apresentar (comissão sobre raça). Por outro lado, os relatórios submetidos pelas demais comissões revelam como seria demorada e trabalhosa a tarefa de interligar as diversas vertentes da esquerda britânica. Em vários desses relatórios, prevalecem propostas vagas ou que simplesmente repisam pontos já tratados no Manifesto. Esse é o caso da comissão sobre sindicatos, que propôs a atração do apoio de mulheres, jovens trabalhadores e estudantes, a oposição ao governo trabalhista e a defesa de maior participação operária na gestão das fábricas.²⁴³ Ou, ainda, da comissão sobre pobreza e serviços sociais, cujo parecer final afirmava que o “papel de radicais na ação comunitária pode ser aquele de um catalisador, mais educacional do que organizacional. Eles deveriam trabalhar com pessoas, não para elas”.²⁴⁴ Em outros casos, salta aos olhos a divergência quanto a pontos centrais do diagnóstico apresentado no Manifesto. Esse é o caso, por exemplo, da comissão sobre imperialismo, cujo relatório registra o desacordo de seus membros em relação à caracterização da União Soviética como um “poder imperialista” e “quanto a se o neo-imperialismo representa algo novo”.²⁴⁵ Como aponta reportagem do *Morning Star*, a divergência quanto à natureza da política externa soviética também esteve presente nos debates que se seguiram à apresentação dos relatórios das comissões: “Embora tenha havido acordo geral quanto à necessidade de combater o imperialismo americano no

²⁴² “Opening statement by Raymond Williams” (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴³ “Convention Documents”, p. 3-4 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴⁴ “Convention Documents”, p. 25 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴⁵ “Convention Documents”, p. 14-5 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

Vietnã e o imperialismo britânico no sul da África, houve acentuado desacordo sobre o papel da União Soviética”.²⁴⁶

Os limites do movimento político imaginado pelo grupo do Manifesto se revelam, também, no aspecto incipiente da principal deliberação do encontro, que consistiu na proposta de criação de uma “comissão permanente [...] encarregada de: publicar uma declaração política aprovada pela convenção; auxiliar grupos regionais e locais da Frente de Esquerda e do Fórum de Esquerda; e planejar uma segunda convenção”.²⁴⁷ Os limites impostos pelas divergências que dividiam o campo da esquerda na Grã-Bretanha ecoam também no tom e no conteúdo do documento final da Convenção. Assim, quando elenca os “objetivos e campanhas imediatos” que pavimentariam o caminho para a construção de um movimento amplo capaz de levar adiante “mudanças profundas e radicais de política, dirigidas para o estabelecimento do poder da classe operária e do socialismo”, o documento final da Convenção retoma políticas já apontadas no Manifesto, como: a nacionalização da economia; o “apoio total às ações e demonstrações industriais”; a oposição a “toda dominação ou supressão econômica, política e militar, direta ou indireta, dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo”; a oposição a toda forma de discriminação e preconceito racial; e a defesa de uma “ampla realocação dos recursos da economia nacional para uso social”.²⁴⁸

Contudo, talvez seja possível argumentar que os propósitos mesmos da Convenção inviabilizavam a superação de todos esses obstáculos. Afinal, já quando da convocação do encontro, os membros do grupo do Manifesto tinham em mente a constituição de um movimento que não eliminaria a autonomia e singularidade dos grupos, movimentos e campanhas a ele filiados. Assim, em documento elaborado pela Comissão Preparatória da convenção, consta que os dois primeiros objetivos do encontro seriam “tentar uma forma mais duradoura de interconecção e comunicação” e promover um debate em torno de “formas de ação [que] gerará campanhas novas e conectadas”.²⁴⁹ À guisa de ilustração, vale a pena mencionar a forma como o próprio Williams definiu o projeto político que estava na base da Convenção:

²⁴⁶ “Time for the Left to use all the strength it can command”, *Morning Star*, s.d. (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴⁷ “Division of the Left avoid tearing themselves apart”, *The Guardian*, 28/04/1969 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴⁸ “Draft Statement of Issues” (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁴⁹ Raymond Williams, “Why CND must be there”, *Sanity*, March 1969 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

O princípio continua sendo que nenhuma organização geral nova, para centralizar ou tentar dirigir a esquerda, está sendo proposta ou contemplada. O que se tem em vista, e é urgentemente necessário, é um centro efetivo de cooperação e ligação, que deixe completa autonomia aos grupos existentes, mas que possa fortalecer suas ações conjuntas.²⁵⁰

Em outras palavras, os limites a que a Convenção estava sujeita estavam dados desde o início do projeto do grupo do Manifesto, resultando do tipo de articulação política que se pretendia estabelecer entre os grupos, movimentos e campanhas já existentes. O que não significa, no entanto, que esse não tenha sido um tópico que dividiu os membros do grupo tanto antes como depois da Convenção. Ao contrário, a questão dos vínculos a serem estabelecidos pela Convenção foi um dos principais focos de divergência no interior do grupo do Manifesto.

De um lado, havia aqueles que, como Michael Rustin e Stuart Hall, defendiam que o grupo definisse mais claramente os contornos do movimento imaginado antes da realização da Convenção. Adiantando sua posição, eles propunham que a Convenção desse início a um “processo de ‘formação de coalizões’, em torno do Manifesto”.²⁵¹ Para tanto, ela deveria ser um encontro não de indivíduos, mas de delegados que representariam os grupos, movimentos e organizações interessados em integrar essa coalização. Para eles, “uma ampla Convenção sobre essa base significaria uma sólida estrutura”, que estaria baseada em um acordo mínimo quanto ao diagnóstico do presente, aos objetivos do movimento e às estratégias a serem adotada. Os esforços iniciais da Convenção deveriam ter como fim a construção de uma “coerência frutífera e inclusiva”.²⁵²

Outros, como Robin Murray, rejeitavam a opção por dar prioridade à realização da Convenção, argumentando que isso significaria postergar a adoção de uma iniciativa política, esta sim, para ele, a verdadeira prioridade: “Nossa segunda preocupação deveria ser promover tal sociedade [socialista]. Trata-se de uma questão de poder. O Manifesto deveria se comprometer com o poder”.²⁵³

Dentre os membros do grupo do Manifesto, Thompson foi quem apresentou uma oposição mais decidida e explícita à proposta de Rustin e Hall. Não apenas por se opor à concepção de movimento por eles encampada – apegada, segundo ele, a um modelo que se disseminara nos Estados Unidos e desatenta às peculiaridades da experiência britânica, além de demasiadamente condicionada por uma resistência ingênua a modelos mais burocráticos de

²⁵⁰ “Convention Documents”, p. 40 (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

²⁵¹ “A May Day Convention” (WWE/2/1/6/1/13/5 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²⁵² “A May Day Convention” (WWE/2/1/6/1/13/5 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²⁵³ “The Future of the Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13/5 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

organização política. Mas, sobretudo, por rejeitar qualquer linha de ação que pressupusesse a tomada de decisões mais definitivas no interior do grupo mais restrito dos autores do Manifesto. Para Thompson, era imprescindível não perder de vista a intenção original que movera as primeiras iniciativas do grupo de oferecer um “diagnóstico político”. Objetivo que, conforme ele argumenta, implicou, desde sempre, em uma atuação limitada de sua parte:

Nós anunciamos que um de nossos primeiros objetivos com o Manifesto era discutí-lo com pessoas e levar em consideração as suas contribuições: valer-se de uma experiência mais ampla do que aquela do grupo original do Manifesto. Se nós realmente pretendíamos isso, então isso é exatamente o que nós deveríamos estar fazendo. Nós podemos tomar decisões para promover essa consulta – incluindo a forma geral de uma Convenção. Mas não estamos autorizados a “estabelecer” o caráter de um “movimento” até que tenhamos envolvido mais pessoas que não estavam lá em setembro último para serem consultadas.²⁵⁴

Para Thompson, o grupo do Manifesto deveria abraçar iniciativas – como o estabelecimento de uma publicação ou a criação de “uma Sociedade, ou Instituto ou o que quer que seja” – que se limitassem à função que esse grupo teria de desempenhar na construção de um movimento que integrasse a esquerda britânica: isto é, o papel de municiar esse movimento com “análise, pesquisa, discussão, comunicação: elevar o nível do entendimento e da educação política articulada”.²⁵⁵

Não só as decisões e os documentos produzidos pela Convenção como também as intervenções de Williams durante os trabalhos são prova de que a posição defendida por Thompson acabou prevalecendo. Quanto a isso, o relato do repórter do *Guardian* é bastante ilustrativo:

Nos momentos finais, quando uma decidida delegação dos Socialistas Internacionais tentou comprometer a convenção a uma plataforma de ação conjunta mais específica e imediata, recriminações vieram de todos os lados./ Mas o calor do debate foi abrandado quando o Sr. Williams, da presidência, assinalou laconicamente que, uma vez que cada organização representada na conferência era completamente autônoma, uma decisão majoritária da convenção tinha apenas um significado limitado; cada grupo dentro da minoria poderia continuar a perseguir suas próprias políticas particulares.²⁵⁶

Essas divergências – tanto as internas ao grupo do Manifesto como aquelas entre os grupos e organizações reunidos na Convenção – se agudizariam nos meses seguintes, no contexto das discussões sobre o caminho a ser tomado nas eleições de 1970, notadamente: se a

²⁵⁴ “The Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13/5 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²⁵⁵ “The Manifesto” (WWE/2/1/6/1/13/5 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²⁵⁶ “Division of the Left avoid tearing themselves apart”, *The Guardian*, 28/04/1969. Exemplar consultado nos arquivos de Williams (WWE/2/1/15/1/4 [“National Convention of the Left”], Williams Collection).

Convenção deveria apoiar algum candidato; quando essa decisão deveria ser tomada; e quanto a que posição assumir em relação ao Partido Trabalhista e seu candidato. Conforme recordaria Williams em entrevista de 1973: “Nós nos dividimos totalmente ao meio na questão de apoiar o Partido Trabalhista na eleição geral”.²⁵⁷ E o próprio Williams estava dividido com relação a essa questão, como revelado por ele em entrevista ao *Morning Star*: “No momento, eu sinto que eu não poderia dar um voto para o governo trabalhista enquanto tal. Creio que eu me absteria, e eu nunca fiz isso em minha vida. Eu nunca enfrentei esse tipo de situação antes”.²⁵⁸ No final, os grupos reunidos em torno da Convenção não chegaram a um consenso e, em maio de 1970, a “comissão da Convenção se dissolveu”.²⁵⁹

O *Times Higher Education Supplement* publicou, em 1973, uma matéria sobre o Manifesto e a Convenção que constitui um documento importante, sobretudo por reproduzir depoimentos dos principais nomes envolvidos naquelas empreitadas. O que se pode depreender das declarações recolhidas é que o projeto de construir um movimento que articulasse os diferentes atores políticos do campo da esquerda na Grã-Bretanha foi, ao mesmo tempo, o traço distintivo e mais original daquele projeto e a principal razão para o seu naufrágio. Assim, Michael Barratt Brown (o nome mais destacado na elaboração do diagnóstico econômico do Manifesto) relembra um projeto condenado ao fracasso desde a sua concepção: “Você não pode reunir grupos de classe média com interesses especiais e esperar que eles se misturarão em um movimento – eles tinham pouquíssimos vínculos com o movimento sindical e com o Partido Trabalhista e nenhuma base de massa”. Na mesma direção, Stuart Hall descreve retrospectivamente o projeto do grupo como sendo o de “enxertar um movimento sintético sobre fragmentos”.²⁶⁰

Por sua vez, Williams oferece uma avaliação muito mais otimista daquela de seus companheiros. Nas palavras do autor da reportagem: “ele rejeitava fortemente que a política do manifesto tinha sido ultrapassada pelos eventos./ [...] Tampouco ele acreditava que o manifesto

²⁵⁷ “Principles for which one is prepared to fail”, *The Times Higher Education Supplement*, 4/5/1973 (WWE/2/1/7/2/8, Williams Collection).

²⁵⁸ “Dilemmas set by Labour Right Wing”, *Morning Star*, s/d (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

²⁵⁹ Conforme anotado por Williams em documento datilografado intitulado “Autobiographical material” Williams (WWE/2/1/18 [“Miscellaneous”], Williams Collection).

²⁶⁰ “Principles for which one is prepared to fail”, *The Times Higher Education Supplement*, 4/5/1973 (WWE/2/1/7/2/8, Williams Collection).

marcava o fim de uma era”. Para Williams, o mais perturbador não era o fracasso do projeto do Manifesto e da Convenção, mas o veredito de que aquilo simbolizaria um ponto final: “A grande coisa que a esquerda precisa perceber é que eles não estavam errados – eles apenas tinham sido derrotados: ‘O manifesto estava apenas testando a temperatura da água’”.²⁶¹

²⁶¹ “Principles for which one is prepared to fail”, *The Times Higher Education Supplement*, 4/5/1973 (WWE/2/1/7/2/8, Williams Collection).

3 “A LINGUAGEM MUDA, MAS A VOZ PERMANECE A MESMA”²⁶²

Como exposto no capítulo anterior, a esquerda britânica se viu dominada, ao longo dos anos 1960, pelo debate em torno da trajetória do Partido Trabalhista e das políticas do governo eleito em 1964. Isso, no entanto, comunica apenas uma parte da história. Pois Williams, assim como seus contemporâneos da primeira formação da Nova Esquerda, se viu envolvido em outro campo de batalha ao longo daqueles anos, cujos efeitos se fizeram sentir na década seguinte.

Trata-se aqui das polêmicas e dos debates acionados pelas mudanças que se deram na composição da *New Left Review* no começo dos anos 1960, as quais implicaram não só na mudança dos quadros da equipe responsável pela edição da revista como também dos projetos intelectual e político dos quais aquela publicação seria o meio privilegiado de divulgação. Além disso, a forma como se deu essa transição foi decisiva. Pois se a crise que implodiu a primeira formação da revista foi precipitada pelos desacordos e disputas entre os nomes associados às duas publicações que a antecederam, o seu efeito foi a ascensão de um grupo mais jovem, encabeçado por Perry Anderson, Tom Nairn e Robin Blackburn.²⁶³ Ainda que se vissem como herdeiros dos fundadores da revista, os membros desse grupo assentavam seu projeto na tarefa de criticar e superar aqueles que lhes pareciam os limites, as lacunas e as fragilidades dos esquemas teóricos e analíticos (e, por consequência, dos projetos políticos) de seus predecessores.

Valendo-se de uma publicação que, apesar de todas as dificuldades, já gozava de prestígio na cena cultural britânica da época, os jovens membros dessa segunda formação da Nova Esquerda não só passaram a intervir no debate intelectual e político como acabaram por reorientá-lo, estabelecendo novas questões e linhas de clivagem em relação às quais os membros da primeira formação se viram obrigados a se posicionar. Este capítulo pretende

²⁶² “A tarefa do escritor é entrelaçada com significados individuais e com a difusão de tais significados, tornando-os comuns. Eu encontro esses significados em sua disseminação, jornada em que as necessárias transformações inscrevem-se na terra e onde a linguagem muda, mas a voz permanece a mesma”. Raymond Williams, “A cultura é algo comum”, em Raymond Williams, *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*, São Paulo, Editora Unesp, [1989] 2015, p. 28.

²⁶³ Perry Anderson nasceu em Londres, em 1938. Formou-se em Oxford em 1956 e assumiu a editoria da *New Left Review* em 1962 (para mais detalhes da biografia de Anderson, cf. nota 104). Tom Nairn nasceu em Fife, Escócia, em 1932. Estudou filosofia na University of Edinburgh e lecionou, ao longo dos anos 1960, na University of Birmingham e no Hornsey College of Art, de Londres. Robin Blackburn nasceu em Surrey, em 1940. Formado pela London School of Economics, realizou seus estudos de pós-graduação em Oxford, nos anos 1960, onde também iniciou sua carreira docente, no final da mesma década. “Nos anos seguintes, a eles se juntariam (entre outros) Juliet Mitchell (1963), Quintin Hoare, Ronald Fraser, e Peter Wollen (1964), Gareth Stedman Jones e Alexander Cockburn (1965), Anthony Barnett e Ben Brewster (1966), Branka Magas e Bob Rowthorn (1967) e Fred Halliday (1968)”. Elliott, *op. cit.*, p. 6.

examinar em que sentido e termos se deu essa redefinição do debate e como Williams reagiu a ela. Para tanto, partiremos da exposição do projeto intelectual encampado por essa segunda formação da Nova Esquerda e do conteúdo de suas críticas a seus predecessores. Na sequência, pretendemos mostrar como os textos de Williams do final dos anos 1960 e, sobretudo, da década de 1970, podem ser lidos, também, na chave do esforço do autor para se (re)posicionar no debate, agora pautado por seus herdeiros.

3.1 Um país e suas peculiaridades

Em “Origins of the Present Crisis”, texto publicado na NLR em 1964, Perry Anderson expôs os termos da crítica mais ampla que o grupo por ele encabeçado dirigiria à primeira formação da Nova Esquerda, assim como os contornos mais gerais de seu projeto político e intelectual. Segundo Anderson, tanto críticos socialistas como de direita se revelavam incapazes de oferecer verdadeiras análises da conjuntura da sociedade britânica, sobretudo por se valerem de abordagens destituídas de uma perspectiva histórica. O seu diagnóstico do estado da cena cultural britânica da época revela as dimensões (também políticas) do projeto assumido por ele e por seus colegas da NLR:

Devemos ser um caso único entre as nações industriais avançadas por não ter nem um único *estudo estrutural de nossa sociedade hoje*; mas essa ausência estupefaciente deriva logicamente da completa ausência de qualquer *história global séria da sociedade britânica no século XX*. Os limites de nossa sociologia refletem a fragilidade de nossa historiografia. Historiadores marxistas, cujas obras maduras estão apenas agora começando a emergir e a consolidar umas às outras, quase todos eles apenas se confinaram até agora aos períodos heroicos da história inglesa, o século XVII e o começo do século XIX: grande parte do século XVIII e todo o século XX permanecem inexplorados. Assim, nunca se tentou ao menos delinear uma *história totalizante da sociedade britânica moderna*. No entanto, enquanto nossa visão da Grã-Bretanha hoje não se funde em alguma visão de seu passado total, efetivo, ainda que isso seja inicialmente incorreto e transitório, continuaremos carecendo da base para qualquer entendimento dos movimentos dialéticos de nossa sociedade e, por conseguinte – e necessariamente – das possibilidades contraditórias dentro dele, e que são as únicas capazes de produzir uma estratégia para o socialismo. A conjuntura presente, que oferece tais oportunidades ao Partido Trabalhista, não foi nem criada nem antecipada por ele. Se a esquerda pretende se aproveitar da situação presente, o primeiro pré-requisito é uma tentativa séria de analisar a sua natureza real. Fazê-lo envolve uma *consideração da trajetória total distintiva da sociedade britânica moderna, desde a emergência do capitalismo*.²⁶⁴

²⁶⁴ Perry Anderson, “Origins of the Present Crisis”, *New Left Review* 1/23, January-February 1964, p. 27-8, grifos nossos.

Impunha-se, portanto, a tarefa de formular uma “história global” da sociedade britânica suficientemente qualificada a subsidiar uma análise estrutural. Além disso, a passagem acima reproduzida ilumina a natureza política do projeto por eles encampado: afinal, uma “estratégia para o socialismo” adequada deveria estar apoiada em uma teoria socialista que se nutriria, por sua vez, de uma apreciação abrangente e total da sociedade inglesa e do processo histórico que conduzira ao presente. Anderson e Tom Nairn foram os responsáveis pelo estabelecimento das principais coordenadas desse projeto, apresentadas em artigos publicados na NLR na segunda metade dos anos 1960.²⁶⁵

Segundo a interpretação proposta pelos dois autores, a história da sociedade inglesa teria na revolução burguesa do século XVII o seu acontecimento-chave. Mais precisamente, a situação então vivida nos anos 1960 e a história mais geral que ela integra seriam desdobramentos de uma revolução burguesa desviante – nas palavras de Nairn, uma revolução burguesa “que não ocorreu” –, porque revolução que opôs não uma “burguesia ascendente” a uma “aristocracia em declínio”,²⁶⁶ mas

dois segmentos de uma classe proprietária de terras, nenhuma das quais eram cristalizações diretas de interesses econômicos opostos, mas, isso sim, lentes parcialmente contingentes, mas predominantemente inteligíveis, nas quais forças sociais mais amplas e mais radicalmente antagônicas eram focalizadas de forma temporária e distorcida. Ademais, os termos ideológicos pelos quais a luta foi conduzida eram amplamente religiosos e, portanto, ainda mais dissociados de aspirações econômicas do que os idiomas políticos normalmente o são. Assim, embora o seu resultado tenha sido uma racionalização do Estado e da economia tipicamente burguesa, e seu maior beneficiário direto tenha sido uma burguesia verdadeira, ela foi uma “revolução burguesa” apenas por procuração. Os principais protagonistas de ambos os lados foram uma classe rural e não urbana.²⁶⁷

Na reconstrução oferecida por Anderson e Nairn, a história da sociedade inglesa surge como uma sequência de desdobramentos desse momento fundamental. Assim, posto que entrou em cena se confrontando com uma aristocracia que já era capitalista, a burguesia inglesa não se viu premida a sintetizar uma ideologia própria, assumindo para si o quadro ideológico da aristocracia.²⁶⁸ A adesão da burguesia industrial inglesa à visão de mundo da aristocracia agrária se explicaria também, segundo Nairn, pela oposição renhida à Revolução Francesa e ao seu legado ideológico, oposição essa motivada tanto pelas disputas opondo a Inglaterra à França (e, portanto, os interesses comerciais dos dois países) como pelo fantasma da violência

²⁶⁵ Cf. Elliott, *op. cit.*, p. 12.

²⁶⁶ Tom Nairn, “The British Political Elite”, *New Left Review* I/23, January-February 1964, p. 20.

²⁶⁷ Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 28.

²⁶⁸ Cf. Tom Nairn, “The Fateful Meridian”, *New Left Review* I/60, March-April 1970, p. 9.

revolucionária.²⁶⁹ Portanto, tal como se deu, a revolução burguesa na Grã-Bretanha teria produzido uma coalizão entre burguesia e aristocracia, a qual cimentou as bases, por sua vez, de “uma ordem hegemônica imensamente elástica e abrangente”²⁷⁰ – tida por Anderson e Nairn como a singularidade mais marcante da formação social britânica.

Dando continuidade à sequência de desdobramentos acionada por uma revolução burguesa que fugira à regra, Anderson e Nairn dirão que foi no quadro de uma ordem hegemônica assim tão específica que surgiu um proletariado nacional igualmente peculiar. Pois foi como parte de uma sociedade na qual “todos ‘sabiam o seu lugar’ no interior de uma hierarquia social fetichizada” que se constituiu uma classe trabalhadora dotada de uma “autoconsciência seccional e corporativa”, portadora de um “sentido de diferença irremediável e herdada, de exclusão social sentida (mesmo se não assentida intelectualmente a) como um fato da natureza”.²⁷¹ Uma classe trabalhadora que estaria, portanto, muito mais comprometida em defender seus interesses e preservar seu modo de vida do que em revolucionar a sociedade. Dessa autoconsciência corporativa desdobrar-se-ia, portanto, outra característica distintiva do proletariado britânico – a ausência de ideologia e ambição hegemônicas:²⁷²

A própria intensidade da sua consciência de classe corporativa, realizada em e por meio de uma cultura distinta, hermética, bloqueou a emergência de uma ideologia universal no operariado inglês. Não foi a ausência de consciência de classe, mas – em um certo sentido – o seu excesso o que foi o obstáculo para o compromisso da classe trabalhadora para com o socialismo.²⁷³

Mas se a singularidade do proletariado inglês remeteria à ordem social produzida pela revolução burguesa anômala que teve lugar na Inglaterra – notadamente, a uma ordem social

²⁶⁹ “A burguesia industrial, traumatizada pela Revolução Francesa e temerosa do movimento operário nascente, nunca assumiu o risco de uma confrontação com a aristocracia dominante. Assim, ela permaneceu social e politicamente heterônoma, inclusive nos anos de seu apogeu econômico. O resultado foi que ela nunca gerou uma ideologia revolucionária, como aquela do Iluminismo”. Perry Anderson, “Components of the National Culture”, *New Left Review* 1/50, July-August 1968, p. 12.

²⁷⁰ Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 39.

²⁷¹ Nairn, *op. cit.*, 1970, pp. 7-8. Consciência de classe corporativa qualificada por Anderson como o “profundo sentimento de integrar uma comunidade distinta na sociedade”. Perry Anderson, *op. cit.*, 1965, p. 9.

²⁷² Ausência que também se explicaria pela experiência histórica legada pela burguesia inglesa: “É uma regra histórica geral que uma classe social em ascensão adquire uma parte significativa do equipamento ideológico do arsenal da própria classe dominante. [...] Na Inglaterra, uma burguesia indolente produziu um proletariado subordinado. Ela não transmitiu um impulso de liberação, valores revolucionários, linguagem universal. Ao invés disso, ela transmitiu os germes mortais do utilitarismo, com os quais o Partido Trabalhista tão manifestamente se contaminou no século XX”. Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 43. Nas palavras de Nairn: “A pequena burguesia inglesa foi privada da oportunidade de desempenhar o seu papel heroico na história. O radicalismo inglês foi permanentemente reduzido a um fenômeno de protesto, penalizado com uma mentalidade ‘oposicional’ que era o próprio reverso da mentalidade ‘jacobina’, espasmódica em suas aparências e, claro, infectada de mania religiosa. Essa foi a terrível ‘educação’ negativa infligida à classe operária inglesa”. Tom Nairn, “The English Working Class”, *New Left Review* 1/24, March-April 1964, p. 48.

²⁷³ Anderson, *op. cit.*, 1964, pp. 41-2.

presidida por valores aristocráticos –, os traços específicos dessa classe também seriam marcas das circunstâncias históricas mais particulares nas quais ela surgiu e se desenvolveu. Afinal, conforme argumentam Anderson e Nairn, trata-se aqui de um proletariado que nasceu prematuramente, antes que uma teoria socialista plenamente constituída estivesse disponível.²⁷⁴ Ademais, classe a cujo nascimento precoce teria se seguido um período de ativismo bruscamente interrompido pela derrota do movimento cartista nos anos 1840, ao que se seguiu um longo refluxo. Ainda que o proletariado britânico tenha se recuperado dessa vaga recessiva na década de 1880, isso se deu, segundo a reconstrução de Anderson e Nairn, tarde demais:²⁷⁵

Foi apenas nos anos 1880 que a classe trabalhadora realmente começou a se recuperar da derrota traumática dos anos 1840. Até lá, o mundo tinha avançado. Tanto em consciência como em combatividade, a classe trabalhadora inglesa tinha sido ultrapassada por quase todos os seus opositos continentais. O marxismo tinha faltado. Uma teoria socialista madura foi desenvolvida precisamente nos anos da amnésia e do recuo do proletariado britânico.²⁷⁶

Portanto, na perspectiva de Anderson e Nairn, a história da sociedade britânica é, também, a história do permanente desencontro entre a classe trabalhadora inglesa e a armação teórico-ideológica capaz de dirigir os seus interesses e estruturar a sua ação política. Desencontro que resultou não apenas das circunstâncias próprias ao desenvolvimento histórico da sociedade britânica, mas também – e decisivamente – das características estruturais da ordem social produzida por esse desenvolvimento, sobretudo, do caráter corporativo da classe trabalhadora inglesa. Para Anderson e Nairn, essa “consciência de classe corporativa inamovível” é o que explica desde a fraca penetração do marxismo no movimento operário local até a adesão persistente desse movimento e do Partido Trabalhista a pautas reformistas e economicistas.²⁷⁷ Afinal, como destacou Nairn, essa é uma autoconsciência corporativa que revela sua marca também nas instituições políticas da classe trabalhadora inglesa, mais precisamente, em um movimento operário fundado nos sindicatos e no sindicalismo. Como quadro ideológico e meio de ação política, respectivamente, o sindicalismo e os sindicatos se ajustavam perfeitamente à conformação mais geral e fundamental da classe operária inglesa:

²⁷⁴ Cf. Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 33.

²⁷⁵ No esquema histórico de Anderson e Nairn, a história da classe trabalhadora inglesa é descrita em termos de uma decadência contínua, que teria seu momento inaugural na derrota do movimento cartista nos anos 1840: “[...] depois dos anos 1840, ela [a classe trabalhadora inglesa] rapidamente se converteu em uma classe aparentemente dócil. Ela abraçou um tipo de reformismo moderado após o outro, tornou-se uma parte conscientemente subordinada da sociedade burguesa, e permaneceu ligada às mais estreitas e cinzentas das ideologias burguesas em seus movimentos principais”. Nairn, *op. cit.*, March-April 1964, p. 44.

²⁷⁶ Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 36.

²⁷⁷ *Idem*, p. 41.

A função histórica do sindicalismo – a função “inerente na” sociedade capitalista, nas palavras de Gramsci – era a proteção dos padrões de vida e trabalho materiais dos trabalhadores, por meio de uma luta constante contra os mecanismos do sistema capitalista. Em si, isso não exigia uma consciência da classe trabalhadora como sendo mais do que uma seção da sociedade, com problemas particulares emergindo de sua situação particular.²⁷⁸

3.2 O peso da tradição

Se o referido desencontro resultou das circunstâncias particulares da história do proletariado inglês, o fenômeno também abarca uma outra dimensão, posto que, a partir de meados do século XIX, finalmente se fixou uma teoria socialista em solo britânico. Desse ponto de vista, esse desencontro também poderia ser descrito em termos do descompasso entre a teoria socialista e o socialismo que ganhou corpo na cultura inglesa. Variante que se distinguiria por suas tendências reformistas e economicistas, dado, conforme a interpretação de Anderson e Nairn, seu desenvolvimento tardio, em um momento de crise – portanto, em um contexto em que a superação do capitalismo parecia bastante factível: “De fato, o movimento social-democrata britânico nunca conheceu, desde o dia de seu nascimento, uma sociedade em expansão, um capitalismo em crescimento vigoroso olhando confiantemente em direção a um céu desanuviado”.²⁷⁹

Ademais, o socialismo britânico representaria um caso desviante por não se apoiar em um esforço de teorização suficientemente maduro,²⁸⁰ aspecto no qual revelar-se-ia mais uma marca da ordem social na qual ele fora gestado: de uma sociedade que, perpassada pelo utilitarismo, se caracterizava por uma “indiferença sistemática a ideias”.²⁸¹ Essa incompatibilidade com a teoria se refletiria, segundo essa interpretação, em um socialismo “ético, sentimental, fundado não sobre qualquer ideia de como o mundo é objetivamente, mas sobre a convicção de sua inadequação e injustiça”.²⁸² A mesma indiferença teria penetrado a classe trabalhadora, o movimento operário e as esquerdas, o que explicaria tanto o tipo de socialismo que ali se fixou como aquela que é, para Anderson e Nairn, outra singularidade do caso inglês: a ausência de um marxismo nacional.

²⁷⁸ Tom Nairn, “The Nature of the Labour Party” (Part I), *New Left Review* I/27, September-October 1964, p. 43.

²⁷⁹ Nairn, *op. cit.*, 1970, pp. 34-5.

²⁸⁰ Cf. Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 36.

²⁸¹ Tom Nairn, “The Nature of the Labour Party” (Part II), *New Left Review* I/28, November-December 1964, p. 40.

²⁸² Nairn, *op. cit.*, September-October 1964, p. 45.

Assim, no esquema interpretativo de Anderson e Nairn, as características estruturais da ordem social inglesa e as especificidades do seu desenvolvimento histórico se reforçam mutuamente em um círculo vicioso, resultando em uma classe trabalhadora que se singulariza por uma ideologia pobremente informada e pouco densa e por uma teimosa resistência à ação política radical – ao contrário daquele que é tomado pelos autores (ainda que não explicitamente) como modelo: a história da revolução burguesa na França e de sua classe trabalhadora. Dado esse acúmulo de ausências ao longo da história da sociedade britânica – de um proletariado com ambições hegemônicas, de uma tradição revolucionária solidamente fixada e de um marxismo nacional –, não é de se estranhar que Anderson e Nairn assumam como meta prioritária do grupo que assumia o comando da NLR nada menos do que “recriar uma esquerda independente e combativa, com os seus próprios objetivos e cronograma”.²⁸³

Que os membros desse grupo se vissem como os herdeiros da primeira formação da Nova Esquerda só lhes parecia confirmar sua vocação para o desempenho dessa tarefa. De fato, para Anderson, a Nova Esquerda figurava, na Inglaterra do começo dos anos 1960, como a única alternativa à política de esquerda e à teoria socialista encarnadas no Partido Trabalhista: “Aqui, e apenas aqui, as diferentes preocupações e pressões da esquerda inglesa se encontraram, e por um momento pareceu que elas poderiam se fundir”.²⁸⁴ Essa expectativa se apoiava em dois atributos da Nova Esquerda: enquanto portadora do projeto de “uma nova e compreensiva síntese teórica, [...] uma síntese de um tipo que nunca existiu antes na esquerda britânica” e enquanto um grupo com a “ancoragem na sociedade” necessária para tornar esse projeto politicamente viável.²⁸⁵ Em outras palavras, todo o potencial da Nova Esquerda para revolucionar a sociedade e cultura britânicas derivaria de sua própria natureza dupla, como movimento ao mesmo tempo intelectual e político. O problema era que, apesar de todas as circunstâncias favoráveis, a primeira geração da Nova Esquerda não fora capaz, segundo o diagnóstico de Anderson, de concretizar todo esse potencial:

Em termos da sociologia do conhecimento, a nova esquerda, carecendo de fronteiras sociais claramente definidas, era incapaz de focalizar qualquer imagem precisa de si mesma ou – por extensão – de sua sociedade. *Seu quase que completo fracasso em oferecer uma análise estrutural da sociedade britânica é espantoso.* Ao invés de uma sociologia sistemática do capitalismo britânico, ela tendeu a confiar em uma retórica simplista na qual as “pessoas comuns”, os “homens e mulheres ordinários” eram colocados em oposição aos “interesses”, ao “establishment”, etc. Descrito como “humanista”, o idioma era, de fato, populista e pré-socialista. Ele representava um

²⁸³ Anderson, *op. cit.*, 1965, p. 3.

²⁸⁴ *Idem*, p. 14.

²⁸⁵ *Idem*, p. 15.

grande fracasso em audácia e coragem, uma inabilidade em nomear as coisas como elas são [...].²⁸⁶

Em outras palavras, a primeira geração da Nova Esquerda não levava adiante o projeto de “uma nova e compreensiva síntese teórica” porque não fora capaz de romper com o quadro de referência da cultura britânica mais geral e do socialismo que ali se fixara, em particular. Mais precisamente, a Nova Esquerda tomara para si o socialismo teoricamente frágil e politicamente ingênuo que, segundo Anderson e Nairn, marcara a história da esquerda e do movimento operário ingleses até então. Isso se refletiria em um idioma “pré-socialista” e em um programa político “populista” – segundo eles, tão excentricamente inglês e derivado daquela teoria socialista débil, para o qual “‘o povo’, ao invés dos grupos sociais concretos e determinados, é continuamente invocado como as vítimas da injustiça e os agentes da mudança social”.²⁸⁷ Nesse estado de coisas, caberia à nova geração romper com essa herança, o que passava, entre outras coisas, por estender o foco para além dos limites do mundo da cultura inglesa.²⁸⁸ Com isso, já se delineiam alguns dos traços mais distintivos do programa intelectual colocado em cena por essa segunda formação da Nova Esquerda: por um lado, a inspiração em tradições intelectuais continentais; por outro, um direcionamento de esforços em direção à reflexão teórica sobre o marxismo.

Embora já reconhecesse em *Cultura e sociedade* e *The Long Revolution* “as maiores contribuições ao pensamento socialista na Inglaterra desde a guerra”,²⁸⁹ Anderson dirá que qualquer esforço para a construção de um marxismo nacional na cultura britânica deveria passar pela superação de Williams, cuja abordagem, seguindo a norma de toda a primeira formação da Nova Esquerda, careceria de uma perspectiva histórica e, por isso, seria incapaz de elaborar uma análise estrutural e totalizante da sociedade britânica. Nesse ponto, vale a pena recuperar as críticas de Anderson aos dois principais textos publicados por Williams até aquele momento:

Aparentemente, *Cultura e sociedade* é uma obra histórica; em realidade, por todos os seus méritos, ela o é em um sentido estritamente limitado. Ela é, de fato, uma crítica ideológica puramente imanente, conscientemente abstraída do movimento efetivo da história. O título de *The Long Revolution* promete uma perspectiva diretamente histórica, mas, apesar de *insights* cruciais, o feito do livro é mais teórico do que histórico. A discussão final sobre a ‘Grã-Bretanha nos anos 1960’ inicia-se *ex nihilo*,

²⁸⁶ Anderson, *op. cit.*, 1965, p. 17.

²⁸⁷ Perry Anderson, “Socialism and Pseudo-Empiricism”, *New Left Review* I/35, January-February 1966, p. 35.

²⁸⁸ O que passava, em certa medida, não apenas em ir além das tradições locais, mas inclusive em rejeitá-las abertamente, como fica claro na seguinte declaração de Nairn: “Essas teorias autóctones eram desinteressantes e, sob qualquer perspectiva mais ampla, um tanto quanto desimportantes. Essencialmente, elas refletiam nada mais do que o paroquialismo intelectual da burguesia, sua auto-absorção e otimismo complacentes”. Nairn, *op. cit.*, September-October 1964, p. 44.

²⁸⁹ Anderson, *op. cit.*, 1964, p. 27.

após a análise filosófica e cultural que a precede. A unidade do livro repousa deliberadamente em outro lugar.²⁹⁰

3.3 A classe, o povo, o socialismo

Dentre as muitas questões em torno das quais as polêmicas e os debates entre as duas formações da Nova Esquerda gravitaram, uma especialmente importante diz respeito à natureza da classe trabalhadora inglesa e de sua ação política. Nesse particular, Anderson e Nairn pretendiam estabelecer um contraponto explícito com perspectivas socialistas que, segundo lhes parecia, reteriam apenas o caráter positivo do proletariado, enquanto classe que “prefigura a sociedade cuja criação é sua vocação”.²⁹¹ Dito de outro modo, visadas que ou ignorariam as limitações a que a consciência da classe operária estaria sujeita, ou que deixariam de lado o caráter do proletariado enquanto “negação total da ordem social existente”.²⁹² Segundo essa caracterização, o socialismo dos integrantes da primeira formação da Nova Esquerda – sobretudo em sua predisposição à crítica moral e ao populismo – repercutiria justamente essa visão parcial e em alguma medida idealizada da classe trabalhadora.

De fato, os textos mais importantes de Williams da virada dos anos 1950 para os 1960 parecem corroborar essa crítica, uma vez que neles se revela um interesse predominante do autor em realçar os traços que lhe pareciam indicar o potencial revolucionário e emancipatório da classe trabalhadora inglesa, de sua cultura, movimentos e instituições. Embora essa ênfase tenha sido elaborada originalmente no quadro bastante específico do debate de Williams com a crítica cultural conservadora que dominou a cena intelectual britânica por toda a primeira metade do século XX, o fato é que agora ela se via implicada em um novo cenário, ocupado por novos atores e mobilizado por diferentes questões.

Em seus escritos do final dos anos 1950 – sobretudo em *Cultura e sociedade* e “A cultura é algo comum”, ambos publicados em 1958 –, Williams expôs de forma bastante clara e contundente sua perspectiva teórica e o projeto político que ela subsidiava. O componente principal desse enfoque teórico é a concepção ampliada da cultura como modo de vida, isto é, como dimensão que se espraia por toda a vida social, não se restringindo, portanto, ao *corpus* da produção intelectual e artística. Ocupando um lugar igualmente central no esquema analítico

²⁹⁰ *Idem*, p. 27.

²⁹¹ *Idem*, p. 44.

²⁹² *Idem*, *ibidem*.

de Williams, encontra-se o conceito de classe por ele adotado nesse momento: Williams dirá que pertencer a uma classe não implica, necessária e automaticamente, em se reconhecer como parte dela e em agir segundo essa consciência: “sentimento de classe é um estilo, e não uma possessão uniforme de todos os indivíduos que poderiam, objetivamente, ser atribuídos àquela classe”.²⁹³ Ademais, é em função desse “sentimento de classe” – produto ele mesmo do envolvimento dos indivíduos com um determinado modo de vida e com os valores, ideias e sentimentos que ele encerra – que a classe será fonte (ou não) de ação política.

O sentimento de classe é um estilo, e não uma possessão uniforme de todos os indivíduos que poderiam, objetivamente, ser atribuídos àquela classe. Quando falamos, por exemplo, de uma ideia da classe trabalhadora, não queremos dizer que todos os trabalhadores a possuem, ou até mesmo a aprovam. Queremos dizer, ao contrário, que essa é *a ideia essencial incorporada nas organizações e instituições que aquela classe cria: o movimento da classe trabalhadora como uma tendência, e não todos os trabalhadores como indivíduos*. É absurdo interpretar indivíduos em termos rígidos de classe, porque a classe é um modo coletivo e não uma pessoa. Ao mesmo tempo, na interpretação das ideias e instituições, podemos falar propriamente em termos de classe.²⁹⁴

A classe se define, portanto, não apenas pela posição que ocupa na estrutura das relações de produção, mas, sobretudo, enquanto portadora de uma cultura específica, isto é, pelas ideias e pelos sentimentos que exhibe enquanto comunidade cujos membros compartilham um mesmo modo de vida e pela forma como esse modo de vida é por eles definido. Foi nesses termos que Williams qualificou e distinguiu a burguesia e a classe trabalhadora. Assim, enquanto a burguesia é portadora de uma cultura na qual as relações sociais são concebidas nos termos do indivíduo – e a sociedade, definida unicamente como seu espaço de ação –, a cultura da classe trabalhadora sedia “uma ideia que, seja ela chamada de comunismo, socialismo ou cooperação, não considera a sociedade nem como neutra, nem como protetora, mas sim como o meio positivo para todos os tipos de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento individual”.²⁹⁵ Contra a ideia burguesa da sociedade como mero palco das ações individuais, a classe trabalhadora gestara uma outra concepção de sociedade, fundada no princípio da solidariedade, da “responsabilidade mútua ativa”.²⁹⁶ Para Williams, mais do que em qualquer realização artística ou intelectual, é nessa ideia de solidariedade que reside o núcleo da cultura da classe trabalhadora, o elemento que qualquer projeto de transformação da sociedade inglesa deveria não apenas conservar, mas assumir como maior legado.

²⁹³ Williams, *op. cit.*, [1958] 2011, p. 350.

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, grifos nossos.

²⁹⁵ *Idem, ibidem*.

²⁹⁶ *Idem*, p. 354.

Ademais, como a passagem acima reproduzida deixa ver, é nas instituições e organizações da classe trabalhadora que o seu sentimento de classe, que os valores e ideias que a definem como um modo de vida, ganham forma definida. Tem-se aqui uma importante divergência entre Williams e seus críticos da geração mais nova: pois se Anderson e Nairn reconheciam naquilo que eles definiam como o caráter corporativo do proletariado britânico a principal fonte das maiores limitações do sindicalismo inglês e do Partido Trabalhista, Williams, por sua vez, não só via no forte sentimento de classe dos trabalhadores britânicos a influência conformadora mais decisiva dessas instituições, como também reconhecia nelas – na “instituição democrática coletiva, seja nos sindicatos, nos movimentos cooperativos ou nos partidos políticos”²⁹⁷ – a maior realização histórica do proletariado inglês, a partir da qual todo o seu potencial revolucionário emanaria.

Ainda que Williams não ignore as características da classe trabalhadora inglesa condenadas por Anderson e Nairn – como o pragmatismo político, as inclinações reformistas e a resistência à teorização mais demorada –, ele não vê nelas (ao contrário de seus críticos) atributos substantivos da classe trabalhadora inglesa (traços que a definiriam enquanto tal), mas produtos da forma como o Partido Trabalhista se estruturou como força política, sobretudo enquanto partido fundado em uma coalizão de diferentes correntes e concentrado nas atuações eleitoral e parlamentar.

Além disso, Williams argumenta que esses traços descrevem apenas um dos aspectos da história da classe trabalhadora inglesa. O próprio movimento operário britânico se caracteriza por “uma complicada combinação de radicalismo político e organização industrial defensiva”,²⁹⁸ e é precisamente por constituir uma instituição política desse movimento e da classe cuja ação ele dirige que o Partido Trabalhista, segundo a interpretação de Williams, se viu cindido entre, de um lado, o impulso de transformação e revolucionamento da sociedade e, de outro, a defesa dos interesses da classe que ele representa.

Williams também diverge de Anderson e Nairn ao reconhecer na crítica moral não um dos grandes passivos do proletariado britânico, mas, ao contrário, uma de suas principais qualidades, fonte tanto da sua resistência como do seu potencial para liderar uma transformação radical da sociedade. Coerente com esse argumento, Williams dirá que tanto o movimento contra a proliferação nuclear como a própria Nova Esquerda são, dentre os principais atores do campo da esquerda da época, aqueles com a maior capacidade de fazer frente às tendências

²⁹⁷ *Idem*, p. 351.

²⁹⁸ Williams, *op. cit.*, 1965, p. 20.

reformistas do Partido Trabalhista por serem ambos tributários dessa tradição de crítica moral do capitalismo industrial – que se define, segundo Williams, pela “reivindicação da vida, contra a distorção da humanidade pelas prioridades e disciplinas do capitalismo”.²⁹⁹

Finalmente, o argumento de Williams não desemboca em um projeto político de amplificação da cultura da classe trabalhadora para toda a sociedade. Ao contrário, a sua concepção alternativa de cultura fornece as bases para o projeto de constituição daquilo que Williams qualifica como uma cultura comum, isto é, uma cultura que seria produto não da imposição de uma classe ou de um grupo minoritário, mas de um esforço conjunto de todos os indivíduos, grupos e classes vivendo em um mesmo território e compartilhando uma mesma língua. É precisamente nesse aspecto que a cultura da classe trabalhadora desempenha um papel tão decisivo, como “a melhor base para uma sociedade inglesa futura”.³⁰⁰ porque fonte de uma concepção da sociedade e das relações sociais assentada na ideia de solidariedade, base mesma daquele esforço colaborativo comum. Contudo, e é aqui que o argumento de Williams se esquiva da crítica de Anderson e Nairn, para que a cultura da classe trabalhadora desempenhe esse papel é necessário que o seu aspecto identitário seja superado, que o seu caráter negativo seja positivado; que ela opere não como cultura de uma classe, mas como meio de construção de uma cultura comum.

O projeto político encampado por Williams tem como seu ponto de partida e base, portanto, não a classe trabalhadora enquanto protagonista do processo revolucionário, mas a cultura da classe trabalhadora como modelo de um modo de vida alternativo. É essa operação que permite a Williams reconhecer não no proletariado, mas no povo, a base social de seu projeto político:

Uma cultura são significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo. É estúpido e arrogante presumir que qualquer um desses significados pode chegar a ser prescrito. Eles se constituem na vida, são feitos e refeitos, de modos que não podemos conhecer de antemão. Tentar pular o futuro, imaginar que, de algum modo, você *é* o futuro é, estritamente falando, uma insanidade.³⁰¹

A ênfase no povo como o único agente histórico capaz de levar adiante o projeto político de construir uma sociedade alternativa na Grã-Bretanha da virada dos anos 1950 para os 1960 é outra marca distintiva dos textos de Williams desse período. Nesse enquadramento,

²⁹⁹ *Idem*, p. 23.

³⁰⁰ Williams, *op. cit.*, [1958] 2015, p. 11.

³⁰¹ *Idem*, p. 12.

a oposição decisiva deixa de ser aquela entre burguesia e proletariado e passa a ser o confronto que opõe o povo a um grupo dominante minoritário. Foi nesses termos, por exemplo, que Williams abordou o problema da comunicação, um de seus maiores interesses nesse momento e que se manteria como uma questão central em sua obra dali em diante.

Segundo Williams, é possível delimitar três tipos de sistemas de comunicação: o autoritário, o paternalista e o comercial. O que se observa em todos eles é uma concentração de propriedade – e, portanto, de poder, econômico e político – nas mãos de um grupo dominante minoritário, ainda que esses sistemas se diferenciem pelas atitudes assumidas por esse grupo e pela natureza do controle por ele exercido. Assim, no sistema autoritário, um grupo dominante controla as comunicações e mobiliza seus esforços no sentido de impor seus valores sobre o povo a ele submetido. No sistema paternalista observa-se a mesma disposição, mas agora o grupo dominante está interessado em educar e civilizar a maioria que não comunga de seus valores, objetivo que, segundo Williams, orientou o projeto que resultou na criação da British Broadcasting Corporation (BBC) nos anos 1920.³⁰² Por fim, no sistema comercial, o poder sobre as comunicações é exercido não na forma de um monopólio, mas por meio do mercado e de suas leis, ainda mantendo-se, contudo, a concentração de poder em poucas mãos.³⁰³ Recusando essas três modalidades, Williams defenderá a promoção de um “sistema democrático” alternativo, no qual “a comunicação pertence a toda a sociedade”. Nesse sistema, o controle dos meios de comunicação não é exercido nem por um grupo dominante minoritário, pelo mercado ou ainda pelo Estado, mas pelas “pessoas comuns”.³⁰⁴

Ora, penso que devemos encontrar um sistema que seja certamente o oposto do comercialismo, mas que certamente também seja o oposto do controle do Estado. [...] Temos de pensar em maneiras de verdadeiramente dispersar o controle das comunicações, e verdadeiramente abrir os canais de participação. Em minha própria visão, deveríamos parar de pensar em termos de sistemas nacionais. Deveríamos parar de pensar em termos de um sistema nacional ideal. Em contrapartida, poderíamos aplicar esse critério simples: os meios de expressão, em qualquer caso individual, são de um tipo que poderia ser propriedade de pessoas que o utilizam? [...] Onde não possam ser, deveríamos experimentar esse novo sistema, no qual os meios de

³⁰² Cf. Raymond Williams, “Comunicações e comunidade” [1961], em Raymond Williams, *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2015, p. 37.

³⁰³ A natureza do controle das comunicações exercido por uma minoria no sistema comercial foi examinada mais detidamente em *Cultura e sociedade*: “Nossos novos serviços tendem a exigir tanto capital que só um público muito extenso pode mantê-los. Isso, por si só, não é um problema: o público potencial está lá, mas tudo depende da atitude daqueles que controlam esses serviços com relação a esse público. [...] A escala de capital envolvida deu entrada a um tipo de pessoa que, cem anos atrás, nunca teria pensado em dirigir um jornal ou um teatro. A oportunidade de explorar as dificuldades de uma cultura transicional estava aberta e nós fomos tolos o bastante para permitir que ela fosse aproveitada amplamente”. Williams, *op. cit.*, [1958] 2011, pp. 335-6.

³⁰⁴ Williams, *op. cit.*, [1961] 2015, pp. 43-4.

comunicação seriam propriedade da sociedade, em nome dos verdadeiros produtores.³⁰⁵

Essa passagem merece ser destacada porque ilumina a posição de Williams no campo dos estudos e das políticas de comunicação, mas também porque aponta para uma das razões (talvez a mais importante) de seu profundo e permanente interesse nesse tema, qual seja: o papel central que um sistema democrático de comunicação desempenha na construção de uma cultura comum. Afinal, se a cultura comum se constitui no bojo do esforço colaborativo de todo um povo, e se “é através dos sistemas de comunicação que se forma e se interpreta a realidade de nós mesmos, a realidade de nossa sociedade”,³⁰⁶ então só por meio de um sistema de comunicação controlado por toda a sociedade que será possível levar adiante o projeto de uma cultura comum.

Portanto, os meios de comunicação deveriam ser controlados pelos próprios produtores. Quando isso não fosse possível – o que seria mais frequente nos setores mais amplos e de gestão mais complexa –, o controle deveria ser cedido por um determinado período de tempo a “companhias profissionais independentes”, como, por exemplo: de atores e diretores de teatro ou cinema, de autores, editores e livreiros ou, ainda, de todos os profissionais envolvidos na produção televisiva ou radiofônica. Essas companhias ficariam encarregadas de gerir os recursos – que, segundo a proposta de Williams, proviriam de fundos públicos –, além de definir as políticas da área e o conteúdo do material produzido.³⁰⁷ Williams vislumbrava nesse modelo democrático alternativo uma forma de atribuir o controle dos meios de comunicação e da produção cultural aos produtores diretos e não a agentes externos a essas diferentes áreas, os quais assumiam, cada vez mais, a forma de poderosos grupos econômicos.

Vale notar como também as intervenções de Williams nos debates acerca da natureza e do futuro do Partido Trabalhista foram informadas pelas mesmas perspectivas. Por um lado, ele destaca como a crítica moral e o caráter defensivo que singularizam o partido e o movimento operário inglês devem ser valorizados na medida em que lhes conferem um grau único de resiliência em relação às investidas externas. Isso, contudo, não o impede de reconhecer, por outro lado, que qualquer tentativa de fazer avançar um projeto socialista na Grã-Bretanha passa pela capacidade da classe trabalhadora inglesa e de suas instituições de romperem com essa situação de isolamento: “Em um certo sentido, esse tipo de insularidade (de uma ilha, de fato, dentro de uma ilha) deve crescer para além de si mesma, se é para haver socialismo na Grã-

³⁰⁵ *Idem*, pp. 44-5.

³⁰⁶ *Idem*, p. 35.

³⁰⁷ Raymond Williams, *Britain in the Sixties: Communications*, Harmondsworth, Penguin Books, 1962, p. 125.

Bretanha”.³⁰⁸ Em outras palavras, o desenvolvimento de um programa socialista naquele país dependeria da superação do caráter defensivo, mas sem abrir mão da tradição de crítica moral.

Williams não só reconhece na tradição da crítica moral um dos maiores patrimônios do movimento operário inglês como também mobiliza esse modelo de crítica para fundamentar suas posições frente à conjuntura política da época. Seja em sua crítica ao governo Wilson por, “na primeira escolha entre ortodoxia econômica e necessidade humana, como no caso dos pensionistas, escolhe[r] a ortodoxia como se ela fosse uma necessidade”.³⁰⁹ Ou, ainda, em sua defesa da Nova Esquerda não apenas como um ator central naquela conjuntura, mas como a única força capaz de promover uma verdadeira renovação da esquerda britânica.

O que ela [a Nova Esquerda] pode fazer, e o que, nas circunstâncias atuais, só ela pode fazer, é desafiar a ideologia governante do movimento trabalhista e, em particular, o seu apego ao utilitarismo e ao paternalismo. A nova esquerda é um grupo de escritores e pensadores políticos essencialmente baseado na tradição da crítica moral do capitalismo industrial que tem sido tão importante no movimento operário britânico. Dessa posição ela é capaz de atacar a ideologia fabiana que capturou o Partido Trabalhista oficial e também de tomar parte no ataque geral ao dogmatismo na tradição marxista.³¹⁰

3.4 Novos tempos, novos problemas

O primeiro texto em que Williams expôs mais demoradamente sua concepção de cultura comum intitula-se “A cultura é algo comum” e foi publicado em 1958. Como vimos, o grupo que se consagrou como a segunda formação da Nova Esquerda assumiu o comando da *New Left Review* em 1962, e todos os textos de seus membros analisados acima – nos quais foram dirigidas as primeiras críticas às teses da geração anterior – foram publicados entre 1964 e 1968. Em 1969, Williams retornou ao tema da cultura comum, em um texto intitulado “A ideia de uma cultura comum”.

Embora reitere nessa nova incursão a ideia de uma cultura comum e o projeto político da realização comum da cultura de todo um povo, Williams introduz agora uma ênfase ausente em seus textos do final dos anos 1950, operação que indica, segundo nos parece, em que medida ele tinha em vista, nesse segundo momento, as críticas que seus textos anteriores suscitaram

³⁰⁸ Williams, *op. cit.*, 1965, p. 22.

³⁰⁹ *Idem*, p. 25.

³¹⁰ *Idem*, p. 26.

entre os membros da geração mais nova. Williams faz aqui a ressalva de que pensar a cultura como modo de vida e encampar o programa político de uma cultura comum são formas não apenas de vislumbrar uma sociedade alternativa, mas também de, respectivamente, abordar e criticar a sociedade de classes: “falando de uma cultura comum, falava-se criticamente do que poderia ser resumido como sociedade de classes”.³¹¹ De modo a que não restassem dúvidas quanto às suas filiações político-ideológicas, Williams procura mostrar também em que medida esse programa se inscreve em uma plataforma e perspectiva socialistas mais abrangentes:

Não tive dúvidas, em nenhum momento, de que os meios de mudar esse tipo de sociedade seriam meios socialistas, ou que as instituições que conduziram a uma sociedade diferente seriam instituições socialistas. Mas, em razão do que se falava, em primeiro lugar, sobre a natureza da sociedade e da comunidade em geral, o primeiro questionamento que se fez à ideia de uma sociedade diferente colocava-se em termos de sua capacidade de participação, justamente nesse processo fundamental de um povo vivendo junto. Eu o defini em uma frase que tem sido muitíssimo utilizada em alguns lugares de que não gosto, mas que ainda me parece importante: a noção de uma *democracia instruída e participativa*. [...] Assim, uma cultura comum é uma democracia instruída e participativa, e a noção de uma democracia socialista fundamenta-se muito solidamente nesses valores.³¹²

Williams assinala como o seu programa teórico-político não só contém um elemento socialista como este constituiria o seu componente principal. Já a ênfase nos aspectos comum e participativo do projeto de uma sociedade alternativa seria, por sua vez, simplesmente isso: uma ênfase tornada necessária pela forma assumida pelos debates da época, nos quais a cultura surgia como a realização de uma minoria que deveria disseminar seus padrões por toda a sociedade. Para além de todas essas ressalvas, que Williams enfatize tão claramente o contexto no qual se deram suas intervenções anteriores é um indício relevante de que aquele contexto fora, em alguma medida, ultrapassado, e de que o próprio Williams se via envolvido agora em outro cenário, dialogando com outros interlocutores, todos eles mobilizados por novas questões.

Esforço semelhante de esclarecimento pode ser rastreado em outro texto dessa mesma época – o já mencionado *Tragédia moderna*, de 1966. Como examinado no capítulo anterior, um dos objetivos da análise empreendida nesse livro consistiu em melhor qualificar o conceito de “longa revolução” proposto inicialmente na virada dos anos 1950 para os 1960, em *Cultura e sociedade* e *The Long Revolution*. Ao rejeitar a ideia de revolução como a situação mergulhada na desordem, no caos e na violência – definindo-a, ao contrário, como a “luta desordenada contra essa desordem”³¹³ –, Williams reivindicava agora um sentido alternativo da

³¹¹ Williams, *op. cit.*, [1958] 2015, p. 55.

³¹² *Idem*, pp. 55-6.

³¹³ Williams, *op. cit.*, [1966] 2002, p. 114.

ideia de revolução, muito mais próximo, segundo ele, da concepção de revolução comunista tal como enunciada por Marx, isto é, não apenas como revolução política, mas enquanto “revolução humana geral”.³¹⁴ De fato, uma comparação entre os referenciais teóricos e analíticos mobilizados em *The Long Revolution* e *Tragédia moderna* revela um recurso muito mais frequente e aprofundado, no segundo livro, às ideias de Marx e ao marxismo.³¹⁵

Contra a suposição de uma dualidade entre arte e realidade, Williams argumenta, em *The Long Revolution*, que o homem nunca se defronta com uma realidade externa (e estranha) a ele, uma vez que mesmo uma primeira percepção do ambiente já depende de um trabalho de aprendizagem anterior que supõe, por sua vez, a mobilização de suas capacidades de observação e interpretação do mundo que o rodeia. Para subsidiar seu argumento, Williams recorre às teses do zoólogo inglês J.Z. Young (1907-1997), com vistas a expor de que modo esse primeiro contato com o mundo se dá em um nível pré-consciente, no plano do próprio funcionamento do cérebro humano.

Assim, a própria ideia de uma realidade que existiria anterior e independentemente do homem – isto é, de suas capacidades de percepção e criação – careceria de sentido. Em que medida esse argumento (peça-chave na composição do livro) é tributário das teses de Young se revela na ressalva de Williams de que essas mesmas capacidades possuem uma dimensão biológica (orgânica), tanto em seus fundamentos como em suas funções.³¹⁶

Avançando no esforço de sistematizar uma abordagem alternativa de cultura, Williams propõe uma análise que pense-a em referência à própria “evolução humana, significando um processo de crescimento geral do homem como espécie”.³¹⁷ Estimada nesses termos, a cultura emerge, segue Williams, como parte de uma “organização complexa e efetiva”,³¹⁸ na qual todas as relações (sociais, culturais, políticas e do homem com o meio que o circunda e com sua própria natureza) estão inscritas. Foi nesses termos que Williams procurou solucionar o quebra-cabeça da relação arte-sociedade: tal como fora formulada até aquele momento, a própria questão careceria de sentido porque pressupunha, de saída, uma relação de exterioridade entre esses dois termos, quando, na verdade, nenhuma das áreas por eles descritas antecede ou

³¹⁴ *Idem*, p. 105.

³¹⁵ Vale registrar que os termos “Marx”, “marxismo” e “marxista” aparecem quatro vezes no livro de 1961, enquanto somam 44 ocorrências no de 1966.

³¹⁶ “As implicações filosóficas dessa visão são tanto amplas como complexas, mas deve haver pouca dúvida de que, daqui em diante, devemos partir da posição de que a realidade, *tal como a experimentamos*, é, nesse sentido, uma criação humana; de que toda nossa experiência é uma versão humano do mundo que habitamos. Essa versão possui duas fontes principais: o cérebro humano, tal como ele evoluiu, e as interpretações levadas a cabo por nossas culturas”. Williams, *op. cit.*, [1961] 2001, p. 34.

³¹⁷ *Idem*, p. 59.

³¹⁸ *Idem*, p. 60.

prevalece sobre a outra – posto que ambas estão inscritas na mesma organização mais geral, à qual devem ser referidas.

A nova abordagem projetada por Williams (segundo a qual a cultura constitui parte de uma organização mais completa e abrangente) também foi elaborada, em *The Long Revolution*, em contraponto com a psicologia e a antropologia – mais especificamente, com os conceitos de “caráter social”, do psicanalista alemão Erich Fromm (1900-1980), e de “padrão de cultura”, da antropóloga norte-americana Ruth Benedict (1887-1948). Essa operação merece ser salientada porque revela em que medida o Williams de *The Long Revolution* tinha em vista referenciais teórico-analíticos bastante distintos do autor de *Tragédia moderna* e dos textos seguintes, assim como esclarece, em alguma medida, por que aquele livro foi criticado no meio intelectual britânico (inclusive na esquerda), entre outras coisas, como obra de um autor que “havia sido corrompido pela sociologia”.³¹⁹

Conforme examinado acima, um dos pilares da teoria da cultura exposta em *The Long Revolution* consiste na tese (tributária de Young) de que os processos de estruturação do organismo humano e da organização social se dão em paralelo e de forma articulada. Nas palavras de Williams: “Pretendemos definir e considerar um princípio central: aquele da relação essencial, da verdadeira interação, de padrões adquiridos e criados na mente e padrões comunicados e tornados ativos em relações, convenções e instituições”.³²⁰ Foi essa perspectiva mais geral o que permitiu a Williams repensar não só a relação arte-sociedade como também a relação indivíduo-sociedade.

Segundo Williams, os conceitos de “caráter social” de Fromm e “padrão de cultura” de Benedict promoveram avanços importantes nas reflexões acerca dessa segunda questão, ao revelar em que medida aquela relação não pode ser pensada em termos de instâncias independentes. Em outras palavras, essas duas contribuições mereceriam destaque porque mostram como o próprio indivíduo somente se constitui, como tal, em sociedade – seja quando Fromm expõe “como a sociedade pode se tornar verdadeiramente incorporada nos indivíduos”,³²¹ ou quando Benedict argumenta que é quando os homens se tornam “membros da sociedade, [que] eles expressarão adequadamente a sua própria individualidade”.³²²

³¹⁹ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 128. Crítica semelhante foi vocalizada por Thompson em sua resenha publicada na *New Left Review*: “O pluralismo sociológico pelo qual a nenhum dos ‘elementos’ na sociedade é dada prioridade, junto com a ênfase no ‘crescimento’ impessoal e a desvalorização de minorias – tudo isso parece conduzir a uma atitude pluralista – até mesmo anarquista – em relação a problemas de organização política e liderança”. Thompson, *op. cit.*, July-August 1961, p. 38.

³²⁰ Williams, *op. cit.*, [1961] 2001, p. 89.

³²¹ *Idem*, p. 97.

³²² *Idem*, p. 99.

Apesar disso, essas duas abordagens são criticadas por Williams pelo fato de que, ao enfatizarem a importância das determinações sociais, perdem de vista o lugar do indivíduo na relação. Assim, o conceito de Fromm acaba por abarcar todo o plano das determinações sociais, não reservando espaço algum às determinações de natureza propriamente individual.³²³ Já no caso de Benedict, o argumento segundo o qual o padrão de cultura constitui um atributo “‘congenito’ a uma maioria dos membros da sociedade” torna plausível a conclusão de que a adaptação do indivíduo à sociedade constitui função de alguma característica inata do homem.³²⁴ Se as correntes teóricas e interpretativas em que cada um deles se inseria – a psicologia e a antropologia, respectivamente – fomentaram suas abordagens desse problema em reação a perspectivas que desconsideravam o papel das determinações sociais, Fromm e Benedict são criticados por Williams pelo fato de seguirem no sentido oposto, ao subestimarem as especificidades do individual e das determinações que lhe são próprias.

Williams procurou apresentar em *The Long Revolution* uma concepção alternativa da relação indivíduo-sociedade que superasse as limitações a que as abordagens de Fromm (e da psicologia) e de Benedict (e da antropologia) estavam sujeitas – sobretudo, ao restituir o lugar das determinações individuais na relação indivíduo-sociedade. Com isso em mente, Williams argumenta que a ênfase não deve recair no indivíduo ou na sociedade como “estados fixos”,³²⁵ mas como instâncias de um mesmo processo de organização da vida que mantém uma relação de continuidade entre si:

No caso do indivíduo e da sociedade, precisamos aprender modos de pensar e sentir que nos permitirão conhecer genuinamente cada um nos termos do outro, que é o mais próximo que geralmente podemos chegar de dizer que estamos estudando formas de organização em um processo contínuo: o cérebro, o sistema nervoso, o corpo, a família, o grupo, a sociedade, o homem. Não há um ponto específico no qual possamos quebrar esse processo, para isolar uma substância independente. Da mesma forma, ainda, não podemos selecionar nenhum deles e fazer os outros dele dependentes.³²⁶

³²³ “O problema real surge, contudo, quando nos perguntamos qual é a fonte do caráter individual que pode divergir do caráter social ou, mais precisamente, que tipos de relação afetam o caráter individual que não são formas de relação social?”. *Idem*, p. 97.

³²⁴ “[...] a relação entre indivíduo e sociedade se torna, assim, um tipo de loteria, em que um indivíduo com um temperamento particular saca uma carta vencedora ou perdedora na sociedade em que ele, por alguma razão, nasceu”. *Idem*, p. 99.

³²⁵ *Idem*, p. 117.

³²⁶ *Idem*, p. 117.

3.5 Reencontro com o marxismo

A suspeita de uma suposta capitulação à sociologia de que Williams foi alvo quando da publicação de *The Long Revolution* foi lembrada por ele na entrevista que concedeu à *New Left Review* no final dos anos 1970. Na mesma ocasião, os entrevistadores abordaram *Tragédia moderna*, destacando o seu “tom fortemente engajado, tanto política quanto culturalmente”, acrescentando de modo bastante contundente que “[t]alvez o capítulo intitulado ‘Tragédia e revolução’ seja o texto mais militante que você publicou desde seu período como estudante em Cambridge”.³²⁷ Instado a esclarecer em qual conjuntura esse livro foi produzido, Williams afirmou o seguinte:

Esse foi um período de uma escrita mais consciente contra uma oposição, após a recepção bastante hostil a *The Long Revolution*. Quando escrevi o livro, uma formação bastante específica em torno de uma situação docente, cultural e política estava em minha mente. O capítulo “Tragédia e revolução” foi escrito bem tarde, e estava diretamente relacionado à conjuntura de meados dos anos 1960. Pois já havia atividade o bastante nas universidades para que a ideia de revolução tivesse, se não o impacto do final dos anos 1960, ao menos uma ressonância significativa. Fui convidado a ministrar uma palestra e escolhi especificamente o tema de tragédia e revolução, uma vez que era um público formado predominantemente por estudantes de esquerda. Após *Cultura e sociedade*, a recepção de minhas obras mudou completamente. É curioso que eu fosse um acadêmico relativamente sensato antes de entrar na academia. Uma vez lá... Creio que a conexão não seja acidental.³²⁸

De fato, *Tragédia moderna* foi o primeiro livro de Williams redigido por inteiro após o seu retorno a Cambridge, na condição de docente, em abril de 1961.³²⁹ Mas o que a passagem acima ajuda a ver é como o argumento exposto nesse livro foi urdido no contato com um novo debate político e intelectual. Não só o debate mais geral travado na universidade britânica de meados da década de 1960, mas sobretudo as disputas nos meios de esquerda, que já tinham na universidade um campo de atuação privilegiado.

Antes de tudo, vale a pena recapitular, muito brevemente, o argumento desenvolvido nesse livro. Aqui, Williams se contrapôs a uma certa “tradição acadêmica” que, segundo ele, desconsiderava em que medida a tragédia consiste não apenas em “um tipo específico de arte

³²⁷ Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, pp. 208-9.

³²⁸ *Idem*, p. 209.

³²⁹ *The Long Revolution*, publicado em 1961, foi concluído em 1959, e *Communications*, publicado em 1962, foi redigido ao longo de 1961. Já *Tragédia moderna*, publicado em 1966, começou a ser escrito em 1963, sendo concluído no ano seguinte. Essas informações foram anotadas por Williams em documento datilografado depositado em seu arquivo, intitulado “Autobiographical material” (WWE/2/1/18 [“Miscellaneous”], Williams Collection).

dramática”,³³⁰ mas também em uma experiência que se realiza na forma de determinados acontecimentos sociais e históricos – no mundo de meados da década de 1960, fatos como “[g]uerra, revolução, pobreza, fome; homens reduzidos a objetos e mortos a partir de listas; perseguição e tortura; os muitos tipos de martírio contemporâneo”.³³¹ Isso passava por restabelecer, por um lado, a dimensão social da tragédia e, por outro, a dimensão trágica do social, posto que as teorias da tragédia encerrariam teorias do social e da história: “A ideia de tragédia, na sua forma usual, exclui em especial aquela experiência trágica que é social, e a ideia de revolução, ainda na sua forma usual, exclui em especial aquela experiência social que é trágica”.³³² É nesse ponto que a empreitada de Williams se comunica mais imediatamente com o debate intelectual e político da época. Pois as teorias que definiam o presente como uma época na qual a tragédia não teria mais lugar se baseavam em uma perspectiva que dissocia a história da ação dos homens: seja quando se pensa a história como um processo de evolução que se desenrola mecanicamente (como na visão naturalista), ou quando apenas se admite a possibilidade de mudança no plano individual (caso da perspectiva romântica). O que chama a atenção em *Tragédia moderna* – no que esse texto demarca, inclusive, um contraste com a produção anterior de Williams – é o argumento segundo o qual essa concepção da história não está apenas na base dessas que são duas perspectivas herdeiras do liberalismo, constituindo também um dos fundamentos de uma “corrente principal do marxismo, [...] profundamente mecânica, no seu determinismo, no seu materialismo social e na sua característica abstração das classes sociais diante dos seres humanos”.³³³ Não só isso, Williams também afirmará, carregando ainda mais no tom político dessa intervenção, que se trata de combater essa corrente teórica com vistas a reabilitar o estatuto do socialismo enquanto “verdadeiro e ativo herdeiro do impulso para a libertação humana que apresentou anteriormente tantas formas diferentes”,³³⁴ isto é, do impulso que, gestado no seio das revoluções encabeçadas pela burguesia, se opunha à “concepção de uma ordem estática e de uma permanente condição e natureza humanas”.³³⁵

Desse ponto de vista, *Tragédia moderna* ocupa um lugar especial no conjunto da obra de Williams porque sinaliza uma dimensão central do deslocamento por ele percorrido ao longo dos anos 1960, no qual se revela outro desdobramento importante das mudanças que incidiram sobre o universo da esquerda britânica da época: qual seja, a consolidação definitiva do

³³⁰ Williams, *op. cit.*, [1966] 2002, p. 30.

³³¹ *Idem*, p. 90.

³³² *Idem*, pp. 91-2.

³³³ *Idem*, p. 104.

³³⁴ *Idem*, *ibidem*.

³³⁵ *Idem*, p. 95.

marxismo como seu ponto de referência tanto político como teórico. Assim, se o Williams de *The Long Revolution* definia sua abordagem da cultura em relação às contribuições de autores como Young, Fromm e Benedict, o autor de *Tragédia moderna* recorre sobretudo à obra e às teses de Marx e de muitos de seus herdeiros. É isso o que se tem, por exemplo, no esforço empreendido nesse livro de desenvolver – muito mais do que de rever – o conceito de longa revolução, mais precisamente, ao indicar como o recurso a essa ideia não implicava em rejeitar o conteúdo mais propriamente político da ideia de revolução, mas, isso sim, em pensá-la como um processo mais amplo e, por isso, em um sentido ainda mais radical: “como uma ação total dos homens que vivem no presente”.³³⁶

Mas como o próprio Williams elaboraria alguns anos depois, o redirecionamento por ele descrito nos anos 1960 – que desembocou em uma abordagem não apenas muito mais próxima do marxismo como também explicitamente interessada em se afirmar como tributária de suas contribuições –, inseria-se em um contexto mais amplo, diretamente vinculado ao clima da universidade britânica e às disputas que atravessavam-na naquele momento. Na apreciação do próprio Williams, esse movimento pessoal se inscreve no quadro de uma indisposição crescente em relação ao alinhamento dos intelectuais britânicos à visão de mundo e ao estilo de pensamento característicos das classes dirigentes das quais eles provinham, o que fomentava, especialmente entre os estudantes, esforços por descobrir abordagens, perspectivas e estilos de pensamento que se afastassem daquele alinhamento, até então predominante, entre certas opções teóricas e afiliações de classe. Nas palavras de Williams:

Não é de todo surpreendente para mim, por ter observado esse processo, ver tantos alunos escolhendo filiar-se, desde o início dos anos 1960, a intelectuais de um tipo diferente. [...] Um sentido de certas restrições absolutas no pensamento inglês, restrições que pareciam se unir muito estreitamente a certas restrições e impasses na sociedade mais ampla, tornou imperativa a procura por tradições e métodos alternativos.³³⁷

A reação a esse estado de coisas poderia assumir (e de fato assumiu) formas variadas, sendo que a mais relevante delas foi o engajamento cada vez mais frequente de estudantes e professores com a investigação profissional e especializada que, em contraponto ao amadorismo do intelectual oriundo das elites, privilegiava “os temas e subtemas enumerados de um argumento; definições atingindo a precisão adicional súbita do itálico; o vocabulário

³³⁶ *Idem*, p. 93.

³³⁷ Raymond Williams, “Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldmann” [1971], em Williams, *Cultura e materialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, p. 16-7.

altamente especializado e interno”.³³⁸ Aos olhos de Williams, a crescente penetração do marxismo no meio acadêmico e intelectual inglês dos anos 1960 surge como resposta à necessidade de conceber uma abordagem capaz de fazer frente tanto ao diletantismo amadorístico dos intelectuais filhos da elite como ao cientificismo dos profissionais acadêmicos. Em outras palavras, o marxismo se afirmava então como o construto teórico capaz de fazer frente ao desafio, colocado pelo desenvolvimento dos debates acadêmicos na Grã-Bretanha, de construir uma teoria das ciências humanas que não meramente replicasse o modelo teórico das ciências naturais.

No entanto, segue Williams em seu argumento, para que o marxismo fosse assim mobilizado impunha-se, antes de tudo, rejeitar o entulho determinista que o contaminava, desvantagem particular do marxismo que explica tanto as opções feitas por Williams nesse momento como a sua decisão anterior de se afastar dessa tradição.

De minha parte, sempre me opus à fórmula da base e superestrutura – não devido às suas deficiências metodológicas, mas por conta de seu caráter rígido, abstrato e estático. Além disso, após a minha pesquisa sobre o século XIX, passei a vê-la como algo essencialmente burguês; mais especificamente, uma posição central do pensamento utilitarista. Eu não queria desistir da minha visão da importância central da atividade econômica e da história. Minha investigação, em *Cultura e sociedade*, havia começado justamente com o sentido de uma mudança transformadora. Mas, tanto na teoria quanto na prática, cheguei à conclusão de que eu teria de desistir, ou pelo menos deixar de lado, o que eu conhecia como a tradição marxista para tentar desenvolver um tipo diferente de teoria da totalidade social [...]. Esse foi o projeto de *The Long Revolution*, e parece-me extraordinário, olhando para trás, que eu não conhecia, naquele momento, o trabalho de Lukács ou o de Goldmann, que teriam sido altamente relevantes para o meu trabalho [...].³³⁹

O que tanto suscitava o entusiasmo de Williams em relação às contribuições de marxistas como o húngaro Georg Lukács (1885-1971) e o francês de origem romena Lucien Goldmann (1913-1970) era a ideia de totalidade por eles encampada. Pois, por meio desse conceito, seria possível definir a primazia do econômico sobre as demais esferas da vida e atividades humanas como um dado histórico – como “a característica específica da sociedade capitalista” –, além de lançar luz sobre aquela que deveria ser a real meta de toda mobilização política radical: o “trabalho prático para encontrar, afirmar e estabelecer fins sociais mais humanos em meios políticos e econômicos também mais humanos”.³⁴⁰

³³⁸ *Idem*, p. 17.

³³⁹ *Idem*, p. 28.

³⁴⁰ *Idem*, p. 29.

Como a passagem acima reproduzida (extraída de um texto publicado em 1971), deixa ver, a “fórmula da base e superestrutura” constituiu um dos cerne (se não o cerne) da relação tão difícil, cheia de idas e vindas, de Williams com o marxismo. Daí que essa questão seja tão importante para a compreensão da sua obra: não apenas por sua relevância intrínseca ao debate marxista do século XX, mas também porque é na forma como Williams tratou esse problema que se revelam aspectos centrais de como a sua relação com o marxismo evoluiu ao longo do tempo.

De fato, se retornarmos a *Cultura e sociedade*, veremos que as considerações sobre o marxismo ali expostas se concentram no exame do sentido que essa fórmula assumia na obra de Marx e de como esse sentido foi modificado por seus principais herdeiros: o que aparecia em Marx como uma “analogia” acabou por se converter, ao longo da história do marxismo, em um referencial conceitual para “descrições da realidade”.³⁴¹ Confrontado com esse novo sentido da “fórmula”, Williams já procurava oferecer em *Cultura e sociedade* uma interpretação própria da imagem marxiana, claramente oposta àquela construída pela tradição marxista mais ortodoxa. Como visto anteriormente, Williams destaca não tanto a relação de determinação que se colocaria entre base e superestrutura, mas a ênfase, segundo ele já presente no texto de Marx, de que cada um dos termos dessa relação deve ser considerado em suas especificidades.

Embora defenda a necessidade de uma abordagem da superestrutura guiada pelas especificidades dessa esfera, Williams não só rejeitará qualquer suposição de uma relação de determinação unilateral entre o econômico e as demais dimensões da vida social como argumentará que a economia somente se realiza historicamente “como parte de uma cultura existente”.³⁴² Elaborando uma interpretação da fórmula base-superestrutura bastante afinada ao “pluralismo sociológico” que Thompson detectaria na análise levada a cabo em *The Long Revolution*,³⁴³ Williams dirá que toda e qualquer análise da cultura deve assumir como referência teórico-explicativa última não a estrutura econômica, mas o “modo de vida como um todo”,³⁴⁴ no qual tanto o econômico como o cultural estão inscritos.

Williams retornaria a essas questões em “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”, texto publicado em 1973. Agora, no entanto, nosso autor revela um posicionamento muito mais consistente do ponto de vista teórico, o que talvez explique, ainda que apenas em parte, o tom muito mais contundente e desafiador que ele assume, nesse texto, em relação a

³⁴¹ Williams, *op. cit.*, [1958] 2011, p. 307.

³⁴² *Idem*, p. 305.

³⁴³ Thompson, *op. cit.*, July-August 1961, p. 38.

³⁴⁴ Williams, *op. cit.*, [1958] 2011, p. 305.

seus interlocutores no marxismo, como fica claro na seguinte passagem, em que Williams especifica em que termos deve se dar a revisão da analogia da base que determina a superestrutura:

Temos de reavaliar a “determinação” para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar a “base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico.³⁴⁵

Avançando mais alguns passos na exposição de seu argumento, Williams dirá que, quando se tem em vista as questões e os debates que dominavam a cena na qual Marx interveio, os caminhos trilhados pela teoria marxista ao longo do século XX e os principais desafios para a compreensão dos fenômenos da cultura no presente, então a tarefa mais importante consistiria em empreender uma revisão substancial do conceito de base. Isso posto, Williams se oporá à noção estreita da base como o nível que diz respeito “à produção primária dentro dos termos das relações econômicas capitalistas”, propondo, alternativamente, uma noção alargada que assume como referência a “produção primária da própria sociedade e dos próprios homens, isto é, a produção e reprodução da vida real”.³⁴⁶ Em outras palavras, uma definição que concebe a base como o âmbito das “atividades produtivas em relações estruturais específicas que constituem o alicerce de todas as outras atividades”.³⁴⁷

Foi com base no controle mais completo da teoria e da evolução dos debates no interior do marxismo que Williams procurou repensar o esquema base-superestrutura com vistas a construir uma abordagem ao mesmo tempo mais fiel à contribuição de Marx e mais produtiva para a compreensão dos problemas da cultura. Para ele, uma abordagem fundada no conceito de totalidade constituiria a melhor forma de não se perder nos limites e impasses colocados pelo esquema base-superestrutura, uma vez que a ideia de totalidade elimina, de saída, a imagem de uma realidade cindida em níveis distintos, a “noção ‘em camadas’ da base e de sua consequente superestrutura”.³⁴⁸ Mas é também necessário, segue Williams, que a noção de totalidade admita a noção de intenção, de modo que a ênfase nos aspectos estruturais não desemboque na pura e

³⁴⁵ Raymond Williams, “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista” [1973], em Raymond Williams, *Cultura e materialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, p. 47.

³⁴⁶ *Idem*, pp. 48-9.

³⁴⁷ *Idem*, p. 46.

³⁴⁸ *Idem*, p. 49.

simples desconsideração de processos de determinação. Para Williams, toda abordagem marxista da sociedade e da cultura deve envolver uma ênfase tanto nos aspectos estruturais como nas ações intencionais:

Se a totalidade é simplesmente concreta, se é simplesmente o reconhecimento de uma grande variedade de práticas diversas e contemporâneas, então ela é em essência vazia de qualquer conteúdo que poderia ser chamado de marxista. A intenção, a noção de intenção, recupera a questão-chave, ou melhor, a ênfase central. Pois embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de tais práticas, também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular.³⁴⁹

Foi pensando nisso – em reter ao mesmo tempo o caráter estrutural da vida social e a ação intencional nela atuante – que Williams propôs um emprego articulado dos conceitos de totalidade e hegemonia (no sentido gramsciano). O conceito de hegemonia desempenha um papel decisivo na abordagem marxista da cultura tal como ela é divisada por Williams porque aponta para uma forma de totalidade que, ainda que se faça presente em todas as partes da vida, supõe relações de dominação e, por conseguinte, de conflito. Assim, quando da análise de uma época, não se deve falar em uma única hegemonia a dominar toda a vida social, mas em diferentes formas de hegemonia (e contra-hegemonia) em permanente interação e disputa:

Temos de enfatizar que a hegemonia não é única; ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas. É por isso que, ao invés de simplesmente falar “da hegemonia” ou “de uma hegemonia”, gostaria de propor um modelo que permite esse tipo de variação e contradição, com seus conjuntos de alternativas e seus processos de mudança.³⁵⁰

A ênfase nas alternativas e nos processos de mudança desempenha um papel central naquele que pode ser destacado como o ponto de chegada do gradual reencontro com o marxismo percorrido por Williams ao longo dos anos 1960 e 1970: *Marxismo e literatura* (1977). A forma como Williams inicia o texto reconstruindo os principais momentos de sua relação com o marxismo indica como ele próprio reconhecia nesse livro o marco de uma longa história pessoal.

³⁴⁹ *Idem*, p. 50.

³⁵⁰ *Idem*, p. 52.

Segundo essa reconstrução, a relação de Williams com o marxismo teria evoluído, em poucas palavras, de uma aproximação superficial – corolário do compromisso político com a causa socialista decorrente de sua filiação social à classe trabalhadora – para uma apropriação mais substantiva, sólida e teoricamente informada. Teriam sido decisivos para o processamento desse deslocamento a constituição, na virada dos anos 1950 para os 1960, da Nova Esquerda – um meio no qual sua orientação teórica era compartilhada e poderia ser desenvolvida – e o contato, sobretudo a partir dos anos 1960, com a produção continental mais atual, notadamente as obras de Georg Lukács, Antonio Gramsci, Walter Benjamin, Bertolt Brecht, Jean-Paul Sartre, Lucien Goldmann, Louis Althusser e da Escola de Frankfurt.³⁵¹

Além disso, os objetivos mais gerais de Williams em *Marxismo e literatura* apoiam a leitura que toma essa obra como ponto alto de sua relação com o marxismo. Por trás da intenção de oferecer uma análise introdutória de conceitos-chave da teoria literária e do marxismo (e de como essas duas perspectivas se relacionam e podem ser articuladas), Williams apresenta os contornos mais gerais de uma perspectiva própria, por ele qualificada como “materialismo cultural”, isto é: “uma teoria das especificidades do material cultural e da produção literária no interior do materialismo histórico”.³⁵² Toda essa teorização está apoiada, contudo, em análises de objetos culturais específicos realizadas por Williams ao longo de toda a sua trajetória intelectual, com a diferença de que, agora, a relação do autor com o marxismo se encontrava em outro patamar: “este livro não é uma obra de teoria separada; é um argumento baseado no que aprendi com todo o trabalho anterior, colocado em uma relação nova e consciente com o marxismo”.³⁵³ Esse esforço de reenquadramento da obra é a singularidade do livro.

As bases do “materialismo cultural” exposto em *Marxismo e literatura* são as mesmas da abordagem proposta em “Base e superestrutura...”.³⁵⁴ Williams reitera sua crítica ao esquema base-superestrutura e a todas as abordagens que se apoiam nesse dualismo e propõe, como alternativa, uma perspectiva que apreenda a “linguagem e [a] significação como elementos indissolúveis do próprio processo social material, envolvidos, todo o tempo, na produção e reprodução”.³⁵⁵ Em outras palavras, Williams abraça o programa de uma teoria que compreenda

³⁵¹ Cf. Raymond Williams, *Marxism and Literature* [1977], Oxford, Oxford University Press, 2009.

³⁵² *Idem*, p. 5.

³⁵³ *Idem*, p. 6.

³⁵⁴ À guisa de ilustração, basta notar a coincidência dos conceitos que organizam as duas exposições e que nomeiam os capítulos da segunda parte de *Marxismo e literatura*: “Base e superestrutura”, “Determinação”, “Forças produtivas”, “Do reflexo à mediação”, “Tipificação e homologia”, “Hegemonia”, “Tradições, instituições e formações”, “Dominante, residual e emergente”, “Estruturas de sentimento”, “A sociologia da cultura”.

³⁵⁵ *Idem*, p. 99.

a cultura da forma como todas as práticas materiais que integram a vida social devem ser compreendidas: como parte de processos ativos, em permanente movimento.

Esse processo pode ser observado diretamente na história da linguagem. Apesar de continuidades substanciais e, em alguns casos, decisivas na gramática e no vocabulário, nenhuma geração fala a mesma língua de suas predecessoras. A diferença pode ser definida em termos de adições, exclusões e modificações, mas essas não a esgotam. O que realmente muda é algo mais geral, mais amplo, e a descrição que se aplica mais geralmente à mudança é o termo literário ‘estilo’. Essa é uma mudança geral, mais do que um conjunto de escolhas deliberadas, ainda que escolhas, assim como efeitos, possam ser deduzidas dela. Tipos similares de mudança podem ser observados nos modos, vestimenta, construção, e outras *formas da vida social* similares. [...] o que estamos definindo é uma qualidade particular de experiência e relação sociais, historicamente distintas de outras qualidades particulares, o que dá o sentido de uma geração ou período.³⁵⁶

Se a ênfase na linguagem (presente ao longo de todo o texto) pode ser lida como produto dos influxos provenientes das tradições intelectuais continentais mais influentes da época (notadamente, o estruturalismo), isso, ainda assim, não diz tudo. Pois, ainda que não fossem originalmente vistas como partes de uma teoria mais ampla, as análises empreendidas por Williams desde o final dos anos 1940 assumiam como objeto as mudanças de estilo e as qualidades particulares a determinada época e geração. Isso é o que está em jogo em suas análises das mudanças nos sinais e notações (no teatro); nas convenções (no drama e na literatura); nas tradições (do pensamento social e da crítica cultural); nas instituições (da educação e comunicação); e nas formações (do romantismo, modernismo e das vanguardas).³⁵⁷ *Marxismo e literatura* constitui um marco, portanto, porque foi nessa obra que Williams completou o trabalho de conexão entre a teoria da cultura que vinha sendo gestada desde *Cultura e sociedade* e a abordagem analítica que foi sendo apurada desde então.

³⁵⁶ *Idem*, p. 131.

³⁵⁷ E que fornecem a estrutura da terceira parte do livro (“Teoria literária”). *Idem*, p. 6.

4 UM SOCIALISMO PARA O SÉCULO XXI

Após uma década que se iniciara com a ressaca do fracasso da Convenção Nacional da Esquerda e em que se envolvera em densas discussões teóricas, Williams se viu impelido a retornar a um envolvimento mais direto na arena política – no contexto de uma eleição que prometia ser um divisor de águas. Mas esse novo engajamento político resultou também do recrudescimento de crises que vinham se arrastando nas últimas décadas, assim como de outras que se delineavam naquele momento e prometiam influenciar o futuro próximo. Foi também o engajamento final de uma vida que se aproximava do fim, tornado possível pela consagração como figura pública e pela constituição das bases de um novo momento histórico.

4.1 Que fazer?

Dois anos depois da publicação de *Marxismo e literatura*, em maio de 1979, teve início aquele que seria o governo britânico mais longo do século XX, encabeçado por Margaret Thatcher (1925-2013), líder do Partido Conservador desde 1975. Sua ascensão ao posto de premiê foi um divisor de águas na história do arranjo político e social que se mantinha, com altos e baixos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Mais do que qualquer outra mudança de governo desde 1945, a vitória eleitoral de Margaret Thatcher foi tomada como marco de um deslocamento decisivo no espírito nacional, política, intelectual e culturalmente. A queda de James Callaghan [primeiro-ministro trabalhista a partir de 1976] no verão de 1979 significou, segundo a maioria dos comentadores ao longo do espectro político, o fim de um *ancien régime*, um sistema de corporativismo, programas de gasto keynesianos, bem-estar subsidiado e poder sindical. Para os seus entusiastas, significou a passagem da “cultura de dependência” para uma nova onda de empreendedorismo e individualismo.³⁵⁸

Thatcher venceu três eleições gerais consecutivas (em 1979, 1983 e 1987), com um desempenho mais consistente a cada vez, o que ilustra a dimensão da crise que atingiu a esquerda britânica – dividida, ao longo de toda a década, por debates acerca das estratégias e ações políticas necessárias para fazer frente a uma conjuntura cada vez mais adversa. De todas as questões, a que se impôs com mais urgência foi a de como articular as diferentes forças

³⁵⁸ Morgan, *op. cit.*, p. 437.

políticas e sociais que se opunham ao *thatcherismo*,³⁵⁹ o que passava, obrigatoriamente, por definir o lugar que o Partido Trabalhista ocuparia nessa concertação.

Antes de tudo, vejamos o diagnóstico sobre o qual Williams apoiou suas intervenções no debate. Segundo ele, as vitórias eleitorais dos conservadores não deveriam ser tomadas como produto da prevalência de alguma tendência fundamental no interior da sociedade britânica, mas como efeito das peculiaridades (e imperfeições) do sistema parlamentar e eleitoral do país. Ainda mais importante, tanto a eleição de Thatcher como o enfraquecimento político-eleitoral das esquerdas não só não decorreriam de uma tendência que definiria a Grã-Bretanha, como seriam sintomas, isso sim, de um país não mais capaz de se definir e compreender – de um país “que perdeu, em todos os sentidos sérios, sua confiante identidade social e seu confiante senso de seu presente e futuro”.³⁶⁰ Crise de identidade que não só tornara possível como fora acelerada por algumas das principais iniciativas do governo Thatcher, como os esforços dirigidos para o desmonte das bases do Estado de bem-estar social britânico e a intervenção nas Falklands/Malvinas.

Em outras palavras, o que estou afirmando é que muitos dos sinais negativos que deveriam ser alarmantes – esse tipo de jingoísmo; esse tipo de aquiescência; um tipo bastante novo de submissão à redução deliberada, em alguns casos, destruição, das vidas das pessoas, de comunidades inteiras – estes deveriam ser vistos como fatores que decorrem do deslocamento, ao contrário da leitura alternativa, como evidência de alguma essência do povo que Thatcher foi, de algum modo, capaz de destilar. Ao menos, se isso for lido desse modo – esse é meu argumento – então será possível começar a se conectar com aqueles fatores capazes de identificação e conexão, se formos capazes de aprender a falar de novos modos.³⁶¹

Todas as energias das forças opositoras a Thatcher deveriam ser dirigidas para a recuperação de “fatores capazes de identificação e conexão” porque a crise de identidade nacional a que Williams se refere seria, fundamentalmente, uma crise da própria ideia de sociedade, manifesta na crescente prevalência de uma forma de vida baseada naquilo que ele define como “propriedade móvel”, isto é, uma forma de identidade individual e privada, “centrada na própria casa, na residência”.³⁶² Não só essa forma de vida tenderia a se generalizar cada vez mais como tudo o que diria respeito a uma forma de vida mais ampla passaria a ser

³⁵⁹ Definido por seu principal divulgador, Nigel Lawson, como “uma mistura de mercados livres, controle monetário, privatização e cortes tanto em gastos como em impostos – combinado com um ressurgimento populista dos ‘valores vitorianos’ de auto-ajuda e nacionalismo”. Peter Clarke, *Hope and Glory: Britain 1900-2000*, London, Penguin Books, 2004, p. 570.

³⁶⁰ Raymond Williams, “Problems of the Coming Period” [1983], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 164.

³⁶¹ *Idem*, p. 165.

³⁶² *Idem*, p. 171.

tido como “meras generalidades, meras abstrações, como, na melhor das hipóteses, interferências enfadonhas nessa vida real e, na pior, como intervenções destrutivas nela”.³⁶³ Nesse sentido, a afirmação de Thatcher de que “isso de sociedade não existe. Há homens e mulheres individuais e há famílias”³⁶⁴ retrata com perfeição a visão de sociedade que não apenas guiou seu governo, mas que também estava na base de um processo mais longo que não só o antecedeu como criou as condições que o tornaram possível.

Se a crise que engolfou as esquerdas e conduziu à ascensão dos conservadores não se restringe ao plano eleitoral, também a sua superação deveria ser buscada, argumenta Williams, além das estratégias eleitorais de curto prazo. Não que a esquerda devesse ignorar a dimensão eleitoral das disputas em jogo. Tratava-se, isso sim, de formular análises que fossem capazes de estimar adequadamente o lugar e o significado das disputas eleitorais – enquanto produto e sintoma de processos mais básicos e fundamentais:

O verdadeiro contexto de qualquer política prática é sempre a situação social e econômica geral, e apenas secundariamente as disposições partidárias e a porcentagem de voto popular que deriva disso. Uma fragilidade óbvia da recente análise eleitoral, como da análise que se seguiu à derrota trabalhista em 1959, é de que ela trata as distribuições correntes de voto como se elas fossem dados primários a partir dos quais a situação social e econômica, ou ao menos as principais respostas a ela, pudesse ser inferida.³⁶⁵

Foi tomando como referência esse enquadramento mais geral que Williams procurou se posicionar nos debates no interior da esquerda britânica acerca das estratégias para reagir à ofensiva conservadora. À primeira vista, ele se alinhava aos “coalicionistas”, defensores da formação de uma ampla coalizão entre as forças de oposição ao governo conservador. Para os adeptos dessa estratégia, esse seria o caminho mais promissor em razão das pautas compartilhadas pelas principais forças de esquerda – como a defesa do setor público, dos serviços de bem-estar social e das políticas de desarmamento – e da evidência de que o governo conservador não poderia ser enfrentado por um único partido.

Williams de fato concordava com a necessidade de uma ampla coalização política de esquerda. No entanto, ele também fazia a ressalva de que, dado que as disputas eleitorais estão inseridas em processos sociais e políticos mais gerais, os esforços para o estabelecimento de

³⁶³ *Idem, ibidem.*

³⁶⁴ “[...] there’s no such thing as society. There are individual men and women and there are families”, conforme afirmado por Thatcher em entrevista à revista *Women’s Own* em 1987. Cf. “Margaret Thatcher: a life in quotes”, *Guardian*, 8 April 2013, disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/08/margaret-thatcher-quotes>>; acesso em 13 jan. 2021.

³⁶⁵ Raymond Williams, “Socialists and Coalitionists” [1984], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 176.

uma coalizão desse tipo deveriam estar inscritos no plano mais abrangente da constituição de políticas verdadeiramente socialistas, isto é, no programa mais amplo e ambicioso de “reconstrução radical de todas as principais direções de política à luz da análise socialista contemporânea mais aberta e informada”.³⁶⁶

Além disso, qualquer coalizão de esquerda deveria estar apoiada, segundo ele, em uma base mais ampla do que a simples oposição comum ao governo conservador. Para tanto, fazia-se necessário rejeitar o “negativismo oportunista”³⁶⁷ promovido pelas lideranças trabalhistas com base no pressuposto (para Williams, enganoso) de que o partido por eles conduzido seria, necessariamente, o maior beneficiário da rejeição do governo conservador (e, não só isso, de que seus quadros saberiam o que fazer assim que assumissem o governo). Para Williams, essa estratégia simplesmente reproduziria a perspectiva segundo a qual não há real alternativa à ordem social existente – reforçada pela crença de que partido e sindicatos estariam aptos a representar, quase que por definição, os interesses da classe trabalhadora. Ademais, esse realismo estratégico abraçado pelas lideranças trabalhistas anularia o sentido alternativo de realismo – que, conclui-se, conta com o apoio de Williams – de “enfrentar mudanças históricas e materiais profundamente subjacentes e refletir sobre elas, mais do que reagir *ad hoc* em termos dados e familiares – como mera especulação intelectual ou acadêmica”.³⁶⁸

Ao mesmo tempo em que rejeita o reformismo das lideranças trabalhistas, Williams também censura duramente o modelo (então, bastante difundido) de crítica ao reformismo trabalhista que rejeita toda forma de reformismo e, com isso, acaba por “adentrar um tipo muito perigoso de exílio interno”.³⁶⁹ Para Williams, não se trata de isolar as vertentes reformistas, mas de transformá-las a partir de dentro e da disposição de “descobrir alternativas realistas”.³⁷⁰ Para tanto, seria preciso, em primeiro lugar, reconhecer a importância do reformismo como um guia de ação que, no quadro de uma democracia liberal como a inglesa, foi capaz de preservar a relevância política do Partido Trabalhista e do movimento por ele encabeçado. Nesse ponto, vale notar que Williams faz uma distinção inusual entre “dois tipos de teoria reformista”. De um lado, a teoria que “propõe que mudanças radicais nas instituições e relações sociais – o exemplo mais simples é o crescimento da ‘igualdade’ – podem ser realizadas sem transformar

³⁶⁶ *Idem*, p. 182.

³⁶⁷ Raymond Williams, “An Alternative Politics” [1981], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 151.

³⁶⁸ Raymond Williams, “Ideas and the Labour Movement”, *New Socialist*, Nov/Dec 1981, p. 29.

³⁶⁹ Raymond Williams, “Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945” [1976], em Williams, *Cultura e materialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, p. 340.

³⁷⁰ *Idem*, p. 337.

ou mesmo, em algumas versões, sem perturbar a ordem social existente”.³⁷¹ De outro, um reformismo estratégico que, ainda que assumindo como fim último a radical transformação da vida social, admite a validade de reformas específicas como “o meio mais acessível de mobilização política, e que elas não só valem a pena em si, mas são etapas necessárias – com frequência as únicas acessíveis de imediato – para a transformação da ordem dominante”.³⁷² Williams elaborou a distinção entre essas duas modalidades de reformismo em uma reflexão acerca de sua própria trajetória:

Eu rompi definitivamente com *um tipo de reformismo* – um reformismo forte e ativo na maioria do movimento trabalhista britânico – em 1966, quando a condição há muito esperada de uma ampla maioria parlamentar trabalhista, com cinco anos de governo em tempos pacíficos pela frente, foi finalmente alcançada e se transformou rapidamente no contrário do que se esperava: não *a social-democracia, ou o reformismo*, mas uma agência real e necessária da mutação do capitalismo pela *incorporação representativa da classe trabalhadora*.³⁷³

Assim, o reformismo não só admitido, mas até mesmo defendido por Williams, é aquele que reconhece as reformas como parte insubstituível de “um processo de mobilização e organização popular” visando, como fim último, o revolucionamento da ordem dominante – e que, portanto, se coloca em oposição à teoria reformista que deve ser rejeitada porque visa simplesmente “a formação política, em aliança e coligação com outras formações, [que] luta pelo seu percentual dentro do sistema”.³⁷⁴

Mas para que aquela outra modalidade de reformismo fosse colocada em prática era preciso que se elegesse como alvo de toda ação a transformação – em direção a uma consciência socialista mais madura – da opinião pública mais ampla: “De fato, o centro dessa nova política seria uma campanha para alterar o solo popular no qual nós temos sido derrotados na realidade: não se adaptar a ele ou manobrar em torno dele, mas sair e tentar transformá-lo”.³⁷⁵ Portanto, Williams propõe como alternativa às proposta de coalização entre as forças de esquerda uma reconstrução socialista assentada nos esforços por formação e educação não apenas dentro, mas sobretudo fora, do partido: “Os verdadeiros recursos intelectuais do movimento trabalhista nunca foram tão ricos e diversos, e o problema político consiste em mobilizá-los no debate público geral e não na disputa interna”.³⁷⁶ Tratava-se, em outras palavras, de defender não uma

³⁷¹ *Idem*, p. 336.

³⁷² *Idem, ibidem*.

³⁷³ *Idem*, p. 340, grifos nossos.

³⁷⁴ *Idem*, p. 338.

³⁷⁵ Williams, “Socialists and Coalitionists” [1984], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 183.

³⁷⁶ *Idem*, p. 184.

aliança de forças de esquerda assentada exclusivamente na oposição comum ao governo Thatcher, mas uma coalizão positiva fundada em “um programa verdadeiramente popular com apoio massivo a partir de baixo”.³⁷⁷

4.2 Socialismo e democracia

Fixar as bases de uma reconstrução socialista feita a partir de baixo não só na Grã-Bretanha, mas em qualquer parte do mundo capitalista do final do século XX representava um desafio de grandes proporções. Afinal, significaria enfrentar não apenas o experimento neoliberal do governo Thatcher, mas também todo o clima cultural dominante naquele final de século – da experiência de um presente que não poderia ser superado.

O sólido pessimismo de grande parte da cultura de fins do século XX é, com efeito, uma perda absoluta do futuro: de qualquer crença significativa de que este possa ser, ao mesmo tempo, diferente e melhor. A especulação sobre datas futuras é hoje, mais frequentemente, um cálculo angustiado das possibilidades da mera sobrevivência.³⁷⁸

Nessa conjuntura, o futuro só seria concebível por meio de “extrapolações das leis ou regularidades conhecidas”,³⁷⁹ forma que, segundo Williams, tem na análise estatística um de seus principais instrumentos e que tenderia a ganhar cada vez mais espaço e importância em economias centralizadas e planificadas – ordenamento que prevaleceria tanto no bloco soviético (com o Estado) como no capitalista (com as grandes corporações monopolistas).

Em paralelo com o crescente predomínio do modelo estatístico de planejamento e previsão, avançaria também o esgotamento da concepção do futuro que se expressa no manifesto político e que tem no partido político o seu principal veículo. Trata-se aqui, segundo Williams, de um processo alimentado pela própria dinâmica das disputas políticas e eleitorais nas democracias ocidentais, as quais tenderiam a empurrar os candidatos em direção a posições mais conciliatórias e a esvaziar os manifestos dos partidos de quaisquer ambições mais ambiciosas e disruptivas.³⁸⁰

³⁷⁷ Raymond Williams, “Decentralism and the Politics of Place” [1984], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 240.

³⁷⁸ Raymond Williams, *Hacia el año 2000* [1983], Barcelona, Crítica, 1984, p. 12.

³⁷⁹ *Idem*, p. 14.

³⁸⁰ *Idem*, p. 18.

Um importante indício desse esgotamento do manifesto político como forma de pensar o futuro seria o fosso cada vez maior “entre o programa-manifesto e a ação do governo” – segundo Williams, uma constante na história política britânica das últimas décadas, com governos que, assim que formados, se viam obrigados a concentrar todos os esforços na “administração da crise”, deixando de lado, com isso, as pautas com as quais (e pelas quais) haviam sido eleitos.³⁸¹ A distância crescente entre o manifesto político e as ações governamentais contribuiria, ademais, para a frustração das expectativas dos eleitores de que o futuro poderia ser determinado pela ação política.

Assim, tornam-se mais claros os passos do argumento de Williams: se o clima de pessimismo que predominava no final do século XX se nutria, em larga medida, do esgotamento da política como meio de agir no presente e de pensar o futuro, a luta socialista deveria incluir, necessariamente, a identificação e crítica dos limites da democracia parlamentar ou, em suas palavras, dos “sistemas de democracia representativa existente”.³⁸² Portanto, impunha-se a tarefa de recuperar os laços entre democracia e socialismo e, com isso, recusar a ideia de que a democracia só poderia se realizar na forma da democracia liberal burguesa. No caso da Grã-Bretanha, isso significava submeter à crítica uma democracia que, para além da superfície – isto é, a vigência de um parlamento constituído por meio de eleições livres –, apresentaria limitações que não poderiam mais ser ignoradas:

o parlamento britânico, estritamente falando, não é uma instituição, mas a reunião de três corpos, dos quais apenas um é eleito. [...] Na verdade, não é eleita [a Câmara dos Comuns] em intervalos fixos e regulares, mas dentro do limite de uma duração máxima (de cinco anos); a data da eleição, dentro dessa margem, não é determinada pela lei, mas pela decisão política de quem encabeça o governo existente. Sua composição representativa é determinada por procedimentos eleitorais que não têm que corresponder (e, de fato, normalmente, não correspondem, direta ou ao menos aproximadamente) à distribuição real dos votos.³⁸³

Além disso, o sistema político britânico organizado em distritos (*constituencies*) favoreceria um tipo de representação pelo qual os parlamentares eleitos se posicionam “em nome de qualquer de seus eleitores, tenham ou não votado nele”,³⁸⁴ o que comprometeria a representação de posições e opiniões incompatíveis com aquelas do representante com assento no parlamento. Vigia, portanto, um sistema que consagra a representação de distritos e

³⁸¹ *Idem*, p. 19.

³⁸² Raymond Williams, “Democracy and Parliament” [1982], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 269.

³⁸³ Williams, *op. cit.*, [1983] 1984, p. 127.

³⁸⁴ *Idem*, p. 131-2.

localidades territoriais, em detrimento de “fazer presentes, de uma forma contínua e ativa, as opiniões e interesses dos que são, nesse sentido, representados”.³⁸⁵

Frente a essas limitações da democracia (sobretudo, em sua variante britânica), Williams defende o modelo distinto de uma “democracia instruída e participativa”,³⁸⁶ por ele encampado não apenas por uma questão de princípio, mas também como o melhor meio para responder aos dois grandes desafios que se colocavam naquele fim de século: de um lado, a necessidade de confiar mais poder decisório ao maior número possível de pessoas e, de outro, a tarefa de enfrentar desafios cada vez mais complexos.

A construção desse novo tipo de democracia na Grã-Bretanha deveria ter como ponto de partida três medidas fundamentais: “a transferência da soberania legal ao povo ou a seu parlamento eleito” (em lugar da Coroa); “a abolição da segunda câmara [dos Lordes], hoje em dia baseada na herança e no patronato, e sua substituição por um corpo constituído de maneira diferente, mediante eleições”; e “a adoção de um sistema eleitoral com o qual a composição de um parlamento eleito corresponderia à distribuição real dos votos populares”.³⁸⁷

Uma democracia desse tipo se apoiaria, ademais, em “dois princípios” que, embora parecessem à primeira vista incompatíveis, repousam, segundo Williams, no cerne de qualquer projeto político de esquerda: “governo de esquerdas no poder e autogestão”.³⁸⁸ Em outras palavras, qualquer projeto socialista deveria avançar não só no controle do poder político central, mas também na implementação de uma política abrangente de autogestão. Assim, segundo Williams,

o único tipo de socialismo que tem alguma oportunidade hoje em dia de chegar a se estabelecer, nas velhas sociedades industrializadas e democrático-burguesas, é um socialismo baseado centralmente em novos tipos de instituições comunitárias, cooperativas e coletivas. Nessas instituições estariam plenamente garantidas a liberdade de expressão, de reunião, de candidatura para as eleições e também a tomada aberta de decisões, que poderão ser revisadas por todos aqueles que a decisão incumbir, e tudo isso seria colocado em prática segundo os procedimentos hoje tecnicamente possíveis. Na verdade, esse é o único caminho para os socialistas desses países. Portanto, é necessário iniciar uma discussão muito aberta e de projeção prática sobre as relações entre tais instituições e a indubitável necessidade de outras instituições de maior escala, seja na inevitável luta contra a resistência capitalista ou externa, ou no próprio funcionamento de uma sociedade industrial moderna, completa e multitudinária. A fórmula atualmente dominante que propõe um rígido governo

³⁸⁵ *Idem*, p. 136.

³⁸⁶ *Idem*, p. 121.

³⁸⁷ *Idem*, p. 129-30.

³⁸⁸ E cuja aparente incompatibilidade vinha sendo reafirmada a todo momento, segundo Williams, pela esquerda trabalhista, cuja estratégia para alcançar o poder se fundava em um “programa de centralização” a ser exercido em última instância pelo partido e por intermédio de delegados selecionados nas intâncias partidárias. *Idem*, p. 142.

partidário que nos conduzirá à autogestão me parece, no pior dos casos, uma esperança piedosa e, no pior, uma patética ilusão.³⁸⁹

Essa seria uma democracia verdadeiramente socialista, porque adequada aos valores socialistas e àquele que Williams define como o mais importante deles: a “ideia de compartilhamento”.³⁹⁰ Ideia que não pode ser confundida – e essa é uma das maiores armadilhas a que o socialismo está sujeito – com o compartilhamento que se dá no plano do consumo. Ao contrário, a ideia de compartilhamento que está na base dos valores e pensamento socialistas se refere, segundo Williams, não aos processos de consumo e circulação, mas ao próprio processo de produção. Williams dirá que essa forma socialista de compartilhamento só poderá ser alcançada por dois meios, a serem percorridos em paralelo. Mais do que isso, um não pode avançar sem o outro, e ambos abrirão o caminho, conjuntamente, a uma democracia de fato socialista:

Há duas formas conexas – democracia popular e propriedade comum. Esses são os únicos meios práticos para um compartilhamento social genuíno. Na linguagem da antiga ordem social, eles são os meios de compartilhar poder e riqueza. Na linguagem de uma nova ordem social, eles são os meios de compartilhar nossas decisões e nossos meios de subsistência. O vínculo entre socialismo e democracia popular é, literalmente, a chave para o nosso futuro. Sem ele, a prática do socialismo pode degenerar em formas estatais burocráticas ou nos monopólios político e econômico de economias centralizadas.³⁹¹

A democracia socialista abarca, portanto, não só o regime político, mas também a organização da economia, ou, mais precisamente: o compartilhamento dos meios de subsistência, a ser perseguido, segundo Williams, por meio de políticas de autogestão que mirem a constituição de uma forma de organização econômica que admita arranjos descentralizados e diversificados.

Com isso, Williams procura superar a dicotomia entre planejamento centralizado, de um lado, e submissão às forças de mercado, de outro. Para ele, a única alternativa verdadeiramente socialista é a da produção que tenha em vista as necessidades e interesses da população e que supra-os admitindo o compartilhamento mais aberto possível de informações. Dentro dos limites do debate socialista, isso significa passar “do planejamento para o presumido interesse

³⁸⁹ *Idem*, p. 145.

³⁹⁰ Raymond Williams, “Walking Backwards into the Future” [1985], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 284.

³⁹¹ *Idem*, p. 285.

público para o efetivo e complexo planejamento participativo”.³⁹² Só assim seria possível elaborar um plano capaz de atender ao interesse público sem recair na constituição de monopólios.

Do ponto de vista das políticas autogestionárias, o maior desafio que se colocava naquele fim de século consistia em ir além dos projetos de pequena escala, de modo a reorganizar a propriedade e o controle em setores econômicos maiores e mais complexos. Pensando nisso, Williams propôs a criação de “instituições *intermediárias*” para que as políticas a serem implementadas fossem concebidas e gestadas “a partir das relações sociais diretas”.³⁹³ Essa modalidade de autogestão vislumbrada por Williams não poderia se basear em políticas de nacionalização, as quais não teriam levado ao controle da produção pelos trabalhadores, posto que, como revelado pela história, nesse modelo a gestão não é exercida por um conselho que representa os interesses públicos, mas por “um empregador corporativo, com relações políticas e financeiras apenas com o Estado”.³⁹⁴ A própria democracia socialista é entendida por Williams como uma alternativa entre, de um lado, a economia planificada e o poder político centralizado e, de outro, “uma autogestão crescentemente fragmentada”.³⁹⁵

As políticas defendidas por Williams em seus textos dos anos 1980 sinalizam para aquela que seria uma das principais fontes das crises que envolveram a democracia parlamentar e os modelos econômicos capitalista e do socialismo realmente existente: o predomínio de modelos de organização que não dão conta da miríade de interesses que compõem a sociedade. Para que as esquerdas pudessem superar a crise política e econômica do final do século XX seria necessário, portanto, recorrer a uma forma original de ação política, já operando naquele momento: “alianças, blocos e coalizões, sempre especificamente formados e necessariamente abertos à mudança, diferentemente dos partidos ‘representativos’ fixos que hoje se apropriam desses processos ativos”.³⁹⁶

Para Williams, esses movimentos aparecem como a melhor base para a democracia socialista assentada em processos de decisão participativos e políticas de autogestão. Mas essa solução coloca o desafio adicional de como conciliar os mais diversos interesses. Quanto a isso, Williams assume uma posição bastante clara, defendendo a manutenção de “vários planos de

³⁹² Raymond Williams, “Towards Many Socialisms” [1985], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 301.

³⁹³ Williams, *op. cit.*, [1983] 1984, p. 146.

³⁹⁴ Raymond Williams, “Mining the Meaning: Keywords in the Miner’s Strike” [1985], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 121.

³⁹⁵ Williams, *op. cit.*, [1982] 1989, p. 275.

³⁹⁶ Raymond Williams, “Além do socialismo realmente existente” [1980], em Williams, *Cultura e materialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, p. 363.

generalidade – incluindo planos de assembléias delegadas eleitas – nos quais decisões e informações relevantes movam-se, necessariamente, do mais local e específico ao mais geral, amplo e, nesse sentido, mais determinante”.³⁹⁷

Além disso, pensando na manutenção de uma ação coletiva duradoura, Williams reconhece a importância de restabelecer as conexões entre as lutas particulares e a luta mais ampla pelo socialismo e, assim, “provar que o sistema alternativo previsto é, por sua vez, praticável e favorável ao interesse geral”.³⁹⁸ Curiosamente, o maior obstáculo a essas reconexões não estaria nos novos movimentos, mas no movimento operário e na classe trabalhadora, que teriam ignorado até aquele momento os diferentes interesses particulares que iam além dos interesses da classe: “o movimento pacifista, o movimento ecológico, o movimento das mulheres, a solidariedade com o terceiro mundo, as associações de direitos humanos, as campanhas contra a pobreza e o desamparo, as campanhas contra a indigência e as distorções culturais”.³⁹⁹

o agente decisivo do movimento consistia nessa única relação crucial: o trabalho assalariado. Não se negavam outros fatores e agentes, embora, na prática, com frequência eles eram deixados de lado [...]. O que se considerava determinante se percebia como dominante, até o ponto de que muitas teorias do socialismo, mas também e mais especificamente, as formas do próprio sindicalismo, se centravam não apenas no trabalhador, mas também no homem no trabalho e com frequência implicavam no isolamento dessa única e poderosa modalidade.⁴⁰⁰

Considerar essas outras vinculações seria um passo decisivo como parte não apenas do esforço teórico para a compreensão desses novos atores, mas também do projeto socialista de transformação da sociedade:

A fonte de um *ethos* diferente reside principalmente nesses outros vínculos sociais, esses compromissos e propósitos em última instância mais profundos, que o capitalismo trata de confinar em um nível de menor importância, ou ali onde é necessário cancelá-los. Assim, os recursos de um socialismo mais amplo têm de se desenvolver a partir do que ocorre ou do que possa ocorrer nessas outras práticas ou relações. O que importa é o que ocorre na preocupação primária das pessoas, nas famílias, nos bairros e nas comunidades. O que importa é o que ocorre nos serviços organizados de saúde e educação, na proteção e no melhoramento de nosso ambiente físico, na qualidade de nossa informação pública e de nosso lazer.⁴⁰¹

³⁹⁷ *Idem*, pp. 364-5.

³⁹⁸ Williams, *op. cit.*, [1983] 1984, p. 190.

³⁹⁹ *Idem*, p. 200.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 195.

⁴⁰¹ *Idem*, p. 198-9.

Williams pensa a política socialista justamente como uma forma de conectar essas pautas e esses movimentos às lutas mais gerais. E isso porque todo e qualquer projeto socialista deveria se colocar como um meio para atender de forma mais plena as “necessidades humanas primárias”, relativas “à paz, à segurança, a uma sociedade com serviços e a uma economia cuidadosa”.⁴⁰²

Foram esses impulsos e inspirações – no sentido da formulação de um programa socialista atualizado, capaz de fornecer as bases para uma coalizão política ampla e sustentável e para um projeto de reconstrução socialista da democracia e sociedade britânicas –, assim como os novos movimentos sociais a exercer cada vez mais protagonismo na política do fim do século, que deram forma à Socialist Society (Sociedade Socialista), organização política que Williams ajudou a criar e na qual atuou politicamente na primeira metade dos anos 1980.⁴⁰³

Fundada em janeiro de 1982, a Sociedade Socialista começou a ser planejada em junho do ano anterior, em um encontro que reuniu alguns nomes da primeira formação da Nova Esquerda (Ralph Miliband e Stuart Hall, além do próprio Williams), outros da segunda formação (Tariq Ali, Robin Blackburn, Francis Mulhern) e signatários do May Day Manifesto (Patrick Jordan, Richard Kuper, Bob Rowthorn e Michael Rustin). Mas o que mais impressiona – sobretudo quando em contraste com experimentos intelectuais e políticos anteriores – é o número significativo de mulheres que participaram da fundação do grupo (Lynne Amidon, Michèle Barrett,⁴⁰⁴ Veronica Beechey,⁴⁰⁵ Eve Brook,⁴⁰⁶ Christine Haggart, Carole Harwood, Annie Hudson,⁴⁰⁷ Madeleine Long, Clara Mulhern, Liz Nash, Anne Sassoon,⁴⁰⁸ Lynne Segal,⁴⁰⁹

⁴⁰² *Idem*, p. 201.

⁴⁰³ À guisa de ilustração, o texto “Democracy and Parliament”, examinado anteriormente, foi concebido originalmente como um dos muitos panfletos a serem publicados com o patrocínio da Sociedade.

⁴⁰⁴ Michèle Barrett, 33 anos, socióloga com doutorado pela University of Sussex e professora de sociologia da City University (Londres).

⁴⁰⁵ Veronica Beechey, 45 anos, socióloga formada pela Essex University, docente na University of Warwick, militante e intelectual feminista.

⁴⁰⁶ Eve Brook, 38 anos, formada em sociologia pela University of Bradford, militante feminista com atuação na área de serviço social.

⁴⁰⁷ Annie Hudson, 40 anos, formada em sociologia e política pela University of Bristol, docente em serviço social na University of Manchester.

⁴⁰⁸ Anne Sassoon, 39 anos, artista plástica baseada na África do Sul.

⁴⁰⁹ Lynne Segal, 38 anos, intelectual e militante feminista. Autora, junto com Hilary Wainwright e Sheila Rowbotham, de *Beyond the Fragments* (1979).

Jenny Taylor, Hilary Wainwright,⁴¹⁰ Susan Watkins e Elizabeth Wilson⁴¹¹).⁴¹² Não por acaso, o grupo fundador da Sociedade descreveu a inspiração original de seu empreendimento nos seguintes termos: “Esperamos que a Sociedade Socialista seja uma reunião não-sectária de socialistas e feministas socialistas, aberta a todos que concordem com o seu conjunto mais amplo de princípios e objetivos”.⁴¹³ Mesmo um ano após a fundação da Sociedade, a política feminista continuava a ocupar uma posição central nos projetos ali gestados:

Desde o início, a Sociedade Socialista procurou fornecer uma representação adequada ao trabalho das feministas socialistas. Uma importante conferência sobre Política da Família está prevista para março [de 1983], na qual preocupações feministas socialistas estarão em primeiro plano; isso deverá fornecer um excelente início para os trabalhos da Sociedade em seu segundo ano.⁴¹⁴

Em consonância com a posição de Williams – para quem, como vimos, a resposta ao governo Thatcher passava, antes de tudo, por uma renovação programática que fornecesse as bases de uma ampla coalizão política –, o projeto que inspirou a criação da Sociedade se orientava pela necessidade de atualizar a política socialista por meio de uma atualização da teoria:

A Sociedade Socialista aqui proposta é um novo empreendimento, inspirado pela sensação de urgência sentida em todas as seções da esquerda na crise atual, ela pretende estabelecer um quadro de referência para o desenvolvimento de trabalho educacional, polêmico e de pesquisa dentro do movimento operário e outros movimentos radicais e atingir e conquistar um público muito mais amplo para as ideias socialistas em todo o país.⁴¹⁵

Isso posto, a Sociedade pretendia se estabelecer muito mais como uma rede projetada para conectar e articular movimentos já existentes, respeitando a sua diversidade de enfoques e enraizamento social: “A Sociedade não é um partido político ou facção e não adotará posições

⁴¹⁰ Hilary Wainwright, 33 anos, socióloga formada em Oxford, militante feminista e docente na Open University. Autora, junto com Lynne Segal e Sheila Rowbotham, de *Beyond the Fragments* (1979).

⁴¹¹ Elizabeth Wilson, 46 anos, militante e intelectual feminista, fundou a *Feminist Review* em 1979.

⁴¹² Cf. “The First Year of the Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection). Lynne Segal ofereceu uma declaração exemplar de como o protagonismo das mulheres (e, mais do que isso, feminista) se faria sentir: “Dominada por homens [a Socialist Society]? Claro, como todos os grupos de esquerda e o movimento trabalhista. É minha impressão, contudo, de que hoje as feministas estão mais fortes e confiantes acerca de muitas de nossas estratégias./ Precisamos de nossos próprios fóruns, como os fóruns feministas socialistas que hoje se reúnem regularmente em Londres. Também precisamos de fóruns mais amplos nos quais levar adiante estratégias feministas e forçar os homens a adotá-las nos sindicatos, grupos de esquerda e seções locais”. “Founding of a Socialist Society”, *Morning Star*, 23/01/1982, p. 3 (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴¹³ “The Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴¹⁴ “The First Year of the Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴¹⁵ “The Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

coletivas em assuntos do momento”.⁴¹⁶ Essa configuração específica se refletiu nos objetivos principais do empreendimento: “ajudar a criar um ‘senso comum socialista’ por meio de trabalho cultural e educacional nos níveis local e nacional”; “oferecer uma arena na qual socialistas em diferentes situações e de diferentes persuasões possam trabalhar juntos”; “atuar como uma câmara de compensação [*clearing house*] e guarda-chuva organizacional, colocando ativistas em contato uns com os outros e, assim, encorajando a coordenação de atividades socialistas de modos que possam contribuir com a unificação da esquerda”.⁴¹⁷

Os principais objetivos da Sociedade também apontam para toda a especificidade da conjuntura política daqueles anos. Assim, ao lado de bandeiras que já haviam aparecido tanto no início como no fim da década de 1960 – a reforma dos meios de comunicação e educação e a adoção de uma “visão internacionalista genuína combinada com o apoio organizacional para o desenvolvimento de autonomia política e cultural sobre bases locais e regionais” –, a Sociedade apresentava como uma de suas maiores metas elaborar análises da “estrutura da sociedade britânica” que privilegiassem questões como sexismo e racismo.⁴¹⁸

O caráter singular da conjuntura na qual o projeto da Sociedade ganhou corpo se revela também nas questões que seus membros pretendiam enfrentar (em encontros, debates e publicações). Alguns desses temas já vinham sendo colocados em pauta pela esquerda britânica nas últimas duas décadas: “controle democrático da vida econômica, política e social”; “propriedade pública, controle popular e autogestão dos trabalhadores”; “educação, instituições culturais e os meios de comunicação”. Mas outras questões eram relativamente novas – ou, ao menos, ainda não haviam sido tratadas com a mesma atenção em projetos políticos anteriores: “a transformação das relações sociais, familiares e sexuais”; “todas as formas de discriminação”; a “exploração do meio ambiente”; e a substituição de “todas as formas de militarismo e coerção estatal [...] por uma milícia popular e o controle comunal democrático do necessário processo legal”.⁴¹⁹ A emergência de novas temáticas aparece também nos títulos de alguns dos livros planejados, a serem escritos por membros da Sociedade: “Família” (Lynne Segal), “Violência contra a mulher” (Elizabeth Wilson), “Meio ambiente” (Frankie Ashton), “Racismo no trabalho” (Raghib Ahsan) e “O sistema legal” (Nick Blake).⁴²⁰

Indicando a ambição do projeto da Sociedade, o plano de fornecer contribuições teórico-analíticas que auxiliassem na tarefa de enfrentar “assuntos espinhosos da teoria

⁴¹⁶ “The Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴¹⁷ “The Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴¹⁸ Cf. “The Need for a Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴¹⁹ “The Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴²⁰ Cf. “The First Year of the Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

socialista e a renovar o programa do socialismo” envolveu, por exemplo, a discussão do “Euro-socialismo” (a partir de contribuições de Christine Buci-Glucksmann, Göran Therborn, Michael Löwy, Adam Przeworski, Chantal Mouffe, Régis Debray e Massimo Salvadori). Ou, ainda, examinando temas que, embora já extensamente tratados, seriam abordados a partir das contribuições de teóricos inseridos em outras perspectivas nacionais, como Domenico Nuti (Itália) e Ernest Mandel (Europa central e Leste Europeu) acerca da questão do “Planejamento”.⁴²¹

Apesar das ambições políticas e programáticas, os menores progressos se deram naquele que era o maior objetivo, como o balanço do primeiro ano de atividades da Sociedade deixa ver:

A Sociedade respondeu rapidamente à Guerra das Falklands [1982], realizou uma bem sucedida Escola de Verão e deu início a um promissor programa de publicações, mas também fracassou, até aqui, em construir uma rede propriamente local ou a engajar os membros individuais da Sociedade em seus trabalhos. A menos que uma base mais sólida de participação filiada seja desenvolvida, o futuro da Sociedade continuará na balança.⁴²²

Com o fim de superar essas dificuldades, pensou-se em concentrar as atividades da segunda conferência da Sociedade nas sessões plenárias, de modo a “desenvolver uma perspectiva política mais coerente”. Como antes, permanecia o desafio de lançar as bases de uma perspectiva minimamente comum sem avançar em uma posição política única que atropelasse os grupos reunidos em torno da Sociedade: “Deve-se alcançar um equilíbrio, nos trabalhos da Sociedade, entre manter um debate aberto e frutífero entre as posições mantidas pelos socialistas e alcançar a base mínima de acordo necessário a qualquer atividade política”.⁴²³

Um documento em especial joga luz sobre os momentos finais do envolvimento de Williams nesse projeto, além de revelar como a própria Sociedade foi incapaz de resolver a equação entre perspectiva comum e política diversificada – o que conduziu ao seu desaparecimento. Trata-se da edição de dezembro de 1984 do boletim da organização, na qual foi publicada uma versão resumida de uma fala proferida por Williams na reunião do comitê de direção, realizada em outubro daquele ano. Em sua intervenção, Williams afirma que a Sociedade deveria contribuir para a construção de uma “sociedade alternativa” por meio da articulação das várias investigações de aspectos específicos da vida social: “como as várias

⁴²¹ “Socialist Re-Definitions” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴²² “The First Year of the Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴²³ “Second Annual Conference” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

políticas de fato interagem e se interrelacionam”.⁴²⁴ Passados mais de três anos da reunião em que o projeto da Sociedade Socialista fora pela primeira vez discutido coletivamente, a tarefa que se impunha aos teóricos e militantes de esquerda nela envolvidos ainda era a mesma de quando todo aquele trabalho começara: “o que temos de considerar é uma transformação de nossas perspectivas: algo que tem de ser mais do que uma série de mudanças locais e transformações setoriais, algo que não pode ser projetado como a consumação de um progresso material e social a muito previsto”.⁴²⁵ A pá de cal final no projeto da Sociedade Socialista foi dada em 1983, com a segunda vitória consecutiva de Thatcher em uma eleição geral.⁴²⁶

4.3 Socialismo e meio ambiente

Como examinado acima, o projeto político e intelectual que deu forma à Sociedade Socialista pretendia abarcar as novas pautas e questões que assumiam cada vez mais protagonismo ao longo dos anos 1980. De todas, as questões colocadas pelo movimento ambientalista ocuparam um lugar de destaque na atuação política de Williams em seus últimos anos de vida – o que diz muito não apenas sobre os seus interesses, mas também sobre as dimensões da crise com que ele e a esquerda britânica se confrontavam naquele momento. A questão ambiental não só perpassou os debates que mobilizaram a Sociedade, como também esteve presente no seu nascimento. Entre os grupos e organizações que foram contatados pelo comitê diretor figurava a Associação Socialista de Meio Ambiente e Recursos (SERA, na sigla em inglês), fundada em 1973 como uma organização formalmente vinculada ao Partido Trabalhista.⁴²⁷

Williams teve uma atuação bastante destacada na Associação (na qual ingressou no início dos anos 1980), pontuada pela redação de um panfleto (“Ecological Socialism”) debatido internamente;⁴²⁸ pela apresentação, durante encontro realizado em junho de 1980, de uma

⁴²⁴ “Bulletin of the Socialist Society, December 1984 [Socialism 2000]”, p. 3 (WWE/2/1/7/1/35 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴²⁵ “Bulletin of the Socialist Society, December 1984 [Socialism 2000]”, p. 4 (WWE/2/1/7/1/35 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴²⁶ Cf. Inglis, *op. cit.*, p. 265.

⁴²⁷ “O comitê diretor eleito no primeiro encontro em junho para preparar a fundação da Sociedade Socialista vem se consultando com uma variedade de grupos sobre o projeto [...]. Os grupos envolvidos incluem a Conferência dos Economistas Socialistas, a Associação Socialista de Meio Ambiente e Recursos, a Feminist Review, [...]”. “Working Group for the Socialist Society” (WWE/2/1/15/1/8 [“Socialist Society”], Williams Collection).

⁴²⁸ Cf. “SERA Council Meeting (28 February 1981)” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

conferência (“On a History of Ecological Socialism”),⁴²⁹ objeto de um relato entusiasmado publicado no boletim da associação;⁴³⁰ e pela eleição, no mesmo encontro de 1980, para um dos postos de vice-presidente.⁴³¹ Dedicar uma atenção especial para o engajamento de Williams nas atividades da SERA se justifica, ademais, pelo lugar de relativo destaque ocupado por essa organização na cena política e no movimento trabalhista ingleses do começo dos anos 1980 – como se pode depreender dos números que ela exibía naquele momento, contabilizando mais de 50 organizações filiadas em 1979 e 760 membros em 1981.⁴³²

No entanto, além de evidência do espaço cada vez maior ocupado pela questão ambiental entre as preocupações de Williams na década de 1980, seu envolvimento com a SERA merece ser examinado com atenção na medida em que também ilumina a perspectiva a partir da qual Williams abordou o desafio da crise ambiental – que se equiparava, já naquele momento, às ameaças da guerra e da hecatombe nuclear – e de que forma ele pensou as ações políticas necessárias para enfrentá-la.

A SERA foi concebida por seus fundadores como meio para inscrever a questão ambiental no centro das preocupações teóricas e das iniciativas políticas do movimento trabalhista britânico. Tratava-se, desse modo, de abordar a questão ambiental em termos de uma política socialista, o que se revela, em primeiro lugar, no diagnóstico que vincula a crise ambiental ao padrão de desenvolvimento e exploração econômicos prevalecente no capitalismo – isto é, à “busca por crescimento econômico indiscriminado e sem consideração para com seus efeitos adversos sobre a comunidade de modo geral e sobre as gerações futuras”.⁴³³

Essa ênfase muito específica se manifesta também nas estratégias políticas propugnadas para se fazer frente a essa crise, as quais deveriam eleger como alvo central não os sintomas da crise, mas as suas causas – isto é, a estrutura da economia e a forma como ela opera. Desse modo, essas estratégias deveriam ter como fim a constituição de uma nova ordem econômica dirigida a “um crescimento seletivo relacionado a necessidades humanas genuínas em uma economia descentralizada e democrática”,⁴³⁴ o que dependeria, por sua vez, da conquista da “propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca, e [d]o melhor

⁴²⁹ “*SERA News*, Summer 1980, n. 23” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³⁰ “*SERA News*, Autumn 1980, n. 24” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³¹ “Report from Council to AGM (1981)” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³² Cf., respectivamente, “SERA’s Role” e “Report from Council to AGM (1981)” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³³ “SERA Leaflet” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³⁴ “SERA Leaflet” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

sistema de administração e controle popular de cada indústria ou serviço à disposição”.⁴³⁵ Para tanto, seria necessário engendrar uma ação ampla, que deveria mirar desde as condições de vida e trabalho até a instituição de “meios pelos quais a comunidade possa controlar o seu próprio capital, incluindo cooperativas de trabalhadores, utilizando tecnologias social e ecologicamente adequadas”, passando pela “promoção de políticas energéticas não nucleares”, por “mais recursos para o transporte público” e pela “resistência a cortes nos serviços públicos, com inovações em governos locais e mecanismos de planejamento adequados às necessidades das pessoas”.⁴³⁶

A tarefa de colocar em prática uma política dessa abrangência guiou a diretriz segundo a qual as iniciativas da Associação deveriam se espalhar para além da pauta ambiental e das organizações mais diretamente ligadas a ela. Assim, impunha-se a tarefa de “disseminar informação através do movimento trabalhista e mobilizar o seu apoio para as políticas da associação”; “demonstrar a relevância de uma estratégia socialista em relação a problemas ambientais tanto para outras organizações ambientalistas como para o público em geral e participar em campanhas em questões ambientais”; e “desenvolver relações próximas com organizações similarmente motivadas em outros países”.⁴³⁷ De modo a estabelecer um raio de atuação assim tão amplo, a SERA procurou se aproximar não apenas do Partido Trabalhista – ao qual já estava formalmente vinculada, inclusive no apoio a seus candidatos em eleições –, mas também dos sindicatos e das cooperativas de trabalhadores, por meio da realização de conferências e encontros e da divulgação de panfletos e declarações públicas.

Nosso papel atual é influenciar o movimento trabalhista por meio de campanhas, falas, conferências, panfletos, atividades locais, etc. Onde seja relevante, tomamos pesquisas feitas por especialistas e procuramos introduzi-las no pensamento socialista dominante. Pretendemos levar nossa mensagem tanto para figuras-chave (parlamentares e líderes sindicais, por exemplo) como para as pessoas no chão da fábrica e nos distritos”.⁴³⁸

As posições de Williams acerca da questão ambiental expostas em textos dos anos 1980 revelam o porquê de sua afinidade com as pautas e os princípios teóricos e políticos da SERA – ou, em outro sentido, por que e em que medida essas pautas e esses princípios tiveram nas suas intervenções um referencial destacado. São essas posições que examinaremos a seguir,

⁴³⁵ “Constitution of the Socialist Environment and Resources Association (as attended by the 1975, 1976, 1977, 1979 & 1980 AGMs)” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³⁶ “SERA Leaflet” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³⁷ “Constitution of the Socialist Environment and Resources Association” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

⁴³⁸ “SERA’s Role” (WWE/2/1/15/1/7 [“Socialist Environment & Resources Association”], Williams Collection).

procurando pontuar aquele que nos parece o traço distintivo e comum das abordagens de Williams e da SERA: a articulação entre a pauta ecológica e a política socialista.

A questão ambiental assumiu o centro do debate político no início dos anos 1980 no contexto da crise de um meio ambiente cada vez mais degradado e cuja exploração desenfreada ameaçava (talvez de modo irreversível) as condições de vida da humanidade. Na degradação da natureza também se revelava, segundo Williams, uma crise dos modos de vida, das “relações reais de natureza e subsistência”.⁴³⁹ Daí que Williams reconhecesse nos movimentos dedicados à questão ecológica os atores mais importantes e historicamente relevantes da época, atribuindo-lhes uma tarefa política de primeira grandeza:

O movimento social e político de nossa época que suscita mais esperanças é o novo e hoje emergente “socialismo verde”, dentro do qual a ecologia e a economia podem se tornar, como deveriam ser, uma única ciência e fonte de valores, conduzindo a uma nova política de subsistência equitativa.⁴⁴⁰

Como se pode ver, as dimensões e implicações da crise ecológica em curso bastariam para justificar a atenção que Williams dedicou a essa questão. Mas havia outra circunstância que também contribuiu para impulsioná-lo nessa direção. Pois, ao mesmo tempo em que o movimento ambientalista se colocava na vanguarda de qualquer política socialista, esse mesmo movimento se revelava, na Grã-Bretanha da primeira metade dos anos 1980, como um dos principais focos daquilo que Williams identificava como uma resistente e “generalizada hesitação frente ao socialismo [...] de um tipo diferente das rejeições de nossos inimigos e das racionalizações dos meros desertores”.⁴⁴¹ Em outras palavras, o interesse de Williams, nos anos 1980, pela questão ambiental se orientava, por um lado, pela necessidade de firmar o lugar das pautas ecológicas na luta socialista e, por outro, pela urgência de reabilitar o estatuto do socialismo nas mobilizações do movimento ambientalista.

Como assinalado anteriormente, um traço que distingue a abordagem de Williams (desde o fim dos anos 1950) é a opção por visadas abrangentes e integradas, o que sempre implicou na rejeição de esquemas que opusessem realidades estanques, fossem elas “cultura e sociedade”, ou “indivíduo e sociedade”. Também suas intervenções na questão ambiental estão assentadas em uma abordagem desse tipo – nesse caso, em uma concepção global e integrada da relação entre o homem e a natureza.

⁴³⁹ Raymond Williams, “Between Country and City” [1984], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 237.

⁴⁴⁰ *Idem, ibidem*.

⁴⁴¹ Raymond Williams, “Hesitations before Socialism” [1986], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 34.

Assim, uma determinada estrutura linguística, a separação e o contraste entre a “natureza” e o “homem”, desenvolvida sobretudo em períodos em que há a predominância do pensamento idealista e humanista, torna muito difícil para nós movermo-nos dos fatos complexos e diferenciais que compõem as nossas condições físicas e materiais para qualquer afirmação da relação geral entre essas “condições” e o que, dentro do complexo linguístico, ainda isolamos como “condicionado”.⁴⁴²

Rejeitar a suposição de uma relação de exterioridade entre o homem e a natureza implica em recusar a perspectiva que define a ação dos homens em seu meio em termos de “conquista da natureza”,⁴⁴³ ênfase presente de forma bastante marcada, segundo Williams, no pensamento marxista, tanto em Engels como na “tradição ortodoxa derivada”.⁴⁴⁴ Ao contrário, a relação entre homem e natureza deve ser pensada em outro registro: “do ‘homem na natureza’, com o trabalho como a instância especificadora de um conjunto de relações materiais sempre significativo, sempre dinâmico e sempre, embora de forma diversa, limitado”.⁴⁴⁵ Seguindo nessa toada, Williams afirmará que toda e qualquer abordagem materialista da questão ambiental deve se deter não sobre uma suposta relação de determinação entre esses dois termos, mas sobre como “as condições básicas de vida – as condições de existência física e da sobrevivência – são de fato percebidas, selecionadas e interpretadas”.⁴⁴⁶

Williams procura mostrar como foi justamente nesse plano – das relações do homem em seu meio e das formas pelas quais ele o percebe – que se deram algumas das transformações mais importantes no bojo do processo de constituição do modelo de organização da economia e da vida que conduziu à crise ecológica. E isso porque o marco inaugural dessa nova organização – a Revolução Industrial da virada do século XVIII para o XIX – foi decisivo não tanto pelos avanços impressos nas forças produtivas, mas, sobretudo, pelo revolucionamento de “todo o conjunto das *relações* de produção, que finalmente constituíram uma nova ordem social”.⁴⁴⁷

A retomada da história que teve início com a Revolução Industrial constitui um passo decisivo na elaboração do diagnóstico de Williams, uma vez que, para ele, as múltiplas crises em cena naquele momento (dentre as quais, a ecológica) eram marcos não do surgimento de uma nova época (pós-industrial), mas do “apogeu específico e provavelmente absoluto do

⁴⁴² Raymond Williams, “Problemas do materialismo” [1978], em Raymond Williams, *Cultura e materialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, pp. 144-5.

⁴⁴³ *Idem*, p. 148.

⁴⁴⁴ *Idem*, p. 150.

⁴⁴⁵ *Idem*, p. 151.

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 147.

⁴⁴⁷ Raymond Williams, *op. cit.*, 1984, p. 100.

próprio industrialismo”.⁴⁴⁸ Portanto – e aqui é possível identificar outra importante semelhança entre os textos de Williams dos anos 1980 e sua produção anterior –, seu diagnóstico supõe uma linha de continuidade entre a crise vivida naquele momento e a história do capitalismo. Isso é decisivo para entender não apenas o diagnóstico de Williams, mas também o tipo de ação (isto é, de política socialista) por ele defendida. Afinal, dada a constituição global do capitalismo – modo de organização da economia e da vida assentado não apenas em novas forças produtivas, mas, sobretudo, em novas relações de produção –, também a ação de resistência e oposição deve assumir contornos globais, inclusive não se limitando aos vínculos de classe:

A fonte de um *ethos* diferente reside principalmente nesses outros vínculos sociais, esses compromissos e propósitos em última instância mais profundos, que o capitalismo trata de confinar em um nível de menor importância, ou ali onde é necessário cancelá-los. Assim, os recursos de um socialismo mais amplo têm de se desenvolver a partir do que ocorre ou do que possa ocorrer nessas outras práticas ou relações. O que importa é o que ocorre na preocupação primária das pessoas, nas famílias, nos bairros e nas comunidades. O que importa é o que ocorre nos serviços organizados de saúde e educação, na proteção e no melhoramento de nosso ambiente físico, na qualidade de nossa informação pública e de nosso lazer.⁴⁴⁹

Portanto, repensar (e recuperar) os vínculos entre a questão ambiental e a política socialista significa colocar as “necessidades humanas primárias”, relativas “à paz, à segurança, a uma sociedade com serviços e a uma economia cuidadosa”,⁴⁵⁰ no centro de qualquer projeto político socialista – o que implicava, por outro lado, em repensar a questão da transição ao socialismo. Nesse ponto, Williams rejeita o argumento – segundo ele, presente tanto entre as vertentes social-democrata e reformista como entre aquelas mais fiéis à orientação soviética – de que a superação do capitalismo passaria obrigatoriamente pela conquista de um novo patamar de desenvolvimento econômico. Ao contrário, a construção do socialismo depende de uma ação política que vá além da transformação do padrão de propriedade dos meios de produção, mirando, sobretudo,

os fatos da apropriação e expropriação, em vários planos, de processos sociais e de trabalho gerais, de habilidades, e do conhecimento efetivo e do poder para tomar decisões práticas. É contra essa expropriação que a revolução cultural, muito mais ampla do que aquela contra as características mais imediatamente reconhecíveis do capitalismo, é dirigida.⁴⁵¹

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 110.

⁴⁴⁹ *Idem*, pp. 198-9.

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 201.

⁴⁵¹ Williams, *op. cit.*, [1980] 2011, pp. 353-4.

Desse ponto de vista, a revolução socialista surge como processo que impacta não só as forças materiais, mas também as forças intelectuais de produção (a ciência, notadamente) e as “forças intelectuais de conhecimento e de tomada de decisão consciente como meios necessários para revolucionar as relações sociais (a deliberação da utilização de recursos; a distribuição e organização do trabalho; a distribuição de produtos e serviços)”.⁴⁵² Que transformará também as formas pelas quais os homens pensam e se relacionam com o seu meio (vale lembrar, as mesmas formas transformadas pela Revolução Industrial), se afirmando, assim, como centro irradiador das “mudanças mais gerais (e necessariamente conectadas) que, ao alterar todo o modo de produção, abarcariam simultaneamente os processos e as condições de uma emancipação humana geral”.⁴⁵³

Segundo Williams, a perspectiva que concebe a superação do capitalismo como efeito do desenvolvimento de forças produtivas mais eficazes – em outras palavras, de mais produção – perde de vista uma ênfase central e definidora do pensamento socialista, segundo a qual “a riqueza e a pobreza, a ordem e a desordem, a produção e o dano, são todos partes do mesmo processo”.⁴⁵⁴ Segundo Williams, essa ênfase no caráter global e internamente articulado da organização econômica e social já está presente no pensamento daquele que foi um dos pioneiros na articulação entre as tradições do socialismo e do pensamento ecológico no “pensamento social britânico”:⁴⁵⁵ William Morris. Não por acaso, uma das principais contribuições de Morris ao pensamento socialista – intimamente vinculada à sua atividade como artista – consistiu, segundo Williams, em oferecer uma nova abordagem da ideia de produção, segundo a qual “a produção humana, a menos que governada por padrões humanos gerais, e não por mero lucro ou conveniência, poderia conduzir ao mal tão facilmente como à ‘riqueza’”.⁴⁵⁶

Além disso, a perspectiva que associa o socialismo a mais produção também perde de vista aquela que deve ser a meta de toda política socialista: não a conquista de níveis mais elevados de produção, mas a construção de novos “controles sociais, ao invés de capitalistas, sobre o que era produzido e de relações sociais modificadas que alterassem a distribuição real

⁴⁵² *Idem*, p. 350.

⁴⁵³ *Idem, ibidem*.

⁴⁵⁴ Raymond Williams, “Socialism and Ecology” [1982], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 215.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*.

⁴⁵⁶ *Idem*, pp. 215-6.

de um produto de outro modo meramente agregado”.⁴⁵⁷ O que importa, em outras palavras, não é o nível quantitativo da produção, mas como ela é socialmente apropriada.

Isso não significa que o crescimento deva ser rejeitado em si e, muito menos, que a saída esteja no retorno a uma suposta “ordem natural” pré-industrial na qual esses desafios estariam, de saída, superados – como defendido pelas primeiras vertentes do pensamento ecológico do século XIX,⁴⁵⁸ assim como pelo próprio Morris, para quem a luta socialista deveria ter como finalidade a reconstituição desse mundo, “de uma ordem camponesa e artesanal essencialmente simples”.⁴⁵⁹ Contra essas soluções, Williams propõe a reabilitação da ideia de produção em seu sentido mais profundo e fundamental: “É, então, em novas definições e redefinições socialistas da produção que a perspectiva central do socialismo do século XXI deverá ser aberta”.⁴⁶⁰

É aqui que o socialismo genuíno pode estabelecer uma conexão contemporânea com as abordagens racionais da ecologia. Temos de nos apoiar no argumento socialista de que o crescimento produtivo, como tal, não é a abolição da pobreza. O que importa, sempre, é o modo como a produção é organizada, o modo como os produtos são distribuídos. É também, e hoje de modo crucial, o modo pelo qual as prioridades entre *formas diferentes de produção* são decididas. E são então as relações sociais e econômicas entre homens e classes, que emergem dessas decisões, que determinarão se mais produção reduzirá ou eliminará a pobreza ou se simplesmente criará novos tipos de pobreza assim como novos tipos de dano e destruição.⁴⁶¹

Portanto, somente pela articulação das políticas socialista e ambientalista que seria possível atualizar a primeira e fortalecer a segunda. Só assim que a luta ambientalista poderia se requalificar como uma “ecologia política” apta a retraçar os vínculos de sua luta com as estruturas econômicas e sociais e de “propor tipos alternativos de organização econômica e social”.⁴⁶²

Foi pensando nesses “tipos alternativos de organização econômica e social” que Williams se voltou para os movimentos nacionalistas e, em especial, para o movimento de seu País de Gales natal.

⁴⁵⁷ Raymond Williams, *op. cit.*, [1985] 1989, p. 307.

⁴⁵⁸ Cf. Williams, *op. cit.*, [1982] 1989, p. 212.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 216.

⁴⁶⁰ Williams, *op. cit.*, [1985] 1989, p. 308.

⁴⁶¹ Williams, *op. cit.*, [1982] 1989, p. 221-2.

⁴⁶² Williams, *op. cit.*, [1984] 1989, p. 233.

4.4 Retorno a Gales

A relação de Williams com o País de Gales atravessou sua trajetória e obra do começo ao fim. Como, por exemplo, em seus romances, nos quais o País de Gales surge em primeiro plano. Não apenas como espaço da ação, mas também na forma do debate acerca das relações de dominação e exploração a que a região e sua população estavam sujeitos e de seus desdobramentos, seja na forma das experiências de deslocamento vivenciadas pelas personagens – como em *Border Country* (1960) e *Second Generation* (1964) –, seja na forma da mobilização política encampada como reação a essas condições – como em *The Volunteers* (1978), *The Fight for Manod* (1979) e *Loyalties* (1985). O interesse que Williams dedicou ao País de Gales em seus escritos ficcionais chegaria ao paroxismo em seu último romance (inacabado), *Peolpe of the Black Mountains*, publicado postumamente em dois volumes (em 1989 e 1990), e no qual o autor se impôs o desafio monumental de contar a história do próprio lugar, das “comunidades dos pastores neolíticos” até o “século XX, ou um pouco à frente”.⁴⁶³

Assim como em seus romances, o problema da origem e identidade galesas se fez presente desde o início também na produção crítico-teórica de Williams, ainda que de outras formas. Desse ponto de vista, *Cultura e sociedade* surge como um marco inicial, ainda que só se possa rastrear aqui uma influência ainda muito indireta dessa questão, como o próprio Williams assinalou duas décadas depois:

Naquele momento [anos 1950], minha distância do País de Gales estava completa. Contudo, a minha experiência galesa operava inconscientemente na estratégia do livro. Pois quando o concluí com uma discussão da comunidade e solidariedade cooperativa, eu estava de fato escrevendo sobre as relações sociais galesas, como se elas estivessem mais amplamente disponíveis. Eu estava usando intensamente a minha experiência galesa e, de certa forma, posicionando-a corretamente como certa característica das instituições da classe trabalhadora, mas sem uma delineação regional ou um sentido de distinções e complicações históricas perto do que seria considerado suficiente.⁴⁶⁴

Ainda assim, a influência das raízes galesas se faz presente no projeto político de uma cultura comum delineado por Williams na conclusão do livro, inspirada justamente por essas ideias de “comunidade e solidariedade cooperativa”, as quais encerram tanto uma certa

⁴⁶³ Conforme planejado por Williams já no final dos anos 1970, tratava-se de “escrever um romance histórico de outro tipo. [...] O grande problema é, obviamente, encontrar a unidade necessária. Pensei em tentar alcançá-la por meio da continuidade de lugar ao invés da continuidade de pessoas. Tomar o mesmo lugar habitado por tipos diferentes de pessoas em épocas diversas [...]. O distrito que eu conheço melhor no País de Gales seria adequado para esse tipo de continuidade, por conta de sua longa tradição agrícola e industrial, que se estende no passado até as comunidades dos pastores neolíticos. Eu poderia começar lá e terminar no século XX, ou um pouco à frente”. Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 304.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 104.

concepção de sociedade – como “o meio positivo para todos os tipos de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento individual”⁴⁶⁵ – quanto uma certa concepção das relações humanas, em termos de “responsabilidade mútua ativa”.⁴⁶⁶

Já em *O campo e a cidade* (1973), a experiência galesa de Williams aparece de modo mais claro e evidente, além de desempenhar uma função mais central na composição do argumento. Nesse livro, o próprio autor não deixa dúvidas quanto às relações entre, de um lado, o ponto de vista a partir do qual o problema em questão – as “imagens e associações” vinculadas ao campo e à cidade – será examinado e, de outro, sua origem galesa e a trajetória de vida por ela condicionada. Apesar de extensa, a passagem em que essa relação é declarada mais explicitamente merece ser reproduzida na íntegra:

Vale dizer logo de início, porém, que, para mim, a questão sempre foi pessoal, desde que me tenho por gente. Isso porque, numa Grã-Bretanha predominantemente urbana e industrializada, quis o acaso que eu nascesse numa aldeia remota, uma antiquíssima povoação do interior, na fronteira entre a Inglaterra e o País de Gales. A trinta quilômetros da aldeia, no final de uma linha de ônibus, havia, de um lado, uma antiga cidade com uma catedral; do outro, uma antiga cidade de fronteira que era um centro comercial; mas a apenas alguns quilômetros dali surgiam as primeiras cidades e aldeias da grande região produtora de carvão e aço do sul de Gales. Antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação, com uma clareza inesquecível. Meus estudos levaram-me a uma outra cidade, construída ao redor de uma universidade, e desde então, vivendo, viajando e trabalhando, tive oportunidade e necessidade de visitar muitas cidades grandes, de diferentes tipos, e de olhar para a frente e para trás, no espaço e no tempo, conhecendo e tentando conhecer essa relação, enquanto experiência e enquanto problema.⁴⁶⁷

Portanto, para Williams, a sua história de vida foi o que lhe permitiu entrar em contato com todas essas questões precocemente, como parte integral de sua vivência. Mais precisamente, a experiência do deslocamento – uma das questões centrais em seus romances – é o que, para Williams, singulariza e qualifica a sua análise do problema teórico das relações históricas entre campo e cidade e das imagens a eles associadas na literatura inglesa: “A experiência utilizada nos romances transformou-se nas questões que coloquei à tradição”.⁴⁶⁸

Em *O campo e a cidade*, as repercussões da experiência pessoal de Williams como um intelectual oriundo do País de Gales se revelam de forma mais precisa na crítica à visão – que remonta à poesia bucólica do século XVI e que impregnou toda a tradição da literatura inglesa

⁴⁶⁵ Williams, *op. cit.*, [1958] 2011, p. 350.

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 354.

⁴⁶⁷ Raymond Williams, *O campo e a cidade: na história e na literatura* [1973], São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 13.

⁴⁶⁸ *Idem*, p. 487.

ao longo do século XIX – do campo como um lugar de prazer e paz, deleite e tranquilidade, gozo e fruição. Visão que, como a análise de Williams demonstra minuciosamente, se apoia na “negação mágica da maldição do trabalho”⁴⁶⁹ que sustenta esse mundo e, por consequência, também dos homens e mulheres que executam esse trabalho. Ao final e ao cabo, o campo surge, no quadro dessa perspectiva, como um mundo de “abundância inata, ‘delícias naturais’. [...] as hipérboles tão familiares da aristocracia e de seus agregados”.⁴⁷⁰

Essa forma de conceber o campo é o que fundamenta e se consagra com a ideia de paisagem. Pois, como assinala Williams, a terra que pode ser pensada e vista como paisagem – e que, portanto, pode ser objeto da intervenção paisagística – nunca é a terra na qual se trabalha, mas a terra que pode ser contemplada e transformada segundo essa função. Em outras palavras, a paisagem reflete e se baseia na concepção de um mundo rural que seria produzido pelo próprio homem (isto é, pelo proprietário) para o seu deleite e que é concebido conscientemente por ele como objeto de uma apreciação desse tipo. Para empregar os termos de Williams, a paisagem depende da existência de um “proprietário consciente” que seja, ao mesmo tempo, um “observador consciente”,⁴⁷¹ isto é, que sabe que pode intervir em sua propriedade para moldá-la segundo suas predileções estéticas. Trata-se, como enfatiza Williams, de uma concepção parcial da terra e da propriedade, porque apoiada no apagamento dos vínculos necessários entre a terra que é objeto da intervenção paisagística e o entorno que é objeto do trabalho executado pelos empregados do proprietário – trabalho cujo produto é o que, de fato, viabiliza materialmente aquele tipo de intervenção. Como resultado dessas operações, a paisagem surge para todos aqueles que assim a concebem não como resultado do trabalho de muitos, mas como criação do proprietário individual.

Faz todo sentido que uma crítica desse tipo – não só da visão bucólica do campo, mas que também se desdobra em um exame da prática paisagística –, tenha sido elaborada por alguém como Williams, um escritor que, em decorrência de uma trajetória marcada pelo deslocamento, pode se voltar à sua terra natal na condição de observador.⁴⁷² Porque a imagem do campo concebido como paisagem sempre foi a imagem do próprio País de Gales nutrida por

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 60.

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 62.

⁴⁷¹ *Idem*, p. 208.

⁴⁷² Como destacou Daniel Williams, essa articulação permanente entre as posições de “participante” e “observador” é o que funda a abordagem de Williams do País de Gales: “o movimento para fora na história pessoal e intelectual de Williams – da formação em Pandy para se tornar um estudante e professor em Cambridge e, daí, para se tornar um intelectual da esquerda europeia – sempre foi acompanhado por um retorno às experiências fundamentais que informaram consistentemente sua vida e seu trabalho”. Daniel Williams, “The Return of the Native”, em Daniel Williams (ed.), *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*, Cardiff, University of Wales Press, 2003, p. vxii.

aqueles de fora: isto é, não como lugar povoado por homens e mulheres concretos ali trabalhando e vivendo, mas como um ambiente (ou, ainda, uma paisagem) a ser contemplado e usufruído pelos turistas de fora, “como um resorte e um festival, ambos meticulosa e distintivamente galeses”.⁴⁷³ O próprio Williams explorou essa visão do País de Gales em *Border Country*, seu primeiro romance, como quando Matthew (o protagonista) se depara com as imagens do País de Gales contidas em pôsteres exibidos no trem que o levava de Londres para sua aldeia natal:

[...] a abadia, que ele sempre conhecera: a abadia em ruínas em Trawsfynydd que não se alterara ao longo de sua vida. [...] a fachada em Tenby. Um horizonte gradeado, na ampla palidez de céu e mar; então, compondo a imagem, duas garotas sorrindo sob chapéus de tela e um Austin desenhado para além delas, o nariz de seu radiador no ar.⁴⁷⁴

Essa imagem bastante difundida do País de Gales – sobretudo entre britânicos não-galeses – também foi abordada por Williams em outro momento do romance, quando o narrador se detém sobre a relação dos filhos de Matthew (nascidos e criados em Londres) com a terra de seu pai e avós: “Para eles, Glynmawr [a aldeia] era um nome, um feriado no campo, não uma parte de seu mundo cotidiano”.⁴⁷⁵ Assim como o campo da tradição literária inglesa e das grandes mansões existia para o usufruto das classes proprietárias, o País de Gales seria, simplesmente, o destino a ser apreciado e explorado pelos turistas.

Por fim, é possível rastrear ainda outra repercussão do engajamento de Williams com sua origem e identidade galesas nas últimas páginas de *O campo e a cidade*, dedicadas ao exame das dimensões mais propriamente políticas das questões enfrentadas ao longo do livro.

Como Williams assinala ao longo de toda a sua exposição, o objeto de sua crítica não é tanto uma forma de ver o campo, mas, sobretudo, uma certa perspectiva da relação entre campo e cidade. Segundo essa forma de ver, se a cidade se opõe à paz e serenidade do campo como o lugar do ruído, da poluição, das construções que subjagam o indivíduo e da massa disforme e

⁴⁷³ Raymond Williams, “Welsh Culture” [1975], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 101.

⁴⁷⁴ Raymond Williams, *Border Country* [1960], Cardigan, Parthian/Library of Wales, 2013, p. 8.

⁴⁷⁵ *Idem*, p. 433. Essa imagem do País de Gales também foi esmiuçada por Williams em uma fala radiofônica proferida na BBC em 1975, divulgada posteriormente em uma publicação do Plaid Cymru (Partido de Gales): “Me lembro de um jovem burocrata, recém chegado da Califórnia, descrevendo o interior rural do País de Gales como uma ‘área selvagem’, para o descanso ao ar livre das cidades inglesas. Ele nunca entendeu por que eu ficava tão taciturnamente irritado. No continente norte-americano ainda há áreas selvagens reais: regiões intocadas e, algumas delas, intocáveis. E aqui estava ele, com o conceito em sua mala de viagem, observando um mapa do País de Gales rural: campos e morros encharcados de trabalho, moradas de famílias de agricultores, e nem mesmo vendo-os, mas apenas um lugar para o seu território selvagem”. Williams, *op. cit.*, [1975] 1989, pp. 100-1.

incontrolável, ela também se constitui como símbolo da civilização, da tecnologia e do progresso, em oposição à pobreza e ao atraso do campo. Além disso, essa perspectiva também identifica um processo histórico de invasão do campo pela cidade, que culminaria (e, em alguns lugares, como a Grã-Bretanha, já teria se completado) com o desaparecimento do campo e das formas de vida a ele associadas. Segundo Williams, um de seus objetivos em *O campo e a cidade* – no que ele identificou outra marca de sua origem e experiência – foi combater essa visão do campo como o lugar do atraso, assim como esse diagnóstico do seu desaparecimento irreversível, compartilhado, segundo ele, não apenas pelos críticos conservadores em seu lamento pela morte da civilização rural que teria sido o berço da cultura, mas também por entusiasmados “progressistas da metrópole, muitos deles supostamente internacionalistas e socialistas”⁴⁷⁶ que reconheciam no desaparecimento do mundo rural uma etapa incontornável do processo histórico.

Williams está interessado em mostrar como esse diagnóstico é desmentido não apenas pela história da Grã-Bretanha – pela história de um capitalismo que surgiu no campo e cujo desenvolvimento não significou, portanto, nem o domínio das cidades sobre o campo ou o desaparecimento deste último –, mas também por toda história que ultrapassa os limites da Europa. Para Williams, o alargamento do raio de alcance da análise para além das fronteiras da Europa se impõe como uma tarefa no combate daquela perspectiva não apenas porque a agricultura conserva um grande peso nas economias desses países da periferia do capitalismo, mas também porque é neles que seria possível vislumbrar outro padrão de desenvolvimento econômico que não aquele do modelo capitalista reinando sobre a Europa ocidental.

As revoluções ocorreram não nos países “desenvolvidos”, e sim nos “subdesenvolvidos”. A Revolução Chinesa, derrotada nas cidades, foi para o campo e lá ganhou a força que a levou à vitória. A Revolução Cubana foi da cidade para o campo, onde sua força se formou. Numa era de lutas de libertação nacional e social, as populações exploradas rurais e coloniais tornaram-se as principais fontes de revolução constante. Na famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, o “campo” cercava as “cidades”. Assim os “idiotas rurais” e os “bárbaros e semibárbaros” vêm sendo, há quarenta anos, a principal força revolucionária do mundo.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ Williams, *op. cit.*, [1973] 2011, p. 488.

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 494.

A determinação de ampliar o raio de alcance da análise de modo a abarcar “as populações exploradas rurais e coloniais” apresentado no fim de *O campo e a cidade* também merece ser destacado porque já sinaliza algumas das preocupações que dominaram os textos de Williams sobre o País de Gales dos anos 1970 e 1980. Se é possível rastrear em seus romances e nos textos críticos acima examinados marcas mais ou menos explícitas e intencionalmente gravadas de sua trajetória pessoal, é só nesses últimos textos, de tom muito mais claramente político, que podemos identificar, pela primeira vez, um autor que passou “a lidar autoconscientemente com o sentido de sua experiência galesa”.⁴⁷⁸ Nesses textos, ademais, o envolvimento autoconsciente de Williams com sua *experiência* galesa consiste também em um envolvimento autoconsciente com a *questão* galesa – isto é, com as pautas e perspectivas colocadas em questão pelo movimento nacionalista galês.

Desse ponto de vista, um marco na obra e na trajetória política de Williams é o May Day Manifesto, no qual aparece a “primeira referência positiva aos movimentos nacionalistas no País de Gales e na Escócia”.⁴⁷⁹ Mais precisamente, esses movimentos e os partidos políticos que deles fazem parte são apresentados nesse texto no quadro da “formação de outros grupos radicais”⁴⁸⁰ decorrente da crise que atingiu o Partido Trabalhista no final dos anos 1960.⁴⁸¹

É evidente que especialmente os jovens que se juntam a esses partidos levam consigo o radicalismo que não encontra expressão adequada em outros lugares. Além disso, são razoáveis as suas expectativas de que a Escócia e o País de Gales têm sido privados política e economicamente pelo sistema existente, *de modo que nesses países um apelo nacional é inevitavelmente um apelo radical*. Nada é mais estúpido do que a resposta padrão de alguns dos membros do Partido Trabalhista baseados em Londres de que um nacionalismo desse tipo é, de algum modo, nefasto ou de que descrições como “fascismo incipiente” podem ser usadas para caracterizá-lo. Em políticas reais, o que os partidos nacionalistas estão exigindo é um desafio necessário e inevitável a uma política gerencial centralizada e a um capitalismo que, criando prosperidade em regiões favorecidas, gera pobreza em regiões desfavorecidas. Os nacionalistas escoceses e galeses são felizes em serem capazes de levar a esses protestos gerais esse sentido de uma identidade nacional que pode rapidamente *atravessar e dissolver afiliações políticas existentes*.⁴⁸²

⁴⁷⁸ Williams, *op. cit.*, 2003, p. xxiii.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. xxxiii. Como assinalado anteriormente, divulgado na forma de panfleto em 1967, o Manifesto foi publicado em uma versão um pouco mais estendida e desenvolvida em 1968. A análise que segue recorrerá às duas versões, discriminadas nas notas.

⁴⁸⁰ Raymond Williams (ed.), *May Day Manifesto 1968*, London, New York, Verso Books, 2018, p. 179. “Grupos radicais” que incluíam não só partidos, como também campanhas, como aquelas centradas em questões como “fome mundial, liberdade colonial, igualdade racial, desarmamento nuclear, pobreza infantil, falta de moradia”. *Idem*, p. 179.

⁴⁸¹ Para um exame mais detido dessa crise, cf. Capítulo 2.

⁴⁸² *Idem*, p. 179, grifos nossos.

A “referência positiva” a esses movimentos nacionalistas presente no Manifesto está ligada ao reconhecimento de uma dimensão radical ao “apelo nacional” por eles vocalizado e à constatação de que a “identidade nacional” na qual esses movimentos se apoiam poderia abarcar outras formas de “afiliações políticas”. Mas para que essa caracterização dos movimentos nacionalistas atuantes no interior da Grã-Bretanha seja devidamente estimada, é necessário recuperar brevemente o argumento mais geral exposto naquele documento.

Conforme exposto anteriormente, segundo o diagnóstico ali delineado, a sociedade britânica de fins dos anos 1960 se encontrava imersa em uma crise precipitada pela transição para “um novo tipo de capitalismo”⁴⁸³ – caracterizado por uma tendência à concentração de poder e recursos pela qual o Estado ganhou protagonismo enquanto instância responsável pelo “gerenciamento da economia por meios fiscais” e pela contenção do conflito social.⁴⁸⁴

Dada a acomodação do partido e governo trabalhistas a esse arranjo, a esquerda britânica somente poderia oferecer uma resposta à altura desses desafios se desenvolvesse um novo modelo de ação política, baseado na articulação das campanhas que estruturavam a política da esquerda britânica da época e das pautas que elas colocavam em cena. Um movimento desse tipo, agregando campanhas até então desvinculadas umas das outras, somente poderia ser construído, contudo, se se afirmasse como expressão de um socialismo humanista, isto é, pautado pelo “reconhecimento da realidade social do homem em todas as suas atividades, e da consequente luta pela direção dessa realidade por e para homens e mulheres comuns”.⁴⁸⁵

O papel que a reação socialista proposta no Manifesto deveria atribuir ao Estado se insere na natureza humanista do projeto político ali delineado. Dado o peso do Estado na manutenção do novo capitalismo, qualquer política socialista consequente deveria priorizar a conquista das suas instituições, mas não só isso. Tratava-se, para os signatários do Manifesto, de converter o Estado no “instrumento socialista democrático para a captura do poder por toda a comunidade, para a transferência do controle de uma minoria de grupos de pressão interligados para toda uma sociedade”.⁴⁸⁶ Se o reconhecimento do Estado como instrumento central da transição ao socialismo não é uma particularidade do Manifesto – perpassando toda

⁴⁸³ “May Day Manifesto 1967”, p. 2 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Raymond Williams Collection).

⁴⁸⁴ “May Day Manifesto 1967”, pp. 3-4 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection). O encobrimento dos conflitos de classe e o esforço por criar consensos inclusive diferenciariam esse “novo capitalismo” das formas que o antecederam: “O capitalismo de mercado criou as relações de conflito hostis de uma sociedade de classe: o capitalismo organizado, quando bem-sucedido, procura encerrar esses conflitos, não alterando as relações reais de propriedade e poder, mas suprimindo todas as considerações humanas de comunidade e igualdade, em favor do contentamento planejado de produtores e consumidores organizados”. “May Day Manifesto 1967”, pp. 4-5 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

⁴⁸⁵ “May Day Manifesto 1967”, p. 2 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

⁴⁸⁶ “May Day Manifesto 1967”, p. 16 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

a tradição do pensamento socialista –, há algo de novo quando se concebe (de uma forma tipicamente inglesa) a tomada do Estado como uma etapa da transferência do poder político não para o proletariado ou o partido, mas para “toda uma sociedade”. Trata-se aqui do mesmo princípio humanista que estava na base tanto do projeto de uma “cultura comum” exposto no final dos anos 1950,⁴⁸⁷ como no esforço, também presente no Manifesto, por redefinir as políticas de nacionalização da economia – reconhecidas como principal mecanismo da transição para o socialismo – como meio para “substituir as forças divisivas da competição pela cooperação comunal”.⁴⁸⁸

Contudo, a reação da esquerda britânica não poderia se dar apenas no plano doméstico. O fato é que a crise da sociedade britânica diagnosticada no Manifesto se insere em um cenário mais amplo, delineado por uma nova configuração do capitalismo que nasceu nos Estados Unidos e cuja difusão pelo mundo se deu a reboque da expansão do poderio militar e econômico norte-americano, tanto por meio das “novas instituições internacionais – notadamente, as Nações Unidas e os corpos econômicos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional”,⁴⁸⁹ como por meio da intervenção econômica e militar em outros países, seja no contexto da reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra, seja em meio ao embate com a União Soviética no cenário da Guerra Fria. Nesse novo arranjo das relações entre as nações, o protagonismo cabe às corporações norte-americanas, cujo poder global se mantém por meio de mecanismos eminentemente econômicos, como o padrão do comércio, as relações monetárias, os fluxos de capital e a rede bancária privada.

Esse sistema global – que chamamos de novo imperialismo – é uma estrutura complexa, e apenas algumas de suas características podem ser discutidas aqui. O primeiro e mais importante desenvolvimento é a emergência da companhia internacional. [...] Essa rápida internacionalização da corporação privada teve um grande impacto no padrão do comércio mundial. Além disso, são essas grandes corporações internacionais que fornecem o quadro econômico institucional às economias nacionais. [...] As grandes companhias internacionais são, agora, as instituições centrais da economia mundial. As suas operações tanto enfraquecem a posição dos países em desenvolvimento como continuamente colocam em risco as economias nacionais.⁴⁹⁰

⁴⁸⁷ Cf. Capítulo 3, item 3.4, acima.

⁴⁸⁸ “May Day Manifesto 1967”, p. 16 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection). No plano da organização do trabalho e da produção, por exemplo, isso significaria implantar uma “política socialista em democracia industrial” que mirasse “uma extensão passo a passo do controle dos trabalhadores até o ponto em que ele se articule às políticas a emergir do processo democrático mais amplo, ponto no qual o poder do capital pode ser isolado e eliminado”. “May Day Manifesto 1967”, p. 39 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

⁴⁸⁹ Williams et al, *op. cit.*, 2018, p. 51.

⁴⁹⁰ “May Day Manifesto 1967”, p. 21 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection). Ou, como consta na edição de 1968: “O ponto chave é que as corporações estrangeiras possuem o poder de decidir onde os lucros serão alocados. [...] Assim, os setores em expansão que são centrais para a acumulação necessária para

Assim, uma efetiva reação socialista deveria mirar também esse novo sistema internacional. Isso passava, antes de tudo, por recusar os termos colocados pela Guerra Fria, isto é, por rejeitar a oposição Leste *versus* Oeste em favor da descoberta de “uma voz comum que desconsidere as estruturas de poder rivais”⁴⁹¹ e que unifique os movimentos de oposição tanto ao novo imperialismo na Europa ocidental e nos Estados Unidos como ao autoritarismo soviético na Rússia e no Leste europeu, além das mobilizações anticoloniais na África e na Ásia e os “movimentos revolucionários populares no interior das nações pobres”.⁴⁹² No caso mais específico da Grã-Bretanha, significava se opor à adesão do país à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a aliança militar liderada pelos norte-americanos, e às intervenções em países estrangeiros por eles patrocinadas (como no Vietnã). A defesa da adesão da Grã-Bretanha à Comunidade Econômica Europeia (EEC, na sigla em inglês) enunciada no Manifesto integra parte desse esforço por romper com a dinâmica da Guerra Fria,⁴⁹³ ao lado da proposta de fortalecer o papel das Nações Unidas e de redefinir programas de auxílio internacional segundo “uma nova estratégia de desenvolvimento cooperativo”.⁴⁹⁴ Nesse quadro, a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico nacional na Grã-Bretanha integraria o esforço para combater o novo sistema capitalista internacional:

É certamente necessário fortalecer a Grã-Bretanha e essa não é uma mera reivindicação nacional egoísta. Quando somos chamados a dar prioridade a alguma solicitação internacional, devemos sempre perguntar: que internacionalismo? [...] Ao intervir em nossa própria economia, ao rejeitar as prioridades das companhias e dos banqueiros internacionais (incluindo, é claro, aqueles baseados na Grã-Bretanha), estaríamos agindo em favor de um interesse nacional que corresponde às necessidades das nações pobres.⁴⁹⁵

Para tanto, seria preciso reduzir o peso dos agentes econômicos privados nacionais e internacionais na definição dos rumos da economia, reforçando o poder do Estado como

promover o crescimento econômico estão sob o controle do capital estrangeiro. Trata-se, essencialmente, de uma forma opaca de dominação, suportada, em tempos de crises na balança de pagamentos, por meios mais transparentes de instituições internacionais”. Williams et al, *op. cit.*, 2018, p. 64.

⁴⁹¹ “May Day Manifesto 1967”, p. 30 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

⁴⁹² Williams et al, *op. cit.*, 2018, p. 98.

⁴⁹³ “Aderir ao que é chamado de ‘Mercado Comum’ seria, em si mesmo, nada mais do que um exercício na economia política do novo capitalismo: a Europa, incluindo a Europa ocidental, é mais do que um mercado, e as questões decisivas não estão nesse nível. O que está de fato em jogo é uma questão de política internacional. Em uma situação excepcionalmente complicada e fluida. É essencial que nós cooperemos, em cada estágio, no processo necessário de transformação política na Europa, com o único objetivo de encerrar as políticas ultrapassadas da Guerra Fria”. “May Day Manifesto 1967”, p. 31 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

⁴⁹⁴ Williams et al, *op. cit.*, 2018, p. 153.

⁴⁹⁵ *Idem*, pp. 146-7.

instituição representativa dos interesses da sociedade, de modo a avançar na “construção de controles públicos para substituir os controles privados”.⁴⁹⁶ Em outras palavras, resistir ao capitalismo passaria não apenas pela construção de um plano socialista, mas também de um “plano socialista nacional”.⁴⁹⁷ A luta nacional – seja britânica, galesa ou escocesa – surge como campo de batalha privilegiado porque melhor meio, naquelas condições, para se avançar na construção de um novo tipo de política, assentada em “uma radical interconexão de tradições e afiliações políticas” dentro de novos cadinhos.⁴⁹⁸ Portanto, assim como na Escócia e no País de Gales, também na Inglaterra o apelo nacional poderia se afirmar como luta radical.

A nova organização do capitalismo diagnosticada no May Day Manifesto conduziu, portanto, à crise do Estado nacional, pequeno demais para fazer frente aos grandes arranjos econômicos e militares internacionais e excessivamente grande para responder aos desafios colocados por um padrão de desenvolvimento que agravava as desigualdades sociais, materiais e políticas dentro de suas fronteiras. Confrontada com essa situação, argumenta Williams, caberia à esquerda descobrir novas “unidades alternativas genuínas capazes de desenvolver uma política que vá de encontro aos interesses das pessoas”.⁴⁹⁹

Para Williams, essa nova forma de política deveria ser buscada em “uma mobilização popular territorialmente baseada”,⁵⁰⁰ em formas de associação menos centralizadas e mais concretas, como, por exemplo, em “unidades nacionais como o País de Gales e a Escócia” ou em “grandes cidades como Londres e Liverpool”.⁵⁰¹ Mas para pensar a política nesses novos termos seria preciso também pensar os vínculos sociais para além das relações de classe determinadas pela estrutura econômica, de modo a considerar também os vínculos que se estabelecem dentro de um mesmo lugar e que (mais importante) são determinados pelo pertencimento a um mesmo lugar. Afinal, como Williams assinala, o próprio socialismo se definiu, desde o seu surgimento, como “um movimento de diferentes povos, em situações históricas bastante diferentes”.⁵⁰² Qualquer esforço pela renovação do socialismo deveria passar, portanto, pela recuperação das determinações do lugar.

⁴⁹⁶ *Idem*, p. 148.

⁴⁹⁷ *Idem*, p. 151.

⁴⁹⁸ “May Day Manifesto 1967”, p. 43 (WWE/2/1/6/1/13 [“May Day Manifesto”], Williams Collection).

⁴⁹⁹ Williams, *op. cit.*, [1984] 1989, p. 239.

⁵⁰⁰ *Idem*, p. 240.

⁵⁰¹ *Idem*, p. 239.

⁵⁰² Williams, *op. cit.*, [1985] 1989, p. 34. Não por acaso, são essas mesmas relações vivenciadas no lugar lugar que o capitalismo procura anular: “A fonte de um *ethos* diferente reside principalmente nesses outros vínculos sociais, esses compromissos e propósitos em última instância mais profundos, que o capitalismo trata de confinar em um nível de menor importância, ou ali onde é necessário cancelá-los. Assim, os recursos de um socialismo mais amplo têm de se desenvolver a partir do que ocorre ou do que possa ocorrer nessas outras práticas ou relações. O que importa é o que ocorre na preocupação primária das pessoas, nas famílias, nos bairros e nas comunidades. O que

Uma nova teoria do socialismo deve, agora, envolver o *lugar* de forma central. Lembre que o argumento era que o proletariado não tinha um país, esse sendo o fator que diferenciava-o das classes proprietárias. Mas o lugar se revelou um elemento crucial no processo de união – talvez ainda mais para a classe trabalhadora do que para as classes proprietárias –, pela explosão da economia internacional e os efeitos destrutivos da desindustrialização sobre as antigas comunidades.⁵⁰³

Em 1969, portanto, apenas dois anos após a publicação da primeira versão do May Day Manifesto – e ressoando as expectativas em torno dos movimentos nacionais galês e escocês ali declaradas –, Williams se filiou ao Plaid Cymru (Partido de Gales). Embora os seus vínculos formais com a legenda não tenham durado mais do que um par de anos, o ato da filiação de Williams ao partido político que encampava a bandeira do nacionalismo galês interessa, entre outras razões, na medida em que ilumina alguns dos aspectos mais importantes das disputas e dos debates em torno da questão nacional galesa, nos quais Williams passou a intervir mais ativa e consistentemente a partir dos anos 1970.

Fundado em agosto de 1925, o Plaid nasceu apoiado em uma concepção bastante específica de nação e com uma estratégia política claramente definida, as quais explicam, em importante medida, a posição marginal que o partido ocupou na cena da política institucional britânica até a Segunda Guerra Mundial:

Estava acordado que o principal objetivo do partido era a realização de um País de Gales de língua galesa e que o galês deveria ser o único meio da atividade partidária. [...] Assim, não foi uma surpresa que o novo partido tenha fracassado em atrair para suas fileiras qualquer político com experiência. De fato, em seus anos iniciais, ele contava apenas com um punhado de apoiadores. [...] Ainda assim, seus membros acreditavam que o estabelecimento do partido era uma conquista em si mesma; apenas por existir, o partido era uma declaração da singularidade do País de Gales.⁵⁰⁴

importa é o que ocorre nos serviços organizados de saúde e educação, na proteção e no melhoramento de nosso ambiente físico, na qualidade de nossa informação pública e de nosso lazer”. Williams, *op. cit.*, 1984, pp. 198-9.

⁵⁰³ Williams, *op. cit.*, [1984] 1989, p. 242, grifos nossos. Daí a complementariedade entre as lutas de classe e de lugar: “Por um lado, o reconhecimento da exploração reproduz continuamente a consciência e a organização de classe como uma base universal. Por outro lado, não conheço nenhuma luta prolongada desse tipo na qual essas outras questões não foram vitais e, em alguns casos, decisivas. [...] reconheço as formas universais que brotam dessa exploração fundamental – o sistema, para além de toda a sua variedade local, é reconhecível por toda parte. Mas a prática de lutar contra ele sempre foi penetrada, ou, algumas vezes, desviada, por esses outros tipos de vínculos mais particulares”. Raymond Williams, “The Practice of Possibility” [1987], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 318.

⁵⁰⁴ John Davies, *A History of Wales*, London, Penguin Books, 2007, p. 532. De fato, ainda que ocupasse uma posição marginal na arena política institucional, o Plaid se firmou como “um movimento social e educacional” relevante. *Idem*, p. 573.

Embora representasse a corrente partidária dominante, essa concepção de nação e da luta nacionalista não dominava a agremiação por inteiro. Contra a ideia de uma nação que se afirmaria pela língua, os setores mais à esquerda do partido concebiam o País de Gales que cabia a eles defender não em termos do idioma, mas de sua “integridade territorial”:⁵⁰⁵ a nação galesa corresponderia, assim, às fronteiras da entidade política que a abrigava. Liberada das limitações impostas por uma língua cada vez mais restrita às comunidades rurais do norte e do leste, a luta nacionalista poderia, com base nessa concepção alternativa de nação, mirar aquele que, para as fileiras socialistas do partido, deveria ser o alvo prioritário de sua estratégia e ação políticas: as comunidades galesas mais anglicizadas, concentradas nas zonas industriais mais urbanizadas e populosas do sul. Em um contexto como o de meados do século XX – em que o galês tendia a se tornar cada vez mais minoritário –, essa segunda corrente acabou por conquistar a hegemonia dentro do partido.⁵⁰⁶

De fato, o apelo crescente exercido por essas perspectivas e estratégias alternativas explica em importante medida o avanço do partido nos anos 1950, quando saltou dos quatro candidatos apresentados nas eleições gerais de 1951 para os vinte do pleito de 1959 (ao final do qual acumulou mais de 77 mil votos).⁵⁰⁷ Contudo, foi nos anos 1960 que se deu o maior avanço do Plaid, como resultado de tendências históricas mais gerais relacionadas justamente ao novo padrão de desenvolvimento econômico exposto no May Day Manifesto e às alternativas de resistência política que a ele se opunham. Mais especificamente, foi a partir dos anos 1960 que começou a ganhar corpo

uma consciência de que os galeses, embora mais prósperos do que em qualquer outro momento, eram consideravelmente mais pobres do que os habitantes das áreas mais ricas da Inglaterra. À medida que os povos de alguns dos menores Estados da Europa passaram a gozar de um padrão de vida mais elevado daquele dos britânicos, o apelo em pertencer ao Estado britânico centralizado se erodiu. Segundo muitos comentadores acadêmicos, essa consciência do “desenvolvimento desigual” é a chave do recente crescimento do nacionalismo entre povos como o galês. A mística de pertencer ao maior império do mundo se desfez à medida que o processo de descolonização se acelerou e que Estados menores em população e recursos que Gales

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 574. Vale lembrar que a divisão do movimento nacionalista galês em torno da questão da língua ainda persistia no final dos anos 1960, agora polarizada pela Wesh Language Society (Cymdeithas yr Iaith Gymraeg), “fundada em 1962 largamente como uma resposta à tentativa do Plaid Cymru de ampliar a sua base eleitoral ao se afastar de suas raízes linguísticas, culturalistas e, em um sentido cada vez maior, da crise terminal enfrentada pelas comunidades de língua galesa”. Daniel G. Williams, “Notes on the Texts”, em Williams (ed.) *op. cit.*, 2003, p. 221.

⁵⁰⁶ Como aponta Davies, em 1921, 80% da população das principais regiões do País de Gales tinha o galês como sua primeira língua. Já em 2001, a população de língua galesa alcançava essa marca em apenas nove das 867 comunidades do País de Gales. Davies, *op. cit.*, p. 699.

⁵⁰⁷ *Idem*, p. 639.

surgiram. Pelo final dos anos 1950, os conservadores tinham vencido três eleições gerais em sequência; surgiam dúvidas de que o Partido Trabalhista poderia retornar algum dia ao poder na Grã-Bretanha e, assim, muitos viam uma vantagem em um parlamento galês, uma instituição que certamente teria uma maioria de esquerda. [...] Acima de tudo, a queda no número de falantes de galês e o declínio nos valores tidos como centrais da identidade galesa [*Welshness*] promoveram o sentimento de que apenas um nacionalismo intransigente poderia salvar a nação da extinção.⁵⁰⁸

Outros fatores que também contribuíram para o revigoramento do Plaid e do movimento nacionalista galês como um todo foram o fortalecimento e a radicalização das pautas nacionalistas na Escócia e na Irlanda do Norte no final dos anos 1960 (o que ajudou a direcionar as atenções de Londres às mobilizações nacionalistas locais); a adesão do Reino Unido ao Mercado Comum Europeu em 1972 e as discussões que a antecederam (o que enfraqueceu ainda mais o apelo exercido pela filiação ao Estado britânico); e, por fim, o estabelecimento, em 1964, do Welsh Office, um secretariado com orçamento e corpo de funcionários próprios encarregado de gerir a administração local.⁵⁰⁹ Apesar de sua subordinação a Londres, a instituição do Welsh Office foi importante na medida em que “fortaleceu o conceito da unidade territorial de Gales e criou a necessidade de outras organizações que refletissem essa unidade”,⁵¹⁰ dentre as quais se destacam os serviços galeses de radiodifusão pública (como da BBC). Considerando esse quadro mais geral, não parece tão surpreendente que as mobilizações políticas na Escócia e no País de Gales tenham merecido uma menção no May Day Manifesto – ou, ainda, que Williams tenha passado a dedicar tanta atenção, a partir de então, às questões levantadas por essas mobilizações.

Alinhando-se à vertente do movimento nacionalista galês integrada pelo Plaid e em consonância com as principais coordenadas de sua teoria da cultura, Williams assumiria um posicionamento claramente oposto às tradições intelectuais e políticas que concebiam uma identidade galesa fundada em um idioma que deveria a todo custo ser preservado. Para ele, mais do que o conjunto de certas manifestações artísticas e intelectuais expressas em determinado idioma, a cultura galesa que estava em questão consistia também (e sobretudo) em todo o modo de vida das pessoas que vivem no País de Gales, cuja história é determinada por condições econômicas e políticas e pelas relações que aquela região mantém com o resto do mundo: “como e onde a maioria das pessoas no País de Gales está vivendo e em relação às quais muitos dos significados e valores podem ser encontrados na prática”.⁵¹¹

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 639-40.

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 641.

⁵¹⁰ *Idem*, *ibidem*.

⁵¹¹ Williams, *op. cit.*, [1975] 1989, p. 99.

Williams se opunha à ideia de uma cultura galesa definida em termos de uma certa identidade cultural que teria na língua galesa o seu substrato mais fundamental. Além de apagar as determinações políticas e econômicas que atravessam as histórias das pessoas e do lugar nos quais a cultura ganha corpo, essa abordagem deveria ser rejeitada porque também supõe um encadeamento pelo qual a cultura surge como desdobramento necessário da linguagem – suposição especialmente problemática no caso do País de Gales, cuja história vinha sendo determinada, há séculos, por uma submissão política à Inglaterra que tinha na eliminação da língua local uma de suas dimensões mais importantes. De fato, Williams dirá que essa concepção da cultura como derivação da linguagem constitui “uma das influências inglesas sobre o pensamento galês mais fortes e menos notadas”.⁵¹²

Assumindo-se que a cultura de um lugar é sempre determinada pelas relações políticas e econômicas nas quais esse lugar se insere, a cultura e a identidade galesas somente podem ser compreendidas, segue Williams, em sua relação com aquela que é a determinação mais fundamental da história e da cultura do País de Gales: o domínio político, cultural e econômico exercido pela Inglaterra e as formas de resistência suscitadas por essa relação de dominação: “Na medida em que somos um povo, fomos derrotados, colonizados, invadidos, incorporados”.⁵¹³

Mas há também as diversas formas de resistência suscitadas por essa dominação, das quais as mais importantes são, segundo Williams, os “impulsos culturais democráticos”⁵¹⁴ nos quais a cultura galesa se apoia, isto é: “a ênfase [...] de que todos deveriam falar e ter o direito de falar: uma ideia de uma democracia igualitária e participativa que estava lá, em experiência, antes de se tornar teoria”.⁵¹⁵ Não há como não deixar de associar esses impulsos culturais

⁵¹² Raymond Williams, “Wales and England” [1983], em Williams (ed.), *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*, Cardiff, University of Wales Press, 2003, p. 19. Influência que impactou a trajetória do próprio Williams: “Não falávamos galês. A nossa área havia sido anglicizada na década de 1840 – o momento clássico usualmente descrito como aquele em que ‘as mães deixaram de ensinar galês aos seus filhos’. Na realidade, havia uma pressão intensa e consciente nas escolas para eliminar a língua, as crianças que falassem galês eram punidas”. Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, p. 9.

⁵¹³ Williams, *op. cit.*, [1975] 1989, p. 103.

⁵¹⁴ Williams, *op. cit.*, [1983] 2003, p. 21.

⁵¹⁵ Raymond Williams, “Who Speaks for Wales?” [1971], em Williams (ed.), *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*, Cardiff, University of Wales Press, 2003, p. 3. Dentre as diversas formas assumidas por essa resistência, uma que se destaca na experiência histórica galesa é o apego a um passado ideal. Williams oferece uma explicação bastante interessante para a força desse recurso, vinculando-o à interação (inclusive espacial) entre o País de Gales profundamente alterado pela industrialização e aquele que se manteve minimamente preservado (convivência de experiências e espaços que Williams também identificou e vivenciou prematuramente na região de fronteira onde cresceu): “A vida pastoral, que foi a história do País de Gales, é ainda um outro presente galês, e em sua presença invisível [...] é uma forma que manifesta não apenas uma consciência da história, mas uma consciência das alternativas e, então, em uma forma moderna, a consciência das aspirações e das possibilidades”. Raymond Williams, “O romance industrial galês” [1979], em Williams, *Cultura e materialismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2011, pp. 304-5.

tipicamente galeses à “ênfase na vizinhança, obrigações mútuas e progresso comum, como expresso nas grandes instituições políticas e industriais da classe trabalhadora”.⁵¹⁶

Ao afirmar que essa ideia de democracia está presente na experiência “antes de se tornar teoria” Williams parece sugerir a existência de conexões entre a democracia por ele vislumbrada em seu projeto de uma cultura comum e a democracia por ele experimentada em sua vivência da cultura galesa (ou, ao menos, tal como essa vivência foi por ele reconstruída retrospectivamente). E, de fato, a ideia de democracia igualitária e participativa que está na base da cultura galesa constitui o cerne do projeto político de Williams, delineado inicialmente em *Cultura e sociedade* e em *The Long Revolution*, e desenvolvido em seus textos sobre comunicação e no May Day Manifesto.

Nesse ponto, importa lembrar que, para Williams, a cultura comum não é o extrapolamento da cultura de um grupo ou classe, mas “a criação de uma condição na qual o povo como um todo participe da articulação de significados e valores e das consequentes decisões entre este e aquele significado, entre este e aquele valor”.⁵¹⁷ Isso posto, para que os impulsos democráticos da cultura galesa pudessem se constituir como base de uma cultura comum ampla, participativa e democrática seria necessário que esses mesmos impulsos ultrapassassem os limites da cultura galesa. E, para tanto, eles teriam de ser incorporados por instituições coletivas e por um movimento político orientados no sentido do “estabelecimento de relações mais elevadas desse tipo e que seriam as relações totais de uma sociedade”.⁵¹⁸ Portanto, para Williams, a mobilização que ganha corpo com o movimento nacionalista galês ultrapassa os limites das questões que ela própria coloca em cena mais diretamente.

Quando questionado em uma entrevista concedida a Terry Eagleton em 1987 sobre como seria possível pensar, no quadro de uma teoria e política socialistas, a relação entre “um compromisso com a luta de classes, de um lado, e uma celebração da diferença e da pluralidade, de outro”,⁵¹⁹ Williams argumenta que, se do ponto de vista do diagnóstico histórico a luta de

⁵¹⁶ Williams, *op. cit.*, [1958] 2015, p. 11.

⁵¹⁷ Williams, *op. cit.*, [1958] 2015, p. 54. Ênfase semelhante foi feita por Williams em *Cultura e sociedade*: “a diversidade tem de ser comprovada em uma comunidade efetiva que dispõe do poder da maioria. [...] Uma cultura em comum, em nossos dias, não será a simples sociedade tudo em todos do sonho antigo. Será uma organização muito complexa exigindo ajuste e redesenho contínuos. [...] A ênfase que desejo colocar aqui é que essa primeira dificuldade – a compatibilidade de especialização crescente com uma cultura genuinamente comum – só é solucionável em um contexto de comunidade material e por um processo democrático pleno”. Williams, *op. cit.*, [1958] 2011, p. 356.

⁵¹⁸ Raymond Williams, “The Importance of Community” [1977], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 115.

⁵¹⁹ Williams, *op. cit.*, [1987] 1989, p. 318.

classes ainda detinha primazia, do ponto de vista da luta política, todas essas lutas importam, interagem e se complementam.

O movimento nacionalista galês emerge, para Williams, como mais um dos atores dessas lutas e, mais especificamente, como móvel do impulso “de descobrir uma comunidade moderna efetiva e de assumir o controle de nossas próprias energias e recursos”.⁵²⁰ De fato, já no início dos anos 1970, Williams alinhava o movimento nacionalista galês que ganhava forma naquele momento – ou “ao menos uma importante parte dele”⁵²¹ – não só aos movimentos nacionalistas e anti-colonialistas presentes nos países periféricos, mas também a todos os movimentos encabeçados por grupos marginalizados nas sociedades dos países desenvolvidos, fossem eles outros movimentos de matiz nacionalista (como o escocês, o irlandês ou o catalão), ou movimentos apoiados em outras pautas, como o movimento negro nos Estados Unidos e os movimentos estudantil e feminista. Apesar de todas as diferenças, todas essas mobilizações se aproximariam na medida em que colocam em questão o centro a partir das margens:

parece verdade que, nas sociedades capitalistas tardias, algumas das campanhas mais poderosas começam a partir de experiências e situações específicas e não absorvidas (e, portanto, necessariamente marginais). O movimento negro nos EUA, o movimento pelos direitos civis no Ulster, a linguagem no País de Gales, são experiências comparáveis, nesse ponto, ao movimento estudantil e à liberação feminina. Em suas fases iniciais, essas campanhas tendem a enfatizar como absolutas aquelas experiências locais que são obviamente autênticas e, ainda mais importante, índices da crise da sociedade mais ampla.⁵²²

Desse ponto de vista, o movimento nacionalista galês surge como sintoma de uma sociedade britânica imersa em uma crise de representação, na qual as pessoas não podem “governar a si mesmas – isto é, determinar o uso de suas próprias energias”.⁵²³ Crise de uma sociedade cujos modelos de representação se aproximavam do esgotamento – decorrente, em grande medida, das distorções produzidas pelo sistema eleitoral. Assim, frente a um sistema no qual o partido que forma o governo não precisa contar (e frequentemente não conta) com a maioria absoluta dos votos e em que o ato que institui o gabinete ainda é o convite feito pelo monarca ao líder da maioria, caberia às esquerdas a tarefa de “explorar novas formas de

⁵²⁰ Raymond Williams, “Are We Becoming More Divided?” [circa 1975, 1978], em Williams (ed.) *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*, Cardiff, University of Wales Press, 2003, p. 189.

⁵²¹ Williams, *op. cit.*, [1971] 2003, p. 4.

⁵²² *Idem, ibidem*. O que se manteria no caso da Grã-Bretanha de meados dos anos 1980, caracterizada por “um desnível entre movimentos extremamente ativos e bem-sucedidos de um tipo relativamente novo na sociedade britânica e um correspondente – se isso, mas em todo caso coincidente – declínio, fraqueza e, em certos momentos, aparente irrelevância, do movimento político mais ortodoxo”. Williams, *op. cit.*, [1983] 1989, p. 168.

⁵²³ Williams, *op. cit.*, [circa 1975, 1978] 2003, p. 188.

sociedades *variáveis*, nas quais se definem diferentes tamanhos de sociedade, dentro de toda gama de finalidades sociais, para diferentes tipos de questões e decisões”.⁵²⁴

Ao associar os movimentos nacionalistas à crise política mais ampla, Williams está, por tabela, comprando uma briga dentro do campo da esquerda, ao sugerir que nem todo nacionalismo é reacionário. Evidência que, para ele, coloca um importante desafio para as esquerdas:

o problema político para os radicais dos velhos Estados nacionais, que rapidamente se identificam com as lutas de libertação nacional dos povos ex-coloniais, se refere a suas atitudes fundamentais em relação a sua própria nação. Porque, vez após vez, perdidos nas mistificações da realidade social que promovem as definições dominantes de nação e patriotismo, se viram em oposição não apenas contra os governantes e guardiões existentes, como contra as autênticas maiorias populares em nome de cujos interesses e necessidades fundamentais pretendem falar.⁵²⁵

Segundo Williams, a mais forte oposição a essa assimilação da nação pelo Estado nacional encontra-se entre os radicais e “os povos minoritários não completamente assimilados ou ainda ativamente hostis, incorporados ao Estado-nação”,⁵²⁶ como o galês. Mas, para que realizem essa vocação radical e transformadora, esses povos devem conceber a nação não como núcleo de uma identidade artificial, mas como a área responsável por “todas as necessidades humanas, essencialmente não lucrativas, de nutrição e atenção, apoio e comodidade, amor e fidelidade, pertencimento e participação”.⁵²⁷ O que não supõe depositar todas as expectativas em uma suposta universalidade, mas em avançar “mediante duas iniciativas positivas e interrelacionadas: primeiro, a luta cultural pelas identidades sociais reais; segundo, a definição política de sociedades autogovernadas capazes de funcionar”.⁵²⁸ Isso passa, em primeiro lugar, por definir a identidade de uma determinada sociedade, não em termos oficiais artificiais, mas de cultura e vida:

Uma posição socialista acerca da identidade social certamente tem que rechaçar absolutamente as ideologias divisionistas da “raça” e da “nação”, tal como as utiliza funcionalmente a classe governante. Mas as rechaçará em favor das identidades vividas e formadas, seja de um tipo estabelecido, se esse existe, ou do tipo que seja possível, alí onde os deslocamentos requerem uma nova conformação. [...] Essas são as verdadeiras bases para uma visão esperançada. As verdadeiras identidades sociais se criam trabalhando e vivendo juntos, com um lugar real e um interesse comum com

⁵²⁴ Williams, *op. cit.*, [1983] 1984, p. 229.

⁵²⁵ *Idem*, p. 212-3.

⁵²⁶ *Idem*, p. 211.

⁵²⁷ *Idem*, p. 220.

⁵²⁸ *Idem*, p. 223.

o qual se identificar, e com a maior liberdade possível frente às definições ideológicas externas, sejam divisionistas ou universalistas.⁵²⁹

É por isso que repensar a política socialista no final do século XX e no contexto específico da Grã-Bretanha passa não apenas por fomentar as mobilizações locais, mas também por reavaliar as filiações mais gerais. Em outras palavras, colocar em questão o Estado britânico unitário passa não apenas por dar mais atenção às lutas locais, mas também por

adotar ao menos uma perspectiva europeia ocidental, onde há muitos povos e regiões em situações similares, penetrados e distorcidos pelo capitalismo internacional e pela aliança militar. Qualquer estratégia útil envolveria o desenvolvimento de autonomia nessas regiões na Grã-Bretanha, mas ao invés de orientar isso para o Estado britânico, atentando para as conexões que podem ser feitas com a Europa ocidental, ao menos em um primeiro momento”.⁵³⁰

Essa reorientação deriva não apenas de uma questão de princípio,⁵³¹ mas também de estratégia política, impondo-se em decorrência de questões políticas prementes da época, notadamente o avanço da ameaça nuclear e das reações a ela, particularmente no início dos anos 1980, quando “as campanhas específicas contra as armas nucleares emergiram com renovada autoridade, independência e força”.⁵³² Segundo Williams, a Europa poderia se impor como uma barreira à proliferação de armas nucleares e ponto de partida de uma política de desarmamento multilateral, por ele qualificada de “unilateralismo europeu”.⁵³³ Afinal, apostar no desarmamento britânico unilateral como meio para alcançar um cenário mundial livre da ameaça da extinção nuclear (como ainda pretendia a CND) já não era uma opção realista, dado o enfraquecimento da Grã-Bretanha como potência econômica e militar desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Williams, trilhar essa caminho multilateral passava, necessariamente, pela ruptura dos laços da Grã-Bretanha com a aliança política e militar encabeçada pelos Estados Unidos, “que é, por sua vez, um sistema militar de vida ou morte e uma poderosa organização

⁵²⁹ *Idem*, p. 227.

⁵³⁰ Williams, *op. cit.*, [1987] 1989, p. 316.

⁵³¹ Como Williams expôs na reconstrução que fez de sua trajetória em *A política e as letras*, a redescoberta de sua identidade galesa significou a descoberta de uma identidade europeia, movimentos que foram viabilizados, segundo ele, pelo caminho construído pela teoria e política socialistas: “Isso se conecta, para mim, à noção em minha obra de que sou agora necessariamente europeu. De que as pessoas da esquerda e à esquerda dos partidos comunistas da França e da Itália, que os companheiros alemães e escandinavos, que os dissidentes comunistas do leste, como Bahro, estão comigo. A minha forma de apreender essa conexão são as pessoas de onde eu vim, o lugar ao qual pertenço e a consciência de minha identidade galesa”. Williams, *op. cit.*, [1979] 2013, pp. 297-8.

⁵³² Raymond Williams, “The Politics of Nuclear Disarmament” [1980], em Williams, *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*, London, Verso, 1989, p. 189.

⁵³³ *Idem*, p. 202.

dos Estados e economias capitalistas mais desenvolvidos”.⁵³⁴ Isso posto, Williams defende que a esquerda britânica assuma uma posição não tanto britânica, mas, sobretudo, europeia.

[...] em todas essas lutas, e especialmente na batalha contra a hegemonia polarizada das alianças nucleares, só a ação combinada, na escala europeia (obviamente, mediante campanhas nacionais e, em certa medida, desiguais e com inflexões diferentes) tem alguma oportunidade realista de triunfar. Portanto, na Europa, devemos apresentar argumentos e objetivos *europeus* e não britânico-unilaterais.⁵³⁵

O mesmo referencial europeu deveria ser assumido nas disputas políticas dentro da Grã-Bretanha. Assim, no quadro da segunda derrota consecutiva dos trabalhistas para os conservadores em 1983, Williams defende a concentração dos esforços do Partido Trabalhista no sentido de “uma reconstrução radical de todas as principais direções de política à luz da análise socialista contemporânea mais aberta e informada”.⁵³⁶ Só assim que o partido conseguiria se impor como a principal força no campo anti-conservador, estruturando uma coalizão de forças políticas de esquerda. E entre os esforços que deveriam compor essa reconstrução, Williams elenca a tarefa de ir além da política econômica keynesiana na qual o projeto do Estado de Bem-Estar social britânico se apoiou, assumindo como alternativa “políticas coordenadas ou integradas com outros governos de esquerda”⁵³⁷ – o que poderia ser feito no âmbito da Comunidade Europeia. Não como forma de adequar um futuro governo trabalhista ao modelo econômico dominante no continente, mas, pelo contrário, como forma de transformá-lo, ou seja, como ponto de partida de “uma política para forçar o passo para uma reconstrução socialista coordenada de um grupo de economias europeias e, desse modo, reformar a própria EEC”.⁵³⁸

⁵³⁴ Williams, *op. cit.*, 1984, p. 269.

⁵³⁵ *Idem*, p. 272.

⁵³⁶ Williams, *op. cit.*, [1984] 1989, p. 182.

⁵³⁷ *Idem*, p. 182.

⁵³⁸ *Idem*, p. 182.

REFERÊNCIAS

Arquivo consultado

Raymond Williams Collection – Richard Burton Archives – Swansea, Swansea University, Wales.

Artigos e livros de Raymond Williams

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell* [1958]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. “A cultura é algo comum” [1958]. In: WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialism*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 3-28.

_____. *Border Country* [1960]. Cardigan: Parthian/Library of Wales, 2013.

_____. *The Long Revolution* [1961]. Peterborough, Ont.: Broadview Press, 2001.

_____. “Comunicações e comunidade” [1961]. In: WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 29-47.

_____. *Britain in the Sixties: Communications*. Harmondsworth: Penguin Books, 1962.

_____. “The British Left”, *New Left Review* I/30, pp. 18-26, March-April 1965.

_____. *Tragédia moderna* [1966]. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. May Day Manifesto 1967, *Tribune*, 28 April 1967.

_____. Why CND must be there, *Sanity*, March 1969.

_____. “Who Speaks for Wales?” [1971]. In: WILLIAMS, Raymond (ed.). *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*. Cardiff: University of Wales Press, 2003, p. 3-4.

_____. “Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldmann” [1971]. In: WILLIAMS Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 15-42.

_____. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista” [1973]. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 43-68.

- _____. *O campo e a cidade: na história e na literatura* [1973]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. “Welsh Culture” [1975]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 99-104.
- _____. “Are We Becoming More Divided?” [circa 1975, 1978]. In: WILLIAMS, Raymond (ed.). *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*. Cardiff: University of Wales Press, 2003, p. 186-190.
- _____. “Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945” [1976]. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp 317-342.
- _____. *Marxism and Literature* [1977]. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. “The Importance of Community” [1977]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 111-119.
- _____. “Problemas do materialismo” [1978]. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 139-166.
- _____. “O romance industrial galês” [1979]. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 291-313.
- _____. *A política e as letras: entrevistas da New Left Review* [1979]. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- _____. “The Politics of Nuclear Disarmament” [1980]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 189-209.
- _____. “Além do socialismo realmente existente” [1980]. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 343-372.
- _____. “Ideas and the Labour Movement” [1981]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 141-150.
- _____. “An Alternative Politics” [1981]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, pp. 151-160.
- _____. “Socialism and Ecology” [1982]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 210-226.
- _____. “Democracy and Parliament” [1982]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 256-280.

- _____. "Problems of the Coming Period" [1983]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 161-174.
- _____. "Wales and England" [1983]. In: WILLIAMS, Raymond (ed.). *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*. Cardiff: University of Wales Press, 2003, pp. 16-26.
- _____. "Socialists and Coalitionists" [1984]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 175-185.
- _____. "Between Country and City" [1984]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, p. 227-237.
- _____. "Decentralism and the Politics of Place" [1984]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, p. 238-244.
- _____. *Hacia el año 2000* [1983]. Barcelona: Crítica, 1984.
- _____. "Mining the Meaning: Keywords in the Miner's Strike" [1985]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 120-127.
- _____. "Walking Backwards into the Future" [1985]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 281-287.
- _____. "Towards Many Socialisms" [1985]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 295-313.
- _____. "Hesitations before Socialism" [1986]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 288-294.
- _____. "The Practice of Possibility" [1987]. In: WILLIAMS, Raymond. *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989, pp. 314-322.

WILLIAMS, Raymond (ed.). *May Day Manifesto 1968*. London, New York: Verso Books, 2018.

Artigos e livros

ANDERSON, Benedict. *A Life Beyond Borders: a memoir*. London: Verso, 2016.

ANDERSON, Perry. "Origins of the Present Crisis", *New Left Review* I/23, pp. 26-53, January-February 1964.

_____. "The Left in the Fifties", *New Left Review* I/29, pp. 3-18, January-February 1965.

_____. "Socialism and Pseudo-Empiricism", *New Left Review* I/35, pp. 2-42, January-February 1966.

_____. "Components of the National Culture", *New Left Review* I/50, pp. 3-57, July-August 1968.

BECKETT, Francis. *Enemy Within: The Rise and Fall of the British Communist Party*. Rendlesham, Woodbirdge, Suffolk: Merlin Press, 1998.

BÉDARIDA, François. "Le socialisme en Grande-Bretagne de 1875 à 1914". In: DROZ, Jacques (org.). *Histoire générale du socialisme. De 1875 à 1918*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 347-399.

_____. "Le Socialisme en Grand-Bretagne". In: DROZ, Jacques (org.). *Histoire Générale du Socialisme. De 1918 à 1945*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974, pp. 119-164.

BEW, John. *Citizen Clem: A Biography of Attlee*. London: Riverrun, 2017.

"Beyond the bomb", *The New Reasoner*, n. 4, Spring 1958.

BLACKBURN, Robin. "Raymond Williams and the Politics of a New Left", *New Left Review* I/168, pp. 12-22, March-April 1988.

_____. "Ralph Miliband 1924-1994", *New Left Review* I/206, July-August 1994, pp. 15-22.

BOGDANOR, Vernon. "The Labour Party in Opposition, 1951-1964". In: BOGDANOR, Vernon and SKIDELSKY, Robert. *The Age of Affluence 1951-1964*. London and Basingstoke: Macmillan, 1970, pp. 78-116.

"Can we have a neutral Britain?", *The New Reasoner*, n. 4, Spring 1958.

CHILDS, David. *Britain Since 1945. A Political History*. London and New York: Routledge, 2001.

CHUN, Lin. *The British New Left*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1993.

CLARKE, Peter. *Hope and Glory: Britain 1900-2000*. London: Penguin Books, 2004.

COLLINI, Stefan. *Absent Minds. Intellectuals in Britain*. Oxford : Oxford University Press, 2007.

DAVIS, Madeleine. "'Labourism' and the New Left". In: CALLAGHAN, John et al. *Interpreting the Labour Party*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2003, pp. 39-56.

DAVIES, John. *A History of Wales*. London: Penguin Books, 2007.

"Dilemmas set by Labour Right Wing", *Morning Star*, s.d.

“Division of the Left avoid tearing themselves apart”, *The Guardian*, 28/04/1969.

DWORKIN, Dennis. *Cultural Marxism in Postwar Britain. History, the New Left, and the Origins of Cultural Studies*. Durham and London: Duke University Press, 1997.

“Editorial”, *The New Reasoner*, n. 1, Summer 1957.

ELLIOTT, Gregory. *Perry Anderson: the merciless laboratory of history*. Minneapolis, London : University of Minnesota Press, 1998.

GALISSOT, René. “Le communisme soviétique et européen”. In: DROZ, Jacques (org.). *Histoire générale du socialisme. De 1945 à nos jours*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972, pp. 351-549.

HALL, Stuart. “Crosland Territory”, *New Left Review*, I/2, pp. 2-4, March-April 1960.

_____. “Only Connect: the life of Raymond Williams”, *New Statesman*, 5 February 1988, pp. 20-21. Disponível em: <<https://www.newstatesman.com/society/2008/02/work-life-williams-english>>; acesso em: 1 mar. 2021.

_____. “Raphael Samuel: 1934-1996”, *New Left Review*, pp. 119-127, January-February 1997.

_____. *Familiar Stranger. A Life Between Two Islands* (with Bill Schwarz). London: Penguin Books, 2018.

HAMILTON, Scott. *The Crisis of Theory. E. P. Thompson, the New Left and postwar British politics*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2011.

HIGGINS, John. *Raymond Williams. Literature, Marxism and Cultural Materialism*. London and New York: Routledge, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. J. “Os intelectuais e o anti-fascismo”. In: HOBBSBAWM, Eric J. *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: o problema da cultura e da ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 257-314.

HOGGART, Richard. “An Important Book”, *Essays in Criticism*, pp. 171-179, April 1959.

INGLIS, Fred. *Raymond Williams*. London: Routledge, 1998.

KENNY, Michael. *The First New Left. British Intellectuals After Stalin*. London: Lawrence & Wishart, 1995.

KETTLE, Arnold, *Daily Worker*, 16 October 1958.

KIERNAN, V.G. "Culture and Society", *The New Reasoner*, n. 9, pp. 75-83, Summer 1959.

"Margaret Thatcher: a life in quotes", *Guardian*, 8 April 2013, disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/08/margaret-thatcher-quotes>>; acesso em 13 jan. 2021.

MCBRIAR, A. M. *Fabian Socialism and English Politics, 1884-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

MCILROY, John. "The Unknown Raymond Williams". In: MCILROY, John & WESTWOOD, Sallie (ed.). *Border Country. Raymond Williams in Adult Education*. Leicester: National Institute of Adult Continuing Education, 1993, pp. 3-25.

MILIBAND, Ralph. "What Does the Left Want?", *Socialist Register*, vol. 2, pp. 1965.

_____. "The Labour Government and Beyond", *Socialist Register*, vol. 3, pp. 11-26, 1966.

MILIBAND, Ralph; SAVILLE, John. "Labour Policy and the Labour Left", *Socialist Register*, vol. 1, pp. 149-156, 1964.

MORGAN, Kenneth O. *Britain Since 1945. The People's Peace*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

NAIRN, Tom. "The British Political Elite", *New Left Review* I/23, pp. 19-25, January-February 1964.

_____. "The English Working Class", *New Left Review* I/24, pp. 26-53, March-April 1964.

_____. "The Nature of the Labour Party (Part I)", *New Left Review* I/27, pp. 38-65, September-October 1964.

_____. "The Nature of the Labour Party (Part II)", *New Left Review* I/28, pp. 33-62, November-December 1964.

_____. "The Fateful Meridian", *New Left Review* I/60, pp. 3-35, March-April 1970.

NEWMAN, Michael. "Ralph Miliband and the New Left". In: WETHERLY, Paul et al (ed.). *Class, Power and the State in Capitalist Society. Essays on Ralph Miliband*. New York: Palgrave Macmillan, 2008, pp. 24-47.

PARRINDER, Patrick. "Diary: On Raymond Williams", *London Review of Books*, 12 February 1988, p. 25. Disponível em: < <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v10/n04/patrick-parrinder/diary>>; acesso em: 3 mar. 2021.

“Principles for which one is prepared to fail. Five years after the May Day Manifesto was published, Peter Hennessy talks to its supporters”, *The Times Higher Education Supplement*, 4/5/1973, p. 8.

REID, Betty. “The Left Book Club in the Thirties”. In: CLARK, John et al. *Culture and Crisis in Britain in the Thirties*. London: Lawrence and Wishart, 1979, pp. 193-207.

RIVETTI, Ugo Urbano Casares. *Crítica e modernidade em Raymond Williams*. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSENBERG, Harold. “The Threat of Culture”, *The Nation*, 1959.

RUSTIN, Michael. “The New Left as a Social Movement”. In: ARCHER, Robin. *Out of Apathy: Voices of the New Left Thirty Years On: papers based on a conference organized by the Oxford University Socialist Discussion Group*. London: Verso, 1989, pp. 119-128.

SAVILLE, John. “Edward Thompson, the Communist Party and 1956”, *The Socialist Register*, pp. 20-31, 1994.

SEYD, Patrick. *The Rise and Fall of the Labour Left*. Basingstoke: Macmillan Education, 1987.

SMITH, Dai. *Raymond Williams: A Warrior's Tale*. Cardigan: Parthian, 2008.

SPRIANO, Paolo. “O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra”. In: HOBSBAWM, Eric J. *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 129-212.

TAYLOR, Charles. “What's Wrong with Capitalism? – 1”, *New Left Review* I/2, pp. 5-11, March-April 1960.

“Time for the Left to use all the strength it can command”, *Morning Star*, s.d.

“The Weight of an Abstraction”, *The Times Literary Supplement*, Friday September 26 1958.

THOMPSON, E.P. “Commitment in Politics”, *Universities and Left Review*, n. 6, pp. 50-55, Spring 1959.

_____. “At the Point of Decay”. In: THOMPSON, E.P. et al (ed.). *Out of Apathy*. London: Stevens & Sons Limited, 1960.

_____. “Revolution”. In: THOMPSON, E.P. et al (ed.). *Out of Apathy*. London: Stevens & Sons Limited, 1960.

_____. "The Long Revolution (Part I)", *New Left Review* I/10, pp. 24-33, May-June 1961.

_____. "The Long Revolution (Part II)", *New Left Review* I/10, pp. 34-39, July-August 1961.

THORPE, Andrew. *A History of the British Labour Party*. Basingstoke: Macmillan, 1997.

WILLIAMS, Daniel G. "The Return of the Native". In: WILLIAMS, Daniel G. (ed.). *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*. Cardiff, University of Wales Press, 2003, pp. xv-liii.

_____. "Notes on the Texts". In: WILLIAMS, Daniel G. (ed.). *Who Speaks for Wales? Nation, Culture, Identity*. Cardiff, University of Wales Press, 2003, pp. 221-237.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy Against Capitalism: renewing historical materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WOODHAMS, Stephen. *History in the Making: Raymond Williams, Edward Thompson and Radical Intellectuals, 1936-1956*. London: Merlin Press, 2001.